

OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO  
VII

BIOGRAFIAS

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



*Ministro de Estado  
Secretário-Geral*

Embaixador Antonio de Aguiar Patriota  
Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



*Presidente*

Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

*Instituto de Pesquisa de  
Relações Internacionais*

*Diretor*

*Centro de História e  
Documentação Diplomática*

*Diretor*

Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores  
Esplanada dos Ministérios, Bloco H  
Anexo II, Térreo, Sala 1  
70170-900 Brasília, DF  
Telefones: (61) 2030-6033/6034/6847  
Fax: (61) 2030-9125  
Site: [www.funag.gov.br](http://www.funag.gov.br)

# Obras do Barão do Rio Branco

## VII

### Biografias

Ministério das Relações Exteriores  
Fundação Alexandre de Gusmão

Brasília, 2012

Direitos de publicação reservados à  
Fundação Alexandre de Gusmão  
Ministério das Relações Exteriores  
Esplanada dos Ministérios, Bloco H  
Anexo II, Térreo  
70170-900 Brasília – DF  
Telefones: (61) 2030-6033/6034  
Fax: (61) 2030-9125  
Site: [www.funag.gov.br](http://www.funag.gov.br)  
E-mail: [funag@itamaraty.gov.br](mailto:funag@itamaraty.gov.br)

**Editor:**

Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira

**Equipe Técnica:**

Eliane Miranda Paiva  
Vanusa dos Santos Silva  
André Luiz Ferreira Ventura  
Pablinne Stival Marques Gallert

**Revisão:**

Mariana de Moura Coelho

**Programação Visual e Diagramação:**

Gráfica e Editora Ideal Ltda.

---

Impresso no Brasil 2012

---

Obras do Barão do Rio Branco VII : biografias. – Brasília:  
Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.  
324 p.; 15,5 x 22,5 cm.

ISBN 978-85-7631-358-8

1. Diplomata. 2. Relações Internacionais. 3. Biografia.

---

CDU 341.71

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Sonale Paiva  
– CRB /1810

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei  
nº 10.994, de 14/12/2004.

## **Comissão Organizadora da Celebração do Primeiro Centenário da Morte do Barão do Rio Branco**

**Presidente:** Embaixador Antonio de Aguiar Patriota  
*Ministro de Estado das Relações Exteriores*

### **Membros:**

Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira  
*Secretário-Geral das Relações Exteriores*

Senhor Julio Cezar Pimentel de Santana  
*Assessor do Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa*

Primeira-Secretária Luciana Rocha Mancini  
*Assessora Internacional do Ministério da Educação*

Senhor Maurício Vicente Ferreira Júnior  
*Diretor do Museu Imperial em Petrópolis, Ministério da Cultura*

Ministro Aldemo Serafim Garcia Júnior  
*Assessor Internacional do Ministério das Comunicações*

Professor Doutor Jacob Palis  
*Presidente da Academia Brasileira de Ciências,  
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação*

Ministro Rodrigo de Lima Baena Soares  
*Assessor Especial da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República*

Primeiro-Secretário Rodrigo Estrela de Carvalho  
*Assessoria Especial da Presidência da República*

Senhora Mônica Rizzo Soares Pinto  
*Diretora do Centro de Referência e Difusão da  
Fundação Biblioteca Nacional*

Doutora Christiane Vieira Laidler

*Diretora do Centro de Pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa*

Senhora Maria Elizabeth Brêa Monteiro

*Coordenadora de Pesquisa e Difusão do Acervo do Arquivo Nacional*

Professor Doutor Carlos Fernando Mathias de Souza

*Vice-Reitor Acadêmico da Universidade do Legislativo Brasileiro – Unilegis,  
Senado Federal*

Doutor José Ricardo Oria Fernandes

*Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados*

### **Comitê Executivo:**

#### *Coordenador-Geral:*

Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira,  
Coordenador-Geral de Pesquisas do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

#### *Coordenador de Seminários e Publicações:*

Embaixador José Vicente de Sá Pimentel, Diretor do Instituto de Pesquisa de  
Relações Internacionais

#### *Coordenador no Rio de Janeiro:*

Embaixador Maurício Eduardo Cortes Costa, Diretor do Centro de História e  
Documentação Diplomática

#### *Coordenador de Divulgação:*

Embaixador Tovar da Silva Nunes, Chefe da Assessoria de Comunicação Social  
do Ministério das Relações Exteriores

Reuniram-se neste volume quatro biografias escritas pelo Barão do Rio Branco. A primeira, correspondente a Luís Pereira, foi publicada originalmente no volume XIII da *Revista Popular* (janeiro a março de 1862, pp. 206 a 212). O esboço biográfico do general José de Abreu, barão do Cerro Largo, apareceu no tomo XXXI, parte II da *Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, 1868, (pp. 62 a 135). A terceira, do almirante James Norton, foi inserta no *Jornal do Commercio* de 12 de outubro de 1911, sob o pseudônimo de Bernardo de Faria, encontrando-se o respectivo manuscrito e as provas tipográficas, emendadas pelo Barão do Rio Branco, no Arquivo Histórico do Itamaraty. A biografia de José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, foi publicada pela primeira vez na *Revista Americana* (Ano VI, números 3 a 12, e Ano VII, números 1 a 10), mas é reproduzida no presente volume de acordo com o original que se conserva no Arquivo Histórico do Cerro Largo. Foram feitos os acréscimos e as emendas apostas pelo Barão do Rio Branco, de próprio punho, no exemplar de sua propriedade conservado na Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores. O texto segue a ortografia acolhida pelo Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que se tornará obrigatório em 1º de janeiro de 2013.





# Sumário

Apresentação - Quatro brasileiros por Rio Branco, 13  
Embaixador Carlos Henrique Cardim

Luís Barroso Pereira, 43

Esboço biográfico do general José de Abreu, barão do Cerro Largo, 53

O almirante James Norton, 119

José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, 149

Índice onomástico e toponímico, 287



## APRESENTAÇÃO



# Quatro brasileiros por Rio Branco

*Embaixador Carlos Henrique Cardim*

Professor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília

## 1. Esperando Rio Branco

José Honório Rodrigues no livro “História e Historiadores do Brasil”, no ensaio dedicado a Rio Branco, destaca trecho de correspondência de Capistrano de Abreu a Rio Branco, de 1887, na qual o autor de “Caminhos Povoamento do Brasil” cobra de Paranhos Júnior a sua prometida “História Militar”: “Há tantos anos que vossa excelência a estuda e conhece tão bem, que mais larga demora é uma lesão pública. Por minha parte, nunca estudei as questões do sul, à espera da obra de vossa excelência”.

José Honório Rodrigues registra, também, no mencionado ensaio, trecho de correspondência de Rio Branco ao barão Homem de Melo, em 7 de julho de 1882, na qual comenta seu labor editorial no terceiro volume da obra de L. Schneider “A Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo da República do Paraguai”. Nessa carta Paranhos Júnior expressa que “Realizado esse projeto, passarei, então, a tratar do meu antigo trabalho, de que vossa excelência tem notícia, isto é, a nossa História Militar e Diplomática no rio da Prata desde a fundação da Colônia, em 1680, até a separação da Cisplatina em 1828”.

Capistrano de Abreu, rigoroso crítico e conhecedor profundo da História nacional, manifestou em várias oportunidades sua admiração

pelo talento e cultura histórica de Rio Branco. Muito no seu estilo direto e sincero, assim se exprime Capistrano de Abreu, em carta ao Cônsul em Liverpool, em abril de 1890: “Quando me lembro que pode dar-se o caso de seus trabalhos não serem publicados, fico fora de mim, e meu desejo era ser ditador para desligá-lo de tudo e de todos, dar-lhe tudo que precisasse, mas com um prazo, o mais curto possível, para escrever a sua História Naval e a sua História Militar”.

A edição de 12 de outubro de 1911 do “Jornal do Comércio” estampou artigo de Rio Branco, sob o pseudônimo de Bernardo de Faria, em memória de James Norton, “bravo inglês que tanto se ilustrou no serviço do Brasil, de 1823 a 1835”.

“Bernardo de Faria” narra seu contato com o “senhor Barão do Rio Branco, que no seu arquivo particular, em Petrópolis, possui, como é sabido, preciosos materiais sobre a nossa história militar e naval, acumulados durante muitos anos de pacientes pesquisas, desde 1861 até 1888. Ali encontramos tudo de que carecíamos: informações minuciosas sobre a vida e feitos desse e de muitos outros militares, desde os tempos coloniais até o fim da guerra do Paraguai; notas e documentos sobre todas as nossas campanhas terrestres e navais: cartas e apontamentos que lhe foram dados por Caxias, Osório, Porto Alegre, Inhaúma, Tamandaré, Barroso, Mena Barreto (José Luís), Emílio Mallet, Leverger, Subrá, Romano Stepple, Saldanha da Gama, Pinheiro Guimarães, Lima e Silva (Luís Manuel), e muitos dos nossos antigos guerreiros, que o atual chanceler ainda encontrou vivos e pode consultar”.

Essa nota introdutória de “Bernardo de Faria”, ou seja, do próprio Rio Branco, dá razão a Capistrano em sua cobrança vigorosa. São 27 anos de pesquisas!

O volume VIII das “Obras do Barão do Rio Branco” contém dois ensaios acerca de temas militares: “Episódios da Guerra do Prata” e “Apontamentos para a História Militar do Brasil”.

Às observações de Capistrano de Abreu e do próprio Rio Branco cabe acrescentar as de José Honório Rodrigues para quem Paranhos Júnior “conhecia (História do Brasil) como poucos”. Desde cedo revelara essa paixão, que se alimentara com a conquista do posto em Liverpool, que lhe oferece a oportunidade das grandes pesquisas nas bibliotecas e arquivos europeus e o transforma num dos maiores eruditos que o

Brasil teve. O período de 1876 a 1893, foi como disse Gilberto Amado, o deserto da meditação, o laboratório de pesquisas desse técnico das reivindicações redentoras do Brasil: “Sem o consulado, Rio Branco teria sido desfalcado do seu estoque de solidão necessária para a conquista do seu império babilônico de minúcias monumentais”.

Tive o privilégio de conviver com José Honório Rodrigues, que me foi apresentado pelo comum amigo Octaciano Nogueira, no Conselho Editorial da Editora Universidade de Brasília por cinco anos. Recordo-me de sua admiração por Capistrano de Abreu e por Rio Branco, “os dois historiadores mais competentes que a nossa História conheceu no princípio do século XX”.

Do mestre da História da Diplomacia Brasileira e Professor do Instituto Rio Branco, lembro-me, entre outros, de dois conselhos, inspirados no autor de “Capítulos de História Colonial” e no autor das “Efemérides Brasileiras”: “Leia o trabalho do visconde de São Leopoldo (José Feliciano Fernandes Pinheiro, 1774-1847) intitulado ‘Memória sobre os limites naturais, pactuados e necessários do Império do Brasil’; e ‘Quem não tem uma visão histórica corre o risco de ter uma visão histórica’”.

## **2. Um pouco do “império babilônico” de Rio Branco**

A Rio Branco aplica-se o famoso dito de Ortega y Gasset: “Yo soy yo más mis circunstancias”. As circunstâncias levaram-no a fazer história mais que escrevê-la.

Paranhos Junior deixou, no entanto, alguns ensaios, além das memórias de suas defesas dos interesses e direitos territoriais do Brasil, entre eles quatro biografias que foram reunidas no volume VII das obras, publicado pelo Ministério das Relações Exteriores, em 1947, e agora por ocasião do Centenário da sua morte, reeditado nas “Obras do Barão do Rio Branco” pela Fundação Alexandre de Gusmão e pela Comissão Coordenadora da Celebração do Primeiro Centenário da Morte do Barão do Rio Branco.

Compõem o presente volume as biografias de Luis Barroso Pereira, publicada na “Revista Popular”, em 1862, a do general José de Abreu, barão do Cerro Largo, editada em 1868, na “Revista Trimestral do

Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil”, a do almirante James Norton (“Jornal do Comércio” de 12 de outubro de 1911), e a de seu pai o visconde do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos (“Revista Americana”, 1916, ano VI, números 3 a 12 e 1917, ano VII, números 1a 10).

Aparentemente trabalhos ocasionais, na verdade esses textos revelam escolha de temas de fundo essenciais para Rio Branco: “as questões do Sul”, e a vida daquele sobre quem Joaquim Nabuco, com notável compreensão, assim definiu, em “Um Estadista do Império”: “Rio Branco foi a mais lúcida consciência monárquica que teve o Reinado, e se, como estadista, ele precisasse de outro título além desse, teria o de ter sido o mais capaz diretor da nossa política externa em uma época em que ainda dependia dela a união do Brasil”.

### **3. Rio Branco: imprensa e democratização da política exterior**

Registre-se que os quatro textos de Rio Branco, constantes do presente volume, foram publicados em revistas, fato que revela a importância conferida pelo autor à imprensa, no debate regular das questões de política externa, e ao papel da opinião pública na concepção, ação e avaliação da diplomacia brasileira.

A trajetória de Rio Branco mostra constantes iniciativas de difusão do conhecimento e do debate das questões de política internacional na sociedade brasileira. A imprensa, a sua época, em sentido amplo – jornais, revistas e periódicos especializados – tinha prioridade em sua perspectiva e atividade de homem público. Vale lembrar, ainda, o uso de pseudônimos pelo chanceler e sua coleção de recortes de jornais.

Entre as iniciativas que Rio Branco patrocinou merece destaque a “Revista Americana”, cujo primeiro número circulou em outubro de 1909. Como assinala Álvaro da Costa Franco, na apresentação de seleção de artigos do periódico, “a *Revista Americana* desempenhou, durante dez anos papel relevante e único em nosso cenário cultural, o de ser o núcleo da cooperação entre intelectuais americanos, percebida esta como alicerce e fundamento da política de aproximação com nossos vizinhos (...) A *Revista Americana* acolheu, em seus dez anos de



vida, contribuições de grandes nomes do mundo intelectual brasileiro e americano, tais como o próprio Rio Branco, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Oliveira Lima, Araripe Júnior, Sílvio Romero, José Veríssimo, Lima Barreto, Afrânio Peixoto, Jackson Figueiredo. Entre os estrangeiros poderíamos lembrar, entre outros, Ramón Cárcano, José Ingenieros, e Rubén Dario”.

Democracia é um processo permanente de discussão livre de ideias e de tomada de decisões públicas acerca das questões de interesse comum da sociedade. Péricles, no discurso fúnebre aos mortos da guerra do Peloponeso, reproduzido por Tucídides, expõe pela primeira vez o que é a democracia ateniense, e destaca que “decidimos por nós mesmos todos os assuntos sobre os quais fazemos antes um estudo exato; não acreditamos que o discurso entrave a ação; o que nos parece prejudicial é que as questões não se esclareçam, antecipadamente, pela discussão”.

A democratização da política internacional é um dos grandes objetivos de nossa época e da diplomacia brasileira. Rio Branco, com sua teoria e prática da diplomacia, deixou um legado histórico de realizações marcantes na imprensa, que contribuiu decisivamente na construção desse valioso paradigma da política exterior do Brasil.

#### **4. Por que Rio Branco dá tanta importância à Cisplatina?**

“A paz, Senhor, é, depois da Constituição, a primeira necessidade do Brasil”. No voto de graças em 1828, os deputados resumiam nessa frase o anseio de acordo com Buenos Aires com o objetivo de resolver a disputa pela Cisplatina.

No Tratado de Paz de 27 de agosto de 1828, o Imperador do Brasil afirmava pelo artigo 1º a Cisplatina separada do Império para que pudesse “constituir-se em Estado livre e independente de toda e qualquer nação”. No artigo 2º o governo da República das Províncias Unidas declarava a independência “da província de Montevidéu, chamada hoje Cisplatina”.

Encerrava-se, assim, uma longa disputa começada em 1680, com a fundação da “nova colônia”. Essa tensa história entre Portugal, Espanha, Brasil e Argentina durou 148 anos, e teve lances estratégicos importantes como na negociação do Tratado de Madri por Alexandre de Gusmão.

Para Vallandro Keating e Ricardo Maranhão, na obra “Caminhos da Conquista – a formação do espaço brasileiro”, “o sentido maior de sua atuação (Alexandre de Gusmão) nas negociações (Tratado de Madri) foi nunca ter perdido de vista o todo e o conjunto dos problemas referentes à delimitação das fronteiras, enquanto negociava cada parte. Teve o mérito de perceber que jamais os espanhóis aceitariam partilhar com qualquer outra nação a posse do estuário do Prata, porta para o interior do continente e até para as riquezas minerais do Peru; e que, para os portugueses, o estuário do Amazonas teria um papel análogo e sua soberania não poderia ser dividida com ninguém”. Jaime Cortesão, autor do melhor estudo sobre Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri afirma que o santista “compreendeu que a solução do problema estava em ceder a Colônia do Sacramento, espinha cravada na garganta da América espanhola, obtendo em troca os equivalentes geográficos e econômicos que dessem ao Brasil a base territorial indispensável, incluindo a faixa leste-oeste dos planaltos auríferos e permitindo opor, no sul, um sólido baluarte (...) Gusmão ponderou que o gado do Rio Grande do Sul era o complemento econômico indispensável à vasta zona das Minas, centro e base da economia brasileira; que o Rio Grande, como hoje o concebemos, era uma parte inalienável, dum todo geográfico” (ver mapa do Tratado de Madri (Mapa das Cortes) e mapa do Rio Grande do Sul anexos).

Em 1816, ocorrem episódios relevantes que dão uma dinâmica confrontacional entre Portugal e Espanha na região da Cisplatina. Como assinala Rio Branco, no ensaio acerca de Luis Barroso Pereira, “(...) o governo português achou que era necessário organizar na fronteira do sul (única que se achava mais em contato com os insurgentes) uma linha de tropas que servisse para impedir que a lava liberal se espalhasse pelo Brasil, como outrora foi no celeste império construída a *grande muralha*, para opor-se à conquista mongola (*sic*)”.

José Soares de Souza, no trabalho “O Brasil e o Prata até 1828”, lembra, a respeito, trecho de relato do italiano Carlos José Guezzi, agente secreto do conde de Linhares, a Buenos Aires, em 1810, segundo o qual o movimento portenha apontava para “a total e perpétua separação da união e dependência da Metrópole (...) Todos juntos pretendem fundar uma república. Entre seus projetos se conta o de levar a revolução ao Brasil”.

No Congresso de Viena (1815), Portugal sofre revés ao perder para a Espanha a posse de Olivença. Soares de Souza vê nesse episódio um dos principais motivos para a expansão portuguesa até o rio da Prata. Aduz que “a situação de Artigas em luta contra os portenhos ensejava a intervenção pela necessidade de afastar do Rio Grande do Sul a anarquia nascida dos choques entre caudilhos que, segundo de Pascual, levavam *su demasia hasta al punto de querer apoderarse de territorios ocupados por tropas y autoridades portuguesas*”.

No dia 30 de março de 1816, chega ao Rio de Janeiro, vindo de Portugal o general Carlos Frederico Lecór com uma divisão de “voluntários reais”. Debret, em dois quadros a óleo, retrata um exercício de guerra simulada e o embarque das tropas para Montevidéu (ver óleos de Debret *Revista das tropas destinadas a Montevidéu, na Praia Grande e Embarque na Praia Grande de tropas destinadas ao bloqueio de Montevidéu*, anexos).

Debret, a quem Gilberto Freyre considerava o primeiro sociólogo do Brasil independente por suas argutas observações das realidades nacionais, além dos primorosos quadros e gravuras, assim comenta esses movimentos militares: “A decisão há muito tomada pelo governo português de apossar-se de Montevidéu, para fazer desse território a última fronteira do Brasil com as possessões espanholas, teve execução em 1816; tudo já se achava preparado para o sítio dessa cidade espanhola por ocasião de nossa chegada ao Rio de Janeiro”.

Os testemunhos citados e os quadros de Debret revelam a gravidade e a importância da crise da Cisplatina, território que poderia se converter em espaço de guerra permanente e real entre os países envolvidos com a ativa participação da população do Uruguai. Tinha todos os elementos de disputa territorial não resolvida, a sangrar por séculos, como por exemplo os casos da Cachemira entre Índia e Paquistão e da Tchetchênia na Rússia. Conforme demonstraram John Vasquez e Marie Henahan no artigo “Territorial Disputes and Probability of War”, a causa principal dos conflitos bélicos e das corridas armamentistas é a disputa por territórios. É tal a capacidade de envenenamento das relações entre países pela luta por território que países pobres como Índia e Paquistão desenvolveram bilionários programas nucleares e possuem bombas atômicas e nações civilizadas como Argentina e Reino Unido tem até hoje séria pendência acerca das ilhas Malvinas.

Os estadistas da estirpe de Rio Branco têm a visão dos problemas com a perspectiva não de 5 anos, mas dos próximos 50 anos. Daí valorizarem a resolução das questões de fronteira, dos contenciosos territoriais, a fim de livrarem suas sociedades de verdadeiras bombas-relógios no futuro, e destravarem a história nacional para que os povos possam laborar desimpedidos de conflitos desnecessários pelo progresso e bem estar das nações.

A questão de fundo que faz Rio Branco dar tamanha relevância à Cisplatina é a convicção dos erros cometidos por Portugal e por dom Pedro I e a necessidade histórica da estabilização das fronteiras do sul do Brasil com a independência do Uruguai. O período de 1816 a 1828 teve episódios gloriosos e desastrosos para o Brasil, e se concluiu com a assinatura do Tratado de Paz e a independência do Uruguai.

Rio Branco dedica a três personalidades militares envolvidas na Cisplatina ensaios biográficos constantes do presente volume: Luis Barroso Pereira, general José de Abreu, barão do Cerro Largo, e o almirante James Norton.

Nelson Werneck Sodré, na obra “História Militar do Brasil”, ajuda o entendimento do caráter sulista e dos personagens escolhidos por Rio Branco. Assinala, em tópico acerca da “Estrutura Militar Sulina”, que “Soldado por necessidade, vendo na luta militar uma atividade normal, de que lhe provinham vantagens, o gaúcho criou as suas formas de organização e preservou-as, fornecendo ainda grandes chefes, seja como condutores de homens, afeitos às campanhas, comandantes de cavalaria, seja como generais e coronéis formados nas fileiras regulares, levados ao Exército por vocação e vendo na atividade militar o traço de enobrecimento que a tradição sulina consagrou. Só aí, realmente, o soldado teve uma situação social definida e apreciada, pois em todas as outras zonas foi marginalizado, subestimado, quando não desprezado”.

## **5. Apesar de tudo, um assunto esquecido**

Rio Branco afirma, no início do ensaio “Episódios da Guerra do Prata (Apontamentos Históricos) (1825 - 1828)”, publicado em 1864, quando o autor tinha 19 anos, na “Revista Mensal do Instituto Científico” da Faculdade de Direito de São Paulo, que “Um dos

sucessos mais notáveis do primeiro reinado foi, indubitavelmente, a guerra que com a República das Províncias Unidas do Rio da Prata tivemos de sustentar. (...) Cheia de sucessos importantes essa luta não tem merecido dos homens que se aplicam ao estudo da história pátria, a mínima atenção – e as peripécias desse drama de três anos jazem ainda ocultas e ignoradas. Até hoje nenhum brasileiro se deu ao trabalho de relatar com minuciosidade todos os fatos que se deram nessa época nos campos do sul e nas águas do Prata; ao passo que nossos vizinhos tem lido com avidez e interesse um sem número de escritos, em que se desfigura inteiramente a verdade histórica, e faz-se acreditar que nossas forças se cobriram de ignomínia, e que os soldados da República só colheram louros”.

No mesmo sentido, são as observações de Afonso Arinos de Mello Franco em “Um soldado do Reino e do Império”: “Falta, porém, uma obra de conjunto, que descreva a guerra nos seus diversos aspectos: militar, econômico, político e diplomático. E esta falta é, entre nós, tanto mais sensível, quanto do lado argentino existem bons trabalhos especializados sobre a questão”.

## 6. O pai

Rio Branco dedica a seu pai, o visconde do Rio Branco, ensaio biográfico, publicado na *Revista Americana*. Trata-se de tributo do filho e do homem público a um dos maiores estadistas brasileiros de todos os tempos, e que continua relativamente esquecido. A ele se pode aplicar o dito de Mme. de Sevigné que Paranhos Júnior evoca no final texto sobre o general José de Abreu: “Há serviços tão grandes e tão importantes, que só a ingratidão os pode pagar”.

Rio Branco, no ensaio constante do presente volume, narra o funeral do pai. Na lápide do túmulo “vê-se um mármore simples e severo, com esta única inscrição:

J.M. Paranhos – Visconde do Rio Branco 1819-1880”.

Fala das manifestações de pesar e da presença do público: “Ao passar pelo portão do cemitério muitas senhoras atiraram flores sobre

o coche fúnebre. O povo precipitou-se em confusão, declarando em altos brados que queria carregar o caixão”. “(...) Durante quatro meses o *Jornal do Brasil* registrou dia por dia as notícias que chegavam das províncias, as mensagens de pêsames recebidas pela família do finado, as exéquias e as sessões fúnebres celebradas. Nenhum brasileiro foi alvo ainda de maiores manifestações de afeto dos seus concidadãos, nenhuma morte foi mais sentida entre nós, nenhum homem político tão amado pelo povo como o visconde do Rio Branco. E ele era digno dessas manifestações, porque ninguém amou mais essa terra, ninguém serviu à pátria com mais dedicação e desinteresse do que esse grande brasileiro”.

O futuro chanceler – reconhecido pela racionalidade e discrição – mostra sua fonte de permanente inspiração, o exemplo vivo que o orientou e se dá conta do legado paterno ao país.

Rio Branco, ao narrar a cerimônia fúnebre, cita ainda trecho da oração de Carlos de Laet: “Poucas vezes, poucas vezes tão geral e espontâneo tem sido o sentimento público. Não havia nele lisonja às opulências da família, porque, sabem-no todos, Rio Branco finara-se na pobreza... Não era unicamente a expressão da condolência originada em relações pessoais, porque muito daqueles que deploravam o infausto trânsito, jamais haviam privado com o ilustre morto... Nem falar apenas o espírito de partido, porque unânime era a dor, e dela igualmente participavam tanto os correligionários como os antagonistas políticos do emérito chefe conservador...”.

Carlos Drummond de Andrade, no poema “A Mesa”, relembra seu pai ao ver a cadeira vazia. Toda vez que me toca falar acerca da relação pai-filho, como agora entre os dois Rio Branco, lembro-me de alguns de seus versos:

“E não gostavas de festas...  
 Ó velho, que festa grande  
 hoje te faria a gente. (...)  
 (...) Teu olho cansado,  
 mas afeito a ler no campo  
 uma lonjura de léguas (...)  
 E, pois, todo nos perdando,  
 por dentro te regalavas

de ter filhos assim...Puxa,  
grandessíssimos safados,  
me saíram bem melhor  
que as encomendas. De resto  
filho de peixe...”

Joaquim Nabuco escreveu páginas marcantes acerca da presença do pai em sua vida que podem ser aplicadas a Rio Branco: “Por onde quer, entretanto, que eu andasse e qualquer que fossem as influências de país, sociedade, arte, autores, exercidas sobre mim, eu fui sempre interiormente trabalhado por outra ação mais poderosa, que apesar, em certo sentido de estranha, parecia operar sobre mim de dentro, do fundo hereditário, e por meio dos melhores impulsos do coração. Essa influência, sempre presente por mais longe que eu me achasse dela domina e modifica todas as outras, que invariavelmente lhe ficam subordinadas. É aqui o momento de falar dela, porque não foi uma influência propriamente da infância nem do primeiro verdor da mocidade, mas do crescimento e amadurecimento do espírito, e destinada a aumentar cada vez mais com o tempo e a não atingir todo seu desenvolvimento, senão quando póstuma. Essa influência foi a que exerceu meu pai...”.

## **7. Bahia e a memória da pátria**

José Maria da Silva Paranhos nasceu na província da Bahia, em 16 de março de 1819, filho de Agostinho da Silva Paranhos – “negociante honrado e filantrópico” – e de Josefa Emerenciana de Barretos Paranhos. Nascer na Bahia, com pai próspero comerciante, a vivência até os 17 anos na primeira capital impregnou-o de especial sentido de Brasil, conferindo-lhe como observou S.A. Sisson “a amenidade do seu caráter”.

Devido a reveses familiares – morte do pai e da mãe e bancarrota dos negócios – Paranhos “que nascera em meio de riqueza passou subitamente à condição sempre difícil do pobre que aspira a uma vida honesta e não obscura”. Matricula-se em 1836 na Academia da Marinha do Rio de Janeiro e a partir dessa data inicia brilhante carreira pública: professor, deputado, jornalista, ministro da Marinha, ministro

dos Negócios Estrangeiros e presidente do Conselho de Ministros.

O visconde do Rio Branco teve em Gilberto Freyre, na obra “Sobrados e Mocambos”, que o mestre de Apicucos me revelou ser seu melhor livro, um perfil breve, mas profundo e iluminador: “Seu sentimento de menino mais forte foi, porventura, o de brasileiro revoltado contra intrusões estrangeiras em atividades consideradas não só nacionais como benéficas à nação; e no sobrado paterno talvez tenha se familiarizado com alguns dos segredos como que maçônicos necessários ao chamado *resgaste* e tidos como meios de defesa da *liberdade de comércio* contra o imperialismo britânico. O equilíbrio da personalidade do primeiro Rio Branco parece ter resultado do relativo equilíbrio de sua formação mais oceânica e menos rústica que a de um Gonçalves de Goiana; menos rigidamente patriarcal que a do bispo (dom Vital) com quem, grande do império, teve de defrontar-se no duro combate travado entre o Estado e a igreja no Brasil dos dias de Pedro II. (...) Outro ponto a destacar é que o sobrado da meninice do futuro visconde do Rio Branco era provavelmente daqueles onde havia salão com janelas escancaradas para o mar; e onde chegavam com alguma frequência rumores de gentes mais sofisticadas que a brasileira, produtos de outras civilizações, notícias ou novidades da Europa, porcelanas e sedas da China, marfim e perfumes da Índia. Esses requintes custavam a chegar aos alpendres das rústicas casas-grandes de engenho ou do sítio do norte de Pernambuco como aquela onde nasceu e se criou o futuro dom Vital; e onde os próprios negros da Costa foram deixando de chegar com a antiga frequência, dada a vigilância britânica nos mares e nas próprias praias. Era, portanto, natural que nos Gonçalves de Oliveira, de Goiana, se acentuassem tendências à introversão; e nos Paranhos, da Bahia, tendências à extroversão”.

## 8. “Ubique patriae memor” e a Bahia

Sérgio Buarque de Holanda denomina de “baianismo”, no cenário nacional, o fato significativo da Bahia “que tinha sido, antes do Rio de Janeiro sede da administração colonial, que representaria a terra clássica dos oradores brilhantes e dos políticos habilidosos, continuar a ser o berço privilegiado dos principais estadistas do Império”.



Os dados colhidos pelo autor de “Raízes do Brasil” e por Katia M. de Queirós Mattoso no livro “Bahia século XIX uma província no Império” são expressivos: no período de 1840 a 1889 as principais províncias de origem dos membros do Gabinete durante o Segundo Império são as seguintes: Bahia 27,9%; Minas Gerais 19,9%; Rio de Janeiro 19,3%, Pernambuco 12,1 e São Paulo 5,8%.

A participação hegemônica de baianos na composição dos ministérios indica e tem como causa e consequência a existência de forte espírito nacional em seus políticos. O cargo de ministro de Estado faz o ocupante pensar e agir em termos do conjunto e não somente das partes do país. Ser ministro é a melhor escola, o melhor curso para não somente conhecer o Brasil, mas para ter “um saber de experiências feito”, um sentimento profundo de orgulho e responsabilidade por sua terra e povo.

Não seria exagerado se afirmar que o genuíno senso patriótico do segundo Rio Branco, sua visão de conjunto não provinciana do país, tenha raízes no convívio com dos maiores estadistas que a Bahia já deu ao Brasil, o visconde do Rio Branco. Há muito do sentir baiano do Brasil no “ubique patriae memor”, lema do notável chanceler da República.

## 9. Nabuco e o visconde do Rio Branco

Joaquim Nabuco em “Um Estadista do Império” traça o perfil político definitivo do primeiro Rio Branco: “O visconde do Rio Branco era em tudo o *juste milieu*: tinha seriedade, critério, infatigabilidade, coragem, vigor físico, pontualidade, correção, figura, maneiras; matemático, tinha alguma coisa de frio, de exato, de positivo, de regular, de metódico no espírito; o seu talento era lúcido, analítico, perspicaz; a imaginação não o arrastava; as suas qualidades não eram de inovação propriamente dita, mas em grau eminente de imitação e aproveitamento; era amável, cortês, insinuante, cativante em grau de chamar a si a quem quera; reservado e prudente, porém, não criava intimidades, não punha a todos ao seu nível; a qualidade superior nele era a sua diplomacia nas relações com a Coroa e com a opinião, o seu modo de compreender e zelar por igual, sem queixa nenhuma, as duas investidas de que

falei. Altivo demais, como parlamentar, para admitir no nosso regime político que devesse a sua posição à escolha e à confiança do monarca, ele procedia sempre como ministro do Parlamento; mas, antes que tudo monarquista e conhecendo que a realidade dos fatos era o predomínio da Coroa, a dependência dos Gabinetes, principalmente da conformidade com o Imperante, ele sabia tratar o imperador como a fonte direta da sua autoridade. Nele não havia nenhuma dessas intransigências de princípios, dessas exigências e imposições, que outros colocavam acima do poder: aceitando o governo das mãos do imperador, as suas normas resumiam-se em ser leal ao soberano, e em não governar sem o apoio da Câmara; no mais, o seu ponto de honra era governar do melhor modo, segundo as circunstâncias, só reconhecendo uma fronteira: a sua própria dignidade, entendida, naturalmente, não no sentido político estreito, em que se confunde dignidade com capricho, com amor próprio, mas no sentido largo, amplo, senhoril, em que se habituara a tomar a palavra como diplomata, isto é, no sentido de honra, de integridade pessoal, de caráter, que as nações só perdem quando se humilham, se acobardam, ou se desautoram perante todas. Também dos nossos estadistas, o visconde do Rio Branco foi o que mereceu em grau elevado a confiança do imperador, o que lhe pareceu reunir maior soma de qualidades para o governo, e a verdade é que as reunia, relativamente à época”.

## **10. Quais os melhores discursos no Parlamento brasileiro?**

Vários historiadores, políticos e jornalistas já responderam essa pergunta. Recordo-me de três unanimidades: o discurso de Gustavo Capanema em defesa de Getúlio Vargas, o de Nabuco de Araújo – discurso do *Regresso* – e a oração do visconde do Rio Branco na discussão do voto de graças.

O discurso do visconde do Rio Branco foi proferido, em 5 de junho de 1865, no Senado, ocasião em que estava em discussão sua demissão do governo, por causa da celebração do Tratado da Tríplice Aliança e do Acordo de Montevideú.

Assim se refere Machado de Assis a esse episódio: “Muitas recordações me vieram do Paranhos de então, discursos de ataque, discursos de defesa, mas, uma basta, a justificação do Convênio de

20 de fevereiro. A notícia deste ato entrou no Rio de Janeiro como as outras desse tempo, em que não havia telégrafo. Os sucessos do exterior chegavam-nos às braçadas, por atacado, e uma batalha, uma conspiração, um ato diplomático eram conhecidos com todos os seus pormenores. Por um pacote do sul soubemos do convênio da vila da União. O pacto foi mal recebido, fez-se uma manifestação de rua, e um grupo de populares, com três ou quatro chefes à frente, foi pedir ao governo a demissão do plenipotenciário. Paranhos foi demitido, e, aberta a sessão parlamentar, cuidou de produzir sua defesa.

Tornei a ver aquele dia, e ainda agora me parece vê-lo. Galerias e tribunas estavam cheias de gente; ao salão do Senado foram admitidos muitos homens políticos ou simplesmente curiosos. Eram 13h quando o presidente deu a palavra ao senador por Mato Grosso; começava a discussão do voto de graças. Paranhos costumava falar com moderação e pausa; firmava os dedos, erguia-os para o gesto lento e sóbrio, ou então para chamar os punhos da camisa, e a voz ia saindo meditada e colorida. Naquele dia, porém, a ânsia de produzir a defesa era tal, que as primeiras palavras foram antes bradadas do que ditas: ‘Não a vaidade, senhor Presidente...’. Daí a um instante, a voz tornava o diapasão habitual, e o discurso continuou como nos outros dias. Eram 21h quando ele acabou, estava como no princípio, nenhum sinal de fadiga nele nem no auditório, que o aplaudiu. Foi uma das mais fundas impressões que me deixou a eloquência parlamentar. A agitação passara com os sucessos, a defesa estava feita. Anos depois do ataque, esta mesma cidade aclamava o autor da lei de 28 de setembro de 1871, como uma glória nacional; e ainda depois, quando ele tornou da Europa, foi recebê-lo e conduzi-lo até a casa. Ao clarão de um belo sol, rubro de comoção, levado pelo entusiasmo público, Paranhos seguia as mesmas ruas, que anos atrás, voltando do sul pisava sozinho e condenado”.

A propósito, lembro-me de conversa com a destacada historiadora paraguaia Milda Rivarola, na qual expressou a admiração por Paranhos por sua ação em defesa da integridade territorial do Paraguai negada pela diplomacia. Entregou-me na ocasião cópia de relatos que dão conta da magnanimidade com que o visconde do Rio Branco tratou os vencidos em Assunção.

## 11. O historiador e construtor

Rio Branco, a exemplo de Rui Barbosa, San Tiago Dantas, e tantos outros brasileiros ilustres, infelizmente não teve tempo de escrever um livro. Sua obra escrita está em artigos, discursos e nas memórias em defesa dos direitos territoriais do Brasil. Foi antes um construtor do que um historiador; foi um abridor de caminhos, o pioneiro, um dos fundadores da República, construtor do “Estado resultante da reflexão e do cálculo, o Estado como obra de arte”.

Nos poucos textos que deixou está presente a marca do cientista social, como o concebia Lévy Strauss, qual seja aquele que segue o modelo cognitivo do geólogo que procura ver as camadas do subsolo do território. Visão racional de profundidade, além das impressões imediatas e contra as terríveis simplificações, consideradas por Bruckhardt o maior de nosso tempo. Exemplo dessa perspectiva do geólogo, tão valorizada pelo autor de “Antropologia Estrutural” é a sua visão da importância da Cisplatina na formação do Brasil, camada de nossa história pouco estudada e valorizada, mas fundamental para um concreto conhecimento da evolução e formação da sociedade e do Estado brasileiro.

O Barão do Rio Branco foi este indivíduo virtuoso, edificador com total dedicação do Estado, sentido como construção “artística”; um homem novo que, em quem, no seu esforço criativo, atua a síntese de *virtù* e *fortuna*, um profeta forte e pacífico capaz de realizar o controle racional do projeto e da praxis política, pondo-se como antítese da casualidade.



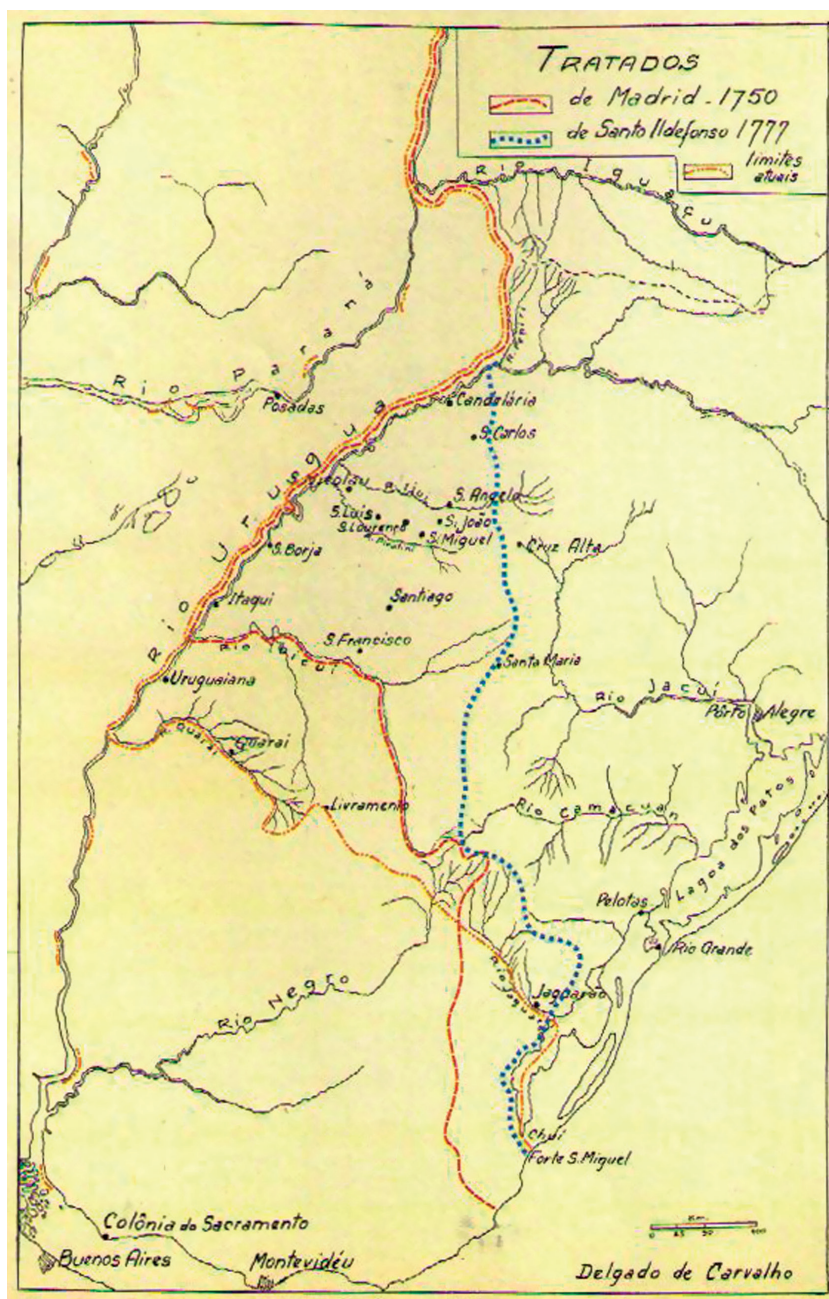


Mapa dos confins do Brasil com as terras da Coroa de Espanha na América Meridional

- O que está de amarelo é o que se achia ocupado pelos Portuguezes
- O que está de cor roza é o que tem ocupado os Espanhois
- O que fica em branco não está até o presente occupado no anno de 1749

Mapa elaborado por Alexandre de Gusmão como base para as negociações do Tratado de Madri. É o chamado “Mapa das Cortes”.

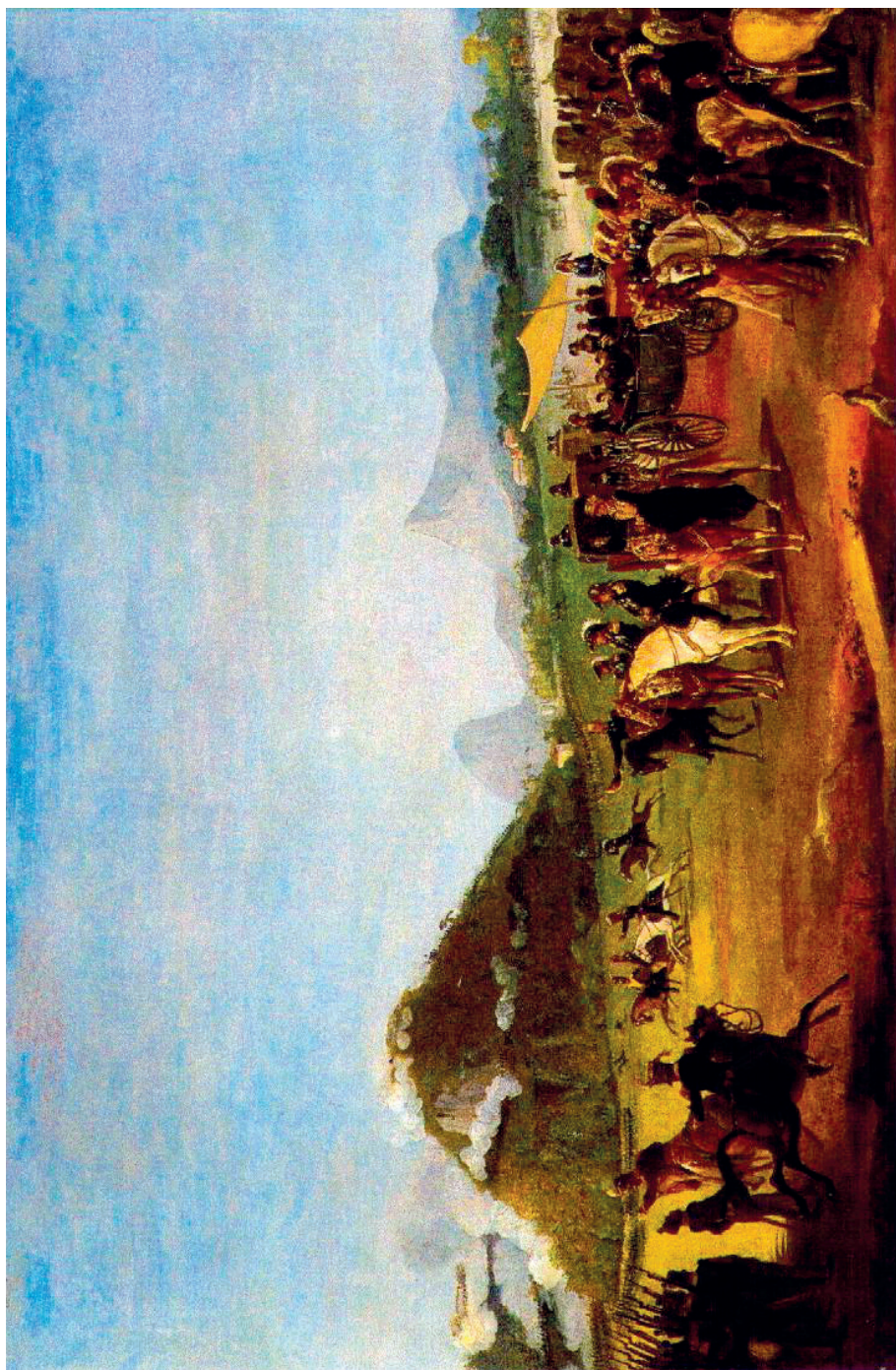




Os tratados de Madri e de Santo Ildefonso e os limites do Brasil, segundo a *História Diplomática do Brasil*, de Delgado de Carvalho.







*Quadro a óleo de Jean-Baptiste Debret: Revista das tropas destinadas a Montevideu, na Praia Grande, 1816.*







*Quadro a óleo de Jean-Baptiste Debret: Embarque na Praia Grande de tropas destinadas ao bloqueio de Montevideu, 1816.*



OS CONTEMPORANEOS



Lith de S.A. Sisson Place du Centre 45

JOZE MARIA DA SILVA PARANHOS

*José Maria da Silva Paranhos*

Litografia de S. A. Sisson de José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco.



## Bibliografia

BANDEIRA, Júlio e Lago, Pedro Corrêa do. *Debret e o Brasil Obra Completa 1816 - 1831*. Rio de Janeiro, Capivara Editora, 2009.

BUARQUE DE Holanda, Sérgio. *Do Império à República, Tomo II O Brasil Monárquico, volume 5*. São Paulo, DIFEL, 1977.

BURCKHARDT, Jacob. *A Cultura do Renascimento na Itália*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1991.

CARDIM, Carlos Henrique e Almino, João (organizadores). *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Brasília, Comissão Organizador das Comemorações do Primeiro Centenário da Posse do Barão do Rio Branco como Ministro das Relações Exteriores, Fundação Alexandre de Gusmão, 2002.

CARNEIRO, David. *História da Guerra Cisplatina*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1983.

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri* in Revista de História, número 17, p.56, 1954.

DONATO, Hernâni. *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. Rio de Janeiro, IBRASA / Biblioteca do Exército Editora, 2001.

DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. *Poesia Completa*. Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar, 2002.

FRANCO, Álvaro da Costa (org.). *Com a palavra, o Visconde do Rio Branco*. Rio de Janeiro, CHDD / FUNAG, 2005.



FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos - Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo, Global Editora, 2004.

FUNAG / CHDD. *Revista Americana - uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909 - 1919). Seleção de textos pelo Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD), da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG)*. Brasília, Senado Federal, 2001.

JANCSÓ, Istvan (Orientador). *Cronologia de História do Brasil Monárquico 1808-1889*. São Paulo, Humanitas, Departamento de História, FFLCH USP, 2000.

KEATING, Vallandro e Maranhão, Ricardo. *Caminhos da Conquista - A Formação do Espaço Brasileiro*. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2008.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Obra Completa de Machado de Assis*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1994. v. II.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, Século XIX - Uma Província no Império*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1992.

NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 2004.

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro, Top Books, 2000.

RIO BRANCO, Barão do. *Obras do Barão do Rio Branco, VII, Biografias*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1947.

RIO BRANCO, Barão do. *Obras do Barão do Rio Branco, VIII, Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1948.

RIO BRANCO, Barão do. *O Visconde do Rio Branco com introdução e notas de Renato de Mendonça*. Rio de Janeiro, A Noite Editora, s/d.

RODRIGUES, José Honório. *História e Historiadores do Brasil*. São Paulo, Editora Fulgor, 1965.

SISSON, S. A. . *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. Brasília, Senado Federal, 1999, 2 volumes.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2010.

SOUZA, J. A. Soares de. *O Brasil e o Prata até 1828, in Buarque de Holanda, Sérgio (direção). História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, O Brasil Monárquico, primeiro volume, O Processo de*



*Emancipação*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970.

VASQUEZ, John e Marie T. Henehan. *Territorial Disputes and the Probability of War 1816-1992*, *Journal of Peace Research*, vol.38, nr. 2, p. 123-130, 2001.

VIANNA FILHO, Luiz. *A Vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1959.



LUÍS BARROSO PEREIRA



A antiga povoação ou arraial de Tijuco, hoje cidade de Diamantina, apresenta, a quem a observa de alguma altura vizinha, a mais bela perspectiva.

Cercam-na de todos os lados montanhas numerosas e esmaltadas de cristalinas correntes que por elas se despenham, vencendo a resistência que as escabrosidades do lugar lhes opõem. Seus cimos alterosos parecem receber tributo das nuvens, que muitas vezes rastejam humildes por eles.

Em um rechano, outrora circundado de pauis, acham-se as casas do antigo Tijuco.

Nasceu ali, ao descambar do século passado\*, Luís Barroso Pereira, a tempo em que seu pai exercia as funções de intendente dos diamantes.

Era mineiro; como tal, Barroso Pereira era franco quanto se podia ser, dotado de espírito ilhano e despido de refolho.

Nascera ele na terra de Minas, onde o aspecto dessas montanhas titânicas e verde-azuladas, desses rios límpidos e majestosos, desses convas floridos e arvorejados e desses campos sempre verdecentes e férteis inspira ao homem, desde sua meninice, o amor à pátria e à liberdade.

---

\* Século XVIII. (N.E.)

Barroso era ainda uma criança quando teve de dizer um adeus saudosos ao céu brilhante de sua terra. Deixou Minas e seus montes, seus rios e seus campos... e chegou ao Rio de Janeiro.

Seus olhos se dirigiram ávidos em procura do oceano e logo que o pôde ver nele cravou-os contemplando-os com êxtases... Nunca vira ele o mar; e, partindo para Lisboa, tal foi o desejo que teve de seguir a carreira náutica, que seu pai dedicou-o a ela. Em 1802, concluiu ele seus estudos, tendo-se distinguido por um talento espantoso e por uma aplicação não vulgar.

A guerra da península deu ocasião a que ele patenteasse as suas belas qualidades de oficial hábil e inteligente.

O tirano da França não se contentava em oprimir sua pátria; queria fazer pesar o seu cetro de ferro sobre os outros povos. Enganaram-se quando supôs que na terra dos Viriados, dos Afonso Henriques, dos Nuno Álvares, poderia ele firmar o seu poderio.

O nosso jovem oficial recebeu o comando de algumas barcas canhoneiras e mereceu pelo seu zelo e pela sua galhardia os louvores de seus chefes, distinguindo-se, sobretudo em Santarém, quando aí se achava o heroico general francês Massena.

Após uma luta encarniçada, os anglo-hispano-lusos conseguiram expelir da península e fazer recuar até Tolosa os exércitos que a ocupavam.

Consequência do aparecimento dessa guerra foi a insurreição das colônias hispano-americanas. Assustara ela ao governo português, que, recordando-se das tentativas recentes dos brasileiros para hastear o pendão da liberdade em Minas e em Pernambuco, lembrando-se das rivalidades dos colonos com os portugueses, rivalidades que em muitos pontos trouxeram derramamento de sangue, o governo português achou que era necessário organizar na fronteira do sul (única que se achava mais em contato com os insurgentes) uma linha de tropas, que servisse para impedir que a lava liberal se espalhasse pelo Brasil, como outrora foi no celeste império, construída a *grande muralha*, para opor-se à torrente mongol.

Dom João VI, vendo que Fernando VII enviara para a Nova Granada o exército às ordens do general Murillo, e reconhecendo que não devia esperar inutilmente, fez vir de Portugal cinco mil homens comandados pelo benemérito general Carlos Frederico Lecór, depois visconde da

Laguna. Às ordens do chefe de divisão Rodrigo José Ferreira Lobo, que conduzia em uma esquadra essas forças, vinha Barroso Pereira.

A 30 de março de 1816, depois de uma audiência tão longa, pôde ele ver a terra da pátria e admirar de novo a formosa baía do Rio de Janeiro, onde pela vez primeira vira o salso elemento.

Só dois meses pôde ele estar aí.

A 12 de junho as forças navais, ao mando de Rodrigo Lobo, singraram para o sul, conduzindo as tropas do general Lecór, e posto que devessem estas desembarcar em Maldonado, segundo as intenções do governo, não foram estas observadas, sendo o desembarque operado em Santa Catarina. A esquadra seguiu para o Prata, onde estacionou.

No entanto, Lecor, depois da vitória de Índia Muerta, entrou triunfante em Montevidéu no dia 20 de março de 1817.

Precisava ele enviar a Buenos Aires um comissário que tratasse com esse governo de assuntos importantíssimos, concernentes à guerra na Banda Oriental. Era mister que o encarregado de tal missão possuísse, a par das habilidades, a circunspecção, a prudência e a ilustração.

O almirante Lobo enviou a general o jovem Barroso, dizendo-lhe que não encontraria nem no exército nem na esquadra oficial mais inteligente, hábil e probo que esse.

Desembarcou Luís Barroso Pereira em Montevidéu e apresentou-se logo ao general.

Lecór expôs-lhe o motivo por que o enviara a Buenos Aires, fazendo-lhe ver toda a gravidade e importância da missão que lhe confiava, e no curto colóquio que com ele teve, pela magnitude de seus pensamentos, pela facilidade de exprimir-se, pela amenidade de estilo, e, sobretudo, pela delicadeza de trato, augurou-lhe um brilhante porvir na carreira a que se dedicara, e congratulou-se por ter encontrado para intérprete de seus pensamentos em Buenos Aires um moço de tanta capacidade e aptidão.

O hábil mineiro saltou em Buenos Aires.

Dera já provas de sua bravura como militar e como marinheiro ia dá-las de sua habilidade como diplomata e como político.

Sua fronte majestosa, seu andar seguro e firme, seu porte nobre e grandioso como que arrancavam simpatias a todos os que o viam. Seu trato afável e sua bela educação rodeavam-no de amigos, e, graças a isso, foram sem-número as amizades que deixou entre os portenhos.

Se o acolhimento que o nosso comissionado recebeu do público de Buenos Aires foi tão distinto, não foi somenos o que do governo, e particularmente do diretor supremo dom Juan Martín Pueyrredón.

Buenos Aires, desde 25 de março de 1810, achava-se livre do domínio espanhol.

O tenente-general dom Baltasar Hidalgo de Cisneros y La Torre, então vice-rei, foi deposto, e em seu lugar instalada uma junta superior provisória de governo, de que era presidente dom Cornelio Saavedra.

A anarquia reinou no Prata desde então, e a liberdade que não pôde conviver com ela, essa bateu as asas e afugentou-se das margens do Prata, esperando que as suas campinas tintas de sangue reverdecessem.

O congresso geral de Tucumán, presidido por dom Narciso Laprida, proclamou a 9 de julho de 1816 a independência das províncias que haviam constituído o vice-reino do Rio da Prata. E, apesar disso, continuou a discórdia a lavrar, e a sucederem-se quase sem intermitência as guerras civis.

Pueyrredón, eleito diretor, tomou posse em Buenos Aires a 29 de julho de 1816. Rodeou-se de homens hábeis como dom Matías Irigoyen, doutores dom Gregorio Tagle e dom Estevan Augustín Gascón, e procurou, mas debalde, fortalecer a ordem pública.

Abriam-se as conferências, e o governo de Buenos Aires fingiu estar de acordo com o nosso representante no que dizia respeito à expulsão de Artigas, implacável inimigo dos portenhos; mas, ocultamente, lançava ele os alicerces que deviam servir para a trincheira da qual pretendia disputar-nos, logo que se lhe oferecesse ocasião azada, a posse da Banda Oriental.

Para este fim, tinha emissários em Montevidéu, entre os quais se distinguiam o coronel Vedia, o doutor Passos e outros, e, para que desvanecessem as desconfianças do visconde da Laguna, protestavam sempre estes a ele, e Pueyrredón a Barroso “que tal procedimento nada tinha de positivo, sendo seu único objeto tranquilizar as províncias do interior, inquietas pela nossa proximidade e pelos contínuos triunfos obtidos pelas nossas armas”.<sup>1</sup>

Para a construção desse edifício político, que tinha por fim proteger os portenhos, quando dispondo de forças suficientes tratassem de reaver

---

<sup>1</sup> Sena Pereira – *Memórias e reflexões sobre o rio da Prata*.



a margem setentrional do Prata, trabalhavam sem o saberem amigos e inimigos. De um lado, trabalhavam os enviados de Pueyrredón; do outro lado, os argentinos proscritos por esse diretor, os quais formaram com alguns orientais uma sociedade secreta, na qual muito influiu o coronel dom Santiago Vasques, que estivera no Rio de Janeiro, tendo aí e em Montevideu recusado os oferecimentos que lhe faziam de entrar ao serviço de sua majestade fidelíssima.

Barroso conservou-se em Buenos Aires por algum tempo, retirando-se depois para o Rio de Janeiro.

Estava no Brasil, e, como seus compatriotas, ouviu ecoar desde o Amazonas até o Prata o grito mágico de *Independência ou morte!*

A esperança que desde a puerícia tivera de ver um dia sua pátria livre, esperança que ocultara até então nas muralhas de seu coração, realizava-se enfim.

Embarcou-se ele na fragata *Niterói*, como seu segundo comandante e com o primeiro almirante lorde Cochrane, marquês do Maranhão, partiu para a Bahia, entregue então ao exército do general português Madeira e à esquadra do almirante João Félix de Campos.

A 2 de julho de 1823, o estandarte auriverde tremulava ufano nas baterias da Bahia, e a esquadra imperial perseguia a portuguesa, fazendo-lhe contínuas presas.

À fragata *Niterói*, ao mando do bravo João Taylor, coube a difícil tarefa de perseguir a inimiga até a foz do Tejo.

A fragata cumpriu à risca o que lhe fora determinado e, de volta, tocou na Madeira e em outras ilhas portuguesas, encaminhando-se depois para o Rio de Janeiro, onde entrou acompanhada de muitas presas.

Taylor cobriu de elogios seu imediato e, em recompensa dos seus serviços, recebeu este do imperador o oficialato do Cruzeiro, sendo nomeado para ir tomar o comando da fragata *Imperatriz* que então se achava no Pará.

Na viagem, passou por Pernambuco.

A hidra revolucionária arrastava-se por sobre essa bela província. O Brasil começava cedo a lançar-se no abismo das revoluções e seus filhos não se lembravam de que o poeta mantuano pôs na boca de seu herói:

“Não, jovens, não acostumeis vosso ânimo a guerras tão grandes.

Não volteis forças poderosas contra as entranhas da pátria.” (Virgílio, Eneida, livro VI)

Homens ambiciosos, homens que supunham que a liberdade não consistia senão no banimento completo das formas monárquicas e no aniquilamento da ordem pública eram os que dirigiam esse movimento político.

Insensatos que confundem a anarquia com a liberdade, os horrores da Revolução Francesa com a soberania do povo romano!

Loucos que pospõem a felicidade de seus concidadãos as suas ambições pessoais!

Deus louvado, as bandeiras gloriosas do Império empunhadas pelos bravos da Barra-Grande foram logo arvoradas nas torres do Recife.

Os iludidos soldados da Confederação do Equador não puderam encarar de frente os rostos dos vencedores de Itaparica e Pirajá, e as estrelas do norte, por um instante eclipsadas, brilharam mais que nunca na faixa azul-celeste do escudo nacional.

Taylor, que então bloqueava o Recife, não quis deixar inativo o seu camarada: encarregou-o de ir assistir a um conselho geral que o fez chefe da rebelião Manuel de Carvalho Pais de Andrade.

Barroso Pereira deu nessa ocasião provas da sua coragem e de seu sangue frio, defendendo a sós entre os rebeldes os atos do governo e mostrando que essa rebelião impossibilitaria a realização da independência.

Depois dessa comissão, seguiu ele para o Pará, onde tomou o comando da *Imperatriz*, que ele conduziu à corte.

Aí se achava ele quando o governo imperial levantou a luva que lhe atirara o de Buenos Aires.

Barroso mostrou nessa luta a mais desmedida bravura. Partiu alegre para a guerra como o fazem os verdadeiros militares.

Muitas vezes ele lamentou que o seu chefe, o almirante Lobo, não tivesse energia para dirigir com algum rigor mais as operações.

No dia 27 estava a fragata ancorada em frente ao porto de Montevideú. Voltara ele de um cruzeiro. De jovial que era, tornou-se repentinamente taciturno e frio, tão frio como a terra em que nascera.

Alguna coisa havia de extraordinário no seu coração, mais gigantesco ainda que os alcantilados montes que cercavam seu berço natal.

Eram 23h.

A lua, que antes aparecera prateando as águas do rio, e ocultando-se de quando em quando atrás das nuvens, desaparecera completamente, e

a noite ficara escura, cobrindo-se o céu de um negro manto.

No porto de Montevidéu, achava-se fundeada a fragata *Niterói*, em fabrico, estando Lobo com a esquadra imperial à âncora, nas proximidades do mesmo porto.

Pouco depois, o oficial de quarto da fragata *Imperatriz* distinguiu muitos navios que se dirigiam à fragata inglesa *Doris*, estacionada a alguma distância da nossa, e avisou isso ao comandante.

Suspeitando Barroso que fossem inimigos, preparou-se para qualquer emergência.

A maré era de vazio e um brando vento norte fazia balançar a vistosa fragata *Imperatriz*. Reinava a bordo silêncio sepulcral. Faltava um quarto para a meia noite, quando os navios que o oficial de quarto vira passaram pela fragata, seguindo por bombordo, e, virando na proa, voltaram por este bordo para a alheta. O maior dos navios que entravam perguntou em inglês: “Que navio é este?”

Não obtendo resposta, esteve parado por alguns instantes e rompeu o fogo. Eram os navios inimigos. Entre eles estava a corveta *Veinte y Cinco de Mayo* em que se achava o almirante William Brown.

Ao violento fogo dos navios inimigos respondeu a fragata com o maior vigor.

Já estavam içadas as velas de proa da fragata, as gáveas largas, e tudo estava pronto para a amarra sobre a boia.

Essa manobra não pôde ser executada, porque o fogo do inimigo cortou muitos cabos de laborar e crivou as velas.

Escusado é dizer que Luís Barroso Pereira não desmentiu, nas circunstâncias críticas em que se achava a reputação de bravo que adquirira.

Alguns navios inimigos ficaram nos flancos da fragata, não só por serem eles muitos, mas também porque ela guinava três a quatro quartos.

Colocou-se Barroso Pereira no lugar mais perigoso do navio, contra a vontade de seus oficiais; e, com os braços cruzados, aí se conservou através de uma nuvem de balas. Alcançou-o uma delas poucos minutos antes do começo da ação. Sem dar um só grito, levou ele com calma as mãos ao peito:

– Não foi nada camaradas – exclamou ele. Recuou três passos e caiu gritando:

“Ao fogo!” Baldias, frustâneas, foram às esperanças do que supunham vê-lo tornar a si. Poucos segundos depois expirou.

O seu imediato, o capitão-tenente Rebelo Gama, continuou a dirigir o navio até que o inimigo, vendo que os outros vasos da esquadra brasileira vinham em socorro da *Imperatriz*, fugiu precipitadamente à 1h20.

A fragata perdeu, além do comandante, um marinheiro morto, e 10 homens feridos.

Tão violentas foram as suas bandas, que a cada uma delas um clarão afogueado como o do relâmpago alumia todo o porto e a cidade, em cujas açoteias e praias estava toda a população assistindo ao combate.

Na manhã do dia 28, foi a bordo da *Imperatriz* o comandante da fragata inglesa *Doris*, John Gordon Sinclair, a cumprimentar a guarnição, dizendo que se havia defendido com a habilidade e com a bizzarria possível, e que nem mesmo o seu navio fã-lo-ia melhor se achasse em idênticas circunstâncias. O mesmo disse o comandante da fragata norte-americana *Cyone*, surta em Montevidéu, o qual fez grandes elogios na presença do ministro da Matinha, quando em maio veio ao Rio de Janeiro.

No dia 28, muitos cadáveres de argentinos foram trazidos pelo rio às praias, desmentindo-se assim a participação de Brown, que declarara ao seu governo ter tido apenas 2 mortos e 12 feridos.

Assim terminou a carreira do heroico capitão-de-fragata Luís Barroso Pereira; dedicou-se ao serviço da pátria: serviu-a com dedicação de um filho: viveu para ela e por ela morreu.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1861.

ESBOÇO BIOGRÁFICO DO GENERAL JOSÉ DE ABREU  
BARÃO DO CERRO LARGO



# I

*Nascimento de José de Abreu.<sup>2</sup> Assenta praça no regimento de dragões. É promovido a capitão pelos serviços prestados nas campanhas de 1811 a 1812. É elevado a tenente-coronel e recebe o comando militar da fronteira do Quaraí.*

Um dos talentos mais brilhantes que adornaram as letras e o jornalismo de nossa terra, o doutor Justiniano José da Rocha, escrevendo a vida do ilustre marquês de Baependi,<sup>3</sup> enunciou um conceito que não pode ser contestado em sua generalidade, quando acusou de ingrato e de esquecedor o povo brasileiro.

Com efeito, é uma triste realidade! Nem o passado, nem o futuro do país atraem entre nós a atenção pública, que descuidosa se deixa absorver na contemplação dos sucessos e dos homens do presente. Para os acontecimentos do passado – desse passado ainda tão recente, mas tão fértil em grandes exemplos e lições proveitosas –, só há esquecimento

---

<sup>2</sup> Este trabalho foi escrito quando seu autor cursava ainda as aulas da Faculdade de Direito de São Paulo. A isso e à rapidez com que foi traçado, deve-se, sobretudo, o desalinho da frase e as outras faltas, que sem dúvida o leitor desculpará. Se esta memória pode aspirar a algum merecimento, é unicamente ao de ocupar-se de alguns pontos da nossa história, sobre os quais nada se tem escrito até hoje.

<sup>3</sup> *Biografia de Manoel Jacintho Nogueira da Gama, marquês de Baependi*. Rio de Janeiro, 1851, 1 vol.

e indiferença da parte de quase todos, e até escárnio e ridículo da parte de muitos.

Nunca pertencemos ao número dos indiferentes, ou desses espíritos fortes; e é, por isso, que tentamos hoje esboçar rapidamente a biografia de um brasileiro ilustre, que consagrou sua vida inteira ao serviço da terra que o viu nascer, dando no decurso dela as mais raras provas de amor e de dedicação à pátria.

O general José de Abreu é, na verdade, um dos vultos mais eminentes e distintos da nossa história. Não foi ele, digamo-lo já, um desses entes felizes que se cobrem de honras e de grandezas só porque sabem captar as boas graças dos poderosos da terra.

Abraçando, órfão de proteções, a carreira honrosa das armas, ilustrou seu nome, enriqueceu os fastos militares de sua pátria e conquistou, unicamente por seu merecimento, as honras e as dignidades que lhe couberam em partilha.

Três vezes livrou ele a província de São Pedro do Rio Grande do Sul da invasão estrangeira; dezenove vezes bateu-se nos campos de batalha, cobrindo sua frente de louros imarcescíveis. Assim como nunca se deixou alucinar pelos encantos da fortuna, manifestando sempre uma modéstia que raríssimas vezes se pode encontrar em tão subido grau; assim também não se deixou abater, nas horas do infortúnio, pelas injustiças e pelas ingratidões de que foi vítima.

Sobre os primeiros anos de sua vida muito pouco nos foi possível saber. Descendia de uma família de açoristas, que se estabelecera no Povo Novo, lugarejo situado entre Rio Grande e Pelotas, onde viu ele a luz do dia no último trintênio do século passado\*.

Recebidos os primeiros rudimentos da educação, alistou-se no regimento de dragões,<sup>4</sup> habituando-se assim desde a mais tenra idade às privações da vida militar. Nesse regimento, serviu Abreu até o posto de capitão, fazendo com ele a campanha de 1801 e as de 1811 e de 1812, nas quais começou logo a tornar-se conhecido pelo seu zelo e por sua atividade, pela sua inteligência e por seu admirável bom-senso, que supriam completamente a falta de uma educação esmerada, aliás,

\* Século XVIII. (N.E.)

<sup>4</sup> Segundo as informações que, por intermédio de um amigo, obtivemos do excelentíssimo senhor general J. J. Machado de Oliveira, esse regimento teve posteriormente a denominação de “quinta cavalaria”.



muito pouco comum, mesmo hoje, entre os que se dedicam à carreira das armas.

Nestas últimas campanhas, sendo tenente da sétima companhia do referido corpo, esteve a princípio em Missões, na coluna do então coronel João de Deus Mena Barreto,<sup>5, 6</sup> e foi depois destacado com o coronel Tomás da Costa<sup>7</sup> para a fronteira do Quaraí, ameaçada por Artigas, donde em seguida marchou para a foz do Santo Antônio, aguardando aí a chegada do exército pacificador às margens do Uruguai.<sup>8, 9</sup>

<sup>5</sup> Depois, marechal do exército, visconde de São Gabriel, falecido em 1849.

<sup>6</sup> Capitão graduado. *Gazeta*, 14 de agosto de 1811.

<sup>7</sup> Tomás da Costa Correia Rabelo e Silva, depois general.

<sup>8</sup> Em 1811, tínhamos na fronteira do Quaraí uma força mui diminuta, mas que arrojava-se a fazer incursões no território inimigo. Foi essa força (200 homens) que se apoderou de Paissandu, depois de uma luta encarniçada, em que da guarnição apenas escaparam oito homens, perecendo todos os outros, inclusive o chefe inimigo, que era um capitão Bento, filho de Porto Alegre.

Marchando Artigas para o Salto com os habitantes da campanha, em número de 14 mil, foi contido aí pelo major Manuel dos Santos Pedroso. Atacado traiçoeiramente junto ao Arapeí-Chico por forças cinco vezes maiores (também comandadas por um rio-grandense, o tenente-coronel Manuel Pinto Carneiro), pôde Pedroso repelir os contrários e retirar-se para a serra do Jarau, donde voltou, depois, a medir-se com o inimigo. Foi em consequência desses sucessos que o conde do Rio Pardo destacou para o Quaraí a coluna do coronel Costa, da qual Abreu fazia parte.

<sup>9</sup> Nota que recebi: José de Abreu, filho de João de Abreu, de idade 14 anos. Recebeu 5\$300, como o de f. 76, em 28 de dezembro de 1874. Vence de 28 de dezembro de 1784 que se ofereceu voluntariamente para o Real Serviço. (do L. “Matrícula do Novo Corpo desta fronteira, (Rio Grande)” segunda Companhia, capitão João Marcos de Madureira, a f. 85 v°).

“E nada mais sei a respeito do barão do Cerro Largo. O senhor Viegas, cartorário da Thes<sup>a</sup> foi quem mostrou-me o livro de onde copiei o que foi transcrito acima”. (Esta nota foi escrita por um Leopoldino, contador da Tesouraria)."

Carta de Antonio de Azambuja: “Falando com Viegas a respeito da natureza do barão do Cerro Largo etc., disse-me que estava certo de que ele era misturado, e que se inclinava a crer que era indiático, por ter o cabelo corredio, e esta circunstância (a cor) exclui toda a ideia, como já lhe disse, de ser ele descendente dos casais que vieram em 1740 para a província.” O mesmo Azambuja escreveu depois: “O coronel Tota com quem conversei antes ontem me afirmou que Abreu, de quem ele foi secretário quando aquele comandava as armas, lhe dissera ter nascido em Povo Novo, perto do Rio Grande, e descender de caboclo, como ele mesmo dizia.”

Estas informações foram enviadas por Antônio de Azambuja Cidade (Porto Alegre) e por ele transmitidas a José Feliciano França. Coruja foi quem, me as deu. Conclui-se, pois: que José de Abreu, filho de João de Abreu, nasceu em Povo Novo no ano de 1770; que era meio índio;

que entrou para o serviço em 28 de dezembro de 1784.

No sítio da Colônia, em 1735 e em 1736, havia um capitão João de Abreu natural do Brasil que era talvez o pai ou avô de João de Abreu.

A campanha de 1812 terminou, como se sabe, pelo triste armistício que celebrava em Buenos Aires o comissário português Radmaker, e, conhecido ele, as nossas forças após pequena demora, se puseram em marcha, recolhendo-se à fronteira. No dia 12 de setembro,<sup>10</sup> o general em chefe despediu-se, nas pontas de Cunha-Peru do bravo exército que comandara, prometendo aos seus companheiros de armas levar a notícia do soberano, os nomes dos que mais se haviam assinalado; e entre estes não olvidou o do tenente Abreu, de sorte que na primeira promoção foi ele elevado ao posto de capitão com antiguidade, 11 de junho de 1811 (decreto de 12 de julho de 1813).

Poucos anos depois, em 1814,<sup>11</sup> era o mesmo Abreu nomeado comandante dos esquadrões de milícias de Entre Rios, dando-se-lhe ao mesmo tempo a patente de tenente-coronel e o comando militar do distrito de Entre Rios, que compreendia a linha de fronteiras do Quaraí até Santana do Livramento.

Aproveitados assim os seus serviços, e colocado em posição mais elevada, pode ele, nas campanhas seguintes, assinalar-se por uma série de feitos notáveis, que bastariam para firmar a glória do seu nome e para inscrevê-lo em caracteres de ouro em muitas das páginas mais brilhantes da nossa história.

Em 1816 é que começou a tornar-se interessante a vida do ilustre barão do Cerro Largo. Acompanhem-lo aqui nos seus dias de glória, para segui-lo depois em seus dias de infortúnio, quando, vítima da ingratidão, vendo esquecidos seus serviços, empunhava a sua espada, sempre vencedora, para ir morrer como um simples soldado em defesa da honra nacional, ultrajada.

<sup>10</sup> A despedida foi publicada na *Gazeta do Rio de Janeiro*, de 15 de novembro de 1812.

<sup>11</sup> Foi nomeado também, por decreto de 12 de julho de 1813, tenente-coronel comandante do Regimento de Cavalaria Miliciano da província de Missões e, depois, dos Esquadrões de Missões de Entre Rios. Em outra nota acho: decreto de 20 de janeiro de 1813 confirmado no posto de tenente-coronel de milícias guaranis com antiguidade, 3 de julho de 1813.

## II

*Rápida vista de olhos sobre o estado da Banda Oriental em 1816 e sobre as causas da intervenção armada do governo de dom João VI. Chegada dos voluntários reais. Instruções do capitão-general do Rio Grande. Começo das hostilidades, encontros entres as forças inimigas e as de José de Abreu, no distrito de Entre Rios. O general Curado toma conta do exército da direita. Plano de Artigas, suas forças invadem as Missões Orientais e sitiam São Borja. José de Abreu é enviado para levantar o sítio de São Borja. Sua marcha ao longo do Uruguai. Combates do Passo de Japeju e do Ibicuí, em que é repellido Sotel. Abreu atravessa este rio em procura do coronel Andrés Artigas. Combate de São Borja e restauração das Missões Orientais.*

A campanha de 1812 terminou sem que tivéssemos obtido a vantagem que o governo tinha o direito de esperar.

A Banda Oriental continuou a ser presa da mais desenfreada anarquia e da mais estúpida das tiranias. José Artigas, caudilho que adquirira já uma grande celebridade, não tanto pelos seus sentimentos patrióticos, mas por sua ambição descomunal e pela crueldade de que tanta prova soube dar, mantinha-se em luta contra o diretório de Buenos

Aires, a despeito dos auxílios prestados por este para a expulsão dos espanhóis da cidade de Montevideu e dos esforços de alguns homens distintos do Rio da Prata.<sup>12</sup> Sua influência estendia-se mesmo além do Uruguai, sobre Corrientes, Entre Rios, Santa Fé e Córdoba.

A anarquia, que reinava então nesses países, a ninguém devia assombrar, pois era a consequência da transição violenta por que passaram, trocando repentinamente as instituições monárquicas e o regime colonial por um governo puramente democrático.<sup>13</sup>

O diretor supremo das Províncias Unidas, Posadas e seu sucessor Alvear adotaram para com o caudilho oriental uma política enérgica; mas uma revolução apeou este último do poder (15 de abril de 1815) e a administração que lhe sucedeu procurou seguir uma linha oposta de proceder, tentando, mas debalde, estabelecer relações amigáveis com esse chefe.

Foi então que à corte do Rio de Janeiro chegou emigrado o ex-ministro de Buenos Aires Nicolás Herrera, amigo do diretor decaído, e proscrito como este.<sup>14</sup> Com o talento e a sagacidade que tanto o distinguiram, conseguiu-o, auxiliado por Alvear, fazer renascer na corte de dom João VI os planos de conquista que, havia muito, eram aí alimentados.<sup>15</sup>

Os seus manejos, as apreensões e receios que a influência de Artigas

<sup>12</sup> Talvez se diga que somos demasiadamente rigorosos falando desse chefe, e, pois, julgamos conveniente transcrever para aqui um trecho da *Autobiografía del brigadier general Rondeau*, que caracteriza Artigas em poucas palavras: “Pretendia para a sua província – diz Rondeau – a emancipação absoluta de qualquer outro poder, que não fosse o seu, porque só ele se reputava o árbitro de seus destinos.”

Pode ver-se igualmente na *Memoria sobre la projetada retirada del ejercito destinado al sitio de Montevideu*, etc., escrita pelo general Nicolás Vedia, a maneira como é julgado o mesmo caudilho.

<sup>13</sup> Não nos venham com o exemplo dos Estados Unidos. É um povo excepcional, que por índole e caráter muito difere dos povos de origem latina.

<sup>14</sup> Quem estudar a história dos países banhados pelo Prata há de lembrar-se muitas vezes das palavras de Edgar Quinet em referência a Itália: “O recurso de cada partido vencido é o de abrir as portas do país a um exército estrangeiro. Considerem a Itália em qualquer época. Há um personagem que encontram em cada acontecimento e que é o artesão incansável dessa história: quero falar do emigrado. Sempre pronto a trair esta pátria, que não pôde governar, ele atrai o inimigo, o pressiona, conduz a invasão” (*Revolutions d'Italie*, Paris, 1857, 1 vol.).

<sup>15</sup> Vejam-se as memórias e as reflexões sobre o rio da Prata por um oficial da marinha brasileira; trabalho de alto merecimento histórico, infelizmente interrompido, que se deve à pena do falecido almirante Jacinto Roque de Sena Pereira. O senhor conselheiro Pereira da Silva, que em sua recente e preciosa *História da fundação do Império brasileiro* se ocupa extensamente

despertava no ânimo do gabinete de São Cristovão pela segurança e pela tranquilidade das fronteiras meridianas do Brasil; as queixas constantes e repetidas dos habitantes do Rio Grande, que pediam garantias para suas vidas e para suas propriedades; tudo isso decidiu a intervenção de 1816 e a ocupação militar da Banda Oriental e a elas deu causa, que só teve lugar depois de desatendidas pelo governo de Madri as justas reclamações de dom João VI.<sup>16</sup>

O governo guardou o mais inviolável segredo sobre a resolução que adotara, a de expulsar o inquieto e perigoso vizinho; e limitou-se a comunicar à Grã-Bretanha e à Espanha que ia transferir para o Brasil uma divisão de voluntários, escolhidos entre as tropas que haviam feito a guerra peninsular. Essa divisão, comandada pelo general Carlos Frederico Lecór, mais tarde visconde da Laguna, partiu efetivamente de Lisboa e desembarcou no Rio de Janeiro, seguindo depois para Santa Catarina, donde marchou por terra para o Rio Grande.

O governo já havia transmitido ao capitão-general do Rio Grande, marquês de Alegrete, as convenientes instruções para a defesa das fronteiras, recomendando-lhe que batesse e dispersasse todas as partidas contrárias, que se aproximassem do nosso território; e o marquês dera-se pressa em cumprir as ordens terminantes que recebera, mobilizando, além da força de linha de que dispunha, todos os regimentos milicianos: mas a chegada dos “voluntários reais” à corte, e os movimentos de tropas no Rio Grande levantaram suspeitas no ânimo de José Artigas, que bem depressa foi informado miudamente das intenções do governo de dom João VI, por cartas enviadas do Rio de Janeiro.

O audaz caudilho não se atemorizou com isso e em seu louco orgulho chegou até a rejeitar os auxílios que de Buenos Aires lhe ofereceu o diretor Pueyrredón. Quis resistir só por si, preparou-se para a luta, concentrando em Purificación, à margem do Uruguai, o grosso de suas forças.

---

dos negócios do rio da Prata, não nos fala da influência que teve Herrera sobre a invasão de 1816 e sobre os ulteriores acontecimentos.

<sup>16</sup> O governo do Rio de Janeiro pediu ao de Madri (antes de mover as suas tropas) providências para a expulsão do audacioso caudilho, e, conquanto o gabinete espanhol se mostrasse a princípio inclinado a satisfazer essa exigência mudou posteriormente de resolução, enviando para Nova Granada a expedição, que tinha a princípio destinado ao rio da Prata.

Também nessa reclamação não fala o senhor conselheiro Pereira da Silva na obra já citada.

O ilustre general Curado<sup>17</sup> havia sido incumbido pelo marquês de Alegrete da defesa das fronteiras do Quaraí e do Uruguai; e, conquanto se apressasse em reunir as forças cujo comando lhe fora cometido e em marchar para o seu posto de honra, achou já o inimigo de sobreaviso, perfeitamente pronto para romper as hostilidades.

As partidas deste já haviam por mais de uma vez transposto o Quaraí e penetrado em nosso território, onde os pequenos recontros e choques de cavalaria sucediam-se uns aos outros; mas o intrépido tenente-coronel Abreu, que, como dissemos, comandava o distrito militar chamado de Entre Rios, soube sempre repelir os destacamentos inimigos, derrotando-os e arrojando-os para longe da fronteira.

A atitude enérgica, que em tão críticas circunstâncias assumiu esse bravo militar, mereceu do distinto paulista Diogo Arouche de Moraes Lara menção especial, na sua interessante *Memória da campanha de 1816*, em termos de justo e de merecido louvor.<sup>18</sup>

Nessas circunstâncias, apresentou-se o general Curado na fronteira e tomou posições no Ibirapuitã-Chico, destacando logo para as Missões Orientais o general Chagas Santos e aguardando, entretanto, os movimentos do inimigo para manobrar convenientemente.

Artigas, depois de ter feito partir Otórguez e Rivera para as bandas do Jaguarão e do Chuí, avançou de Purificación com três mil homens,<sup>19</sup> foi postar-se na quebrada das Três Cruzes, situada nas proximidades do serro de Lunarejo.

Com essas forças, concebeu ele o arrojado plano de invadir o Rio Grande, enquanto Rivera e Ortóguéz hostilizavam as forças de Lecór e as que guarneciam a linha do Jaguarão.

Ordenou que o coronel Andrés Artigas invadisse as Missões Orientais e que o coronel Berdún transpusesse o Uruguai em Belém, seguisse pela sua margem direita e o atravessasse de novo, colocando-se entre o Quaraí e o Ibicuí. Efetuada a conquistas das Missões, o primeiro desses chefes devia avançar pelo coração do Rio Grande, apoiado por

<sup>17</sup> Joaquim Xavier Curado, depois conde de S. João das Duas Barras.

<sup>18</sup> Vide a *Revista do Instituto Histórico*, tomo VII, pp. 124 e 272. "... Nestas guerrilhas e partidas, principiou a fazer-se assinalado o tenente-coronel José de Abreu, então comandante dos esquadrões e do mencionado território de Entre Rios."

<sup>19</sup> Vide a *Memoria de los sucesos de armas, que tuvieron lugar en la guerra de la independencia de los orientales con los españoles y portugueses etc. etc.*, escrita por um oriental contemporâneo.

uma coluna ao mando de Pantaleón Sotel, enquanto o grosso exército inimigo atacava a divisão de Curado.

O plano não podia ser melhor concebido. Ameaçadas pelo flanco e pela retaguarda, as nossas forças teriam de recuar precipitadamente, para não ver a sua retirada cortada, e para cobrir o interior da província. A vigilância dos novos chefes, porém, descobriu logo as intenções do inimigo e preparou-lhe o mais pronto e solene castigo.

O general Tomás da Costa,<sup>20</sup> que comandava uma divisão avançada das forças de Curado, percebendo os passos do inimigo, destacou logo para as Missões o bravo tenente-coronel José de Abreu, e com os restos de sua coluna retirou-se até o acampamento de Curado, conduzindo os habitantes da fronteira e todos os móveis que puderam estes carregar consigo.

Abreu havia sido incumbido por ele de obstar a passagem de Sotel, no Uruguai, e sua junção com Andrés Artigas, correndo em seguida sobre São Borja, ameaçada por uma divisão de 1.500 homens ao mando deste último chefe.

Para a empresa tão arriscada foram-lhe dados apenas 653 homens das três armas, e duas pelas de artilharia;<sup>21</sup> mas o bravo rio-grandense não olhava ao número, senão ao cumprimento do dever, e partiu alegre e orgulhoso para desempenhar a sua honrosa missão.

Seguiu, pois, sem demora, margeando o Uruguai e forçando quanto era possível as marchas.

Soube então que Sotel estava atravessando esse rio no Passo de Japeju e, voando ao seu encontro, descobriu-o no dia 21 de setembro, atacou-o por surpresa e arrojou-o à outra margem, apreendendo 1.500 reses, muitos cavalos, armamento e alguns prisioneiros.

A mortalidade do inimigo foi grande, porque, ao lançarem-se seus soldados ao rio, Abreu fez trabalhar sobre eles a artilharia, causando-lhes com isso um grande dano.

Sotel, porém, não era homem de desanimar. Com o auxílio de

<sup>20</sup> Tomás da Costa Correia Rabelo e Silva.

<sup>21</sup> Essa força estava assim dividida: *cavalaria*, um esquadrão de dragões, um de milícias do rio Pardo, um da legião de São Paulo, um de milícias de Entre Rios, um de lanceiros guaranis, com 513 praças; *infantaria*, uma companhia da legião de São Paulo, 117 praças; *artilharia* da legião de São Paulo, 23 praças, e duas peças. Total, 653 homens e duas bocas. (Vejam-se as *Memórias da campanha* de 1816, por Diogo Lara, impressas no volume 7 da *Revista do Instituto Histórico*).

algumas barcas canhoneiras, tentou efetuar a passagem da sua força junto à foz do Ibicuí, no Passo de Santa Maria. O previdente Abreu havia já destacado uma força de cavalaria para dar-lhe notícia dos movimentos do inimigo e, logo que foi informado das intenções deste, deixou a guarda das bagagens confiada ao esquadrão do rio Pardo e correu para o Ibicuí.

Sotel, com as canhoneiras, protegia a passagem de suas tropas para a margem direita do Ibicuí. Vendo isso, fez Abreu abrir uma picada no mato e conduziu por ela a artilharia e a infantaria até a borda d'água, onde, acoberto com o arvoredor, rompeu um fogo vivíssimo sobre os contrários, que corresponderam com balas e com metralhas.<sup>22</sup> Desenganado, o chefe artiguenho reembarcou suas forças e desceu precipitadamente o Ibicuí; mas sofreu ainda, junto à foz deste, um fogo terrível de mosquetaria, dirigido por uma força que o bravo tenente-coronel fizera com antecipação ocupar esse ponto.

Se Abreu dispusesse, como o seu adversário, de algumas canhoneiras, estaria totalmente perdida a coluna de Sotel. Este, porém, com o auxílio delas pôde, fugindo do Ibicuí, lançar-se Uruguai acima para operar sua junção com Andrés Artigas, que já então trazia em apertado sítio à povoação de São Borja, onde o general Chagas Santos opunha-lhe a mais firme e enérgica resistência.

Não havia, pois, tempo a perder. O que Abreu devia fazer em momentos tão supremos era avançar com a máxima rapidez possível para esse ponto. Foi o que o distinto e audaz cabo de guerra executou, sem que o embaraçassem os obstáculos naturais que teve de superar nesse trajeto.

Nos dias 25 e 26, atravessou o Ibicuí, operação difícil em consequência de ter engrossado o rio e da falta absoluta de canoas e de material apropriado para efetuá-la.

O entusiasmo que sabia inspirar a seus subordinados, orgulhosos de tal chefe, fez com que estes pusessem em prática esforços quase sobre-humanos para vencer as distâncias e as dificuldades.

No dia 27, eram batidos pela sua coluna, em Ituparaí, 200 homens enviados por Sotel muitos dias antes, para levantar gado. O inimigo

---

<sup>22</sup> Diogo Lara, *Memoria*.



deixou no campo 38 cadáveres.<sup>23</sup>

O dia 3 de outubro tinha sido destinado pelo coronel Andrés Artigas para dar novo e decisivo assalto a São Borja. Esse chefe sitiava aí o general Chagas Santos desde 21 de setembro e, nos repetidos ataques que dera, principalmente no dia 28, havia já perdido 200 homens. Aguardava o reforço de Pantaleón Sotel para investir a povoação, e este desde o dia 2 começara a operar a sua passagem, trazendo, além da infantaria, seis bocas de fogo.

Abreu não podia chegar mais a propósito. Tão veloz foi a sua marcha, e com tanta habilidade e prudência se houve durante ela, que o inimigo não suspeitou a sua aproximação.

Favorecido por um denso nevoeiro, apresentou-se nas circunvizinhanças do povoado, tendo feito antes os seus soldados trocarem as vestes de viagem pelas fardas de grande parada, animando-os com palavras cheias de ardor e entusiasmo.

Grande foi o alvoroço dos inimigos quando seus postos avançados deram notícia da chegada dos nossos. Abreu, avançando sempre, tratou de ganhar uma posição conveniente, mas antes que o pudesse fazer saíram-lhe ao encontro 800 homens de cavalaria. Dispôs então a sua coluna em ordem de batalha e destacou forças de cavalaria para que flanqueasse o inimigo. Este retrogradou, sustentando com os nossos flanqueadores um vivo fogo, e foi colocar-se entre dois pomares.

Abreu ordenou à infantaria que ocupasse os pomares. Esta avançou a passo de carga, protegida por um esquadrão ligeiro, que lhe cobria a frente, e, ao aproximar-se do primeiro pomar, a infantaria inimiga, que neste estava emboscada, soltou-lhe uma descarga à queima-roupa. Os nossos soldados, sem se perturbarem, investiram e, depois de uma luta terrível e desesperada, apossaram-se de ambas as posições, deixando estendidos todos os que as defendiam, com exceção de poucos, que a muito custo puderam ser salvos da morte pelos nossos oficiais.

Nessa ocasião, chegava o intrépido José de Abreu com o resto da coluna em auxílio da nossa infantaria. Achando-a, porém, senhora dos pomares, e vendo o inimigo em retirada para reunir-se ao grosso de suas forças, preparou-se para atacá-lo, e, apoiando-se nas posições que acabavam de ser tomadas, ordenou à artilharia que o metralhasse.

---

<sup>23</sup> Nesse encontro, perdeu 24 mortos; e, em duas guerrilhas, que tiveram lugar no mesmo dia, 14 mortos e um prisioneiro.

A linha inimiga conservava-se imóvel, respondendo-nos com a sua artilharia e com sua infantaria.

O esquadrão de São Paulo avançou então a galope sobre o inimigo, carregou um corpo deste, que com uma peça fazia sobre os nossos vivíssimos fogo, arrojou-o fora de combate e apoderou-se do canhão.

Esta carga, executada com ardor e felicidade, causou alguma confusão na linha inimiga, e, aproveitando-se desta vantagem e do entusiasmo de seus soldados, Abreu investiu-a com todas as suas forças, cortou-a pelo centro e desbaratou-a inteiramente, lançando-a em completa desordem uma parte para o Passo de São Borja e outra para os lados de Botuí.

Toda a artilharia, as bagagens, a secretaria militar, muito armamento e dois mil cavalos foram os troféus dessa esplendida vitória, que, pode-se dizer, decidiu a sorte da campanha, aniquilando inteiramente o plano de operações que traçava Artigas. No campo, ficaram cerca de 400 inimigos mortos e 30 prisioneiros.<sup>24</sup> O inimigo foi perseguido até grande distância; mas, achando-se nossos soldados nimamente fatigados, recolheram-se ao povoado, onde descansaram por um curto espaço de tempo, saindo logo depois a infantaria e a artilharia para o Passo de São Borja, protegidos por um esquadrão de cavalaria, e para o Botuí uma força de cavalaria de 230 homens.

No primeiro desses pontos, dispersou Abreu os inimigos, que, dispondo-se a passar o Uruguai a salvamento, tiveram, entretanto, de atirar-se a nado, acossados por ele e batidos por sua artilharia, perecendo no rio mais de 200.

A força de cavalaria destacada para o sul encontrou, no dia seguinte, os fugitivos, em número de 700, perto do Botuí, a cinco léguas de São Borja, e, apesar da inferioridade numérica dos nossos, o capitão Prestes, que os comandava, atacou-os, causando-lhes a perda de cem homens. Abreu, sempre ativo e solícito no cumprimento de seus deveres, apresentou-se aí no dia seguinte, apreendendo mais 620 cavalos. Achou

<sup>24</sup> O ilustrado senhor conselheiro Pereira da Silva na sua *História da fundação do Império brasileiro*, tomo IV, p. 23, diz que Abreu incitou os assediados a saírem igualmente da praça e a auxiliá-lo poderosamente.

Há manifesto engano nesta asserção.

O autor da *Memória da campanha* de 1816, que também serviu de guia àquele ilustre escritor na descrição dos sucessos de que nos ocupamos, afirma positivamente o contrário em uma nota.

apenas os vestígios da nossa vitória e da precipitada fuga do inimigo.<sup>25</sup>

Tantos e tão assinalados triunfos tornaram, desde então, popular e prestigioso entre os veteranos do sul o nome do intrépido José de Abreu, que era o terror dos soldados de Artigas. O modo brilhante por que executou a arriscada missão de que fora encarregado mereceu muitos louvores e elogios, não só de seus superiores e de seus companheiros de armas, mas também do governo e da imprensa da época.

O ilustre cronista dessa campanha, Diogo Lara, que tantas vezes temos citado, assim se exprime no seu interessante trabalho acerca das operações do nosso herói na margem esquerda do Uruguai:

Do que fica dito se conhece que o tenente-coronel Abreu concluiu a total restauração da província de Missões dentro de nove dias consecutivos ao da sua passagem do Ibicuí, opondo a mais de dois mil inimigos a pequena força de 653 homens, tão felizmente, que a perda total das duas tropas, nas ações que teve foi insignificante a vista da que causou aos insurgentes, aos quais matou seguramente mil homens,<sup>26</sup> tomando-lhes imenso armamento, cavalos etc.; serviço este que pela sua importância constitui este oficial benemérito e credor de todos os louvores e contemplação do seu soberano, assim como do reconhecimento e gratidão da capitania do Rio Grande, que deve aos honrados e valentes esforços de tão bravo oficial uma grande parte do território e propriedades, salvos por ele e pelas suas tropas.

A essas palavras, escritas por pena tão competente e imparcial, juntaremos alguns trechos da carta dirigida pelo bravo general Curado ao vencedor de São Borja.

Quartel-general em Ibirapuitã-Chico.

Senhor tenente-coronel José de Abreu.

Recebo com satisfação a parte oficial que vossa senhoria me dirigiu ao Passo de

<sup>25</sup> Veja-se Diogo Lara, *Memória da campanha de 1816*; ofícios de 22 de outubro, de 8 e 9 de novembro, dirigidos por Abreu e Chagas Santos ao tenente-general Curado, com a descrição desses combates.

<sup>26</sup> Há, sem dúvida alguma, exagero nesse número. A perda do inimigo pode ser calculada em 700 mortos, no mínimo.

São Borja, com data de 8 corrente, sobre o ataque e derrota dos inimigos, que pretendiam invadir a fronteira de Missões.

Louvo a vossa senhoria o acerto com que dirigiu a sua marcha, vencendo os obstáculos da estação; louvo o sábio discernimento com que vossa senhoria dispôs o ataque; louvo a sabedoria com que dirigiu as operações e o combate; louvo, finalmente, a prudente conduta com que soube vossa senhoria adquirir o conceito e estima da tropa de seu comando.

Estimo sobremaneira que vossa senhoria desse mais esta prova para radicar o seu abalizado merecimento etc.

José de Abreu tinha, com efeito, motivos para ensoberbecer-se, se não fosse tão bravo quanto modesto. Ele, porém, recebia essas e outras demonstrações de apreço, sem que elas pudessem operar em seu ânimo a menor mudança nem dar origem ao menor arranco de amor próprio.

Em março do ano seguinte, teve ele a satisfação de ler o aviso de 2 de fevereiro dirigido pelo conde da Barca a Curado, em que esse ministro, em nome do rei, ordenava ao general que fizesse constar ao tenente-coronel José de Abreu que sua majestade ficasse satisfeito dos seus serviços e do valor que manifestou no combate de São Borja.

### III

*Fatos que se seguiram ao combate de São Borja. O inimigo resolve atacar-nos com todas as suas forças. Move-se o nosso exército. Abreu é incumbido do comando da vanguarda. O exército inimigo, ao mando de La Torre, marcha ao encontro dos nossos. Resolve o nosso general atacar o quartel-general de Artigas. Abreu é incumbido desta missão. Ataque do Arapeí (3 de janeiro de 1817) e derrota de Artigas. Volta Abreu com a notícia de que La Torre, nesse dia, devia atacar-nos. Batalha de Catalán (4 de janeiro). Parte que nela teve Abreu.*

A notícia do combate de São Borja e da derrota de Andrés Artigas decidiu o general Curado a fazer atacar a divisão do coronel Berdún e, logo depois, o grosso das forças inimigas.

Assim, as vitórias de Abreu nas Missões prepararam duas outras, não menos brilhantes e férteis em resultados.

A primeira foi devida ao intrépido general João de Deus Mena Barreto (visconde de São Gabriel), que, a 19 de outubro, derrotou, junto ao Ibiraocaí, ao mesmo Berdún; a segunda, ganhou-a oito dias depois, junto a Carumbé, o ilustre general Joaquim de Oliveira Álvares.<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> Em Ibiraocaí, perdeu o inimigo 238 mortos e 24 prisioneiros; em Carumbé, uns 600 homens, dois estandartes, muitos prisioneiros, armamento e sete caixas de guerra. Nós tivemos apenas 26 mortos e 44 feridos.

Abreu não pôde tomar parte nesses combates, conquanto recebesse ordem de transpor o Ibicuí e de manobrar de acordo com Mena Barreto: o inimigo atacara a este antes da sua chegada. Novos louros, porém, deviam muito em breve juntar-se aos que já havia ele colhido.

Expulso o inimigo do nosso território, preparavam-se nossas tropas para atacar as forças que ele concentrava e reunia no Arapeí, quando, a 15 de novembro, o marquês de Alegrete, capitão-general do Rio Grande, assumiu o comando do nosso pequeno exército da direita, que mal contava em suas fileiras 2.500 combatentes; poucos, mas todos bravos e aguerridos, cheios de força moral e de entusiasmo.

Sempre audaz e temerário, sem esperar que os nossos o fossem atacar, Artigas destacou La Torre com a maior parte de seus soldados, para surpreender o exército brasileiro e a ele dar batalha.

Este já não manobrava e movia-se em busca do inimigo. O marquês de Alegrete, que, como o general Curado, possuía a grande qualidade de conhecer os homens, sabendo tirar de suas habilitações o maior partido possível, incumbiu do serviço da vanguarda o bravo tenente-coronel Abreu, confiando-lhe o comando de dois esquadrões de milícias de Entre Rios, dois esquadrões de guerrilha, 60 infantes e duas peças, tirados estes últimos da legião de São Paulo.

Com essa força, colocada sempre a um quarto de légua da testa da nossa coluna, guardava Abreu o nosso campo e vigiava a campanha pela frente e flancos.

La Torre, iludido pelos movimentos dos nossos, avançou até ao Ibirapuitã e, só aí sabendo da verdadeira paragem em que estávamos, contra marchou para atacar-nos pela retaguarda.

Nosso exército avançou duas léguas e foi tomar posições no Catalán, galho do Quaraí, procurando atrair La Torre e aproximar-se do acampamento de Artigas no Arapeí.

A posição em que se colocava o nosso general, entre La Torre, pela retaguarda, e Artigas, pela frente, era sem dúvida muito arriscada, mas ele soube tirar partido dela, para dar ao mesmo tempo sobre ambos dois golpes fortes e decisivos.

Como La Torre a marchas forçadas se avizinhava dos nossos, era mister que o ataque do acampamento do Arapeí fosse conduzido com celeridade e prontidão, para que no dia da batalha estivesse de novo reunido todo o nosso exército.

O escolhido para essa empresa delicada e importante foi o bravo Abreu. Chamando-o à sua presença, o marquês fez-lhe ver todo o perigo da comissão que lhe confiava, declarando-lhe mesmo que, se fôssemos infelizes, a derrota seria inevitável, quando nos víssemos a braços com as forças de La Torre.

Abreu tranquilizou o general e assegurou-lhe que estava pronto para cumprir suas ordens.

Nas instruções que lhe deu, o capitão-general ordenou-lhe terminantemente que destruísse o quartel-general inimigo e que estivesse de volta no dia seguinte. Na noite de 2 de janeiro de 1817, pôs-se José de Abreu em movimento com 600 homens e duas peças; e às 7h do dia seguinte avistava as avançadas de Artigas. A forte posição em que se apresentava não fez vacilar um momento o hábil tenente-coronel,<sup>28</sup> que a foi logo atacar com o seu valor costumado e com sua resoluta intrepidez, tendo num momento distribuído suas tropas, adaptando-as à natureza do terreno em que tinham de operar.

O inimigo achava-se acampado em terreno escabroso, para o qual se penetrava por um desfiladeiro. Além deste, estendia-se uma planície, que era separada de outra, que ocupava Artigas com o grosso de suas forças, por extenso cordão de mato.<sup>29</sup>

Apoderar-se daquele desfiladeiro foi obra de alguns instantes. Senhor da entrada da posição inimiga e da primeira planície, sofreram suas tropas um fogo vivíssimo de mosquetaria, dirigido por 300 atiradores inimigos emboscados nas árvores, que dividiam a primeira e a segunda planície. Abreu distribuiu a infantaria em duas colunas, que, protegidas por cavalaria, entraram pelos extremos da mata, atacaram o inimigo e assenhorearam-se dessa posição.

Então, a nossa artilharia, avançando, começou a metralhar os contrários, que formavam-se na planície interior e aí tentaram ainda resistir. À frente da infantaria e da cavalaria, carregou o inimigo, bateu-o, dispersou-o, causando-lhe perdas imensas; até o próprio Artigas, que com o exemplo animava os seus, escapou de cair em nosso poder.

Desbaratado o inimigo, o tenente-coronel Abreu incendiou o acampamento, e pela noite do mesmo dia 3 incorporava-se já ao

---

<sup>28</sup> Moraes Lara.

<sup>29</sup> Veja-se em Moraes Lara, a descrição minuciosa do combate e o plano, que acompanha a sua memória.

exército.<sup>30</sup>

No quartel-general de Artigas, achou Abreu vários despachos dirigidos por La Torre a esse chefe, e, instruído assim da marcha do exército inimigo, deu-se pressa em transmitir ao general-chefe as notícias que acabava de colher. Na noite do dia 3, quando no campo brasileiro todos esperavam com ansiedade pelo resultado do ataque de Arapeí, apresentava-se o próprio Abreu, coberto de poeira, na barraca do marquês de Alegrete, anunciando-lhe a vitória, que acabava de alcançar, e a notícia de que La Torre recebera ordem de atacar-nos a três.

Estas novas espalharam-se logo de boca em boca, e os nossos soldados, cheios de entusiasmo e contentamento, começaram a preparar-se para a batalha que estava iminente.

No dia seguinte (4 de janeiro), pela madrugada, o inimigo com 3.400 homens atacava o nosso exército. Ao primeiro tiro todo ele estava em armas.

A luta esteve por muito tempo indecisa, combatendo ambos os lados com igual valor e tenacidade.

Em nossa esquerda, o bravo visconde de São Gabriel sustentava com firmeza e com coragem a sua posição, enquanto, à nossa direita, se debatia contra uma massa imponente de soldados inimigos, que se arremessavam impetuosamente sobre suas baionetas. O marquês de Alegrete e o general Curado (conde de São João das Duas Barras) animavam, nesse ponto, os nossos soldados, que faziam prodígios de valor; mas o arrojo e o ardimento com que o inimigo acometia, e voltava sempre à carga, já os inquietava, quando repentinamente se apresentou no campo de batalha o intrépido Abreu, fazendo com que a vitória desde logo se pronunciasse pelos nossos.

Achando-se a uma légua do grosso do exército, ouvindo os tiros que anunciavam-lhe o ataque do inimigo, fez imediatamente montar os seus cavaleiros, e atirou-se inopinadamente no meio da refrega, executando uma brilhante carga de flanco sobre a esquerda inimiga. Animados com esse socorro, os bravos da direita lançaram a baioneta sobre o inimigo, soltando vivas entusiásticas ao heroico tenente-coronel

---

<sup>30</sup> “O tenente-coronel Abreu, cujos honrosos serviços etc.” Vejam-se os elogios, que lhe tece o cronista desta campanha a propósito daquele ataque. “O tenente-coronel não se faz menos famoso pela batalha de Catalán, que pelo ataque de Arapeí, e pelas ações que dirigiu sobre a margem esquerda do Uruguai.”



Abreu, e o nosso triunfo foi desde então completo.

O inimigo fugiu em debandada, deixando no campo uns 900 mortos, 290 prisioneiros, uma bandeira, sete caixas de guerra, seis mil cavalos, 600 bois, muito armamento e munições, e todas as bagagens. Essa brilhante vitória custou-nos 73 mortos e 146 feridos.

Os serviços que prestara o distinto rio-grandense não foram esquecidos pelo governo do Rio de Janeiro, que os recompensou, promovendo-o, por decreto de 24 de junho, a coronel-de-linha e dando-lhe o comando do regimento de milícias denominado de “Voluntários Reais de Entre Rios”, criado recentemente pela ordem do dia de 23 de março. No ano seguinte, entrava Abreu para o quadro de nossos oficiais generais, recebendo a patente de brigadeiro.



## IV

*Campanha de 1819 a 1820. Artigas invade o Rio Grande. Abreu evacua Alegrete e retira-se diante do inimigo. Combate do Ibirapuitã-Chico (14 de setembro). Reúne-se ao general Correia da Câmara e coloca-se com este no Passo do Rosário. São atacados a 17 por La Torre, que é repellido. Marcham em observação do inimigo. Marcham em observação do inimigo. Combate do Ibicuí-Guaçu (27 de dezembro). Artigas marcha em direção às vertentes do Taquarembó e é seguido por Abreu e Câmara. Volta para atacá-los. Estes retiram-se e reúnem-se ao conde da Figueira. Marcha o nosso exército em procura do inimigo. Batalha de Taquarembó (20 de janeiro). Parte que nela teve Abreu. É destacado para limpar a campanha até ao Uruguai. É recompensado com o posto de marechal de campo graduado.*

Vencedor em Catalán, o nosso exército avançou ao longo do Uruguai, alcançando sempre novas vitórias e novos louros. O general Curado, que, com a retirada do marquês de Alegrete, assumira<sup>31</sup> pela segunda

---

<sup>31</sup> O marquês de Alegrete deixou o exército, retirando-se para Porto Alegre, em 20 de dezembro de 1817.

vez o comando-em-chefe, depois de ter batido em vários recontros as colunas inimigas, vendo-se em inação e sem cavalos, dispôs-se a voltar à fronteira para tomar quartéis de inverno; mas o visconde da Laguna conseguiu dissuadi-lo do seu intento,<sup>32</sup> fazendo com que ocupasse o Rincón de Haedo na margem direita do rio Negro.

De guarda à nossa fronteira ficou o general Abreu, com uma força que não chegava a 500 homens, tendo o seu quartel-general em Alegrete.

Artigas não quis perder a oportunidade que se lhe oferecia de invadir o Rio Grande, que ele via inteiramente aberto e indefeso.

Reuniu todas as forças de que podia dispor e à frente de três mil homens atravessou o Quaraí, dirigindo suas marchas para o vale de Santa Maria.<sup>33</sup>

Os escritores nacionais, que se ocupam da invasão de 1819, e dos sucessos que precederam a famosa batalha de Taquarembó, guiaram-se todos pela descrição que o *Correio Braziliense* publicou em Londres, descrição incompleta e inexata, que não esclarece convenientemente os fatos e que os adultera por vezes.

Graças a alguns documentos que pudemos obter, exporemos sucinta, mas fielmente esses acontecimentos, em que figura com tanto esplendor o grande nome de José de Abreu.

Apenas teve notícia dos movimentos de Artigas e certificou-se do verdadeiro número de suas tropas, tratou o general Abreu de expedir próprios ao conde da Figueira, comunicando-lhes os planos e as intenções do inimigo.

Era loucura tentar resistir com o punhado de soldados que comandava.

Abreu compreendeu-o logo; evacuou Alegrete e retirou-se sobre o Passo do Rosário no Santa Maria, levando adiante de si famílias e fazendeiros dessas paragens, que fugiam a aproximação dos invasores.

Entretanto, Artigas, empenhado em destruir a pequena coluna brasileira, havia destacado, a 10 de dezembro, o seu imediato, La Torre, com uma forte divisão de cavalaria, ordenando-lhe que forçasse as

<sup>32</sup> Vejam-se as *Memórias e reflexões sobre o rio da Prata* etc. O visconde da Laguna, além dos ofícios que expediu a Curado, incumbiu Sena Pereira de preparar o ânimo desse general e de convencê-lo da utilidade de manter-se no Rincón. O general Curado, ao fim de três dias, cedeu, não sem repugnância, às sugestões do visconde da Laguna.

A fronteira do Rio Grande ficou, assim, aberta e desprotegida!

<sup>33</sup> Três mil homens, segundo as parte oficiais do próprio inimigo.

marchas e obrigasse Abreu a aceitar combate.

Este, que continuava a sua retirada acochado de perto por La Torre, vendo ameaçados os habitantes que protegia, e que procuravam precipitadamente ganhar a margem direita do Santa Maria, entendeu que devia bater-se, para retardar a marcha dos contrários, e dar tempo a que esses infelizes escapassem ao canibalismo das hordas de Artigas.

“Já se fazia difícil um encontro – diz Aniceto Gómez em carta escrita a Ramírez com data de 16 do dito mês de dezembro –, porém afortunadamente Abreu, soberbo com os passados triunfos, retrogradou.”

Ao romper do dia 13, as avançadas inimigas avistaram as da pequena coluna brasileira; e tal era o terror que o seu distinto chefe infundia entre os contrários, que La Torre, apesar da superioridade imensa do número, não ousou atacá-lo e preferiu, para fazê-lo, aguardar a chegada de Artigas.

Abreu apoiou-se em um serro escabroso nas vizinhanças do Ibirapuitã-Chico com os seus 444 soldados; e o exército inimigo formou-lhes em frente, forte de três mil homens, colocando em uma lombra sua infantaria e sua artilharia.

Ao meio dia, começaram a escopetear-se os postos avançados, e pouco depois romperam os inimigos contra os nossos um fogo nutrido de artilharia e de fuzilaria, atirando-se à carga a grande massa de cavalaria que se formara nos flancos e na retaguarda da sua linha.

A resistência dos nossos foi enérgica, mas o capitão Daniel Beresford, abandonando a infantaria que comandava e fugindo vergonhosamente, fez com que o inimigo alcançasse, mais depressa do que pudera, uma vitória fácil, certa e sem glória.

A covardia desse oficial causou a morte de 80 dos nossos soldados, que foram envolvidos e degolados. Abreu, com a cavalaria, pôs-se logo em retirada para o Passo do Rosário, repelindo o inimigo e salvando com o seu sangue frio e bravura a coluna que comandava.

A quarta parte de seus soldados, porém, ficou estendida no campo da batalha, morrendo como herói naquele combate desigual, em que cada um de nossos bravos teve de bater-se com sete inimigos.

Tal foi o combate de Ibirapuitã-Chico, que os escritores, que conhecemos, erradamente<sup>34</sup> dão como pelejado no Passo do Rosário.

---

<sup>34</sup> Os senhores Varnhagen e Pereira da Silva não escaparam desse engano.

Essa pequena vantagem encheu de contentamento e orgulho aos chefes inimigos.

Em carta escrita por Artigas a Ramírez,<sup>35</sup> interceptada no Uruguai pela flotilha de Sena Pereira, anunciava-lhe esse chefe que estava em território brasileiro e que muito breve assentaria o seu quartel-general em Porto Alegre, rogando-lhe ao mesmo tempo em que lhe mandasse reforços, porque queria carregar grandes tropas de gado para enriquecer a seus amigos e compatriotas.

O modo como sempre se exprimiam os nossos contrários, quando falava do benemérito general Abreu, pode dar uma ideia do respeito e da admiração que tributavam eles a tão ilustre cabo de guerra.

Basta que citeamos aqui as palavras do mencionado Ramírez, dirigidas a 8 de janeiro do ano seguinte ao cabido, quando comunicou a notícia do combate do Ibirapuitã-Chico, e a carta que Aniceto Gómez, dois dias depois daquele recontro, escreveu a este general, da qual já citamos um trecho.

“O general Artigas – escrevia Ramírez –, à frente de três mil decididos orientais, acabou com a divisão do distinto português Abreu.”

Gómez começava a sua carta do seguinte modo: “Glória à pátria, honra aos livres!

Triunfaram nossas armas em Guirapután-Chico<sup>36</sup> no dia 14 do corrente contra o famoso Abreu.”<sup>37</sup>

Recebendo os despachos em que Abreu dava conta da invasão de Artigas e pedia socorros para resistir-lhes eficazmente, o conde da Figueira ordenou ao tenente-coronel Marques de Sousa que fizesse marchar o então brigadeiro Correia da Câmara, para comunicar-se com Abreu, devendo os dois, de acordo, conter os invasores no Santa Maria e evitar que o transpusessem.

Pelo dia 15, isto é, no dia seguinte ao do combate, o general Câmara reunia-se com Abreu na estância de Joaquim Rodrigues, além do Passo do Rosário. Daí voltaram juntos os dois generais e fizeram-se fortes naquele ponto, sendo a 17 atacados por La Torre, que foi rechaçado depois de um combate que durou desde as 10h até a noite.

<sup>35</sup> Escrita no dia 14, momentos depois do combate.

<sup>36</sup> Corrupção de Ibirapuitã-Chico. Em vez de “Ibiracoai”, Artigas dizia também Guiracoai.

<sup>37</sup> Outro equívoco do *Correio Braziliense*, repetido por todos os nossos escritores, foi dizer que o combate tivera lugar a 13 e não a 14.

Neste ataque, pôde o general Abreu certificar-se de que a cavalaria, às ordens de La Torre, que fazia a vanguarda do inimigo, compunha-se apenas de 800 homens.

Ignorando, porém, qual o plano deles, fez ver o general Câmara que deviam seguir-lhes a trilha para observar seus movimentos; prudente alvitre, a que Câmara aceitou prontamente.

Efetivamente, no dia 18, saíram os dois generais do Passo do Rosário, e, marchando sobre as pegadas do exército oriental, souberam a 26 que estavam à légua e meia (cerca de 9,9 km) do acampamento deste.

Colocaram-se, então, na margem direita do Ibicuí-Guaçu, pouco acima da sua confluência com o Ibicuí-Mirim, ficando assim entre aquele rio e o Passo de São Borja no Santa Maria.<sup>38</sup>

Aí veio o inimigo atacá-los no dia 27 de dezembro, com duas fortes colunas, que tentaram passar o rio em dois lugares, onde este dava vau. O general Câmara postou-se no passo da direita, e o general Abreu no da esquerda (Itaquatiá).

A luta foi renhida. Os nossos, ardentes de entusiasmo, trocaram em breve a defesa pelo ataque e caíram sobre o inimigo já abalado e roto.

Enquanto Câmara perseguia os fugitivos até ao próprio acampamento de Artigas, onde a artilharia inimiga obrigou-o a deter-se, o valente Abreu apoderava-se de um bosque, em que grande número de inimigos se haviam refugiado para melhor resistir.

Muito armamento, 60 mortos, 17 prisioneiros, cavalos selados etc. caíram em nosso poder.

Abreu e Câmara voltaram de novo às 21h para a margem direita do Ibicuí-Guaçu,<sup>39</sup> manobrando, no dia seguinte, à vista do inimigo e pela sua esquerda, sem que este os incomodasse.

Artigas procurou, então, atrair os nossos, para batê-los antes da junção com o conde da Figueira: marchou em direção a Santana do Livramento e daí voltou rapidamente sobre eles, que o seguiam de perto.

Mas Abreu e Câmara, que, com as forças de que dispunham, não podiam bater-se em campo aberto, retiraram-se, a fim de evitar uma derrota certa e de chamar o inimigo para o Passo de São Borja, ponto sobre o qual marchava o conde da Figueira.

<sup>38</sup> Isto não está certo.

<sup>39</sup> A respeito do lugar deste combate, erram os nossos escritores quando dão a entender que foi ainda o Passo do Rosário.

No dia 10 de janeiro, verificou-se a junção dos nossos três generais, ficando assim burlado o plano do audacioso caudilho.

Vendo isso, Artigas dirigiu-se de novo para as nascentes do Taquarembó, já abandonando o território brasileiro; porém, o conde da Figueira, a marchas forçadas, alcançou o exército oriental no dia 22 de janeiro.

Apenas avistou o inimigo, tomou o capitão-general todas as disposições para o ataque. Abreu, com a sua divisão, devia atravessar um pântano e atacar pela frente; Câmara devia transpor o Taquarembó e atacar pelo flanco.

Formado em linha de batalha, rompeu o inimigo o fogo com quatro peças de artilharia, que nenhum mal nos fizeram.

À minha voz de avançar [diz o conde em sua parte oficial] o brigadeiro Abreu executou o seu movimento com tanta impetuosidade, apesar do vivo fogo de artilharia e fuzilaria do inimigo, que desde logo o obrigou a perder a sua primeira posição, e aretirar-se para outra mais forte, defendido pelo rio, que se achava então muito cheio.

Nossos soldados, sem se deterem, atravessaram e arrojaram-se sobre os contrários; mas a brilhante carga com que Abreu inaugurou o combate e a serenidade e valor com que se arremessou sobre as hostes inimigas fizeram com que estas desfalecessem.

A resistência foi miserável; o inimigo quase não combateu e, na maior desordem e confusão, deitou a fugir fustigado e perseguido pelos nossos, deixando, no campo, o general Pantaléon Sotel 40 oficiais superiores e subalternos, e 795 inferiores e soldados mortos; feridos, 15 inferiores e soldados; prisioneiros, 21 oficiais e 497 inferiores e soldados. Ao todo 1.305 homens.

Tomamos quatro peças, todas as munições, uma bandeira, quatro caixas de guerra, muito armamento, gado e cavalos.

Esta vitória, que acabou com o poder e com o domínio de Artigas e para a qual tanto concorreu o intrépido Abreu, valeu ao nosso herói a graduação de marechal de campo em março do mesmo ano.

Quatro dias depois da batalha, seguiu o ilustre rio-grandense com a sua divisão até o Uruguai, para perseguir o inimigo e desassombrar a campanha.



## V

*Depois da proclamação da independência, é nomeado governador das armas do Rio Grande do Sul. Ativa a remessa de reforços para o sítio de Montevideu e marcha até Mercedes com uma divisão auxiliar. Volta para o Rio Grande depois da capitulação dos portugueses. É-lhe conferido o posto efetivo de marechal de campo.*

Após a batalha de Taquarembó, pacificada a Banda Oriental, que passou a fazer parte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, o general Abreu conservou-se na fronteira da província do Rio Grande, comandando as forças que a guardavam.

O grito de independência soltado no Ipiranga pelo ínclito fundador do Império foi achá-lo naquela posição. Dotado de sentimentos patrióticos e cheios de amor pelo seu país natal, Abreu saudou com entusiasmo a aurora da liberdade que despontava e aplaudiu a nova ordem de coisas estabelecida pelo primeiro imperador.

O governo provisório, que se estabeleceu no Rio Grande do Sul, nomeou-o, em fins de 1821, governador das armas da província, nomeação que foi confirmada pelo governo-geral; e Abreu, aceitando esse cargo, quis logo depor aos pés do senhor dom Pedro I, que personificava a ideia da liberdade e da independência do Brasil, os seus

protestos de fidelidade e de dedicação.

Para congratulá-lo e testemunhar-lhe os sentimentos de que ele, general, e os seus comandados se achavam possuídos, mandou em comissão, a 12 de dezembro, o major J. da Silva Brandão.

Mas nem assim livrou-se das calúnias e das intrigas dos homens que em Montevideu se opunham à adoção ao novo regime.

Em um período sustentado por estes, *La Aurora*, fez-se correr a notícia de que o bravo rio-grandense havia proclamado a constituição das cortes de Lisboa.

O ilustre veterano, com essa franqueza rude do soldado, entendeu que devia protestar contra o que ele qualificava de horrorosa calúnia.

“Aderi, disse ele em seu manifesto, aderi afincadamente à sagrada causa do Império do Brasil, e por ela protesto dedicar, como já o jurei, os meus derradeiros alentos.”

Como governador das armas do Rio Grande, cabia-lhe a missão de prover a sua defesa, de reforçar as tropas brasileiras que a mando do visconde da Laguna sitiavam as portuguesas em Montevideu.

Abreu requisitou logo do governo o armamento necessário para ocorrer a qualquer eventualidade e fez reunir todas as forças disponíveis da província, expedindo ordem ao general Sebastião Barreto, para que se reunisse ao general Marques, e juntos marchassem a incorporar-se às forças sitiadas.

Com o intento de ativar a reunião de gente, partiu a 7 de janeiro para o rio Pardo, e a 26 assentou o seu quartel-general em São Gabriel, levando consigo armamento e mais trem de guerra de que careciam os corpos que já estavam na fronteira e os que deviam reunir-se.

Depois dos reforços que enviou ao visconde, organizou ainda uma coluna de 1.100 homens, com a qual se postou no Quegauí, avançou em junho até Mercedes, sobre o rio Negro, regressando no mês seguinte à sua primitiva posição.

Essa coluna devia avançar até Montevideu se as circunstâncias exigissem ali a sua presença. Os acontecimentos, porém, não realizaram esta previsão.

O sítio de Montevideu, posto que sustentado com vigor, não incomodava, entretanto, aos portugueses do general dom Álvaro da Costa, que mantinham livres suas comunicações por água.

Cedo, porém, viram-se eles, os sitiados, privados desse recurso,

porque uma força naval enviada do Rio, às ordens do chefe de divisão Pedro Antônio Nunes,<sup>40</sup> derrotou, em dias de outubro, nas proximidades de Montevideú, a esquadra portuguesa. Dom Álvaro pouco depois capitulou, e as nossas forças entraram na capital da Cisplatina.

Abreu, com a sua coluna de observação, recolheu-se à província do Rio Grande, sendo elogiado pelos relevantes serviços que acabava de prestar e recebendo, em seguida, o posto efetivo de marechal de campo com a insígnia do Cruzeiro.

---

<sup>40</sup> A nossa divisão naval compunha-se: da corveta *Liberal*, de 24 bocas de fogo (comandante capitão-tenente Garção); brigue *Cacique*, de 18 (comandante capitão-tenente Antônio Joaquim do Couto); brigue *Guarani*, de 16 (comandante primeiro-tenente Joaquim Guilherme); escuna *Leopoldina*, de 12 (comandante primeiro-tenente Francisco Bibiano de Castro); e escuna *Sete de Março*, de um rodízio (comandante segundo-tenente Francisco de Paula Osório). A divisão portuguesa compunha-se das corvetas *Conde dos Arcos*, de 26 peças, e *General Lecór*, de 16, brigue *Liguri*, de 16, e escuna *Maria Theresa*, 14. Dessa vitória naval não fez menção o senhor conselheiro Pereira da Silva, na sua recente história da fundação do império.



## VI

*Questão da Cisplatina. Revolução de 1825 protegida pelo governo argentino. Defecção do coronel Julián Laguna e do brigadeiro Rivera. O visconde da Laguna pede reforços ao governo-geral e à província do Rio Grande do Sul. Abreu prepara uma divisão e invade a Cisplatina. Começa a desinteligência do general Sebastião Barreto com Abreu. Estado da Cisplatina, quando Abreu pôs-se em marcha. Demora-se este junto ao arroio Preguelo à espera das forças dos coronéis Jardim e Mena Barreto. Ataque de Mercedes pelo general Rivera (22 de agosto), que é rechaçado. Abreu move-se para cobrir esse ponto e atacar Rivera. Tentativas inúteis para chamar Rivera a uma ação geral.*

De volta ao Rio Grande, o general Abreu continuou a exercer o cargo de governador das armas, desenvolvendo aí todo zelo e atividade de que é capaz um funcionário brioso e dedicado à causa pública.

Não tardou, porém, que os acontecimentos viessem chamá-lo de novo aos labores e às privações da campanha.

O governo brasileiro persistia na ideia da incorporação da Cisplatina. Longe do teatro dos acontecimentos e iludido pelas falsas asseverações do visconde da Laguna, acreditava que a ideia da união era com fervor

esposada pelos orientais e dava um valor imenso a atos que, sendo feitos na presença das baionetas estrangeiras não podiam de forma alguma ter o caráter de manifestações espontâneas e livres do voto popular.<sup>41</sup>

Entretanto, era crença de muitos homens importantes do Brasil que, estando este nos primeiros períodos de sua regeneração política, não devia herdar de Portugal a louca ambição de domínio sobre um território estranho, e muito menos sacrificar os seus recursos na difícil empresa de procurar, no sul, limites naturais.

Foi assim que a Constituinte, nesse ponto bem inspirada, não quis incluir desde logo a Cisplatina entre as províncias do Império, e reservou a questão para um exame especial.

De seu lado, o governo argentino julgava-se com direito ao território da Banda Oriental, sem lembrar-se de que esta se havia desligado das outras províncias do rio da Prata, mantendo livre a sua autonomia debaixo do governo de Artigas.

Dom Valentín Gómez foi enviado em 1823 ao Rio de Janeiro, para fazer valer essas pretensões, e a 6 de fevereiro do ano seguinte o nosso ministro de estrangeiros, L. J. de Carvalho e Melo, declarou, em resposta ao memorando por ele apresentando, que o governo imperial estava decidido a manter a incorporação da província disputada.

Essa fatal resolução arrastou-nos a uma guerra impopular, que, após duros e imensos sacrifícios, terminou pelo famoso Tratado Preliminar de Paz de 28 de agosto de 1828, preparado e urdido pelos manejos, seduções e ameaças de lord Ponsomby.<sup>42</sup>

<sup>41</sup> Não queremos dizer que essa ideia não tivesse enérgicos apologistas e sinceros defensores na Banda Oriental. Pode-se dizer até que os espíritos mais cultos e a parte mais sensata da população, escarmentados pelos tristes resultados das discórdias civis, defendiam-na com fervor. Mas os habitantes da campanha, os gaúchos e os caudilhos? Não se devia contar com esse elemento, tão poderoso naqueles países, e tão adverso aos brasileiros? Não se devia contar com o espírito inquieto e turbulento dessa parte da população, habituada à anarquia, antipática à paz e à ordem?

<sup>42</sup> Do seguinte ofício do duque de Palmela ao conde do Porto Santo veem-se a alternativa que ofereceu a Inglaterra ao Brasil e as ameaças desse governo, que tão escandalosamente contrariou-nos durante todo o decurso da guerra: "... Soube por uma confidencia do barão de Itabaiana, de cuja veracidade por várias provas me convenci, que Canning lhe declarara francamente o desejo que tinha de induzir o gabinete do Rio de Janeiro a mandar evacuar pelas suas tropas a Banda Oriental, ou seja, para entregá-la ao governo de Buenos Aires, mediante uma indenização pecuniária, ou seja, erigindo em Montevidéu um governo independente, debaixo da proteção da Grã-Bretanha. Para dar mais força a essa declaração explícita, chegou Canning a acrescentar que a Inglaterra não podia ser muito tempo indiferente espectadora

Quanto não teria ganho o Brasil, se, pondo de parte veleidades pueris, tivesse erigido desde logo a Banda Oriental em estado livre e soberano, garantindo a sua independência contra as infundadas pretensões do governo de Buenos Aires? Essa política de vistas mais largas e prevenientes, inspirada pelo sentimento nacional, ter-nos-ia assegurado o apoio da Grã-Bretanha, que foi o verdadeiro motor e alma da guerra, que contra nós sustentou a República das Províncias Unidas do Rio da Prata.<sup>43</sup>

Uma revolução prevista por todos, que não eram míopes, arrebentou afinal na Cisplatina, favorecida às escâncaras pelo governo de Buenos Aires.

A 19 de abril de 1825, o general Juan Antonio Lavalleja desembarcou no Arenal Grande com 32 companheiros apenas, e, plantando no território Oriental o pavilhão tricolor de Artigas, reuniram-se em torno dele uns 200 patriotas.<sup>44</sup>

Com tais elementos, teriam os 33 companheiros pagos bem caro o seu amor à pátria, e estaria desde logo sufocada a revolução, se o coronel Julián Laguna, depois de ter representado uma farsa ridícula,<sup>45</sup>

---

de semelhante luta, nem permanecer neutra; e que estava resolvida a abraçar o partido de Buenos Aires, se dentro de seis meses não estivesse concluída a paz etc. etc.” (*Despachos e correspondência do duque de Palmela*, publicada por J. J. dos Reis e Vasconcellos, tomo 2, p. 259).

<sup>43</sup> Quando, em 1862, se inaugurou na corte a estátua do augusto fundador do Império, a imprensa política abriu uma animada discussão sobre o reinado desse príncipe, a quem o Brasil deve a sua integridade e a sua preciosa constituição. Entre as acusações que lhe eram feitas, avultava a da guerra do rio da Prata; e (coisa admirável!) 36 anos depois desse acontecimento era essa acusação formulada com mais paixão ainda do que o fizeram os períodos exaltados da época! Censurava-se o senhor dom Pedro I por se deixar dominar da ambição de conquista; e, entretanto, um de seus acusadores, chefe de uma escola política importante em nosso país, e por conseguinte político atilado e sagaz, lamentava em 1861 a falta de um conde de Cavour, que pudesse realizar a conquista dos ducados do rio da Prata!

Já se vê, pois, que, se ainda recentemente havia brasileiros da importância daquele a quem nos referimos, que sonhavam com a incorporação dos ducados, não é muito para admirar que em 1825 houvesse quem pensasse, não em conquistar ducados, mas em conservar um que já estava em nosso poder. Os erros do passado devem servir-nos de lição para o presente, mas nunca devem dar lugar a incoerências dessa ordem.

<sup>44</sup> Carta do general Manuel Jorge Rodrigues (barão de Taquarí) ao cônsul brasileiro em Buenos Aires.

<sup>45</sup> Nas *Mémoires de Garibaldi*, publicadas pelo senhor Alexandre Dumas, (pai), vem a descrição desse fato. À parte o que há aí de romântico, é exata a notícia que ele dá da interessante cena que representou Laguna.

não se bandeasse para os insurgentes; sendo pouco depois, a 27 desse mesmo mês, imitado o seu exemplo pelo brigadeiro Fructuoso Rivera.

A defecção desses dois chefes encorajou os independentes e fez com que um sem-número de voluntários corresse de todos os pontos da campanha a engrossar o pequeno exército de Lavalleja.

Estes acontecimentos induziram o visconde da Laguna a solicitar a remessa imediata de reforços tanto ao governo-geral quanto ao comandante das armas da província vizinha.

Não se conservou surdo a tal reclamo o general Abreu. Reuniu as forças de que podia dispor e invadiu a Cisplatina com uma divisão composta de duas brigadas de cavalaria, dirigindo suas marchas sobre Mercedes, povoação situada à margem esquerda do rio Negro e ocupada por uma pequena guarnição brasileira.

Debaixo de suas ordens, vinha o então brigadeiro Sebastião Barreto Pereira Pinto, que, achando-se acampado nas proximidades de Montevideu ao romper a revolução, havia atravessado toda a campanha oriental até a fronteira, com o fim de proteger a retirada das famílias brasileiras ali residentes.

Tendo chegado aquele general à fronteira, precisamente quando Abreu dava os primeiros passos para organizar a divisão com que devia penetrar na Cisplatina, entendeu este que seria conveniente que se lhe incorporasse, e neste sentido oficiou ao visconde da Laguna, que aquiesceu prontamente a tão justa sugestão.

Entretanto, foi isso desgraçadamente o sinal de uma desinteligência mesquinha entre Barreto e Abreu, porque aquele repugnava militar debaixo das ordens do homem em quem via um rival feliz e glorioso. Esta desinteligência, a despeito da generosidade e do cavalheirismo com que se houve o ilustre general Abreu, afetando ignorar os manejos do seu competidor, produziu consequências mui funestas, e em grande parte concorreu para o mau êxito da batalha de Ituzaingó. Mas não antecipemos os fatos.

Quando o general Abreu entrou na Cisplatina, já a revolução tinha ganho terreno, graças ao contemporizador visconde da Laguna, que, depois de haver cometido o gravíssimo erro de destacar, contra os independentes, soldados ligados a eles pelos laços da nacionalidade, e até mesmo da amizade, havia adotado por sistema a inércia, que foi sempre a sua estratégia, e que lhe valeu o irônico apelido de Fabius Cunctator.



Lavalleja dominava toda a campanha até ao rio Negro e possuía três mil homens<sup>46</sup> perfeitamente armados, pois o governo de Buenos Aires fazia-lhe pelo Uruguai constantes remessas de munições e de armamento, apesar da flotilha que tínhamos nesse rio, ao mando do então capitão-tenente Jacinto Roque de Sena Pereira, que não era suficiente para interceptar inteiramente a comunicação entre as duas margens.<sup>47</sup>

Depois de uma marcha laboriosa, feita no rigor do inverno, chegou a divisão auxiliadora do general Abreu à margem esquerda do rio Negro, vadeando nos dias 5 e 6 de julho. Compunha-se ela de uns 1.200 homens, desprovidos de tudo e fatigados por uma marcha terrivelmente penosa, em razão dos obstáculos naturais que tiveram de vencer. Os menores arroios tinham-se convertido em torrentes caudalosas, que obrigavam o general a caminhar muitas léguas, para procurar as suas nascentes, despontando-as, como se diz no sul.

Forçoso lhe foi dar, então, descanso aos soldados, cujos cavalos estavam em mísero estado, e pedir alguns auxílios ao coronel Norberto Fontes, comandante de Mercedes, que lhe acudiu prontamente com alguns mantimentos e com um cirurgião.

O general inimigo Fructuoso Rivera achava-se com mil cavaleiros<sup>48</sup> no seu campo de Molles, próximo de Durazno e, ao saber da aproximação da coluna imperial, adiantou-se com 600 homens escolhidos para observar-lhe os movimentos.

Abreu conservava-se em imobilidade no rio Negro a alguma distância do arroio do Preguelo, esperando, para manobrar, a chegada de cavalcadas e de 400 homens, que haviam partido do Quaraí e de Santana, às ordens dos coronéis Jerônimo Gomes Jardim e José Luís Mena Barreto.

À vista disso, concebeu o chefe inimigo o plano de apoderar-se de Mercedes antes que a ela chegasse à divisão auxiliar.

Deixou, emboscados em frente ao acampamento desta, cem homens

---

<sup>46</sup> Veja-se a *Mensagem de Lavalleja*, apresentada ao Congresso da Florida a 18 de junho de 1825.

<sup>47</sup> Todavia, o comandante da flotilha desenvolveu sempre a maior atividade, e seus navios por vezes conseguiram apreender lanchões carregados de armas.

<sup>48</sup> Mensagem de Lavalleja, já citada.

e, no dia 22 de agosto, atacou o povoado.<sup>49</sup>

O ataque começou às 23h30 e foi dirigido com muito ímpeto sobre os postos mais vulneráveis.

Um alferes oriental de nome Navarro, que fazia parte da guarnição e que desertara nesse dia, pôde indicar a Rivera os pontos mais fracos e conseguiu, atraíndo-os vilmente, apanhar quatro oficiais e cinco soldados, que se achavam doentes em uma das casas da povoação, chegados poucos dias antes da divisão de Abreu.

Protegida pelos fogos da canhoneira *D. Sebastião*,<sup>50</sup> a heroica guarnição repeliu com bravura o ataque, voltando segunda vez à carga o inimigo e sendo rechaçado de novo com grande perda.

Foi essa uma noite aziaga para os contrários, porque, além da perda que sofreram nos dois ataques, tiveram o desgosto de ver batida e dispersa por um piquete nosso, duas vezes menor que ela, a força que deixaram de observação em frente ao acampamento do general Abreu.

No dia seguinte, pelas 8h, pôs-se a nossa divisão em movimento para cobrir Mercedes para e atrair o inimigo a uma ação geral; foram, porém, inúteis todos os esforços que empregou para conseguir este último resultado.

As partidas inimigas, atacadas pelos nossos piquetes, dispersavam-se, em vez de concentrarem-se, ficando os nossos vencedores em todos os choques, que tiveram lugar nos dias 23, 27, e 28 até 2 de setembro.

---

<sup>49</sup> Já antes, em maio, pretendia Rivera apoderar-se desse ponto, intimando ao comandante brasileiro que se rendesse e dizendo que tinha à sua disposição dois mil homens. A resposta que teve foi esta: “Homens não intimidam a homens. Não é a primeira vez que vossa excelência se põe à frente de igual número sem intimidar as armas brasileiras, acostumadas, por sua subordinação, disciplina e fidelidade, a vencer as multidões.”

<sup>50</sup> Comandante, o primeiro-tenente Cipriano José Pires.

## VII

*Abreu destaca contra Rivera o coronel Bento Manuel. Combate de Arbolito (4 de setembro), e marcha de Bento Manuel para Montevideu. Lavalleja levanta o sítio da Colônia e concentra suas forças no interior. Posição dos beligerantes. Plano de operações comunicado pelo visconde da Laguna a Abreu. Combate do Rincón e de Sarandí. Abreu não concorreu para esses reveses; acusações infundadas que lhe foram feitas. Retira-se para Belém e aí se reúne a Bento Manuel. Segue para o Rincón de Mata Perros.*

Perdidas as esperanças de obrigar Rivera a aceitar combate, tomou Abreu posições perto de Mercedes, aguardando as colunas de Jardim e de Mena Barreto, diante das quais fugia o coronel Julián Laguna, que, com 200 homens, lograra pouco antes surpreender e aprisionar, em Paissandu, um pequeno destacamento nosso.

Lavalleja sitiava, então, a praça da Colônia do Sacramento, cuja guarnição, dirigida pelo intrépido Manuel Jorge Rodrigues (mais conhecido pelo título que depois recebeu, de barão de Taquari), se mantinha firme em seu posto, rebatendo sempre os ataques dos independentes.

Para impedir que esse chefe, reunindo-se a Rivera, viesse com todo

o exército republicano ao seu encontro, resolveu o general Abreu bater a coluna deste último.

Para isso, fez vir do Rincón de Haedo (também chamado de las Gallinas) a cavallhada fresca que aí tinha, e destacou 800 homens escolhidos entre todos os corpos de sua divisão, confiando sua direção ao célebre Bento Manuel Ribeiro, então coronel.

Achava-se acampado no dia 2 de setembro na foz do Coquimbo quando Abreu levantou o acampamento e manobrou com todas as suas tropas, para iludir a guarda avançada que, sob as ordens de Felipe Caballero, deixara o general inimigo em nossa frente. Graças a esse movimento, conduzido com habilidade e com perícia com que sempre se havia o distinto vencedor de São Borja, pôde Bento Manuel, sair durante a noite, sem ser percebido.

No dia 3, Rivera acampou nas nascentes do Viscocho e, nessa noite, transportou-se para junto do arroio d'Águila, donde se descobre a coxilha de Arbolito.

Aí se encontrou com Bento Manuel no dia seguinte, depois de ter, com três esquadrões, batido ao amanhecer a força de Caballero, que, descobrindo pelos rastros dos cavalos, mas já tarde, a partida da coluna imperial, corra a reunir-se ao grosso das forças inimigas.

Ao avistar os nossos soldados, formou o general Rivera a sua pequena divisão e adiantou-se com todo o valor ao encontro deles.

Os atiradores dos dois lados tirotearam-se por algum tempo e, ao final, a linha inimiga, dando uma descarga, acometeu a nossa com fúria, carregando-a de espada em punho.

Recebida, porém, com firmeza essa carga pelos nossos bravos, foram os contrários repelidos, batidos e acutilados, por espaço de quatro léguas (cerca de 26,4 km), deixando, no campo, 64 mortos e 14 prisioneiros.<sup>51</sup>

Esta vitória<sup>52</sup> e a marcha de Bento Manuel com 900 homens para Montevideu,<sup>53</sup> onde foi recebido em triunfo, obrigou Lavalleja a deixar

<sup>51</sup> Entre os mortos acharam-se um major (Mancilla) e mais dois oficiais; entre os prisioneiros um capitão (Tavares) e outro oficial.

<sup>52</sup> Nas partes oficiais, esse combate é conhecido pelos nomes de combate de Arbolito, das Pontas de São Salvador, Águila e Coquimbo. Na biografia do marechal de exército Bento Manuel Ribeiro, ultimamente publicada na *Revista do Instituto*, não se faz menção a esta vitória, uma das mais brilhantes alcançadas por esse valente cabo de guerra.

<sup>53</sup> A sua coluna, primitivamente composta de 800 homens, foi, depois do combate, reforçada por ordem de Abreu.

de observação em frente à Colônia apenas 200 homens e a retirar-se para o acampamento geral de suas tropas perto da Florida.<sup>54</sup>

A superioridade numérica das nossas forças<sup>55</sup> e o entusiasmo que entre elas reinava, depois dos reveses sofridos pelos independentes em frente de Mercedes e da Colônia, e no combate de Arbolito, tornou certa a próxima submissão da Cisplatina com o aniquilamento completo da revolução.

É, com efeito, fora de dúvida que os patriotas orientais teriam dentro em breve visto morrer a ideia grandiosa que os fizera empunhar as armas, se a Providência, que sempre ampara as causas justas, não reunisse contra nós uma série de circunstâncias tão imprevistas quanto funestas às armas imperiais.

A rivalidade mesquinha de alguns chefes, o egoísmo e a ambição de outros prepararam as derrotas que se seguiram e que coroaram tão infelizmente a campanha de 1825, aliás, inaugurada debaixo de tão bons auspícios, graças à atitude que tomara o bravo general Abreu, apresentando-se no campo da luta com a sua pequena, mas valente divisão, e (o que muitas vezes vale mais que um exército) com o prestígio do seu nome glorioso.

Lavalleja compreendeu perfeitamente as circunstâncias críticas em que se achava, quando procurou concentrar em um só ponto, no centro da campanha, todas as suas tropas.

As praças da Colônia e de Montevidéu estavam em nosso poder; na linha do rio Negro, achava-se o general Abreu com um punhado de soldados, que deviam em breve ser reforçados; a fronteira do Rio Grande era guardada pelo general Bento Correia da Câmara; no Prata e no Uruguai, dominava a esquadra do vice-almirante Rodrigo Lobo.

Assim, Lavalleja achava-se cercado e corria o risco de ser esmagado pelos nossos soldados.

Então, o visconde da Laguna comunicou ao general Abreu um plano de operações ofensivas que delineara e que, se houvesse sido fielmente executado, seria coroado do mais brilhante e pronto sucesso.

Dois reveses, porém, insignificantes como feitos de armas, mas notáveis pelas consequências que acarretaram, vieram mudar

<sup>54</sup> A narração desses fatos é feita à vista de documentos oficiais (tanto do nosso lado quanto do contrário), à vista de informações que obtivemos e de outro trabalho parcial que examinamos.

<sup>55</sup> Dizemos superioridade numérica porque contamos também com as guarnições de Montevidéu e da Colônia, e com as forças do Rio Grande em marcha.

inteiramente a face dos negócios e tornar impossível a execução desse plano; reveses – pode-se dizê-lo –, devidos ambos menos ao esforço e ao poder do inimigo do que à imprudência dos nossos chefes.

O primeiro teve lugar no Rincón de Haedo, a 24 de setembro; o segundo, junto ao arroio Sarandí, a 12 de outubro.

No Rincón, foram batidos os coronéis Jerônimo Gomes Jardim e José Luís Mena Barreto pelo general Rivera, cuja chegada aguardava havia muito o general Abreu; e foram batidos, porque, em vez de marcharem unidos, levados de uma mal-entendida rivalidade, apressavam acintosamente as marchas, com o fim de chegar um primeiro que o outro ao ponto de seu destino.<sup>56</sup>

O inimigo apanhou-os de surpresa e destroçou-os cada um por sua vez, destruindo inteiramente os 400 homens que eles comandavam.

O segundo desses chefes pagou com a morte gloriosa o seu fatal erro.<sup>57</sup>

<sup>56</sup> Enquanto Lavalleja concentrava, nas proximidades da Florida, o seu exército, para poder tentar um golpe, que lhe desse uma vitória parcial e que o tirasse da posição difícil em que se achava, ordenou a Rivera que, com 400 homens, se apoderasse da cavalaria que tínhamos no Rincón. Abreu só tinha em Mercedes pouco mais de 300 praças, porque, como já dissemos, 900, às ordens de Bento Manuel, haviam seguido para Montevidéu, a pedido do visconde da Laguna. Rivera cumpriu facilmente a sua missão. Penetrou no Rincón, perseguiu a pequena guarda que aí tínhamos, e que, não podendo resistir, fugiu, tendo apenas um morto e dois feridos, sendo salva pela esquadrilha de Sena Pereira, cujos fogos obrigaram o inimigo a deter-se. Ocupado em arrebatrar cavallhada, havia o general inimigo deixado um oficial intrépido e inteligente, Servando Gómez, com parte das suas tropas na estrada do Rincón. Para esse ponto, dirigiram-se os coronéis Gomes Jardim e Mena Barreto (José Luís), com pouco mais de 200 homens cada um. Pelas 9h do dia 24, Servando Gómez avistou o primeiro desses chefes, que vinha quase em debandada com os cavalos fatigadíssimos. Vencer em semelhantes condições era tarefa fácil. Servando aguardou o ensejo mais favorável e carregou com violência sobre essa força, da qual apenas uns 40 homens conseguiram formar-se, sendo esmagados pelo número. Os outros, envolvidos e perseguidos pelo inimigo, caíram sobre o Regimento nº 25 de segunda linha (Guaranis), de que era comandante Mena Barreto, e que não pôde igualmente guardar a formatura pelo cansaço dos cavalos. Esta coluna, como a primeira, dispersou-se logo, podendo o inimigo, sem grande trabalho, destruí-la completamente, perseguindo-a até grande distância. Ainda assim, muitos houve que, envolvidos pelos contrários, resistiram com admirável denodo, sabendo vender caro suas vidas. Entre estes achou-se o jovem Mena Barreto, que, apesar de ouvir os repetidos gritos do inimigo, intimado-lhe que se rendesse, combateu, como um verdadeiro herói, morrendo ao final, com mais de 10 honrosos ferimentos, e conquistando a admiração de seus próprios adversários. (Ver o opúsculo do senhor E. de Sena Pereira – *O Libello argentino e a verdade histórica*, Rio de Janeiro, 1857, volume 1, e a *Biografia do coronel José Luiz Menna Barreto*, publicada em avulso no ano de 1825, em Montevidéu).

<sup>57</sup> Morreu aos 27 anos esse jovem coronel, que se assinalava já por uma longa série de feitos ilustres. Era filho do marechal de exército João de Deus, visconde de São Gabriel (falecido

Preenchida com tanta felicidade a sua missão, voltou Rivera, com a cavallhada que tomara, para o acampamento de Lavalleja e achou este chefe preparando-se para atacar Bento Manuel, que, com uma brigada, saíra da praça de Montevidéu.

Este, recebendo ordem de reconhecer o campo inimigo, partiu com 1.100 homens e incorporou-se, no dia 10 de setembro, nas nascentes do Ií, ao coronel Bento Gonçalves, que comandava 400 cavaleiros.<sup>58</sup>

Achando-se assim com 1.500 homens, julgou Bento Manuel, em seu orgulho, que por si só poderia dar cabo da revolução, e, desprezando as instruções que recebera, atreveu-se a atacar o inimigo com a sua pequena coluna, fatigada e enfraquecida por contínuas marchas forçadas.

No dia 12 de outubro, aniversário do primeiro imperador, avistou ele o exército republicano, postado junto ao Sarandí, que despeja suas águas em um dos tributários do rio Ií, o arroio de Castro.

Lavalleja, que de há muito espreitava os seus movimentos, esperava-o impassível e certo da vitória.

Aos nossos 1.500 homens, o opunha 2.500 das três armas, perfeitamente disciplinados, cheios de entusiasmo pela causa que defendiam e em melhores condições que os nossos, porque à superioridade numérica acrescia estarem em descanso e conhecerem perfeitamente o terreno em que combatiam.

Como se isso não bastasse, foi tal a alucinação que se apoderou de Bento Manuel, que deu começo ao combate unicamente com mil e tantos homens, sem esperar os 400 de Bento Gonçalves, que vinham um pouco retardados.<sup>59</sup>

---

em 1849) e irmão do vencedor de Paissandu, o marechal de campo José Proficio, barão de São Gabriel, falecido em 1865.

<sup>58</sup> Bento Manuel se havia oferecido para atacar o inimigo em seu próprio campo. O tenente-general Maggessi, barão de Vila-Bela, reclamou para si, como mais graduado, o comando das forças que se houvessem de destacar contra o inimigo. Sem dar uma decisão definitiva, ordenou o visconde que Bento Manuel fosse reconhecer o campo inimigo, devendo, antes, fazer junção com Bento Gonçalves, a quem oficiou nesse sentido.

<sup>59</sup> Armitage, tão inexato quando refere fatos desta guerra, diz, com os documentos oficiais do inimigo, que pelejaram nesse combate 2.200 brasileiros. O visconde de São Leopoldo e o general Abreu e Lima (que o copia nesse como em muitos outros pontos) dão o algarismo exato. Só se bateram mil brasileiros, porque os 400 soldados de Bento Gonçalves não chegaram a entrar fogo. O senhor A. D. Pascual, na sua recente obra *Apuntes para la historia de la República Oriental del Uruguay*, engana-se com Armitage, dizendo que tínhamos 2.200 homens.

Pode-se dizer que o sinal da nossa derrota foi dado aos primeiros tiros pela defecção da infantaria guarani, tornando-se impossível, depois dela, um combate regular.

Como bem observa o visconde de São Leopoldo, “foi antes uma dispersão do que um combate”. Bento Gonçalves, com o seu regimento ileso, dirigiu-se para a fronteira do Jaguarão, sem ser incomodado pelo inimigo; Bento Manuel, com os destroços de sua coluna, depois de pelejar heroicamente, retirou-se para a de Santana, perseguido até alguma distância pelo inimigo; o regimento de dragões retrogradou para Montevidéu, e o coronel Alencastro teve de depor as armas com as forças que comandava.

Tais foram os tão falados combates do Rincón e de Sarandí, em que os orientais venceram sem desar para nós e sem grande glória para eles.

Esses dois reveses foram, como se vê, exclusivamente devidos ao procedimento de Jardim, de Mena Barreto e de Bento Manuel. Sem a mesquinha rivalidade daqueles e com a imprudente ambição deste, não teria a causa da revolução alcançada tais vantagens, que, insignificantes como feitos militares, puseram, entretanto, o inimigo de posse de toda a campanha oriental, fortaleceram o espírito de resistência e permitiram ao governo de Buenos Aires decidir intervir francamente na luta.

Não nos levem a mal esta divagação. Julgamos dever expor os fatos e falar nesses dois combates, porque sobre o general Abreu se fez então recair toda a responsabilidade deles.

Ainda em 1827, na sessão da Câmara dos Deputados de 18 de maio, o ilustre general Cunha Matos, falando da guerra, assim se exprimiu a respeito da campanha de 1825: “A guerra, senhor presidente, tem sido de tal modo dirigida, que estamos vendo arruinado o Brasil! Permita-me que o diga com bastante sentimento do meu coração: os erros são antigos, e os erros tem continuado até hoje.

O erro fatal do barão do Cerro Largo, general valente, que 19 vezes se bateu no campo da honra, arrastou a desgraça do Brasil e trouxe as derrotas do Rincón e de Sarandí. Em vez do Rincón das Galinhas, ele ocupou Santana! Qual foi o resultado disso? Um corpo de quase 600 cavalos, sob as ordens de chefes intrigados, marchava em desordem, quando o inimigo, aproveitando-se da confusão, cai-lhes em cima com duzentos cavalos, e leva tudo a espada!”<sup>60</sup>

<sup>60</sup> O deputado pelo Rio Grande Xavier Ferreira, respondendo a Cunha Matos, negou a responsabilidade de Abreu pelo revés do Rincón, mas não soube dizer, quanto à censura



A simples exposição dos fatos e a leitura dessa parte do discurso do general Cunha Matos bastam para a cabal defesa do ilustre barão do Cerro Largo.

O general Cunha Matos acusava-o por ter ocupado Santana, quando ele, como já vimos, ocupou Mercedes, nas vizinhanças do Rincón! Desta natureza eram as acusações que faziam a Abreu.

Reduzido a inação em Mercedes, o general Abreu foi mero espectador de todos esses sucessos. Da sua divisão destacara, com Bento Manuel, a requisição do visconde da Laguna, 900 homens. Estes foram batidos em Sarandí, e os 400 que esperava da fronteira, antes de se lhe incorporarem, foram batidos no Rincón.

A incorporação destes últimos devia elevar a força sob seu imediato comando a 700 praças, com as quais tinha ele de defender, por determinação do visconde, a margem do Uruguai, de acordo com a flotilha de Sena Pereira.

Mas esses dois reveses reduziram-no a uns 300 homens, e nessas circunstâncias, privado da cavalhada de refresco, via-se ameaçado pelo inimigo vitorioso, que sem dificuldade esmagá-lo-ia se por mais tempo permanecesse em território já todo em poder das armas republicanas.

Decidiu-se então a evacuar a Banda Oriental, retrogradando para a fronteira do Rio Grande.

Até o Salto fez-se Abreu transportar pela esquadrilha do Uruguai, duplamente mortificado pela desgraça das nossas armas e pelo procedimento que para com ele tinha o general Barreto.

Do Salto dirigiu-se com os restos de sua divisão para a fronteira do Arapeí,<sup>61</sup> ocupando Belém, em cujas proximidades reuniram-se-lhe Bento Manuel com os fugitivos da coluna destroçada em Sarandí; e daí seguiu, depois, para o Rincón de Mata Perros, situado entre o Arapeí-Chico e o Sarandí-Pires.

---

principal, que este general ocupou precisamente o ponto que o primeiro orador inculcava como o melhor.

<sup>61</sup> Era por esse lado a linha divisória entre o Rio Grande e a Banda Oriental, pela convenção celebrada com Montevideú a 30 de janeiro de 1819.



## VIII

*Abreu deixa, no Rincón de Catalán, Bento Manuel e fixa seu quartel-general em São Gabriel. Recebe a notícia de lhe ter sido conferido o título de barão do Cerro Largo. Providências para defesa da fronteira do Rio Grande. Combate de Taquari (17 de dezembro) e surpresa do forte de Santa Teresa (31 de dezembro). Vencem os inimigos do barão do Cerro Largo, que é exonerado do comando das armas do Rio Grande. Sua despedida. Estado em que deixou a província. Erros do seu sucessor. Combates durante o ano de 1826. Viagem do senhor dom Pedro I ao Rio Grande.*

A fronteira do Rio Grande, depois dos sucessos que acabamos de narrar, ficou ameaçada de incursões pelas partidas inimigas, senhoras de todas as armas. Na defesa daquela província, deixou Abreu no Rincón de Catalán uma brigada de cavalaria, e dirigiu-se para São Gabriel, onde fixou seu quartel-general.

Eram mui diminutos os recursos de que então dispúnhamos para defender a extensa linha de nossas fronteiras meridionais, pois só tínhamos na província do Rio Grande oito regimentos de cavalaria de

segunda linha,<sup>62</sup> algumas companhias de guerrilhas, o esquadrão de lanceiros do Uruguai e uma partida do terceiro regimento de cavalaria do exército.

Toda a força de primeira linha, que em tempos ordinários fazia aí guarnição,<sup>63</sup> achava-se em Montevidéu ou na Colônia.

Ainda assim, com essa insignificante força, o velho general guarneceu a fronteira, distribuindo convenientemente os corpos pelos pontos mais vulneráveis e importantes.

O seu primeiro cuidado foi elevar aqueles corpos, então extraordinariamente reduzidos em pessoal, ao seu estado completo: enquanto se ocupava nisso, pondo em ação toda a influência de que gozava entre os rio-grandenses, aguardava ele a chegada das tropas que haviam desembarcado em Santa Catarina, para empreender a segunda campanha e procurar o inimigo em suas próprias posições.

Não pôde, entretanto, levar a efeito esse seu desejo. As intrigas de seus inimigos e rivais conseguiram fazer desvairar o governo.

Abreu havia recebido, por decreto de 12 de outubro, o título de barão do Cerro Largo, em atenção aos seus serviços passados e aos que acabava de prestar; mas pouco depois, sabendo o governo das derrotas do Rincón e de Sarandí, deixou-se levar pelos manejos da intriga e responsabilizou o seu brioso general por desastres nos quais, como já mostrarmos, não teve ele a mínima parte.

Foi exonerado do comando das armas, assim como o visconde da Laguna do cargo de capitão-general da Cisplatina, sendo substituído aquele pelo brigadeiro Massena Rosado<sup>64</sup> e este pelo tenente-general barão de Vila Bela (Maggessi).<sup>65</sup>

A 20 de dezembro, ocupado em aumentar as forças da província, do seu quartel-general de São Gabriel, dirigiu o ilustre barão do Cerro

<sup>62</sup> Eram esses regimentos: 20 (de Porto Alegre), 21 (Rio Grande), 22 (Rio Pardo), 23 (Alegrete, chamado antes regimento de Entre Rios), 24 (São Borja, antes regimento de guaranis das Missões), 39 (antes regimento de Cerro Largo), 40 (antes regimento de Lunarejo). Em toda a província, só havia um batalhão de infantaria de segunda linha, com a numeração de 46.

<sup>63</sup> A força de primeira linha, que estacionava no Rio Grande e que se achava então nessas duas praças, constava dos seguintes corpos: regimentos números 4 e 5 de cavalaria, terceiro corpo de artilharia montada e nono batalhão de caçadores (*Vêr* o decreto de 1o de dezembro de 1824).

<sup>64</sup> Francisco de Paula Massena Rosado.

<sup>65</sup> Até então, a Cisplatina fora governada pelo visconde da Laguna, na qualidade de capitão-general. O barão de Vila Bela foi o primeiro presidente nomeado para ela.

Largo aos rio-grandenses uma proclamação, convidando-os a tomar as armas contra o inimigo comum:

Enquanto Deus me der forças [dizia então ele], prometo-vos não embainhar a minha espada sem que o inimigo seja lançado além do rio da Prata, que dever ser a nossa divisa para a conservação da paz, para a segurança de nossos interesses e para a glória do grande Império a que pertencemos.

Um mês depois, a 22 de janeiro de 1826, despedia-se dos seus camaradas e patricios, depois de ter passado, oito dias antes, ao novo governador das armas o comando do exército.

Cheias de nobreza foram as palavras de despedida do velho e distinto general. Diante da ingratidão imensa de que era vítima, vendo seus serviços esquecidos, e olvidados os dias de glória que dera a sua pátria, o ilustre veterano, com a grandeza d'alma que tanto o distinguia, não fez uma única recriminação, não soltou um só queixume.<sup>66</sup>

Depois de anunciar a sua exoneração, terminava os seus adeuses com as seguintes palavras, que por si só bastam para exprimir o seu desinteresse e patriotismo: “Vou contente beijar a mão do nosso imperador e pedir-lhe permissão para voltar como simples soldado a unir-me às fileiras dos meus antigos camaradas, pois deveis ter

<sup>66</sup> Não vimos o original desse documento, mas sim a tradução feita por um dos periódicos de Buenos Aires: “Despedidas que faz o barão do Cerro Largo aos habitantes dessa província de São Pedro do Rio Grande: Honrados habitantes. Tenho empregado todos os dias, que Deus me tem concedido, desde a idade de 13 anos até hoje, no serviço deste país.

Sois testemunhas dos esforços que hei empregado na defesa desta província, quando invadida pelo estrangeiro, sem outro interesse que o de ser útil ao lugar em que nasci, e podeis dizer como procedi nessas circunstâncias, e se obtive algum lucro, abusando dos cargos que ocupei. A imprensa é livre, e por esse canal podem todos publicar livremente o que sabem, ou o que pensam.

A ocasião é própria, porque foi servido sua majestade imperial substituir-me pelo excelentíssimo brigadeiro Francisco de Paula Massena Rosado, oficial habilitado para o lugar que acabo de deixar, pelos conhecimentos e pelas qualidades que possui. Ordenou-me o mesmo augusto senhor que me recolhesse à corte do Rio de Janeiro, ordens que passo imediatamente a cumprir. Despeço-me, pois, dos meus honrados patricios, agradecendo o modo por que fui sempre tratado, não só durante o período em que ocupei o cargo de governador das armas, como em todas as épocas da minha carreira militar.

Levo, com o sentimento de apartar-me de tão dignos cidadãos, a glória de não ter perdido um só palmo de terra da província cuja defesa me foi confiada até ao dia 14 do corrente, em que fiquei isento de toda a responsabilidade etc.”

conhecido que sou mais propenso a obedecer do que a comandar.”

A demissão do barão do Cerro Largo foi um dos muitos erros que o governo imperial cometeu durante o decurso dessa guerra, tão mal encaminhada e dirigida.

Possuindo um nome prestigioso, conquistado por sua bravura e honestidade, e pelos serviços que havia prestado à província do Rio Grande, cujo território livrara três vezes (em 1816 e 1820) da invasão estrangeira, simpatizado geralmente pelos brilhantes dotes de seu coração, prático no sistema de guerra adotado nessas paragens, e perfeito conhecedor do terreno em que tinham lugar às operações, teria o general Abreu sabido conduzir o exército brasileiro à vitória, evitando os erros do seu sucessor, que tão fatais foram as nossas armas, e que tão funestamente influíram sobre a campanha de 1827.

Se, em tão críticas circunstâncias, afastar do Supremo Comando Militar um tal homem era já um erro funesto, o governo parece que esforçou-se em agravá-lo com a nomeação do novo governador das armas, homem desconhecido e que, suposto tivesse boas intenções, não estava na altura do cargo que ia desempenhar.

Abreu entregou-lhe a província, virgem, durante o seu comando, das plantas inimigas. Com efeito, graças às providências por ele tomadas, o inimigo não ousara penetrar uma única vez em nosso território, e este conservou-se inativo, apesar de já ter cerva de quatro mil homens. Apenas pelo lado do Cerro Largo e de Santa Teresa, na parte da fronteira entregue pelo barão ao general Correia da Câmara (Bento), mostrou-se o inimigo em força.

No departamento do Cerro Largo apresentou-se o coronel Ignacio Oribe, entrincheirando-se perto de Conventos, à margem do Taquari, donde foi a 7 de dezembro desalojado por 500 dos nossos bravos ao mando do coronel (Bento) Gonçalves, deixando em nosso poder, além de muitos mortos e feridos, 34 prisioneiros (entre os quais um oficial), uma bandeira, muito armamento, 600 cavalos e toda a correspondência.<sup>67</sup>

Em frente ao pequeno forte de Santa Teresa, apresentou-se a 31 desse mesmo mês o coronel inimigo Leonardo de Oliveira, que conseguiu surpreender a guarnição desse ponto, comandada por um alferes, e a

<sup>67</sup> Sobre esse combate, veja-se a parte oficial do marechal de campo Correia da Câmara, comandante da fronteira do Rio Grande. Ignacio Oribe retirou-se em desordem, acossado pelos nossos, até Frayle Muerto.

guarda do Chuí, retirando-se pouco depois com algum armamento e com vários prisioneiros, entre os quais alguns oficiais.<sup>68</sup>

Esta surpresa e aquele combate foram os dois únicos feitos de armas que tiveram lugar na fronteira desde que o barão do Cerro Largo voltou à província, até que entregou o comando das forças, que a guarneciam, ao general Rosado.

Este, desde que tomou conta do governo das armas, começou a contrariar todas as sábias disposições tomadas pelo seu antecessor para cobrir a fronteira.

Amontoou em Santana do Livramento todo o exército, exceto a pequena brigada de Bento Gonçalves, que se conservou no Jaguarão, pela enérgica resistência deste chefe.

Reunidas as tropas sobre um pequeno recinto, começaram a aparecer moléstias, que, tornando-se epidêmicas, dizimaram cruelmente suas fileiras e reduziram os soldados a um estado de abatimento, que muito influiu sobre as ulteriores operações do exército. Desprovidos de tudo, mal-vestidos, pessimamente alimentados, entregues a meia dúzia de cirurgiões, que, além de baldos de conhecimentos, não dispunham de um hospital regular, nem dos medicamentos mais indispensáveis, os infelizes soldados sofreram toda sorte de privações e de sofrimentos durante o comando do general Rosado. A desinteligência mesquinha, que existia entre este e o presidente da província, general Gordilho (primeiro visconde de Camamu) agravou consideravelmente esse triste estado de coisas.<sup>69</sup>

Concentradas em Santana do Livramento todas as nossas forças, a fronteira ficou inteiramente aberta. O inimigo, aproveitando-se disso, entrou por ela mais uma vez, entregando ao saque e à devastação o território banhado pelo Uruguai, sem que encontrasse um só destacamento nosso, pois a brigada de Bento Manuel, que o barão do Cerro Largo colocara no Rincón de Catalán, e que poderia obstar aquela incursão, se tinha reunido também ao exército por ordem do novo comandante das armas. Era tal o estado do exército que, pedindo uma vez Bento Manuel

<sup>68</sup> Este sucesso, cuja insignificância é manifesta, passa, todavia no Estado Oriental por uma *brilhante e assinalada vitória*. Mais de uma vez, temos visto apontado o combate de Santa Teresa (nem combate houve!) como um padrão de glória das armas orientais.

<sup>69</sup> Veja-se a interessante memória do senhor Machado de Oliveira sobre a campanha de 1827, no tomo XXIII da *Revista do Instituto Histórico*.

autorização para bater o inimigo, que se apresentara no Uruguai, foi-lhe respondido que não havia no acampamento cartuchos suficientes para semelhante empresa!

Ainda assim, algumas vezes mediram-se os nossos com as forças republicanas, pronunciando-se sempre a vitória pelas armas imperiais;<sup>70</sup> mas essas vantagens, pela má-colocação do nosso exército, eram alcançadas depois que o inimigo assolava nosso território, causando prejuízos imensos, e punha a salvo grande parte do que roubava. E, como se não bastasse a inépcia com que o nosso comandante das armas abandonou ao inimigo toda a fronteira, a demora na remessa de forças para o sul, conservando durante todo o ano de 1826 inativas as nossas

<sup>70</sup> A 6 de agosto o bravo major A. de Medeiros Costa derrotou, em Caraguatá, a vanguarda de Ignacio Oribe, ao mando de Claudio Berdún, destruindo-a de tal modo que só 30 homens escaparam, ficando 148 mortos ou feridos e 22, entre os quais dois oficiais, prisioneiros.

A vanguarda da coluna do tenente-coronel J. A. Martins, expedida para os lados do Quarai contra 300 bandidos, comandados por um López Chico, alcançou-os já em retirada, passando o Toropasso. Bastou essa pequena força, comandada pelo capitão Gabriel Gomes Lisboa, para arrojá-los à margem direita do Uruguai, retomando grande parte dos roubos que haviam feito. Mas o combate da Capilla del Rosario no Merinay (Corrientes) foi o mais importante desses feitos d'armas. Bento Manuel fora despachado com a primeira brigada contra uma força Correntina ao mando de Félix Aguirre, que saqueava as Missões Orientais. À sua aproximação fugiu o inimigo para Corrientes.

O intrepido paulista atravessou o Uruguai a 31 de outubro, e a 5 de novembro colheu a gente de Aguirre. Colocou-se este na Capilla del Rosario com 800 homens e três peças, postando muito adiante, e deste lado do Merinay, o coronel Pedro Gómez Toribio com outros 200. Bento Manuel desbaratou inteiramente esta força, ficando Toribio entre os mortos, e avançou sobre a outra; mas Aguirre, com sua artilharia, pôs-se logo em retirada, deixando, para protegê-la, 300 soldados, que foram igualmente destroçados. No campo, deixou o inimigo 300 homens mortos ou feridos, muito armamento e mais de mil cavalos. Tivemos um oficial e 37 praças fora de combate. Só falamos nos combates que tiveram lugar com as forças que guarneciam a província do Rio Grande. No rio da Prata, muitas ações brilhantes ilustraram, nesse ano de 1826, as armas imperiais, sendo as mais notáveis a defesa da praça da Colônia (atacada pelo almirante argentino Brown e pelo general Lavalleja, e defendida pelo general Rodrigues, barão de Taquari), e a vitória naval alcançada pelo chefe de divisão James Norton, no dia 30 de julho, sobre a esquadra inimiga. E já que tocamos nesses feitos d'armas, cumpre-nos dizer que o senhor A. D. Pascual enganou-se nos seus Apuntes, quando disse, na p. 259 do volume 1, firmando-se em Armitage, que sofremos uma quase derrota junto à Enseada no dia 9 de fevereiro. Nesse dia, travou-se perto da ponta de Corales em combate naval, sendo Brown repellido e batido pelo vice-almirante Rodrigo Lobo. No dia 11 de abril, não surpreendeu Brown nossa esquadra, como diz o mesmo escritor. Apresentou-se ele nas vizinhanças de Montevidéu, e foi logo perseguido por Norton, que saiu ao seu encontro, e com ele bateu-se, pondo-o em fuga. Quanto à abordagem da fragata *Imperatriz*, na noite de 27 desse mesmo mês, de que fala o senhor Pascual à mesma página, houve com efeito falta de vigilância da nossa parte, mas, apesar disso, foi Brown repellido e obrigado a fugir.



tropas, veio dar tempo a que os argentinos preparassem e disciplinassem um magnífico exército, superior a 12 mil homens.

Tais foram as consequências da demissão de Abreu. Tal o estado da província e do exército depois que ele deixou o comando das armas.

Estas notícias desoladoras puderam, enfim, chegar aos ouvidos do senhor dom Pedro I; e o príncipe patriota tomou a resolução de ir pessoalmente inspecionar o teatro dos acontecimentos, para que por si mesmo pudesse, usando de sua influência e prestígio, dar remédio a tantos males.

O imperador compreendeu que era preciso aumentar o exército e habilitá-lo com os meios necessários para marchar contra o inimigo, sem esperar que este se fortalecesse e viesse procurar os nossos soldados na ocasião que lhe fosse mais conveniente.



## IX

*O barão do Cerro Largo oferece-se para organizar um corpo de voluntários. O imperador regressa à Corte. O marquês de Barbacena é nomeado comandante chefe do exército. Conferência do marquês com o barão do Cerro Largo. Este recusa aceitar o comando de uma divisão e só pede o do corpo de voluntários que ia organizar. Parte para São Gabriel, para onde chama os seus velhos companheiros de armas. O exército argentino dirige-se a nossa fronteira. Movimentos dos dois exércitos. Junção de Barbacena e de Brown no arroio das Palmas. Fuga simulada de Alvear. O barão do Cerro Largo reúne-se ao exército no Passo dos Enforcados. Marcha do exército em direção ao Passo do Rosário. Batalha de Ituzaingo. Morte do barão do Cerro Largo.*

Votado ao esquecimento, vivia o bravo barão do Cerro Largo ignorado nos subúrbios de Porto Alegre, só entregue às afeições da família. Tragava em silêncio a injustiça de que fora vítima, quando a presença do excelso fundador do Império, despertando entre os rio-grandenses o amortecido entusiasmo, o fez sair do seu retiro para oferecer à pátria como simples soldado a sua espada gloriosa.

Infelizmente, a presença do imperador, se muitos benefícios levou ao exército, não pôde, todavia produzir todas as vantagens que eram de esperar.

E a sua volta súbita e inesperada fez com que a província recaísse na mesma prostração em que estivera antes mergulhada. Foi assim que mui dificilmente se pôde recolher o produto de uma subscrição popular, agenciada durante a presença do príncipe, com o fim de auxiliar as urgências do Estado nas despesas de guerra, e que dos homens que se haviam oferecido para reunir voluntários, destinados a engrossar as fileiras do exército, apenas o barão do Cerro Largo cumpriu a sua promessa.

Que fatalidade pesava então sobre o governo do Brasil! Possuíamos um exército numeroso e aguerrido, que facilmente poderia ter-nos assegurado pronta vitória, e, não obstante, no teatro da luta, havia apenas recursos insignificantes e uma força mais que diminuta!

Ao regressar para a corte, o imperador deixara já no Rio Grande o novo presidente e o comandante em chefe do exército. Para o primeiro desses lugares, havia sido nomeado o brigadeiro Salvador José Maciel e para o segundo, o tenente-coronel marquês de Barbacena (Felisberto Caldeira Brant Pontes).

O novo general quis aproveitar os serviços do ilustre barão do Cerro Largo, cujo nome conhecia e respeitava e, antes de partir para Santana do Livramento, teve com ele uma larga conferência, manifestando-lhe por essa ocasião toda a estima e veneração que lhe votava.

Querendo dar-lhe no exército uma posição condigna ao elevado posto que ocupava, ofereceu-lhe o marquês o comando de uma divisão, mas o velho general opôs-se formalmente a isso e preferiu combater como simples soldado a aceitar tão honrosa comissão.

Depois dessa conferência, o barão do Cerro Largo dirigiu-se a São Gabriel, onde começou a reunir os voluntários que acudiam ao seu chamado, e o marquês encaminhou-se para Santana do Livramento, onde chegou no dia 1º de janeiro de 1827, tomando posse do comando do exército 10 dias depois.<sup>71</sup>

---

<sup>71</sup> Titara, nas suas *Memórias do grande exercito aliado libertador do sul da América*, diz erradamente que o marquês tomara o comando no dia 1º. Neste dia, apresentou-se ele ao exército, passando-lhe revista, mas só a 11 tomou conta do comando. Eis a proclamação que dirigiu aos seus soldados: “Bravos do exército do sul! A honra de comandar-vos é a maior que

Já a esse tempo, movia-se em procura da nossa fronteira<sup>72</sup> o exército argentino do general Alvear, forte de 11 mil homens e de 24 bocas de fogo.<sup>73</sup> A inação em que estivemos por espaço de mais de um ano dera tempo a que o inimigo se preparasse descansadamente e que assumisse a ofensiva, reconhecendo-se habilitado para guerrear-nos em nosso próprio território.

A direção que traziam os contrários era ignorada dos nossos. Qualquer que ela fosse, devera decidir o marquês a abandonar Santana do Livramento, para reunir-se as forças que às ordens do marechal de campo Gustavo Henrique Brown, chefe do Estado-maior, achavam-se na fronteira do Jaguarão.<sup>74</sup>

---

pode aspirar um general brasileiro. O imperador no-la concedeu, e eu procurei compensar a tão alta mercê, proporcionando ao exército todos os fornecimentos necessários a seu cômodo e existência, dispondo e aproveitando toda a ocasião de encontrar com o inimigo.

A proclamação imperial de 16 de dezembro, que acaba de ser distribuída, me dispensa de recomendar-vos coisa alguma. Cumpra cada um de nós o que o magnânimo imperador determina, que a disciplina, a abundância e a vitória serão inseparáveis de nossas fileiras” (Quartel-general em Santana do Livramento, 1º de janeiro de 1827. Marquês de Barbacena).

<sup>72</sup> Começou a mover-se no dia 26 de dezembro, deixando o acampamento do Arroio Grande (vejam-se os boletins do exército republicano). Ao pisar em nosso território fez o general inimigo espalhar a seguinte proclamação: “Brasileiros! O exército da República pisa o vosso território. Olhai, e por toda parte encontrareis nele os prenúncios da liberdade. Os que com inaudito valor escalarão os nevados Andes para romper as cadeias de meio mundo, e desde uma até outra zona levaram nas pontas de suas baionetas a grande carta da soberania do povo, são os mesmos que hoje vos saúdam. Brasileiros! O exército republicano é o amigo de todos os povos, porque a sua causa é a mesma dos povos: liberdade, igualdade e independência. Ele se move para obrigar vosso imperador a desistir de uma pretensão injusta. Um dia atreveu-se ele a insultar a majestade do grande povo argentino, e o governo da república encarregou-se de fazê-lo entrar em seus deveres. O imperador é o único responsável pelos males que podem cair sobre vós; tratai de evitá-los com o vosso procedimento, nós não vos causaremos diretamente o menor prejuízo. O exército republicano não leva consigo senão força, justiça, ordem, liberdade e igualdade; dom do céu, patrimônio da América, e do qual só vós estais ainda excluídos. Brasileiros! Repousai tranquilos em vossos lares; o pavilhão republicano será vossa égide; vossas propriedades serão respeitadas, vossas pessoas garantidas. Nossas armas só se dirigem contra os soldados do imperador; porém, desgraçados dos que, confundindo os interesses do povo com os daqueles, tratarem os argentinos como inimigos. Eles não deixarão de ser livres, mas será a espada que os conduzirá a felicidade, que agora desprezam, e que, em nome de sua pátria, lhes prometo alcançar” (Carlos de Alvear).

<sup>73</sup> Formava três corpos ou divisões: um de infantaria, ao mando do general E. Soler (era o terceiro corpo), e dois de cavalaria (primeiro e segundo), ao mando dos generais J. A. Lavalleja e Jullián Laguna. A artilharia era comandada pelo coronel Iriarte.

<sup>74</sup> Titara diz erradamente na citada obra, p. 118, que essa força se desmembrou do exército marchando para o Jaguarão. O senhor A. D. Pascual, que o copia nesse ponto nos seus

O intento de Alvear era penetrar por Bagé, colocando-se entre Barbacena e Brown, para batê-los separadamente;<sup>75</sup> mas, apesar das precauções que tomara no intuito de ocultar seus movimentos<sup>76</sup>, passou pela decepção de ver frustrado o seu plano.

A 13 de janeiro, o general em chefe deixou Santana do Livramento e foi acampar na várzea do Morro Grande,<sup>77</sup> margem esquerda do Cunha-Peru, destacando, nesse dia, o general Sebastião Barreto com 1.700 homens de cavalaria para observar em Bagé o inimigo e certificar-se de seus movimentos.

Moléstia repentina e perigosa deteve o marquês naquele sítio até ao dia 19; mas três dias antes (a 16), recebendo comunicação de que o inimigo se mostrava em força no Passo das Pedras e de que uma de suas grandes avançadas penetrava em Bagé, expediu ordem a Gustavo Brown para que, quanto antes, se reunisse ao exército, e começou a forçar as marchas, tomando a 4 de fevereiro posição no arroio das Palmas,<sup>78</sup> onde, protegido pelo terreno, esperou que o inimigo o viesse atacar.

No dia seguinte, realizou-se a junção das forças que Brown conduzia desde a cidade do Rio Grande.<sup>79</sup>

Vendo destruído o seu plano, Alvear não ousou atacar o pequeno exército imperial na formidável posição que este ocupava, e tomou o partido de atraí-lo para o interior da província, procurando o vale de Santa Maria.

Até então, tinha o marquês de Barbacena manobrado com tino e habilidade. O rápido movimento que executou, para operar a junção

*Apuntes para la historia de la Republica Oriental*, repete o mesmo erro à p. 295. Aquelas forças haviam desembarcado no Rio Grande e marchava a reunir-se ao exército.

<sup>75</sup> Alvear o diz na *Exposición*, que publicou em resposta à mensagem do governo.

<sup>76</sup> O inimigo seguiu por um terreno deserto e de difícil acesso, deixando, em frente de Santana do Livramento, para iludir o marquês, uma força de cavalaria. Tão seguro estava Alvear de que poderia realizar o seu plano, que no Boletim no 2 escreveu o seguinte:

“Tudo anuncia que o inimigo será surpreendido ao saber da verdadeira direção do exército, e que esse triunfo se conseguiu por uma marcha de flanco executada com rapidez e ordem por um caminho deserto, por onde ninguém antes havia passado.”

<sup>77</sup> Além dos boletins dos dois exércitos, dos escritos, documentos e informações que obtivemos, guia-nos a *Resposta do brigadeiro Cunha Matos ao senhor Rasgado*, Rio, 1827.

<sup>78</sup> Chegou no dia 2 ao arroio das Palmas, mas só no dia 4 ocupou a posição em que esperou o inimigo.

<sup>79</sup> Essa força elevava-se a 2.500 homens.

com as forças da esquerda, separadas da direita por mais de 80 léguas, desconcertou completamente o general Alvear, e arrancou deste, palavras de admiração, que, partindo de um inimigo, constituem o mais belos dos elogios;<sup>80</sup> mas, desde que teve notícia da marcha do exército contrário em direção a São Gabriel, e da sua simulada fuga, o nosso general abandonou o campo das Palmas, e forçou as marchas em seu seguimento, caindo assim no laço que lhe armara o seu adversário.

Acreditou que um exército com cerca de 11 mil homens, composto de excelente tropa, fugia diante de um que não chegava a contar sete mil, e deixou-se arrastar pelo inimigo até ao lugar que este escolhera para oferecer-lhe batalha.

O barão do Cerro Largo, cumprindo a sua promessa, já então tinha reunido em São Gabriel grande número de veteranos, seus companheiros de armas, e desertores indultados, que ao grito de seu nome acudiam dos distritos da Serra.

Ressentido do procedimento que para com ele se teve, apenas solicitou o comando do pequeno corpo que organizara e nessa medíocre posição reuniu-se ao exército no dia 13 de fevereiro, encontrando-o acampado à margem esquerda do Camacuã-Grande, em frente ao Passo dos Enforcados.

Este fato por certo o recomenda muito ao respeito e à admiração da posteridade. Foi sem dúvida um exemplo raro de abnegação e de amor pátrio esse que então deu o marechal de campo barão do Cerro Largo, sujeitando-se a comandar um simples corpo de cavalaria, ele que em outros tempos ocupara cargos e comissões importantes, e a quem fora já cometido o mando de todas as tropas em operações no Rio Grande.

A força com que se apresentou, e que não chegava a 600 homens, recebeu no exército a denominação de *Corpo de Paisanos*, denominação bem cabida, porque as praças de que se compunha já tinham perdido todos os hábitos de disciplina que caracterizam as tropas regulares;<sup>81</sup> os havia nelas aquele valor antigo, dedicação pela pátria e confiança e amor para com o intrépido cabo de guerra que os comandava.

<sup>80</sup> “... Então (diz Alvear) tomou uma resolução que lhe faz muita honra, não só pelos conhecimentos militares que revela, vendo a difícil posição em que o haviam colocado as manobras do seu contrário etc.” Veja-se a Exposición que hace el general Alvear, para contestar Al Mensage del Gobierno, Buenos Aires, 1827, volume 1.

<sup>81</sup> Veja-se a *Memória* do senhor Machado de Oliveira.

Ao reunir-se ao exército, Abreu levou-lhe a notícia de que Alvear seguia em direção a São Gabriel, notícia que foi poucos instantes depois confirmada, sabendo-se mais que as forças inimigas haviam acampado já naquele ponto.

O marquês confiou ao ilustre barão do Cerro Largo a importante missão de fazer o serviço de vanguarda do exército com o seu pequeno corpo de voluntários e começou a acelerar as marchas. Em quatro dias, venceu o nosso exército, acampando em vários galhos do Camaquã, as 23 léguas (cerca de 152 km) que separam daquela povoação o Passo dos Enforcados.

A 17 a vanguarda de Cerro Largo entrou em São Gabriel, achando-o abandonado do inimigo, e livrou-o do incêndio, que havia destruído já três casas.

Em São Gabriel, soube o marquês que Alvear procurava o Passo do Rosário, no Santa Maria, e que tinha abandonado algum trem pesado. Isso convenceu-o ainda mais de que o seu adversário fugia precipitadamente diante do exército imperial, e, dirigindo a este uma proclamação, continuou a forçar as marchas.<sup>82</sup>

Na madrugada de 19, fez reforçar a vanguarda e foi acampar a três léguas e meia de São Gabriel, no campo dos Salsos, depois de ter

<sup>82</sup> Ei-la: “Soldados! Quando o inimigo se apresentou nesta fronteira, estava o centro do exército imperial a mais de 80 léguas (cerca de 528 km) de distância das divisões da esquerda; estáveis sem transporte e até com falta de armamento e munições de guerra. Vosso valor e vosso patriotismo venceram todas as dificuldades, e por marchas forçadas e atrevidas, quase à vista do inimigo, e estando os postos avançados em constante tiroteio, conseguistes fazer junção com a maior parte das tropas da esquerda no dia 5 do corrente: as outras reuniram-se nos dia 11 e 13. Então fazia o inimigo todas as demonstrações de atacar-nos, e posto que, por sua superioridade numérica, e pela linguagem de suas proclamações, o ataque parecia provável, não passou de demonstrações, e, deixando as margens de Camacuan, colorou aquele princípio de retirada, dizendo que nos esperava nos campos de São Gabriel, ou que seguiria para Porto Alegre. Por novas marchas forçadas aqui chegastes esta manhã, e, longe de encontrarmos o inimigo, achamos a certeza de sua vergonhosa e precipitada fugida, havendo a retaguarda comandada por Lavalleja, deixado a povoação de São Gabriel ontem pelas quatro e meia da tarde, entretanto, que Alvear adiantou de quatro marchas a infantaria e artilharia, bem quisera eu dar-vos algum descanso depois de tantos centos de léguas de marcha com um sol abrasador, e até alguns dias sem água, e muitos sem pão ou farinha; mas um instante de demora nos privaria de colher os frutos de nossos trabalhos, e de termos acabado a guerra para sempre, como exigem a honra e a glória do exército imperial. Soldados! Redobremos de esforços: a vitória é certa, na cidade de Buenos Aires vingaremos as hostilidades cometidas nas pequenas povoações de Bagé e São Gabriel” (17 de Fevereiro de 1827. *Marquês de Barbacena*, tenente-general, comandante em chefe).



atravessado o banhado de Inhatium, que estava quase todo seco pelo rigor da estação calmosa.

No campo dos Salsos, houve um ligeiro ataque entre as forças do barão do Cerro Largo e a retaguarda inimiga, formada por um corpo considerável de cavalaria. Depois de renhido tiroteio, a nossa vanguarda atacou o inimigo, e forçou-o a pôr-se em retirada.

Sabendo, pouco antes das 16h30, do resultado dessa escaramuça, o marquês levantou o campo e foi colocar-se, já à noite, em uns banhados secos da estância de Antônio Francisco, situada à esquerda da estrada, três léguas adiante do último acampamento.

Aí apresentaram-lhe alguns prisioneiros soltos por Alvear, dando a notícia de que este efetuava a passagem do Santa Maria.

O ardil de que lançou mão o chefe inimigo acabou de alucinar o nosso general,<sup>83</sup> que apenas deu ao exército três horas de descanso,

<sup>83</sup> Em mais de um ponto da sua interessante memória, publicada no tomo XXIII da *Revista do Instituto*, diz o senhor general Machado de Oliveira que o exército inimigo retirava-se diante do nosso, evitando uma ação geral. Não podemos, infelizmente, deixar de divergir do conceito de tão distinto escritor, e quando dissemos que a retirada de Alvear era simulada, feita no intuito de dividir as nossas forças, e de atraí-las para terreno mais vantajoso a ele, dissemos-lo com fundamentos muito valiosos.

As razões em que se baseia o senhor Machado de Oliveira para assim pensar encontram-se a pp. 526, 534 e seguintes da referida Revista. Em substância são estas: 1) ter-se o inimigo absteído de atacar-nos no arroio das Palmas, quando o exército não estava ainda todo reunido, e subsequentemente ter-se afastado das nossas forças em direção a São Gabriel; 2) a precipitação com que deixou esse ponto a aproximação da nossa vanguarda, abandonando trem de guerra, bagagem e a cavallhada inutilizada (p. 534), o que foi em verdade encontrado no passo do arroio Cacequi; 3) ter deixado as adjacências de S. Gabriel, onde a sua cavalaria podia manobrar com muito mais vantagem do que no lugar em que se deu a batalha; 4) ter começado a passagem do Santa Maria, para cuja margem esquerda fez Alvear passar o trem pesado do seu exército e até um regimento. De tudo isto, conclui o senhor Machado de Oliveira que os argentinos retiravam-se diante do nosso exército, e que, se aceitaram a batalha, foi porque este, que os seguia de perto, obrigou-os a isso.

É certo que os argentino não se animaram a atacar-nos no arroio das Palmas, porque o terreno nos favorecia imensamente e tolhia o concurso da cavalaria, que era a arma mais poderosa do seu exército; mas a precipitação de sua retirada, quando eles possuíam um exército mais numeroso que o nosso, não passou de uma hábil tática de Alvear. Para mais facilmente iludir o nosso general, deixou ele no nosso passo do Cacequi vários objetos, que nenhuma falta lhe fazia, fez transportar para a outra margem do Santa Maria as suas bagagens e trem pesado, ordenando ao mesmo tempo que um regimento transpusesse o rio. Esta última operação foi feita na presença de alguns prisioneiros, aos quais ele deu liberdade e forneceu cavalos, a fim de que levassem ao nosso campo, como sucedeu, a notícia de que o exército republicano começava a atravessa o rio. Mas apenas estes partiram; o regimento, que se havia transportado para o outro lado do Santa Maria, regressou, incorporando-se novamente ao exército. Quanto

ordenando que a cavalaria e a artilharia não soltassem os cavalos e os conservassem presos pela soga, a fim de que pudesse marchar ao primeiro sinal.

Logo que a lua começou a despontar, os nossos soldados puseram-se de novo em movimento, posto que extenuados de cansaço. A vanguarda foi, nessa ocasião, reforçada com a brigada do coronel Bento Gonçalves, composta dos regimentos de segunda linha números 21 e 39 e de quatro companhias de guerrilhas, reforço este que elevou as forças do barão do Cerro Largo a 1.150 homens de cavalaria.

Não devemos omitir aqui um fato de muito valor pelas consequências que teve. Reunindo-se ao exército, o barão do Cerro Largo requisitou do general em chefe o número de cavalos necessários para o seu corpo, por não lhe inspirarem confiança alguma os que traziam, em consequência do seu estado de fraqueza; e o marquês, atendendo a tão justa requisição, ordenou imediatamente ao general Sebastião Barreto, incumbido da distribuição da cavallhada, que satisfizesse ao pedido de Abreu.

A reclamação de Cerro Largo não foi, porém, atendida. Barreto recusou-se positivamente a fornecer-lhe os cavalos de que carecia, porque, segundo então declarou, os que existiam mal chegavam para os diversos corpos do exército. Se o motivo era fundado, ou se o ditou somente a inimizade que esse oficial votava desde 1825 ao barão é o que não podemos dizer com segurança: não faltaram, porém, acusadores que o denunciassem como antepondo aos interesses e à honra do país seus despeitos e ódios pessoais. O certo é que essa recusa produziu resultados funestos, e quem conhece os hábitos dos cavaleiros do sul

---

aos objetos que o inimigo abandonou no Cacequi e de que fala o senhor Machad de Oliveira, não passavam eles de caixões com papéis velhos, mapas, relações e partes, armamento inutilizado, canastras velhas etc. Tudo isso foi examinado no dia 21 pelo excelentíssimo senhor marechal de campo Luís Manuel de Lima e Silva, que nos ministrou obsequiosamente muitos e importantes esclarecimentos sobre essa campanha. Há, porém, outra circunstância de muito peso, que nos foi comunicada pelo mesmo senhor Lima e Silva, e que nos levou a dizer que Alvear tinha escolhido de antemão o campo de batalha. Esse general conhecia perfeitamente todo o vale do Santa Maria nas proximidades do Ibicuí. Não havia ainda 20 anos, tinha ele residido por largo espaço de tempo na estância do brigadeiro Antônio Pinto da Fontoura, situada do outro lado do rio, tendo muitas vezes percorrido os terrenos circunvizinhos nos freqüentes passeios que dava. Das relações que teve naquele tempo com a família Fontoura mostrou ele conservar ainda recordações e reconhecimento, porque, quando o seu exército esteve acampado no Passo do Rosário, levantando todo o gado que encontrava, respeitou essa estância, e só a ela mandou pedir alguns carneiros.

pode avaliar a impressão que causou ela entre os soldados do barão. Não obstante, guiados pelo prestígio de seu chefe, puderam sufocar o desânimo de que estavam possuídos e continuaram no encalço do inimigo.

Quando o dia começava a despontar, avistou a nossa vanguarda forças inimigas. O barão deu-se pressa em prevenir o general em chefe,<sup>84</sup> e este, firmemente persuadido de que grande parte do exército argentino estava já na margem esquerda do Santa Maria, acelerou a marcha, julgando que tinha de haver-se unicamente com uma fração dele.

Qual não seria a sua surpresa, quando às 5h45 da manhã, avistou em linha mais de 10 mil homens, esperando-o firmes no lugar que haviam escolhido para oferecer-lhes combate?!

Já era tarde para recuar. Nossa vanguarda, ao mando do intrépido Cerro Largo, sustentava um renhido fogo de atiradores com as avançadas inimigas. Era preciso tomar posições e pelejar.

Nosso pequeno exército, apenas composto de 5.500 homens, com 10 bocas de fogo,<sup>85</sup> colocou-se em frente do inimigo, que se achava postado na coxilha de Santa Rosa, e o ataque começou tendo lugar a célebre batalha de Ituzaingo.

Esse punhado de bravos,<sup>86</sup> que não descansavam desde a madrugada de 19 e que desde então quase não haviam tomado alimento, tiveram de bater-se com exército duas vezes superior em número, e que a esta vantagem reunia a de estar em repouso havia dois dias.<sup>87</sup>

<sup>84</sup> Titara diz que o barão supôs que fosse um pequeno corpo inimigo e que, não querendo repartir com outros os louros da vitória, não participou o general em chefe que havia avistado os contrários. O senhor A. D. Pascual, nos seus *Apuntes* ultimamente publicados, repete essa censura, que é inteiramente infundada.

<sup>85</sup> A força total do exército brasileiro, incluindo os 560 voluntários do barão do Cerro Largo, montava a 7.287 homens, dos quais 4.298 de cavalaria, 2.189 de infantaria, 240 de artilharia. Mas a primeira brigada ligeira, ao mando de Bento Manuel e forte de 1.200 homens de excelente cavalaria, tendo sido destacada do exército no dia 3, só se reuniu a ele no dia seguinte ao da batalha, a qual não assistiram também 153 infantes. Deduzindo-se do número total estes 1.353 homens, ver-se-á que só estiveram presentes a ela 5.567 homens.

<sup>86</sup> Nessa manhã, saíram de São Gabriel e pararam no campo dos Salsos, descansando apenas três horas; às 17h continuaram a marchar e fizeram uma parada das 22h até 1h do dia 20. À essa hora continuaram a marcha, avistando o inimigo às 6h.

<sup>87</sup> Está hoje provado, pelos mapas oficiais, tanto do nosso exército quanto do exército republicano, que pelejaram, em Ituzaingo, de um lado, 10.557 argentinos e orientais, com 24 canhões, do outro, 5.567, com 10 bocas de fogo. Entretanto, Alvear tece a habilidade de dizer, na sua

Não cabe nos limites deste humilde trabalho dar aqui uma notícia circunstanciada da batalha de 20 de fevereiro de 1827, batalha em que tantos rasgos de valor e de heroísmo obraram os nossos soldados, faltando-nos apenas um general hábil e experimentado. Talvez o façamos mais tarde, se, como desejamos, pudermos escrever a história dessa guerra desgraçada, cuja direção foi uma série não interrompida de desacertos fatais.

As duas divisões do general Calado (segunda) e de Sebastião Barreto (primeira) foram colocadas a grande distância uma da outra, de sorte que não puderam durante o combate manobrar de acordo, nem auxiliarem-se mutuamente.

Quase em frente à primeira daquelas divisões ficou o barão do Cerro Largo com o seu corpo de voluntários, a brigada de Bento Gonçalves e uma peça de artilharia, mantendo com o primeiro corpo do exército argentino um fogo renhido de atiradores.

A divisão de Barreto, composta de 2.635 homens, avançou contra a esquerda e contra o centro do exército de Alvear, recebendo, nessa ocasião, Bento Gonçalves ordem de abandonar o ponto que ocupava, de sorte que unicamente ficou em nosso flanco esquerdo a força do barão do Cerro Largo e a peça que lhe foi entregue no começo da ação pelo general Calado.

Vendo o movimento da primeira divisão, ordenou Alvear à cavalaria do general Laguna que o atacasse, enquanto a do general Lavalleja se arrojava contra as forças da nossa esquerda. Aquela divisão repeliu galhardamente as duas cargas que lhe dirigiu o inimigo, e continuou a avançar sobre as posições contrárias. A segunda, do general Calado, estava ainda imóvel, esquecida pelo nosso general na posição que lhe fora destinada desde o começo da batalha, quando a cavalaria de Lavalleja moveu-se para atacá-la.

Antes de chegar até ela, tinha este chefe de encontrar-se com a pequena coluna do barão do Cerro Largo, que, como dissemos, guardava o nosso flanco esquerdo e era como que a vanguarda da segunda divisão.

Com o grosso de suas forças, em número de 3.100 homens,

---

*Exposición*, que só havia 6.200 homens e que os nossos eram 10 mil; falsidade que muito se repetiu no rio da Prata, apesar de estarem de há muito no domínio público os documentos que a desmentem. Não transcreveremos aqui esses mapas, mas eles encontram-se na obra de Titara, que primeiro os publicou, e na *Memória* do senhor Machado de Oliveira, assim como nos do senhor A. D. Pascual.

avançou Lavalleya para atacá-lo pela frente. O barão, que apenas tinha 560 voluntários mal montados, não teve a insana pretensão de resistir àquela massa imponente, que marchava ao seu encontro. Dispunha-se a recuar, batendo-se em retirada, até procurar a proteção da divisão do general Calado, quando, subitamente, apareceu uma coluna de perto de 700 homens que se lançou contra ele, atacando-o de flanco, enquanto Lavalleya o ameaçava pela frente.

Essa carga repentina e inesperada e o cansaço dos cavalos não deram tempo a que os seus soldados, dispersos a maior parte em linhas de atiradores, se formassem com rapidez.

O inimigo apanhou-os em confusão e carregou-os. Não o teriam talvez feito se Sebastião Barreto houvesse podido ou querido atender à requisição do brioso e velho general, substituindo os cavalos fracos e cansados do seu corpo por outros mais fortes e frescos.<sup>88</sup>

Todos os esforços que fez o intrépido barão do Cerro Largo, para conter os seus soldados, foram inúteis.

À carga do inimigo seguiu-se o completo destroço dos bravos e infelizes voluntários, que, confundidos com os orientais, vieram sobre a segunda divisão.

Esta, não podendo distinguir os contrários dos amigos, formou quadrado e rompeu o fogo sobre a massa desordenada e confusa que lhe vinha em cima, sendo nessa ocasião mortalmente ferido o velho barão do Cerro Largo.

Poucos momentos depois, expirava o nosso bravo, com a mesma serenidade de ânimo com que tantas vezes se arrojava aos perigos dos combates.

Assim terminou a carreira gloriosa desse distinto veterano. A vida, que inteira consagrava à pátria, devia ser também sacrificada a ela, e, de feito, sua espada só deixou de combater quando a mão que a brandia caiu desfalecida.

Com tantos serviços, com tantas glórias, com tantas virtudes, tanta abnegação e civismo, o ilustre barão do Cerro Largo teve nos últimos dias de sua vida, como prêmio e recompensa, a ingratitude e o

---

<sup>88</sup> No começo da batalha, tinha ainda uma vez o barão do Cerro Largo requisitado do comandante em chefe a remonta de sua cavallhada, declarando terminantemente que não podia manter-se no campo com a que tinha. Nenhuma providência se tomou! Veja-se a parte oficial do general Soares de Andréa (barão de Caçapava), que exercia as funções de ajudante-general.

esquecimento do governo do seu país!

Bem o disse madame de Sevigné: “Há serviços tão grandes e tão importantes, que só a ingratidão os pode pagar.”

Mas acima das fragilidades e misérias dos contemporâneos, acima de seus ódios e de seus erros, eleva-se um dia o juízo da posteridade, pode-se já o dizer, há de destinar a tão exímio cidadão e a tão ilustre vítima um lugar distinto entre os mais gloriosos e prestantes filhos da terra de Santa Cruz.

São Paulo, 14 de julho de 1865.

O ALMIRANTE JAMES NORTON





Por ocasião do aniversário da morte de James Norton, ocorrida no mar há 78 anos, um dos nossos diários da manhã publicou ultimamente algumas linhas em honra desse bravo inglês que tanto se ilustrou no serviço do Brasil, de 1823 a 1835.

Procurando ter algumas particularidades sobre a vida e os serviços militares de tão distinto marinheiro, quase desconhecido dos nossos contemporâneos, recorreremos ao senhor Barão do Rio Branco, que no seu arquivo particular, em Petrópolis, possui como é sabido, preciosos materiais sobre a nossa história militar e naval, acumulados durante muitos anos de pacientes pesquisas, desde 1861 até 1888.

Ali encontramos tudo de que carecíamos: informações minuciosas sobre a vida e os feitos desse e de muitos outros militares, desde os tempos coloniais até ao fim da Guerra do Paraguai; notas e documentos sobre todas as nossas campanhas terrestres e navais; cartas e apontamentos que lhe foram dados por Caxias, Osório, Porto Alegre, Inhaúma, Tamandaré, Barroso, Mena Barreto (José Luís), Emílio Mallet, Leverger, Subrá, Romano Stepple, Saldanha da Gama, Pinheiro Guimarães, Lima e Silva (Luís Manuel) e muitos dos nossos antigos guerreiros, que o atual chanceler ainda encontrou vivos e pôde consultar.

Vimos também uma reprodução fotográfica do retrato a óleo de Norton; notas escritas pela senhora desse marinheiro; extratos do diário

de campanha de Augusto Leverger (barão de Melgaço) e notas de outros oficiais brasileiros que serviram as ordens do mesmo Norton nas campanhas navais de 1826 a 1828; informações de um filho e de uma filha do almirante, descobertos em Londres, há anos, pelo senhor Barão do Rio Branco.

O filho chamava-se Fletcher Carioca Norton. A filha, que era viúva do doutor John Brewor, médico – membro da família de *sir* Hugh Brewor, baronete –, chamava-se Maria Brasília.

Esses nomes dados aos filhos – *Carioca e Brasília* – mostraram quanto esse estrangeiro se afeioou a nossa terra, pela qual derramou o seu sangue, como Grenfell, Inglis e muitos outros, e pela qual tantas vezes expôs serenamente a vida.

Uma cópia fotográfica do retrato do almirante James Norton, pintado no Rio de Janeiro em 1830, foi oferecida há anos pelo senhor Barão do Rio Branco ao nosso Clube Naval, com cinco ou seis gravuras de feitos de armas em que aquele chefe comandou as forças brasileiras. As gravuras são de Goupil e de Vacheron, segundo desenhos de Gaston Roulet, pintor do Ministério da Marinha de França.

James Norton tinha 41 anos quando foi retratado nessa tela. Era chefe de divisão graduado ou, como diríamos hoje, contra-almirante graduado, da Armada Brasileira.

Já tinha o braço direito amputado. Perdera-o em combate diante de ponta de Lara, no rio da Prata, a 17 de junho de 1828.

Era dignitário da ordem imperial do Cruzeiro e comendador da ordem da Rosa.

A sua figura vigorosa, enérgica e simpática aparece nesse quadro, em que se desenha no fundo a barra do Rio de Janeiro, com o Pão de Açúcar e a fortaleza de Santa Cruz.

Em notas do punho do almirante visconde de Inhaúma, encontramos estas linhas:

Norton era um habilíssimo oficial e pertencera à marinha da Companhia das Índias Orientais. Era valente e de bela presença. Sua senhora (anteriormente,

senhora Erskine) tratava a todos com muita amabilidade e assistiu ao combate de 30 de julho de 1826, com grande presença de espírito.

De dois apontamentos, também manuscritos, fornecidos pelo chefe de esquadra barão de Melgaço (Augusto Leverger), extraímos os seguintes trechos:

James Norton era valente e perito homem do mar; de caráter justo e honrado, bom coração, gênio um tanto assomado. Era mais idôneo para comandar um navio do que uma esquadra ou divisão.

Era casado com uma senhora de distinto mérito, Eliza Bland, viúva de um filho de célebre lorde Erskine, que, tendo perdido um braço na batalha de Waterloo, serviu como deputado do ajudante general na Índia...

Conheci-o de perto. Era incontestavelmente perito homem do mar, bravo e cheio de zelo; mas faltava-lhe experiência para dirigir uma esquadra ou divisão. Em combate não conservava o sangue frio, e a sua atenção era absorta pelo navio que comandava ou, antes, pelo navio em que se achava, pois as mais das vezes passava-se, com a sua insígnia, para navios de menor calado, em que mais de perto pudesse tomar parte na ação.

Leverger fora seu ajudante de ordens desde 11 de novembro de 1824 até 8 de outubro de 1827 e, depois, continuara a servir na divisão Norton, como comandante da bombardeira *Dezenove de Outubro* e, nos últimos meses de guerra, como comandante da corveta *General Dorrego*, tomada ao inimigo.

Ainda uma informação, esta recolhida em Londres, pelo senhor Barão do Rio Branco de outro contemporâneo de Norton, o velho Bramley Moore, que, depois de haver sido negociante no Rio de Janeiro, onde fundou uma importante casa comercial que ainda perdura, filial da de Liverpool, foi membro do Parlamento britânico, e tanto na Câmara dos Comuns quanto na imprensa defendeu com calor a causa do Brasil por ocasião da célebre Questão Christie (1862-1865):

Assisti ao desembarque de Norton no Rio e conheci-o muito. Era um valente e belo oficial. Lembro-me de que desembarcou com uma casaca de botões amarelos. Sua

mulher era lindíssima e encantadora. Muito inteligente e muito dedicada a seu marido. Nadava admiravelmente. Norton deixou três filhas: Brasília, Indiana e Marina.

Permitindo que transcrevêssemos essa informação, o senhor Barão do Rio Branco retificou-a, ou antes, completou-a, dando-nos os nomes de todos os filhos de Norton:

1) Marina; 2) Indiana Isabel, ambas faleceram na infância; 3) Fletcher Carioca Norton, o qual, em 1888, vivia em Chiswick, Applegate, 3 South Parade, Bedford Place; 4) Frederick de La Plata Norton e 5) William Slayter Norton, ambos falecidos ainda moços; e, finalmente, 6) Maria Brasília, de quem falamos anteriormente, a qual, em 1888, era viúva e residia na cidade de Londres, em Warrington Gardens, 4. Essa senhora tinha vários filhos do nome de Brewor.

James Norton nasceu em Newhark upon Trent (Nottingham, Inglaterra), a 9 de junho de 1789, era filho de Richard Norton, Esquire, o qual pertencia a um ramo colateral da família de lorde Grantley (Brinsley Norton).

As armas da família são, em campo azul, uma manga de arminho, o todo atravessado por uma banda de goles. Coroa de barão e divisa *Avi numerantur avorum*, tirada das Geórgicas (4209): “contam-se numerosos avós de avós.”

O nosso James Norton começou no serviço naval da Companhia Britânica das Índias Orientais, chegando a ter o comando de um dos melhores navios armados da esquadra da companhia.

Em 3 de novembro de 1819, casou-se, em Mumbai, com Elisa Bland Erskine. Essa senhora, de admirável beleza e de grande instrução, era filha de um tenente-coronel Smith e havia casado em 1809 com o então tenente-coronel Esme Stewart Erskine, quarto filho do célebre lorde Erskine, primeiro do título. Sendo já coronel e ajudante-general substituto na batalha de Waterloo, esse oficial foi gravemente ferido e perdeu um braço. Elisa Bland enviuvou a 26 de agosto de 1817 e desse primeiro matrimônio teve os seguintes filhos, que foram educados pelo seu segundo marido, também posteriormente mutilado de um braço em

combate: 1) Thomas; 2) Esme Stewart; e 3) Harry.

Em 1823, convidado pelo encarregado de negócios do Brasil em Londres, Felisberto Caldeira Brant Pontes (depois, marquês de Barbacena), James Norton aceitou entrar para o serviço naval do nosso Império e, por decreto de 23 de agosto do mesmo ano, foi admitido na nossa armada com o posto de capitão de fragata.

Contava então 34 anos de idade.

Nomeado comandante da fragata Piranga (20 de dezembro de 1823), foi servir no bloqueio da cidade do Recife sob as ordens do chefe de divisão João Taylor (abril de 1824); mas, suspenso o bloqueio, voltou para o Rio de Janeiro, sendo a 9 de agosto de 1824 promovido a capitão de mar e guerra.

A 14 do mesmo mês assumiu o comando da fragata *Niterói* e a 21 seguiu de novo para Pernambuco, fazendo parte da esquadra do chefe de divisão David Jewett.

A 10 de dezembro de 1824 essa esquadra fundeou diante do Recife quando as tropas do general Francisco de Lima e Silva (o pai de Caxias), vindas da Barra Grande, desde o dia 12, estavam senhoras do bairro de Santo Antônio.

A 16 de setembro, o capitão de mar e guerra Norton foi designado para desembarcar à frente de 300 marinheiros.

Com eles, em várias lanchas e escaleres, pôs pé em terra entre a bateria da alfândega e a da ponte do Recife, às 2h de 17 e, destacando contra a primeira uma parte da sua força, lançou-se intrepidamente contra a bateria da ponte e apoderou-se das peças com a única perda de 13 homens.

Os revolucionários, surpreendidos com a rapidez do ataque, puseram-se em retirada, e as tropas do general Lima puderam transpor a ponte, desde Santo Antônio, sem novas perdas, penetrando no bairro do Recife.

Norton, que avançava em perseguição dos fugitivos, rendeu o forte de Brun. As tropas do general Lima ocuparam o forte do Buraco e entraram em Olinda às 8h. Os revolucionários tinham seguido para o interior.

O general, em carta ao ministro da Marinha, elogiou calorosamente Norton pelo arrojo e pela rapidez do seu ataque.

Em 1826, tendo começado a guerra entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata (Argentina), Norton partiu, comandando a fragata *Niterói*, de 38 bocas de fogo, para Montevidéu, onde chegou a 2 de abril.

Nove dias depois, a 11 de abril, apareceu ao longo de Montevidéu o almirante argentino Guilherme Brown, com a fragata *Veinte y Cinco de Mayo*, de 36 bocas de fogo, e o brigue *República*, de 18.

Norton saiu ao seu encontro com a *Niterói*, alcançou-a às 3h, bateu-se com os dois navios inimigos e deu-lhes caça até às 18h30, em que se fez noite.

A 3 de maio de 1826, com a mesma *Niterói* e fazendo parte da esquadra do vice-almirante Brown, achou-se na ação do banco Ortiz, em que a *Niterói* e a almiranta argentina *Veinte y Cinco de Mayo* encalharam, e assim se bateram por algum tempo.

No dia 14 de maio, foi Norton nomeado comandante da segunda divisão da esquadra brasileira em operações no rio da Prata, divisão essa destinada a formar a segunda linha de bloqueio entre a Colônia, Buenos Aires e Ensenada. A primeira divisão ficou sob a direção imediata do novo comandante em chefe da esquadra, o velho e ilustrado almirante Rodrigo Pinto Guedes, depois barão do Rio da Prata, cujos restos mortais – seja dito de passagem – ainda hoje, e desde 1845, descansam, esquecidos, em uma sepultura desmantelada, no cemitério de Montmartre, em Paris. Havia ainda uma terceira divisão, composta de embarcações pequenas, formando a chamada flotilha do Uruguai, sob o comando do capitão de fragata Jacinto Roque de Sena Pereira.

A 15 de maio de 1826, Norton partia de Montevidéu para as balizas exteriores de Buenos Aires, com a segunda divisão.

A 23 e 25 de maio, sustentou combates com a esquadra argentina, mas sem resultado, porque começaram, tanto no primeiro quanto no segundo dia, ao cair da tarde, e o chefe inimigo manobrou sempre para atrair os nossos navios aos bancos. No primeiro dia tivemos dois mortos e seis feridos, e os argentinos seis mortos e 32 feridos.

No segundo dia, nenhuma perda tivemos.

A 11 de junho do mesmo ano, Norton, à frente da segunda e da terceira divisões, que, reunidas, contavam 31 navios entre grandes e

pequenos, partiu de Quilmes para atacar a esquadra argentina, mas avistou-a fundeada no ancoradouro interior de los Pozos, protegida pelo banco de la Ciudad. O almirante argentino tinha, no começo da ação, 11 navios, pouco depois reforçados por seis, que se lhe reuniram, passando por cima do banco de las Palmas. Muitos dos nossos navios atrasaram-se, outro encalharam, de sorte que Norton, passando para a escuna *D. Paula* (Sena Pereira), só pôde verdadeiramente sustentar o fogo com essa pequena embarcação e mais quatro brigues e escunas.

Começada à tarde, a ação dos Pozos (arvorada em grande vitória pelos nossos vizinhos argentinos), reduziu-se a um inútil canhoneio sustentado a grande distância, como escreveu o senhor Barão do Rio Branco nas suas *Efemérides brasileiras*, publicadas em 1891, de que transcrevemos vários trechos no apêndice a esta breve história. Aí encontrará o leitor os pormenores essenciais dos vários combates que Norton dirigiu no rio da Prata ou em que tomou parte.

Nesta canhonada de 11 de junho de 1826, não sofreram os nossos navios avaria alguma, e nenhum morto ou ferido houve. Na esquadra argentina, houve apenas um morto. A ação, como escreveu o senhor Barão do Rio Branco, lembra, quanto a certas particularidades e ao resultado, a inútil tentativa de ataque feita por Nelson, em 1801, contra a flotilha francesa de *Boulogne sur Mer*.

Final, na noite de 29 de junho de 1826, saiu Brown do seu ancoradouro dos Pozos com uma fragata (a *Veinte y Cinco de Mayo*), um brigue-barca, quatro brigues, duas escunas e nove canhoneiras, ao todo 17 velas com 137 bocas de fogo.

Norton, que estava nas balizas exteriores, fez largar as amarras por mão e desceu o rio em busca do inimigo, trocando-se alguns tiros na escuridão da noite.

Tinha ele então, sob as suas ordens uma fragata (Niterói), quatro corvetas (*Maria da Gloria, Itaparica, Maceió e Liberal*), quatro escunas (Conceição, *D. Paula, Itaparica e Leal Paulistana*) e três iates (*Nove de Janeiro, Doze de Dezembro e Sete de Março*), ao todo 15 velas com 218 bocas de fogo.

Na manhã de 30 de julho, travou-se o combate, atacando Norton, com os navios que estavam reunidos, a linha inimiga e cortando-a na altura da capitânia.

A esquadra argentina pôs-se em retirada a todo o pano para Buenos

Aires, espalhando-se os seus navios. A ação, começada na altura de ponta de Lara, terminou na de Quilmes. Por isso, é chamada combate de Lara-Quilmes.

Nesse dia, ficou quase totalmente destruída a fragata *Veinte y Cinco de Mayo*, que era o navio mais forte da esquadra argentina. Inteiramente desmantelada, porque batida de perto pelas *Niterói*, *Maria da Gloria*, *Caboclo* e *Leal Paulistana* foi encalhar no banco de la Ciudad, onde algum tempo depois soçobrou batida por um forte pampeiro.

Remetendo o leitor para a descrição adiante transcrita, diremos apenas que no combate de Lara-Quilmes, ou de 30 de julho de 1826, tivemos seis mortos e 24 feridos, figurando entre estes o comandante do brigue *Caboclo*, capitão de fragata John Pascoe Grenfell (o almirante que depois comandou as forças navais do Brasil em tantas ocasiões notáveis, como foram a da batalha do Fanfa, na guerra civil do Sul, e a do combate no forçamento da passagem do Tonelero, a 17 de dezembro de 1851, contra o general rosista Lucio Mancilla, combate esse em que a bordo do navio-chefe brasileiro estavam Bartolomeu Mitre, Domingo Sarmiento e Venceslao Paunero, que se iam reunir ao exército aliado), o primeiro-tenente Rafael de Carvalho, comandante do brigue *Vinte e Nove de Agosto*, e o segundo-tenente James Taylor, da guarnição da *Niterói*. Ao comandante Grenfell foi amputado o braço direito. O nosso adversário, além da perda da sua capitânia, teve cerca de 200 mortos e feridos, número este reduzido a uns cem nas notícias dadas pelos jornais de Buenos Aires.

A senhora de Norton, chegada pouco antes de Montevidéu para o visitar, conservou-se durante todo o combate no convés, exposta ao fogo.

É preciso notar que a *Niterói*, depois que cortou a linha inimiga e enquanto teve água suficiente, bateu-se a tiro de pistola com a *Veinte y Cinco de Mayo*, até que, tocando no fundo, foi obrigada a cessar a caça.

Acabamos de mencionar o ferimento do então capitão de fragata John Pascoe Grenfell. O seu braço direito, amputado em Montevidéu, foi conservado em um cofre ou urna e, muitos anos depois, depositado na sepultura de sua esposa, falecida em Paris. E abramos parênteses para recordar agora que o almirante Grenfell faleceu também em Paris e que os seus ossos ali descansam, como os do almirante Pinto Guedes,



barão do Rio da Prata. O almirante Grenfell, grã cruz da ordem da Rosa, dignitário da ordem do Cruzeiro, faleceu a 21 de março de 1869, tendo nascido em Battersea, Londres, a 20 de março de 1800. Foi sepultado no cemitério de Père-Lachaise, no mesmo jazigo em que descansavam os restos do seu braço direito e o corpo da sua esposa.

Por ocasião de seu enterro, em Paris, a que concorreu toda a colônia brasileira, o barão de Penedo leu um pequeno discurso, que a todos os presentes comoveu profundamente.

Sempre cruzando, ou fundeado nas vizinhanças de Buenos Aires, conservou-se Norton até que, a 17 de novembro do mesmo ano, passou a servir na primeira divisão, com o almirante Pinto Guedes. Ficou então com o comando da fragata Paula.

Enquanto Norton se conservou na primeira divisão, a segunda esteve, a princípio, comandada interinamente pelo capitão de fragata José Inácio Maia (de 12 de novembro a 9 de dezembro de 1826), e depois, efetivamente (de 9 de dezembro de 1826 a 12 de abril de 1827), pelo capitão de mar e guerra João Carlos Pedro Prytz, antigo oficial de marinha dinamarquesa, que, quando jovem, se bateu em Copenhague contra os ingleses, e, mais tarde, teve, na armada brasileira, o posto de chefe de divisão (contra-almirante).

A 2 de março de 1827, o capitão de mar e guerra Norton incorporou-se com a fragata Paula à segunda divisão de bloqueio, continuando Prytz com o comando, por ser mais antigo no posto.

Pouco depois, a 26 de março, chegou o almirante Pinto Guedes, com a fragata Piranga e outros navios.

Na noite de 6 de abril, Brown saiu de Buenos Aires com o brigue *Independencia*, a barca *Congreso* e a escuna *Sarandí*. Obedecendo aos sinais do almirante, partiu no encalço do inimigo.

Para evitar os nossos caçadores, a *Congreso* refugiou-se na Ensenada, e, querendo fazer o mesmo, o *Independencia* e o *República* encalharam no banco em frente a monte Santiago (isto é, o bosque de Santiago), extensa mata ao longo da margem direita do Prata, a leste da ponta de Santiago, atrás da qual fica Ensenada. O local, de que não conhecemos planta moderna, deve estar hoje bastante modificado, porquanto nessas paragens foi construído o porto de La Plata.

A escuna Sarandí colocou-se em pouca água, por cima do banco, junto aos navios encalhados.

No dia 7, começou o combate, dirigido pelo almirante Pinto Guedes, que, na fragata Piranga, fundeou, como não podia deixar de fazer, à grande distância, fora do alcance dos tiros de canhão.

Ao meio-dia, Norton, transferindo-se para a corveta *Liberal*, e depois para navios menores, foi dirigir de perto o combate. Ao escurecer, o almirante mandou cessar o fogo e vigiar de perto os movimentos do inimigo.

No dia 8, recomeçou o combate de monte Santiago. Norton colocou quase a tiro de pistola dos navios inimigos cinco das nossas escunas, passando-se de uma a outra no seu escaler. Mais três ou quatro corvetas e brigues sustentaram o fogo de longe. A fragata *D. Paula*, rebocada, aproximou-se, mas encalhou, e só pode utilizar as peças de proa.

Às 16h, o *Independencia* arriou a bandeira e foi ocupado por um destacamento brasileiro.

Ao anoitecer, o almirante argentino fez incendiar o *República* e conseguiu escapar-se para Buenos Aires na escuna Sarandí. A barca *Congreso*, deixando o seu refúgio da Ensenada, também pôde, à noite, alcançar Buenos Aires.

Nesse combate, tivemos 18 mortos e 22 feridos, entrando no número daqueles o primeiro-tenente Rafael de Carvalho, comandante do brigue *Vinte e Nove de Agosto*. Os argentinos perderam o *Independencia*, que então montava 21 canhões, e o *República*, de 18. A sua perda, no pessoal, reduzida em jornais de Buenos Aires daquele tempo a 25 mortos, 52 feridos e 69 prisioneiros (174 homens fora de combate), foi, na realidade, de uns 300. Os prisioneiros levados para Montevideu foram 98, e não 69, contando-se nesse número oito oficiais, todos, menos um, de nacionalidade inglesa. Entre os mortos, estava o capitão Drummond, do *Independencia*, oficial este que servira sob as ordens de lorde Cochrane, na nossa guerra da independência, e, preso por insubordinado, para responder a conselho de guerra, fugira do Rio de Janeiro meses antes.

A 12 de abril de 1827, seguindo para Montevideu o almirante Pinto Guedes e o chefe Prytz, reassumiu Norton o comando da segunda divisão.

Com ela, conservou-se cruzando entre a Colônia e a Ensenada até 3 de maio, dia em que, com licença, partiu para Montevideu.

O capitão de fragata Oliveira Botas (o que tanto se ilustrara durante a guerra da Independência na Bahia, merecendo elogios de lorde Cochrane) conservou-se interinamente no comando da segunda divisão até o regresso de Norton, a 23 de junho do mesmo ano de 1827. Norton teve, então, ocasião de dirigir os nossos navios menores nos pequenos combates de 19 e 23 de agosto, de 2 de setembro e de 2 e 18 de outubro, em que, como sempre, os adversários, prudentemente, se amparavam nos bancos. Na ação de 2 de outubro, foi queimado pelos nossos, debaixo dos fogos da bateria da Ensenada, um brigue americano que ali encalhara propositalmente. No dia 18, foi apresado o brigue sardo *Azunta* que, protegido pela esquadrilha inimiga, tentava entrar em Buenos Aires. Esse brigue, armado em guerra, foi incorporado a nossa esquadra com o nome de *Constança*.

No dia 7 de dezembro, voltando com licença para Montevidéu, Norton atacou e destruiu, em frente à bateria de ponta de Lara, o brigue *Congreso* e uma presa artilhada, o brigue mercante *Harmonia*, que aquele navio de guerra havia tomado pouco antes. A descrição do combate encontra-se no apêndice a este artigo.

Terminada a licença, reassumiu Norton o comando da segunda divisão a 12 de fevereiro de 1828.

No dia 17, travou-se novo combate para impedir a entrada do brigue mercante americano *Sicily*. Perseguido, foi este encalhar entre la Boca e a ponta de Quilmes.

A esquadrilha argentina, comandada nesse dia pelo grego Nicolas George, que levava a sua insígnia na escuna *Diez y Ocho de Enero*, protegia a entrada do mercante. Os outros navios argentinos eram as escunas *Veinte y Nueve de Diciembre* (William Méndez), *Once de Junio* (Manuel La Rosa), *Treinta de Julio* (Maximín), *Uruguay* (Agustín Erezcano) e *Guanaco* (Peppere) e as canhoneiras: número 1 (Supisich), número 7 (Nogueira), número 8 (Roberts) número 11 (Castelli) e número 12 (*Balcarce*). Eram seis escunas e seis canhoneiras, montando ao todos 36 canhões.

Norton, passando da corveta *Carioca*, onde tinha sua insígnia, para o brigue *Caboclo* (James Inglis) e, pouco depois, para a Paula (comandante Thomas Read, quatro canhões), fez entrar em ação essa escuna, a *Grenfell* (Isidoro Nery, oito), a Providência (Antônio Leocádio do Couto, cinco) e a Primeiro de Dezembro (Bernardo J. de Almeida,

um), a bombardeira *Dezenove de Dezembro* (Augusto Leverger, seis) e o brigue *Vinte e Nove de Agosto* (José Lamego, 18). Este encalhou em posição perigosa, mas conseguiu se safar, com algum trabalho.

O brigue mercante foi queimado e também o foi a canhoneira argentina número 11, que encalhara e que pelos nossos fora abordada sob o fogo de fuzilaria da sua guarnição, a qual fugira para terra. Um canhão dessa canhoneira inimiga foi a pique quando procurava refugiar-se no Riachuelo.

Tivemos apenas dois mortos e 10 feridos, entre estes o chefe Norton, levemente em uma perna; foram tomados prisioneiros pelo inimigo um praticante de piloto e um dispenseiro, que haviam permanecido a bordo do *Sicily* enquanto as nossas lanchas levavam a tripulação. Os argentinos publicaram que só haviam tido 10 feridos, entre os quais os capitães Silva (comandante da canhoneira número 10), Díaz e Refojos, estes dois do exército. Digamos, de passagem, que esse capitão Silva (Calixto José), sendo já major e comandante de uma flotilha argentina na lagoa Mirim, foi vencido pela brasileira, acidentalmente sob o comando do segundo-tenente Manuel Joaquim de Sousa Junqueira, no combate naval da Barra do São Luís, ficando então praticamente prisioneiro (23 de abril de 1828). Também, dos comandantes argentinos de 17 de fevereiro de 1828, foi nosso prisioneiro, dois meses depois, William Méndez, que então comandava a escuna *Unión*, no rio da Prata.

A 20 de fevereiro de 1828, deixando Oliveira Botas à frente de parte da divisão, seguiu com a outra para o bloqueio do Salado. No dia 22, ao romper do dia, avistou as escunas *Ocho de Febrero*, *Nueve de Febrero* e *Maldonado*, na primeira das quais ia Brown. Deu-lhes caça sem resultado, havendo então troca de tiros à grande distância.

Voltou para o bloqueio da Ensenada e Buenos Aires a 29 de abril de 1828.

A 16 de junho, sustentou novo combate com a bateria da ponta de Lara, perseguindo o brigue-corsário *General Brandzen*, de 17 canhões, que fora varar perto da praia, debaixo dos fogos da bateria.

O corsário foi destruído, mas também perdemos o brigue-escuna *Nove de Janeiro*, que encalhara. Os outros navios brasileiros, empenhados na ação, a tiro de pistola do corsário, foram o brigue-escuna *Dois de Julho*, a bombardeira *Dezenove de Outubro* e a escuna União, tomada pouco antes ao inimigo. Norton, que, como costumava fazer, fora no seu escaler dirigir o combate de bordo dos navios menores,

recebeu vários ferimentos e teve partido por uma bala o braço direito que nesse mesmo dia lhe foi amputado.

Dando conta da ação, escreveu ele ao almirante, na sua parte oficial:

Perdi o braço direito, fui ferido no peito e em outros lugares, mas estou contente por ter sido pela causa do imperador e do Brasil, que defendo, e estou pronto para voltar a arriscar a vida pela mesma causa apenas possa fazer algum movimento, o que, espero, não tardará muito...

O barão do Rio da Prata, em ofício ao ministro da Marinha, disse então:

... Este valente oficial comandava a divisão em 30 de julho de 1826 quando os inimigos perderam a corveta *Veinte y Cinco de Mayo* e as outras embarcações argentinas, fugiram para o porto maltratadas, sucesso que deu princípio à aniquilação da esquadra de Buenos Aires; queimou o *Congreso*, agora o *Brandzen*. Foi mesmo dentro de Buenos Aires queimar embarcações, tirar outras, e entre estas uma de guerra. No mesmo dia em que perdeu o braço deu com acerto todas as providências necessárias, participando de todos os sucessos. Anela voltar ao mesmo serviço efetivo ainda antes de total restabelecimento. E que poderei eu dizer para o abonar e recomendar depois de contar tais fatos? Só se fizer exato relatório de muitos outros que, posto sejam de menor importância, mostram sempre nele o excelente homem de mar e o militar valoroso...

Dom Pedro I elevou então o capitão de mar e guerra Norton ao grau de dignitário da ordem imperial do Cruzeiro “em contemplação do valor e perícia que mostrou no combate de 16 de junho do corrente ano com o brigue *General Brandzen* e com a bateria inimiga de terra”.

Na mesma ocasião, os primeiros-tenentes Augusto Leverger, comandante da bombardeira, e Thomas Craig, comandante do brigue *Niger* (tomado pouco antes do inimigo). O *Niger* fora o que, em renhido combate e ativa perseguição, obrigara o *General Brandzen* a encalhar, mas, por falta de água, não pôde tomar parte no combate final.

Foram promovidos os primeiros-tenentes William Mac Erwing (comandante do *Dois de Julho*) e Cecil Browning (da *União*), e os segundos-tenentes Frederic Thomas Bell e Luís Brown (da *Dezenove de Outubro*); e elogiados, além desse: o segundo-tenente Francisco

Manuel Barroso da Silva (o futuro vencedor de Riachuelo) e o voluntário (hoje diríamos aspirante a oficial) Tomás Belém, ambos da *União*; os voluntários Basílio Martins Ferreira de Almeida (da *Dezenove de Outubro*) e Adolfo Félix Fleuckeux (do *Dois de Julho*); o segundo-tenente Diogo Lockett, que foi morto (imediatamente da *União*), o praticante Félix Clapten, também morto (na *União*), o comissário José Francisco de Sousa (ferido, nessa mesma escuna); e o guarda-marinha Elisiário Antônio dos Santos (nos seus últimos anos, depois da Guerra do Paraguai, barão de Angra), o qual dirigia o escalor que levou Norton ao nosso brigue-escuna varado e o reconduziu para bordo do navio chefe.

Por decreto de 11 de julho do mesmo ano, o imperador concedeu a Norton uma pensão anual vitalícia de 800\$000, quantia essa equivalente hoje a 2.000\$000 ouro.

Norton, ferido, seguiu para Montevidéu. O *Semanário Mercantil* dessa cidade publicou então um soneto improvisado pelo segundo-tenente de artilharia Francisco Muniz Barreto, jovem baiano que depois se tornou popular como poeta repentista.

Destacamos desse soneto os seis versos finais:

*Sim, ó Norton, se firme em vosso abono,  
Acossando dos mares a escória.  
Perdeste um braço de que eras dono,*

*Maior é do que a perda a tua glória.  
Perdeste um braço, mas ganhaste um trono  
No indelével templo da memória.*

A 5 de setembro de 1828, Norton tornou ao comando da segunda divisão, até então dirigida, desde 18 de junho, por Oliveira Botas.

Nesse último período de comando, não teve ocasião de se bater com os nossos adversários de então. A esquadra argentina estava quase inteiramente aniquilada, pelas perdas parciais que sofrera, e Brown, dirigindo pouco antes um apelo aos argentinos, abriu uma subscrição nacional para a aquisição de novos navios.

Sem falar nos de guerra ou corsários, tomados ou destruídos por comandantes destacados de sua divisão, havia Norton, em combates que

dirigira pessoalmente, destruído os seguintes navios de guerra: fragata *Veinte y Cinco de Mayo*, de 36 bocas de fogo; brigues *Congreso*, de 20, *Independencia*, de 24, e *República*, de 18, e o brigue-corsário *General Brandzen*, de 17; e uma canhoneira. Total, seis navios com 116 peças e caronadas.

A 26 do mesmo setembro, quase toda a segunda divisão, que desde algum tempo cruzava principalmente a entrada do estuário do Prata e em frente ao Salado, apresentou-se nas balizas exteriores, indo Norton a bordo da *Niterói*.

A divisão velejava em duas linhas, formadas pelos seguintes navios:

Fragata *Niterói*, *Niger*, *Pirajá*, *Caboclo*, *Maranhão e Constança*: brigues-escunas *Januária e Dois de Julho*; bombardeira *Dezenove de Dezembro*; escunas *Itaparica*, *Bela Maria*, *Rio*, *Paula e União*.

Da rada interior, onde se achava a esquadilha argentina, o almirante Brown, na escuna *Maldonado*, firmou com um tiro a bandeira branca.

A *Niterói* imitou-o logo.

Então, a escuna *Sarandí*, com bandeira de parlamentar, fez-se de vela e chegou à fala, levando a notícia da assinatura da Convenção Preliminar da Paz de 27 de agosto, pela qual o Brasil e a Argentina, desistindo de suas pretensões sobre a Província Cisplatina ou Banda Oriental do Uruguai, erigiam esse território em Estado independente.

O comandante da *Sarandí* transmitiu a Norton um convite do governo argentino para que os oficiais fossem à terra, convite que ele agradeceu, dizendo que precisava para isso de ordens do seu almirante.

Hasteando no mastro do traquete a bandeira brasileira, a *Sarandí* deu uma salva de 21 tiros, a que a *Niterói* correspondeu imediatamente, com outra igual ao pavilhão argentino.

Representa essa cena uma gravura, no Clube Naval, segundo desenho de Gaston Rouillet, feito à vista de informações que lhe forneceu há anos o senhor Barão do Rio Branco.

No dia 30, partiram para Montevidéu a corveta *Nueva Veinte y Cinco de Mayo* (comandante De Kay) e a escuna *Sarandí* (comandante Coe). Levavam ambas bandeiras parlamentárias, e a corveta também o pavilhão do almirante Brown. Nela ia o plenipotenciário argentino Miguel Azcuenaga, que, com o brasileiro barão do Rio da Prata, efetuou



em Montevidéu, em 4 de outubro, a troca das ratificações da citada Convenção Preliminar de Paz.

Ao passarem pela esquadra brasileira, houve troca de salvas entre a corveta argentina e a *Niterói*. A *Sarandí* regressou logo.

No mesmo dia 30, a escuna *Bela Maria* foi até rada interior, levando uma carta pela qual Norton comunicava ao capitão do porto de Buenos Aires que ficava levantado o bloqueio. A *Bela Maria* salvou a terra, respondendo o forte da cidade.

À tarde, fez-se ao largo Norton com todos os navios brasileiros, dirigindo-se para Montevidéu.

Terminada a guerra, partiu Norton de Montevidéu para o Rio de Janeiro, a 6 de dezembro de 1828, comandando a corveta *Carioca*.

Era ainda capitão de mar e guerra.

A 15 de janeiro de 1829, passou a comandar a fragata *Isabel*.

Com ela, partiu para Portsmouth e ali se reuniu à fragata *Imperatriz* (a cujo bordo fora morto em combate, na madrugada de 28 de abril de 1826, diante de Montevidéu, o valente e ilustrado capitão de fragata Luís Barroso Pereira, natural de Minas Gerais e então comandante daquele vaso de guerra) e a corveta *Maria Isabel*, comandadas, respectivamente, por Prytz e Grenfell.

Esses três navios – sob o comando do almirante conde de Sousel – zarparam de Portsmouth a 30 de agosto e entraram na nossa baía no Rio de Janeiro a 16 de outubro de 1829, conduzindo a segunda imperatriz do Brasil, dona Amélia de Leuchtemberg, a rainha de Portugal, dona Maria II, o séquito de ambas as princesas, e os embaixadores do Brasil, senador marquês de Barbacena (general Felisberto Caldeira Brant Pontes) e senador marquês de São João de Palma (dom Francisco de Assis Mascarenhas, sexto conde de Palma em Portugal e primeiro marquês do Brasil).

Norton foi então agraciado com o grau de comendador da ordem da Rosa, criada a 17 de outubro, por ocasião do casamento religioso de dom Pedro I com dona Amélia.

Por decreto de 18 do mesmo mês e ano, passou a ser chefe de divisão graduado (contra-almirante graduado).

Em 1831, foi por algum tempo inspetor do arsenal de Marinha do



Rio de Janeiro.

Esteve, com licença, fora do serviço ativo desde 20 de dezembro de 1831 até 14 de julho de 1833.

A 3 de dezembro de 1834, embarcou no Rio de Janeiro para a Nova Zelândia, em navio mercante, para ali desempenhar uma comissão do governo.

Do diário manuscrito da senhora Norton, que então vivia modestamente em um subúrbio da nossa capital, extraímos o seguinte:

“1835. Novembro 2 – Recebi hoje a terrível notícia do falecimento do meu querido esposo, ocorrida a 29 de agosto, dois dias depois do seu embarque, quando regressava para o Rio a bordo do navio *Waterloo*, que ele fretara naquele lugar.”

O *Waterloo*, chegado no dia 2, seguiu para a Inglaterra a 24 de novembro.

Assim, quando ainda cheio de vigor, aos 46 anos de idade, faleceu inesperadamente no mar, perto da costa ocidental da Nova Zelândia, a 29 de agosto de 1835, esse intrépido e honrado marinheiro, cujo nome deve ser sempre venerado na Armada Brasileira como os de lorde Cochrane (depois, décimo conde de Dundonald no pariato da Escócia). John Pascoe Grenfell (aparentado com os lordes Desborough e lorde Doneraile, sendo que um dos descendentes desse nosso almirante, o general *sir* William Grenfell, foi elevado ao pariato de Inglaterra em 1902 com o título de barão Grenfell), João Taylor, João Carlos Pedro Prytz (depois encarregado de negócios da Dinamarca no Brasil), conde Teodoro de Beaurepaire, Guilherme Parker, Augusto Leverger (o defensor de Mato Grosso em 1865), James Inglis (morto intrepidamente em 1835 na cidade de Belém do Pará), Frederico Mariath (um dos defensores da Colônia em 1826, vencedor de Brown no canal de Martín García a 18 de janeiro de 1827, e de Garibaldi Laguna a 15 de novembro de 1839), Bartolomeu Hayden, Jorge Broom, Thomas Craig, João Custódio de Houdain, Vítor Santiago, Subrá, Cecil Browning e tantos outros estrangeiros que nela serviram com brilho, distinção e honra.

Os que injustamente pensam que todo oficial estrangeiro é um simples mercenário, devem atender a que a profissão das armas era naquele tempo muito mal remunerada, e devem também admitir que esses homens enérgicos, que, em busca da glória militar, se alistaram no Brasil, como no Chile, na Argentina ou na Grécia, poderiam

então empregar a sua atividade, sem risco de vida, em carreiras mais proveitosas, como a do comércio ou da indústria, aqui mesmo ou nas colônias e possessões da sua pátria. Muitos deles pertenciam a famílias das mais ilustres e influentes na sua terra natal.

E, pois que citamos tantos nomes estrangeiros, mencionemos também o do segundo-tenente Junius Villeneuve, jovem francês que, depois de ter servido na nossa Marinha durante a guerra do rio da Prata, foi um dos criadores do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro.

Para terminar, transcreveremos a notícia necrológica que ao nosso herói consagrou o *Jornal do Commercio*, de sexta-feira, 6 de novembro de 1835 (ano IX, nº 246), inserindo-a em tipo de corpo maior que geralmente usado na parte editorial:

Necrologia – A Marinha brasileira acaba de perder mais um dos seus ornamentos na pessoa do chefe de divisão graduado James Norton, que faleceu a 29 de agosto próximo passado, a bordo da galera inglesa *Waterloo*, quando regressava da comissão a que o governo imperial o mandara, na Nova Zelândia. Havia 13 anos que este braço oficial se achava ao serviço do Brasil, e a sua fortuna lhe deparou muitas ocasiões de lhe prestar relevantes serviços. Por muitas vezes pelejou contra inimigos do Império, e na guerra do rio da Prata, onde quase sempre comandou a divisão da vanguarda, perdeu o braço direito na tomada do corsário *General Brandzen*. A sua conduta sempre distinta e a sua nunca desmentida coragem valeram-lhe a honra de ser elevado a Dignitário do Cruzeiro e a merecer a graça de uma pensão vitalícia. As fadigas a que se não poupava para bem cumprir com os seus deveres, e a insalubridade do país onde ultimamente se achou, abreviaram a sua existência. Morreu na idade de quarenta e seis anos.

Em seguida, reproduzimos alguns trechos das *Efemérides brasileiras* do senhor Barão do Rio Branco (1891), em que encontramos pormenores sobre combates em que James Norton tomou parte.

São resumos substanciais de descrições muito mais minuciosas, escritas por esse velho brasileiro que teve a dita de ainda conhecer vivos muitos dos guerreiros daquele tempo.

Extratos das *Efemérides brasileiras* do senhor Barão do Rio Branco, publicadas em 1891:

11 de abril de 1826 – *Combate naval diante de Montevideu* – Avistando-se navios suspeitos, a fragata *Niterói*, comandante James Norton e quatro pequenas escunas prepararam-se para lhes sair ao encontro.

Pouco depois, às 12h30, a fragata *Veinte y Cinco de Mayo*, que estava mais perto e trazia a bandeira francesa, arvorou a argentina e o pavilhão do almirante Brown.

A *Niterói* partiu acompanhada das escunas, e a *Veinte y Cinco de Mayo* velejou em retirada, navegando à bolina com amuras a bombordo. O vento soprava de leste. Norton soltou todo o pano, e as escunas não puderam acompanhar-lhe o andar.

Às 15h, estando à distância de tiro de peça, a *Niterói* começou o fogo. Às 15h10, o brigue *República*, que vinha de sudoeste, passou pela proa dos combatentes, disparando uma banda a *Niterói*, e virou de bordo nas águas da *Veinte y Cinco de Mayo*.

Os dois navios argentinos conservavam-se pelo través de barlavento da *Niterói*, à meia distância de tiro.

Às 18h, arribaram, pretendendo passar pela proa da fragata brasileira, mas ela arribou ao mesmo tempo e largou toda a sua banda com o que orçaram imediatamente os contrários e fizeram força de vela.

A *Niterói* somente suspendeu a caça à noite, quando de todo perdeu de vista os dois navios. A fragata brasileira e a argentina eram da mesma força: a *Niterói* montava 38 bocas de fogo; a *Veinte y Cinco de Mayo*, 36. Ambas tinham sido, primitivamente navios de comércio. O *República* tinha 18 peças e caronadas.

3 de maio de 1826 – A esquadra argentina de Brown, perseguida pela brasileira de Rodrigo Lobo, atravessa o banco Ortiz.

A fragata *Niterói*, comandante Norton, aventura-se também no banco e encalha. Nessa posição bateu-se com a fragata argentina *Veinte y Cinco de Mayo*, que, tentando abordar o navio brasileiro, também varou. Os dois navios conseguiram safar quase ao mesmo tempo. A esquadra argentina seguiu direção de Buenos Aires, e a *Niterói* foi incorporar-se a Rodrigo Lobo, obedecendo aos sinais que este fazia.

23 de maio de 1826 – Ação pouco importante e sem resultado entre a segunda divisão da esquadra brasileira do rio da Prata, comandante

Norton, e a esquadra argentina do almirante Brown.

Só às 17h, quando entrava o sol, pôde Norton abrir fogo na distância de tiro de canhão, perseguindo o inimigo quase até encalhar.

Brown, que estava nas balizas exteriores de Buenos Aires, manobrou para atrair aos bancos a nossa esquadra, e Norton desistiu do ataque.

Tivemos dois mortos e dois feridos, e os argentinos seis mortos e 22 feridos, segundo uma carta de Buenos Aires.

25 de maio de 1826 – Combate, sem resultado, nas balizas exteriores de Buenos Aires, entre a divisão brasileira do chefe Norton e a esquadra argentina do almirante Brown.

Esta ação começou ao pôr do sol, como a do dia 23. Apenas cinco navios brasileiros tomaram parte no combate, e, entrada a noite, Norton fez-se ao largo para evitar a proximidade dos bancos.

Não tivemos perda alguma. Os argentinos tiveram dois mortos e três feridos.

11 de junho de 1826 – O capitão de mar e guerra James Norton, à frente das segunda e terceira divisões da esquadra brasileira, tenta atacar no ancoradouro de Pozos, em Buenos Aires, a esquadra argentina do almirante Brown.

A ação, começada à tarde, não passou de uma naumaquia, na qual, sem nenhum resultado, foram consumidas de parte a parte munições de guerra, como sucedeu na tentativa de ataque de lord Nelson contra a flotilha francesa de Boulogne, em 4 de agosto de 1801.

Norton partiu de Quilmes com 31 navios, mas quase todas as escunas e canhoneiras atrasaram-se e não puderam tomar parte no fogo. Os navios argentinos fundeados nos Pozos eram 11 a princípio, e 17 pouco depois, com o reforço de seis, chegados da Banda Oriental por cima do banco de las Palmas.

A grande distância que separava os combatentes, em consequência da largura do banco entre o canal das balizas exteriores, em que estavam os nossos navios, e o ancoradouro interior dos Pozos, tornava inúteis as caronadas (195 na esquadra brasileira, 38 na Argentina) e só permitia o emprego das peças, isso mesmo com a máxima elevação e, portanto, com tiro incertíssimo.

Os 31 navios brasileiros (contando os distanciados, fora de combate)

só tinham 77 peças; os 17 argentinos montavam 88.

Na esquadra argentina, houve um morto; na brasileira, nenhum ferido ou morto e nenhuma avaria.

Os navios que mais se puderam aproximar foram a escuna *Dona Paula* (Norton e Sena Pereira), *Providência* (Venceslau Lisboa), *Itaparica* (Petra de Bittencort), o brigue *Caboclo* (Grenfell) e o brigue-escuna *Januária* (A. P. de Carvalho).

O sol entrou às 14h51, e Norton fez o sinal de reunir, desistindo da sua tentativa.

O almirante Brown transformou esta inútil canhonada em um renhido combate, dizendo que com forças muito inferiores “repelira um ataque dos brasileiros”.

(A este trecho do Barão do Rio Branco acrescentaremos que nunca o almirante Brown disse, nem os jornais argentinos do tempo disseram, que os brasileiros tinham perdido navios nesse dia. Entretanto, alguns jornais argentinos de hoje, quando comemoram o chamado “combate de los Pozos”, de 11 de junho de 1826, dizem – e o relator das *Efemérides* da nossa amiga *La Nación* o disse ainda o ano passado – que Brown repeliu a numerosa esquadra brasileira, apoderando-se de “vários navios”).

29 de julho de 1826 – Às 11h, o capitão de mar e guerra James Norton dá fundo nas balizas exteriores de Buenos Aires, com 11 navios da segunda divisão do seu comando, e quatro da terceira, comandada pelo capitão de fragata Jacinto Roque de Sena Pereira.

Eram estes os navios, seus comandantes e o número de bocas de fogo: fragata *Niterói* (chefe Norton, comandante Guilherme Parker, 38); corvetas: *Maria da Gloria*, 20, *Maceió* (José Inácio Maia, 20) e *Liberal* (Bartolomeu Hayden, 22); brigues: *Caboclo* (John Pascoe Grenfell, 18); *Vinte e Nove de Agosto* (Rafael de Carvalho, 18) e *Pirajá* (David Carter, 18); escunas: *Conceição* (G. Thompson, 4); *Dona Paula* (Leocádio de Oliveira, 4); *Itaparica* (Petra de Bittencourt 1), todos da segunda divisão; barca canhoneira (escuna) *Leal Paulistana* (chefe Sena Pereira, comandante Germano Aranha, 2); *Doze de Outubro* (Roberto Steel, 2) e *Sete de Março* (Francisco de Paula Osório, 3) estes quatro pertencentes à terceira divisão.

As escunas *Conceição* e *Paula* conservaram-se a vela durante a

noite, nas vizinhanças do canal que conduz para o ancoradouro dos Pozos.

Soprava brisa fresca do NE e do N.

Às 10h30, a *Conceição* deu sinal de saída do inimigo.

Minutos depois, a fragata argentina *Veinte y Cinco de Mayo* foi avistada a barlavento da *Niterói*, e trocou alguns tiros com esta, com o *Caboclo* e com outros navios.

Os brasileiros, obedecendo aos sinais de Norton, largaram as amarras sobre boia e velejaram com amuras a bombordo.

Na altura da ponta de Lara, a *Niterói*, que ia em gáveas, atravessou a gata e fez sinal de reunião.

A escuridão não permitia descobrir os navios inimigos. Ao amanhecer, foi que se pôde empenhar o combate.

O almirante argentino tinha saído dos Pozos com os navios seguintes: fragata *Veinte y Cinco de Mayo* (almiranta: comandante Tomás Espora; 36 bocas de fogo); brigue-barca *Congreso* (Fischer, 18); brigues *Independencia* (Bathurst, 22), *República* (Clark, 16), *Balcarce* (N. George, 14); corsário *Oriental-Argentino* (P. Dautant, 13); escunas *Sarandí* (J. M. Pinedo, 9); *Río* (Leonardo Rosales, 1) e *Pepa* (Dandreys, 1), e nove canhoneiras (9 bocas de fogo).

30 de julho de 1826 – Ao amanhecer, estavam fundeados, na altura da ponta de Lara, os seguintes navios brasileiros: fragata *Niterói*, corvetas *Maria da Gloria*, *Itaparica* e *Maceió*; brigues *Caboclo*, *Pirajá* e *Vinte e Nove de Agosto*; escuna *Leal Paulistana*; e, a alguma distância, à leste, a corveta *Liberal*, que logo velejou para incorporar-se à força principal.

Os outros navios demoravam a sotavento, alguns na distância de casco alagado.

Soprava pequena brisa do norte.

Oito navios argentinos estavam fundeados a barlavento, em linha quase paralela a nossa: a fragata *Veinte y Cinco de Mayo*, o brigue-barco *Congresso*, os brigues *Independência*, *República*, *Balcarce* e *Oriental-Argentino* e as escunas *Rio* e *Sarandí*.

O brigue *Pirajá*, que ficava entre a nossa linha e a inimiga, rompeu o fogo.

As duas esquadras puseram-se em movimento quase ao mesmo

tempo; a argentina virou em roda e orçou com amuras a estibordo; a brasileira virou por diante; e a *Niterói* e o *Caboclo*, que iam à frente, cortaram a linha inimiga, ganhando barlavento e aproximando-se até a distância de tiro de pistola da *Veinte y Cinco de Mayo*. Esta meteu em cheio, e os outros navios argentinos orçaram em retirada, fazendo todos força de vela.

O combate reduziu-se, assim, a uma ativa perseguição.

A *Veinte y Cinco de Mayo*, separada da sua esquadra, foi atacada, de barlavento, pela *Niterói* e pelo *Caboclo*, e, do sotavento, pela *Maria da Gloria*. A *Leal Paulistana* acompanhou-a de perto, batendo-lhe a popa com o rodízio de proa.

O fogo de um dos brigues inimigos cortou no *Caboclo* o braço grande e fez-lhe atravessar a gávea, sendo então ferido o comandante Grenfell. Depois deste acontecimento o *Caboclo* atrasou-se.

Às 10h30, a fragata inimiga, quase completamente desmantelada, arribou até ter o vento pela alheta.

A *Niterói* arribou também, e nessa ocasião tocou no fundo.

A *Maria da Glória* já tinha sido obrigada a virar por falta d'água. A *Liberal*, muito atrasada, não podia mais alcançar o inimigo. O *Pirajá* manobrava mal e ficara distanciado. A corveta *Itaparica* tinha desarvorado do mastaréu de velacho, atacando os brigues inimigos que fugiam.

Os outros navios brasileiros, que eram o *Vinte e Nove de Agosto*, a *Leal Paulistana* e a *Maceió*, continuavam a caça acompanhando os brigues e as escunas argentinas, de sorte que a *Veinte y Cinco de Mayo* pôde escapar, indo encalhar sobre o banco de la Ciudad, onde foi protegida pelas suas canhoneiras e pelos fugitivos que se foram aos poucos reunindo.

Às 11h, Brown passou o seu pavilhão para o *República*, e Norton fez o sinal de levantar a caça e reunir.

Alguns dos navios inimigos foram encalhar no banco de Camarones.

Tivemos, no combate, seis mortos e 24 feridos, entre estes o capitão de fragata Grenfell, o primeiro-tenente Rafael de Carvalho, os comandantes do *Caboclo* e do *Vinte e Nove de Agosto* e o segundo-tenente James Taylor, oficial da *Niterói*.

A perda que os nossos adversários tiveram no pessoal não é bem conhecida. Sabe-se apenas que foi muito grande a bordo da *Veinte y*



*Cinco de Mayo*. O *Correio Nacional*, de Buenos Aires, disse que no dia 1 de agosto: “... pelas relações não-oficiais parece que não excede de 30 mortos e 70 feridos”. O *Mensageiro Argentino* (3 de agosto) e o *British Packet* (nº 1 de 4 de agosto) reduziram a 48 os mortos e feridos, mas, depois, este último (nº 46, de 17 de junho de 1827) dava outro algarismo (55 mortos e feridos).”

A fragata *Veinte y Cinco de Mayo* nunca mais pôde servir. Quando entrou nos Pozos, rebocada pelas canhoneiras, as únicas velas que tinha eram o tranquete, o velacho e a rabeca.

6 de abril de 1827 – *O almirante argentino Brown sai do ancoradouro de Buenos Aires, durante a noite, com quatro navios da sua esquadra, pretendendo iludir o nosso bloqueio.*

Às 11h, a corveta *Maceió* fez o sinal: aparecem navios demais.

Obedecendo aos sinais do almirante Rodrigo Pinto Guedes (barão do Rio da Prata), parte da nossa esquadra desce o rio para impedir a saída dos adversários.

7 de abril de 1827 – *Começa o combate naval de monte Santiago.*

Dos navios com que saíra na véspera o almirante argentino Brown, dois, os brigues *Independencia* e *República*, encalharam, e outro, a barca *Congreso*, fugindo dos nossos caçadores, refugiou-se na Ensenada. A escuna *Sarandí* tomou posição junto aos navios varados.

O almirante Pinto Guedes, ouvindo os tiros, reuniu-se a Norton, que dirigia a perseguição.

Por ordem do almirante, entraram em ação os brigues *Pirajá* (comandante Oliveira Botas), *Independência ou Morte* (Clare), *Vinte e Nove de Agosto* (Rafael de Carvalho), as escunas *D. Paula* (Costa Pereira), *Conceição* (Wilson) e *Itaparica* (Petra de Bittencourt) e o iate *Vinte e Nove de Agosto* (Carvalho de Melo).

Ao meio dia, aproximou-se a corveta *Liberal*, levando o capitão de mar e guerra Norton, encarregado de dirigir o fogo. A pouca água e a falta de vento tornaram impossível, nesse dia, um combate decisivo.

Às 17h, o almirante fez sinal de *cessar fogo e vigiar de perto os movimentos do inimigo*.

8 de abril de 1827 – *Combate naval de monte Santiago. Continua*



a ação iniciada na véspera. Só às 11h, ajudados pela vibração que se levantou, puderam os nossos navios renovar o combate.

As pequenas escunas *D. Paula* (Costa Pereira), *Conceição* (Wilson), *Itaparica* (Petra e Bittencourt), *Maria Teresa* (E. Wandenkolk) e, depois, a *Rio* (Cowen) foram dar fundo em duas linhas nos lugares designados por Norton.

Entraram também em combate, mas a distância maior, e não ao mesmo tempo, as corvetas *Liberal* (Hayden) e *Maceió* (Raposo), o lugre *Príncipe Imperial* (França Ribeiro) e os brigues *Caboclo* (James Inglis), *Vinte Nove de Agosto* (Rafael de Carvalho) e *Rio da Prata* (José Lamego). Nunca, entretanto, estiveram no fogo mais de oito navios brasileiros, porque era preciso ter sempre alguns destacados para oeste, vigiando o *Congreso*, na Ensenada.

Às 11h30, foi morto o comandante Rafael de Carvalho. Ao meio-dia, retirou-se a *Liberal*, porque fazia muita água e tinha quase esgotado as munições. Às 14h, o *Rio da Prata*, estando no mesmo caso, foi chamado pelo almirante, fudeando a grande distância.

Com a enchente da maré, a fragata *Paula* (Parker) seguiu rebocada para o lugar da ação, mas, chegada à distância de tiro, encalhou, às 14h, e só pode fazer trabalhar as peças de proa.

Pelas 16h, o *Independencia*, muito destruído e consumidos os projéteis, arriou a bandeira e foi abordado pelos nossos escaleres e lanchas.

Ao anoitecer, o almirante argentino fez incendiar o *República*, e durante a noite conseguiu fazer a sua retirada para Buenos Aires, na *Sarandí*, evadindo-se da Ensenada a *Congreso*.

O *Independencia*, que não pôde ser desencalhado, foi destruído por ordem do almirante brasileiro no dia 9. Esse navio montava 24 peças e caronadas; e o *República*, 18.

(Nomes de alguns oficiais argentinos prisioneiros nesse combate: Robert H. Ford, Prudencio Morguiondo, William Attwell, William Hall, cirurgião doutor Phillips, Patricio Drury, José Celidonio Elordi).

7 de dezembro de 1827 – O capitão de mar e guerra James Norton perseguira, na véspera, o brigue de guerra argentino *Congreso* (20 bocas fogo) comandando pelo capitão-tenente (major) César Fournier, e o brigue mercante *Harmonia dos Anjos* (seis peças), por este apresado.

Esses dois navios foram encalhar na Ensenada, perto da ponta de Lara, em frente à casa de Wight.

Ao amanhecer deste dia 7, Norton os atacou com a escuna canhoneira *Grenfell* (oito canhões, comandante Isidoro Nery), onde arvorou a sua insígnia de chefe, as escunas *Paula* (quatro canhões, Thomas Read) e *Bela Maria* (cinco canhões, comandante Parker) e as pequenas canhoneiras *Vitória da Colonia* (um canhão, Cristino Lourenço Desbuza), *Primeiro de Dezembro* (um canhão, Bernardo J. de Almeida) e *Esperada* (um canhão, José Ferreira Guimarães).

Pelas 11h, as guarnições inimigas fugiram para a terra, em escaleres ou a nado, seguindo o exemplo de Fournier, que assim abandonou a bordo o cirurgião e 35 homens, 14 dos quais mortalmente feridos. “Depois de uma defesa fraca foram abandonados”, disse o almirante argentino Brown no seu memorando, “mais atento... Fournier a salvar seus cofres... que a lutar...”

Os nossos escaleres, recolhendo os feridos e prisioneiros, trouxeram também as bandeiras dos dois navios e a insígnia de Fournier, que era um guião formado com as cores argentinas, tendo na faixa central branca o nome desse comandante.

Os dois navios ficaram muito arruinados e, não sendo possível pô-los a nado, foram incendiados.

O *Congresso* tinha sido brigue-barca, mas desde maio de 1827 modificaram-lhe a mastreação.

16 de junho de 1828 – O brigue brasileiro *Niger*, de 11 bocas de fogo, comandante Thomas Craig, ataca e persegue no rio da Prata o brigue-corsário argentino *General Bradzen*, de 17, comandado por George C. de Kay e tripulado por americanos e ingleses.

Voltava este dos Estados Unidos, depois de ter feito muitas presas.

Com a canhonada, acudiram outros navios da divisão Norton, e o *General Brandzen* foi encalhar debaixo dos fogos da bateria de ponta de Lara.

O *Niger* e os navios de maior calado tiveram que fundear ao largo.

Por ordem de Norton, o brigue escuna *Dois de Julho* (William Mac Erwing), a bombardeira *Dezenove de Outubro* (Augusto Leverger, depois barão do Melgaço) e a escuna *União* (Cecil Browning) foram atacar o corsário e deram fundo na distância de tiro de pistola.

Ao cabo de 20 minutos de fogo, a guarnição do corsário arriou a bandeira e fugiu para a praia, que estava muito perto.

Nessa ocasião o brigue-escuna *Nove de Janeiro* (John Williams), indo reunir-se aos combatentes, encalhou.

Continuou o combate entre os nossos navios e a bateria, enquanto se trabalhava para safar a presa e o *Nove de Janeiro*.

Norton dirigiu-se em um escaler para bordo deste último, e aí uma bala partiu-lhe o braço direito, que no mesmo dia teve de ser amputado.

Na manhã seguinte, ordenou o chefe brasileiro que fossem incendiados os dois navios encalhados, por ser impossível salvá-los.

Essa ordem recebeu pronta execução, mas o comandante do *Nove de Janeiro* e três marinheiros demoraram-se a bordo e foram aprisionados, quando o inimigo, vindo de terra, tentou extinguir o incêndio.

A nossa perda foi de 32 mortos e feridos e de quatro prisioneiros.

Por este combate teve Norton uma pensão e a dignitária da ordem imperial do Cruzeiro. Leverger e Craig foram nomeados cavalheiros da mesma ordem.



JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS  
VISCONDE DO RIO BRANCO



José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, nasceu em Salvador , a 16 de março de 1819<sup>89</sup> e era filho legítimo de Agostinho da Silva Paranhos e de dona Josefa Emerenciana Barreiros Paranhos. Sua mãe era filha do major Manuel Gomes Barreiros e irmã do coronel de engenheiros Eusébio Gomes Barreiros, homem de raro talento e vastíssima ilustração.

Seu pai e seus tios paternos, o capitão-mor Antonio da Silva Paranhos e o coronel de milícias João da Silva Paranhos, abastados comerciantes portugueses, mereceram honrosas menções nos documentos oficiais do tempo pela liberalidade com que auxiliaram a inteligente administração do conde dos Arcos e com que concorreram para a realização dos muitos melhoramentos que ele soube introduzir. Como portugueses, porém, por ocasião da guerra da Independência, apoiaram o general Madeira, que, à frente das tropas fiéis à União, resistiu, na cidade de Salvador, às brasileiras até o memorável dia 2 de julho de 1823. Esta adesão à causa vencida suscitou-lhes mil embaraços e não poucos perigos e enorme prejuízo nos seus haveres.

Quando o jovem Paranhos se estreava nas primeiras disciplinas, faleceu seu pai, deixando, apesar das perdas que sofrera, fortuna

---

<sup>89</sup> Nasceu na Ladeira da Praia, 8, atualmente, freguesia da Sé, de Salvador.

considerável, mas disputada por um poderoso parente, que era sócio e se considerava credor do finado. A fortuna herdada pela viúva e pelos filhos de Agostinho da Silva Paranhos passou, assim, em grande parte a outras mãos, e o que pôde ser salvo consumiu-se, por efeito das injustiças e das despesas daquele pleito.

Começaram, então, para o jovem estudante, dias difíceis. Com os poucos recursos que restavam à infeliz viúva e com o auxílio do coronel Barreiros, pôde Paranhos continuar os seus estudos. Sua mãe faleceu então, e ele resolveu matricular-se na Escola de Marinha.

Ainda na manhã da vida [diz um biógrafo]<sup>90</sup> achou-se o jovem Paranhos ajoelhado entre dois túmulos, derramando do coração amargurado de saudades as primeiras lágrimas de sua triste e solitária orfandade. A estas duas perdas irreparáveis, que o atiravam às plagas da pobreza, a ele, que nascera cercado dos mimos que a riqueza prodigaliza, veio ainda juntar-se a injustiça e o egoísmo daqueles em quem repugna ver tais sentimentos. Desde então, sua alma experimentada por tantas provações adquiriu a fina têmpera com que resiste vitoriosa aos mais esforçados botes da adversidade.

Graças ao espírito com que o dotou a providência e aos generosos sentimentos de que deu prova seu ilustre tio materno, o coronel de engenheiros Barreiros, chamando-o para junto de si, habilitou-se o jovem estudante para o curso de ensino superior, onde o seu nome conquistou justos aplausos.

Em 1836, partiu para o Rio de Janeiro, onde chegou a 9 de fevereiro, e, no dia 3 de março, matriculou-se na Escola de Marinha.<sup>91</sup>

Reduzido então a seus próprios recursos, o admirável moço ensinava

<sup>90</sup> *Alvarenga Peixoto*: o visconde do Rio Branco. Rio, 1871, v. 1.

<sup>91</sup> *O Diário Popular*, de Campos, para exaltar uma das virtudes de Rio Branco, a do reconhecimento, referiu um episódio, inteiramente falso, a respeito da mocidade do ilustre brasileiro. Nesse artigo, dizia-se que Rio Branco fora caixeiro em uma casa comercial da Bahia; que um negociante vizinho, admirando o seu talento inculto, o induziu a estudar, e alcançou-lhe passagem gratuita a bordo de um brigue de guerra que seguia para o Rio; que anos depois, o tenente que comandava esse navio e que havia tratado durante a viagem com muita distinção o jovem baiano, desejou reformar-se e dirigiu-se, para isso, ao ministro da Marinha; que o visconde do Rio Branco era então ministro e que apenas ao ver o velho tenente reconheceu o comandante do brigue que o conduzira; que fingindo não lembrar-se disso, declarou-lhe que em ocasião oportuna seria despachada a sua pretensão; que promoveu o oficial a capitão-tenente e logo depois o reformou, a fim de dar-lhe maiores vantagens.



aos condiscípulos menos adiantados o que já havia aprendido, e assim foi que viveu alguns anos, vergado ao peso de incessante trabalho, discípulo e mestre simultaneamente.

Concluindo o curso na Escola de Marinha, foi o aspirante Paranhos promovido à guarda-marinha, e, por aviso de 20 de fevereiro de 1841 da Repartição da Guerra, matriculou-se no segundo ano do antigo curso

---

Tudo isso é inexato. Rio Branco, desde 1826 até princípios de 1836, foi estudante na Bahia. Seu protetor foi, como dissemos, o coronel Barreiros, seu tio. O navio que o transportou para o Rio foi a fragata *Imperatriz* (e não um brigue), cujo comandante era o então capitão de fragata Raposo, amigo do coronel Barreiros. Quando Rio Branco exerceu pela primeira vez o cargo de ministro da Marinha, Raposo era chefe de esquadra.

O comendador Rodrigues de Castro, antigo e íntimo do visconde do Rio Branco, reclamou, na *Gazeta da Bahia*, contra a notícia do *Diário Popular*, de Campos. Essa reclamação foi transcrita em editorial do *Jornal do Commercio*, de dezembro último.

Eis alguns trechos do artigo do senhor Castro:

“... Ainda em tenra idade ficou Paranhos órfão de pai, e, tendo nascido na abundância, viu-se dentro de pouco tempo reduzido à pobreza, por circunstâncias que não vêm a ponto referir aqui. Em 1825, estando nos Dendezeiros da Calçada, começou a frequentar a escola pública do professor Manoel Alves, no adro do Bomfim. Tinha então seis anos de idade. Em 1828, tornando sua família para a cidade, veio concluir os estudos de primeiras letras na escola da Sé, do professor Manoel Joaquim. Em 1829, entrou para aula de latim do distinto professor e notável poeta João Gualberto Ferreira dos Santos Reis, frequentada naquele tempo por quase 300 estudantes, e, entendendo o jovem Paranhos que ali não se adiantava bastante, tomou por si mesmo a deliberação de passar-se para a aula do professor Guilherme Balduino Embirissu Camacam, na freguesia de São Pedro, onde terminou, em 1831, os estudos primários, fazendo-lhe aquele famoso professor e conhecido poeta os maiores e bem merecidos elogios. De 1832 a 1835, cursou com grande aproveitamento as aulas de aritmética, álgebra e geometria, revelando desde então a grande vocação que tinha para as matemáticas, e estudou ao mesmo tempo francês, inglês, história, geografia, filosofia e retórica (algumas destas disciplinas ligeiramente).

Em 2 de fevereiro de 1836 (data que nunca olvidei), Paranhos embarcou a bordo da fragata *Imperatriz*, que passou pela Bahia em viagem do Pará para o Rio de Janeiro, e que era comandada pelo então capitão de fragata José Joaquim Raposo, a quem ele foi recomendado. É esta a fiel história do estudante Paranhos até a sua saída da Bahia, o que afirmo sob palavra de honra, não só como colega que dele fui, mas como amigo inseparável e vizinho. Em nossa casa, hospedou-se por diversas vezes o estudante Paranhos quando sua família ia para Itapagipe, sendo tratado por minha mãe como um filho, tal era a afeição e estima que lhe votava. Nem um só dia foi ele caixeiro nesta cidade, e nunca na Bahia se disse tal coisa: se o tivesse sido, o comércio desta praça não deixaria de reclamar a glória de haver produzido um homem tão eminente.

... Estas informações servirão ainda para mostrar que, ao sair da Bahia, Paranhos não era ‘um talento inculto’, como disse o *Diário Popular*, de Campos. No dia 9 de fevereiro, Paranhos desembarcou no Rio e a 2 de março (22 dias depois) estava matriculado no primeiro ano da Academia de Marinha...”

da Escola Militar.

Por carta patente de 9 de fevereiro de 1843, foi promovido a segundo-tenente do Corpo de Engenheiros e, em 20 de abril do ano seguinte, nomeado para ler a cadeira de artilharia da Escola de Marinha. Por decreto de 9 de maio do mesmo ano, foi nomeado lente substituto de matemáticas daquela escola e, por decreto de 10 de dezembro de 1845, concedeu-lhe passagem na mesma categoria para a Escola Militar. Por decreto de 11 de maio de 1848, foi nomeado lente catedrático da cadeira de artilharia e fortificação. Em 1856, passou a reger a de mecânica. Por ocasião da reforma das escolas militares do Império (21 de abril de 1860), passou a lecionar mecânica na Escola Central, até que por decreto de 3 de junho de 1863 foi transferido para a cadeira de Economia Política, Estatística e Direito Administrativo. Em 1874, a Escola Central foi reorganizada e passou a denominar-se Politécnica. Por decreto de 13 de setembro de 1875, foi nomeado diretor da Escola Politécnica (era o lente mais antigo) e pelo de 13 de março de 1877 jubilou-se no lugar de lente catedrático.

Em 28 de janeiro de 1842, contraiu núpcias com senhora dona Teresa de Figueiredo Faria, depois viscondessa do Rio Branco, natural desta cidade, e filha legítima do honrado negociante português Bernardo Rodrigues de Faria e de dona Luísa de Figueiredo Faria, filha do desembargador Luis de Figueiredo Abreu.

A política e a administração [diz a sua biografia publicada na *Galeria dos Brasileiros Ilustres*] mereceram sempre alguns momentos de refletida leitura ao estudante e lente de ciências matemáticas. Assim o vimos aparecer em 1844 como um dos redatores do periódico *Novo Tempo* que desempenhou o papel importante nas lutas políticas da época...

Alguns artigos de estreia [escreveu um seu adversário] bastaram a dar ideia do valor de tal auxiliar. Ninguém com mais belos dotes e títulos mais legítimos bateu já à porta de um partido. Moço, talentoso, ilustrado, brando, afável, insinuante, sabendo mostrar a tempo... era Paranhos o que se pode chamar uma boa aquisição.

Em 1845, foi eleito membro da Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro.

Por Carta Imperial de 31 de agosto de 1846, foi nomeado secretário

do governo da mesma província. Em 18 de março de 1847, foi nomeado vice-presidente, e, no impedimento do presidente, visconde de Sepetiba, administrou a província desde maio até setembro desse ano. Entre os atos que assinalam este curto período administrativo, são dignas de menção as instruções dadas por Paranhos, regulando o ensino primário da província. Nessas instruções, surgiu, pela primeira vez no Brasil, a ideia da criação de escolas médias, para os que, não se propondo a seguir cursos superiores, carecem, todavia, de preparar-se para os diversos misteres da vida. Este generoso intuito, então abandonado, realizou-se muitos anos depois, por iniciativa do seu presidente, visconde do Rio Branco, a benemérita Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

Em 1847, foi Paranhos enviado à Câmara dos Deputados, figurando o seu nome em primeiro lugar na lista dos 12 representantes eleitos pela província do Rio de Janeiro, e distinguiu-se por vários discursos e, sobretudo, pelos seus pareceres como membro da comissão de Marinha e Guerra. Tinha então 28 anos de idade, e já havia conquistado um nome como professor, jornalista, administrador e orador parlamentar.

Em 7 de agosto de 1847, foi nomeado oficial da ordem da Rosa pelos serviços prestados na administração da província do Rio de Janeiro, sendo o decreto referendado por Paula Sousa.

Adiada e dissolvida a câmara temporária, em 1848, tornou Paranhos às lides da imprensa como principal redator do *Correio Mercantil*, órgão então do partido liberal. Dessa fase da sua vida leem-se no célebre folheto *Os nossos Homens*, parcial e injusto em mais de um passo com relação a Paranhos, os seguintes trechos:

O *Correio Mercantil* desse tempo foi o órgão legítimo das aspirações, das dolorosas agonias do grande partido derrotado e desbaratado... Quando se tem consciência da própria força não se capitula com o primeiro revés que nos contraria... Uma comoção geral ativava os espíritos. A combustão era patente. Uma faísca bastava para produzir o incêndio. Rompeu a revolução em Pernambuco.

Paranhos comoveu-se com a derrota dos seus aliados, com o descalabro de todas as forças do seu partido. Eco sincero das agonias e dos gemidos das vítimas, a sua voz eloquente vibrou acentos de suprema dor e de suprema consternação pela ruína dos seus princípios, pela morte dos seus amigos, pelo destino dos

seus camaradas de combate. De sua pena inspirada rebentaram espontaneamente belos e vigorosos artigos.

Em 1850, Paranhos deixou a redação do *Correio Mercantil* e separou-se das lutas da política, a que só voltou em 1853. A imprensa, porém, como disse alguém, é uma dama de quem jamais se pode inteiramente fugir aquele que uma vez lhe provou os encantos. No mesmo ano começou Paranhos a publicar no *Jornal do Commercio* as célebres *Cartas ao amigo ausente*, escritos de sabor verdadeiramente português e, acrescenta um seu biógrafo, comparáveis a tudo quanto mais puro, gracioso e sentido escreviam então os folhetinistas de maior nomeada nos dois países da língua portuguesa: Otaviano, no Rio de Janeiro; e Lopes de Mendonça, em Lisboa. Grandes melhoramentos que com o transcorrer dos anos vieram a realizar-se, eram já naquele tempo reclamados pelo ameníssimo escritor e eruditíssimo filósofo.

Nessas cartas e em outros artigos, Paranhos, que era amigo pessoal de alguns emigrados argentinos, combateu energicamente a tirania de Rosas e Oribe, e apresentou aos olhos do público brasileiro a verdadeira situação das Repúblicas do Prata.

A 1º de maio de 1851 aceitou posição conspícua na redação do *Jornal do Commercio*.

Nessa posição [diz outro biógrafo do visconde do Rio Branco] o foi encontrar o insigne estadista marquês de Paraná, quando o convidou, e conseguiu que ele o acompanhasse aos Estados do Prata na qualidade de seu secretário. Escolha honrosa para ambos: para o estadista, porque aproveitava o mérito em um dos seus antigos adversários, a quem nem ao menos conhecia pessoalmente; para o jovem esperançoso, porque assim recebia o mais valioso título do seu nobre, caráter e de sua privilegiada inteligência.<sup>92</sup>

O ilustre general Bartolomeu Mitre, no belo editorial de *La Nación* de Buenos Aires, de 3 de novembro último, escreveu o seguinte:

<sup>92</sup> Nomeado secretário da Missão Especial no rio da Prata por decreto de 20 de outubro de 1851. Um adversário de Rio Branco disse, em 1859, que este respondera ao marquês de Paraná: “Com vossa excelência irei até para o inferno”. Essa anedota foi depois repetida por vezes apesar do desmentido que lhe deu Rio Branco.

Mui jovem ainda veio Paranhos ao rio da Prata no caráter de secretário do plenipotenciário do Brasil, o ministro Carneiro Leão, cuja política enérgica preparou a grande aliança que derrubou a tirania de Rosas em Monte Caseros. Paranhos foi a alma dessa missão, e desde então se tornou um homem identificado com as questões do rio Prata.

Em 23 de outubro de 1851, partiram para Montevidéu o marquês de Paraná, na qualidade de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Missão Especial, e o doutor Paranhos, na de secretário da mesma missão.<sup>93</sup>

Não há quem ignore as causas da nossa intervenção, de 1851, e o tino e a sabedoria com que se houve o governo imperial, desde que a pasta dos Negócios Estrangeiros foi confiada ao eminente estadista Paulino de Sousa, visconde do Uruguai.

Na Confederação Argentina dominava o sanguinário ditador Rosas; no Estado Oriental, o seu lugar-tenente Oribe, à frente de tropas argentinas e orientais, sitiava a cidade de Montevidéu, onde resistia o governo legal da República, em torno do qual se reuniram todos os liberais das duas margens do Prata.

Os esforços feitos por esses dois generais para separar do Império a província do Rio Grande do Sul; os auxílios que prestaram à intitulada República de Piratini; os continuados assassinatos, roubos, extorsões e violências praticadas sobre súditos brasileiros na Banda Oriental e na fronteira; a linguagem arrogante e, muitas vezes, injuriosa com que se dirigiam aos representantes do Império; as provocações e os insultos da imprensa de Buenos Aires, tudo parecia dever tornar inevitável um

---

<sup>93</sup> Alguns adversários políticos do visconde do Rio Branco censuraram-no por haver aceitado essa nomeação, tendo militado até 1850 nas fileiras do partido liberal. Responde-se que se tratava de um cargo diplomático, que nada tinha que ver com a política interna. O Império achava-se então em guerra, e era natural que despertasse esta circunstância, no ânimo do jovem jornalista, o nobre desejo de servir a sua pátria. No ano seguinte, o senador Limpo de Abreu (visconde de Abaeté), apesar de ser então liberal, aceitou o cargo de enviado extraordinário em Missão Especial na Confederação Argentina. O decreto de sua nomeação, que ficou sem efeito porque, quando se dispunha a partir, chegou a esta corte um enviado argentino, foi referendado pelo mesmo ministro que nomeou Rio Branco secretário, o visconde do Uruguai. Poderíamos citar muitos outros exemplos de liberais e conservadores que aceitaram de adversários comissões diplomáticas ou consulares no estrangeiro.

rompimento, que o governo imperial, por dificuldades internas, foi adiando (é força confessar) com sacrifício não pequeno da dignidade nacional. Rosas não ocultava o firme propósito de romper com o Brasil para arrebatarmos o território das Missões, além do Uruguai, e para restabelecer os limites do Tratado nulo de 1777. Antes, porém, de declarar-nos a guerra, entendia conveniente reunir à Confederação o Paraguai e o Estado Oriental. Era nada menos que a reconstrução do antigo Vice-Reino espanhol do rio da Prata, com que ainda hoje sonham estadistas argentinos.<sup>94</sup>

No Estado Oriental, como dissemos, estava Oribe dominando quase todo o país com o apoio das tropas argentinas. Contra o Paraguai, Rosas reunia forças, em virtude de autorização da junta de representantes, “para fazer efetiva a reincorporação dessa província à Confederação”.

A intervenção anglo-francesa impediu que o audaz e bárbaro ditador tentasse desde logo a realização de seus projetos. Depois da resistência que opôs às forças navais da França e da Inglaterra e das vitórias que alcançou sobre a diplomacia desses dois países, sua arrogância não conheceu limites. Até os discursos proferidos pelos nossos senadores e deputados forneciam motivo para as reclamações da Legação argentina, e estas eram quase sempre apresentadas em linguagem inconveniente, concluindo por pedir “respostas categóricas e imediatas”. Em 23 de setembro de 1850, o general Guido, ministro argentino nesta corte, pediu passaportes e retirou-se para Buenos Aires. Pouco depois, Oribe cortava relações com o nosso encarregado de negócios em Montevideu.

O governo imperial preparou-se sem estrépito para a guerra; forneceu ao governo de Montevideu os subsídios que lhe iam ser retirados desde que fosse ratificada pelo governo da República Francesa

<sup>94</sup> Thornton, ministro britânico em Buenos Aires, dizia em despacho de 24 de abril de 1865 a lorde John Russel: “... Tanto o presidente Mitre quanto o senhor Elizalde declararam-me em diferentes ocasiões que, *por enquanto*, desejavam que o Paraguai fosse independente; que não lhes podia convir anexar o Paraguai a Buenos Aires, mesmo quando os paraguaios o desejassem, mas que não queriam tomar a esse respeito compromissos com o Brasil, porque não podiam ocultar-me que quaisquer que fossem suas vistas presentemente sobre este ponto, as circunstâncias poderiam mudá-las mais tarde. E o senhor Elizalde, que tem cerca de 40 anos de idade, disse-me um dia, ainda que em conversa, que esperava viver bastante para ver a Bolívia, o Paraguai, o Uruguai e a República Argentina unidos em uma confederação e formando uma poderosa República na América do Sul.” (*Correspondence respecting hostilities in the River Plate presented to both Houses by command of H. M.* Londres, 1865, P. III. Pp. 16 e 17).

a célebre convenção Le Prédour; enviou instrutores militares e armas ao Paraguai, cuja independência havia antes reconhecido e feito reconhecer por várias potências; celebrou com este Estado o Tratado Secreto de Aliança Defensiva de 25 de dezembro de 1850 e, em 16 de março de 1851, em consequência da retirada das tropas francesas que auxiliavam a defesa de Montevideú, assegurou ao ministro oriental que estava resolvido a impedir que essa praça fosse tomada pelo general Oribe.

Desde então os acontecimentos precipitaram-se, e a atitude do Brasil encheu de alento o governo de Montevideú e os numerosos emigrados argentinos que aí viviam e no Brasil e no Chile. Em 16 de abril de 1851, partia para o rio da Prata o almirante Grenfell, conduzindo vários navios que foram reforçar a nossa estação naval nessas águas; em 28 de abril, o governo imperial ordenava ao presidente do Rio Grande do Sul, Pimenta Bueno (marquês de São Vicente), que reunisse tropas na fronteira e que tivesse o exército pronto para entrar em operações; no dia 1º de maio, o governador de Entre Rios, general Urquiza, declarava ser vontade do povo reassumir o exercício inteiro de sua soberania e os poderes que delegara ao governador de Buenos Aires para a direção das Relações Exteriores e os negócios de paz e guerra; a província de Corrientes fazia logo depois idêntica declaração. Em 29 de maio, o ministro brasileiro Rodrigo Pontes celebrava em Montevideú um Convênio de Aliança Ofensiva e Defensiva entre o Império, a República Oriental e as províncias Entre Rios e Corrientes, para o fim de manter a independência da mesma república, fazendo sair do território desta o general Oribe e as forças argentinas que comandava, e cooperando para que, restabelecida a paz, se procedesse à eleição presidencial.<sup>95</sup> Em 20 de junho, seguia para o Rio Grande do Sul o conde, depois duque de Caxias, general em chefe nomeado para o exército imperial em operações. Em 4 de setembro, esse exército, composto de 16 mil homens, transpunha a fronteira, em marcha para Montevideú; ao mesmo tempo, Urquiza, à frente das tropas entrerrianas, e Garzón, com os orientais, atravessavam o Uruguai e aproximavam-se dos entrincheiramentos de Oribe. A esquadra de Grenfell fechava o rio, impedindo que as tropas argentinas voltassem a Buenos Aires.

<sup>95</sup> Ratificado pelo Brasil em 8 de julho, por Entre Rios e Corrientes em 15 de agosto, e pelo governo de Montevideú em 21 do mesmo mês.

No dia 10 de outubro, Oribe capitulou. Apesar das defecções que sofrera, contava ainda então 8.500 homens. As tropas argentinas incorporaram-se ao exército de Urquiza, e as orientais ao de Garzón.

No 12 de outubro, os plenipotenciários brasileiros marquês de Paraná e visconde de Abaeté assinavam, no Rio de Janeiro, com o ministro oriental Andrés Lamas, quatro tratados: de aliança, de limites, de comércio e navegação, e de extradição de criminosos, desertores e escravos fugidos, e uma convenção de subsídio à República Oriental.

Em 18 de agosto, Rosas havia declarado guerra ao Brasil. Os documentos oficiais argentinos, sempre precedidos da fórmula “*Viva a Confederação Argentina! Morram os selvagens unitários!*” traziam desde então este acréscimo: “*Morra o louco selvagem unitário Urquiza! Morra o infame gabinete do Brasil!*”

Foi nessas circunstâncias que Paranhos partiu para o rio da Prata em 23 de outubro, como secretário da Missão Especial confiada ao enérgico estadista marquês de Paraná.

Em 21 de novembro, Paraná assinou em Montevideu o Convênio de Aliança entre o Império, a República Oriental as províncias de Entre Rios e Corrientes contra o governador Rosas. Logo depois, começou o bloqueio de Buenos Aires. As tropas aliadas puseram-se em marcha, a esquadra brasileira forçou a passagem do Tonelero, e o exército do general Urquiza, composto de argentinos, de uma divisão brasileira de quatro mil homens e de outra oriental de dois mil desbaratou, na batalha de Monte Caseros (3 de fevereiro de 1852) o exército de Rosas. O covarde tirano desamparou em meio da peleja suas tropas, e refugiou-se a bordo de um navio de guerra inglês.

Restaurado o império da civilização nos Estados do Prata, procedeu-se na República Oriental à eleição do Congresso e do chefe do Estado. O general Garzón, que era candidato geralmente aceito, faleceu pouco antes, e na eleição de representantes triunfou o partido vencido pela aliança, sendo elevado à presidência, no dia 1º de março de 1852, o cidadão Juan Francisco Giró.

O novo governo declarou não poder aceitar os tratados de 12 de outubro, com o fundamento de não terem sido aprovados pelo Poder Legislativo, sem atender que no momento em que foram ratificados



pelo governo de Montevideu não havia Congresso, em consequência da guerra civil de quase 10 anos, durante a qual o Poder Executivo da República obrava discricionariamente. Em presença dessa atitude do presidente Giró, o marquês de Paraná tomou sobre si a responsabilidade de um rompimento, e, de acordo, com o marechal Caxias e com o almirante Grenfell, declarou *casus belli* ao não reconhecimento da validade dos tratados. Foram então aceitos esses tratados, com pequena modificação no de limites, assinando o nosso plenipotenciário o de 15 de maio de 1852.

Tais eram as disposições do governo junto ao qual o jovem diplomata foi pouco depois acreditado, cabendo-lhe a honra de suceder ao seu ilustre chefe, marquês de Paraná, e de estreitar como ministro, em circunstâncias difíceis e delicadas.

O visconde do Uruguai consultara Paraná sobre qual das duas legações deveria ser confiada a Paranhos, se a de Buenos Aires, se a de Montevideu.

“*Confie-lhe a que vossa excelência julgar mais importante*”, respondeu o marquês.

Por decreto de 13 de dezembro de 1852, referendado por Gonçalves Martins (São Lourenço), foi nomeado comendador da Rosa pelos serviços prestados como secretário da Missão Especial no rio da Prata.

Nomeado por decreto de 19 de abril de 1852 ministro residente na República Oriental do Uruguai, exerceu Paranhos esse cargo até dezembro do ano seguinte.

Em 1853, foi eleito de novo deputado à Assembleia Geral pela província do Rio de Janeiro.

Para que se conheça o conceito em que o marquês de Paraná tinha o seu ex-secretário, transcreveremos os seguintes trechos da carta circular que esse ilustre estadista dirigiu aos seus amigos do eleitorado fluminense, em data de 12 de novembro de 1852:<sup>96</sup>

... Confesso que sou grato ao senhor doutor Paranhos pela leal coadjuvação que me prestou durante a missão extraordinária que exerci no rio da Prata, porém,

---

<sup>96</sup> Esta carta pode ser lida na obra de Alvarenga Peixoto, *O visconde do Rio Branco*.

asseguro-lhe que para apoiar a sua presente candidatura não sou induzido meramente por esses motivos de gratidão... *Sendo de ordinário em pequeno número os deputados que se acham habilitados com os conhecimentos da administração da marinha, guerra e finanças, o doutor Paranhos distingue-se em todos esses ramos, e a um grande talento e facilidade de escrever, reúne a aptidão do homem prático e experiente, e conseguintemente poder fazer bons serviços...*

A sua eleição foi devida ao marquês de Paraná. Paranhos estava então decidido a trocar a carreira política pela diplomática, e esperava ser removido para uma legação na Europa; instou muito com o seu amigo para que o não apresentasse aos eleitores fluminenses, mas, contra os seus desejos, foi eleito.

Os serviços de Paranhos no rio da Prata foram julgados tão necessários (era então ele um moço de 33 anos) que o visconde do Uruguai, ministro dos Negócios Estrangeiros, assim se exprimiu no relatório apresentado ao Parlamento em 1853:

A importância de alguns negócios que se acham pendentes entre a legação imperial na República Oriental do Uruguai e o governo oriental, e que o senhor doutor Paranhos tem tratado desde a sua origem, tendo deles o mais perfeito conhecimento; a maneira pela qual tem desempenhado suas funções com plena satisfação do governo imperial, e [tenho motivos para crer] também com o da República perante a qual está acreditado, justifica o pedido feito pelo governo imperial à câmara dos senhores deputados do seu consentimento para que o dito doutor Paranhos, eleito deputado pelo Rio de Janeiro depois da sua nomeação para o cargo de ministro residente, o pudesse continuar a exercer.

Ratificado o Tratado de 15 de maio de 1852, aceitos os de 1851, faltava a sua execução, e tudo indicava que esta seria lenta e difícil, atentos os preconceitos e as repugnâncias que tais ajustes suscitavam, sobretudo o de limites.

Paranhos recebeu instruções para exigir, acompanhar e fiscalizar essa execução, e, não obstante as declamações da imprensa, que injustamente arguia os tratados de ofensivos da soberania e da dignidade da República, de prejudiciais aos seus interesses, porque envolviam grandes cessões de territórios a que ela tinha direito (o que

não era certo), apesar da propaganda da imprensa e das prevenções e desconfianças do presidente Giró e da maioria do Congresso, foram nomeados os comissários que deviam proceder à demarcação da linha divisória. O brasileiro foi o marechal Andréa, barão de Caçapava; e o oriental, o coronel Reyes.

Concluídos os trabalhos geodésicos, e passando-se a fixar a linha de fronteiras, ocorreu uma dúvida que derivava da letra do Tratado de 15 de maio. Segundo este tratado, a linha divisória ao sul da lagoa Mirim devia dirigir-se do passo geral do arroio Chuí ao pontal de São Miguel. O comissário oriental, fundando-se na tradição dos demarcadores espanhóis, queria considerar o pontal Paraguaio como o de São Miguel. A diferença entre as duas linhas era imensa. Se do passo geral do Chuí fosse ter ao pontal Paraguaio, perdíamos o território compreendido entre a lagoa Mirim e os passos gerais dos arroios Chuí e São Miguel; perdíamos, além disso, considerável porção de território na margem oriental da mesma lagoa.

O barão de Caçapava levou a questão ao conhecimento da legação em Montevidéu, declarando que o território disputado valia bem uma guerra; e Paranhos apresentou logo ao governo imperial o seu modo de pensar e a solução que parecia conforme não só à letra, mas também ao espírito do tratado. Respondeu-lhe o visconde do Uruguai que lhe “servisse de instruções o seu próprio ofício”.<sup>97</sup>

Depois de alguma discussão e, apesar dos embaraços que parte

<sup>97</sup> De uma carta dirigida a Rio Branco em 13 de fevereiro de 1853 pelo comendador M. de Castro, então diretor do *Jornal do Commercio*, extraímos o seguinte trecho:

“... Felicito-o pela honra que obteve, e que é a maior a que pode aspirar um diplomata: ‘Sirvalhe de instruções o seu próprio ofício...’ Já lhe disse que Paulino (visconde do Uruguai) o tem no mais elevado conceito. Falando-me há dias a seu respeito, disse-me: ‘Aprovo muitas vezes o que fazem os nossos agentes, mas parece-me quase sempre que se eu estivesse no caso deles faria mais alguma coisa. Com o doutor Paranhos não sucede assim. Sempre que leio os seus despachos, digo comigo: *É precisamente o que eu faria ou diria.*’”

Outra autoridade não menos competente, o marquês de Abrantes, fazia no Senado a seguinte profecia, em sessão de 10 de junho de 1854:

“O senhor Paranhos, em todos os negócios que passaram por suas mãos no Estado Oriental, deu provas de muito tino, muita habilidade e muito desinteresse, e escreveu notas que eu me ufania de assinar. O senhor Paranhos não voa com asas emprestadas, tem asas próprias, e eu me atrevo a fazer a profecia de que ele há de avultar e avultar muito na administração deste país, pelo seu caráter pessoal, por sua habilidade e tino.”

Assim era julgado o visconde do Rio Branco quando tinha pouco mais de 30 anos, por homens como Paraná, Uruguai e Abrantes.

da imprensa procurava opor à solução pacífica, o governo oriental reconheceu que, “sendo o *uti possidetis* a cláusula que devia determinar o traço da linha divisória entre o Chuí e o São Miguel, esta linha devia correr entre os passos gerais dos mesmos arroios, descendo pela margem direita do São Miguel até a lagoa Mirim, e que, por conseguinte, não tinha lugar o traço que pretendia o comissário oriental”. Nesse sentido, firmou Paranhos com o ministro Florentino Castellanos o Acordo de 22 de abril de 1853.

Ficou assim resolvida essa questão que pendia desde a demarcação de 1784, e sobre a qual nunca pôde haver acordo.

Durante essa missão, teve Paranhos de sustentar várias reclamações, obtendo que fossem restituídas as propriedades de brasileiros confiscadas sob o domínio de Oribe, com exceção de mui poucas sobre que havia pleitos judiciais. A passagem de gado pela fronteira ficou logo isenta de imposto, cumprindo-se fielmente os tratados de 1851.

No ano de 1853, o Estado Oriental passou por duas crises.

O presidente Giró, ancião respeitável, mas de espírito fraco era inteiramente dominado por alguns políticos exaltados que formavam a maioria do Congresso. Paranhos não cessou de pedir-lhe que seguisse uma política reparadora, de moderação e de justiça, única que a prudência e os interesses do país aconselhavam após as desgraças de uma guerra fratricida que durara quase 10 anos. A demissão do ministro Castellanos permitiu que o doutor Bernardo Berro, que fazia parte do gabinete e que mais influência tinha no ânimo de Giró, se lançasse em uma política cada vez mais reatora. O partido colorado irritou-se e reclamou a entrada para o ministério de dois homens capazes de contrabalançar a influência de Berro. Aproximava-se a festa do juramento da Constituição, em 18 de julho, e receava-se uma explosão. O ministro do Brasil aconselhou ao presidente que suspendesse as ordens expedidas para a reunião de força naquele dia, ou ao menos que evitasse o contato da tropa de linha e da guarda nacional. O presidente não quis anuir e só na noite de 17 reconheceu o perigo da situação. Recorreu então à legação imperial, requisitando o auxílio de força armada para manter a ordem pública, depois de ter recusado os amigáveis e prudentes conselhos que ela tinha dado com antecipação. Paranhos respondeu que as forças brasileiras desembarcariam quando fosse preciso, não para tomar parte na luta civil, mas unicamente para defender a segurança pública, as pessoas e

as propriedades dos súditos brasileiros.

Não obstante a gravidade da situação, no dia 18 a tropa de linha formou na praça da Matriz. Apenas apareceu a guarda nacional; houve o conflito que se previra. O presidente ficou desde logo sem meios de conter a revolução. O único corpo de linha com que contava deixou de obedecer às suas ordens. Nestas circunstâncias teve Giró de ceder à exigência do partido colorado, e escolheu neste partido o coronel Flores para ministro da Guerra e o doutor Herrera y Obes para ministro da Fazenda. Tinha-se dado um passo no caminho da conciliação, e a paz poderia firmar-se por este meio, mas os dois ministros colorados não puderam alcançar do presidente e dos outros membros do gabinete as providências que esperavam.

Resultou daí nova crise. No dia 23 de setembro, foi o representante do Brasil convidado para assistir a uma conferência de ministros, e, interpelado sobre o auxílio que poderia prestar ao governo, respondeu que apenas podia oferecer-lhe o seu concurso amigável para obter-se um desenlace pacífico da crise por meio de algumas concessões. Giró aceitou o oferecimento e pediu a Paranhos que oferecesse em seu nome certas concessões aos descontentes. Estes aceitaram as condições propostas, mas antes de ter conhecimento da aceitação Giró abandonou, no dia 24, o seu posto e refugiou-se na legação de França, passando-se depois para bordo da fragata francesa *Andromède*. Flores, à vista disso, declarou aos ministros estrangeiros que Giró deixara de ser presidente, e no dia 25 ficou instalado um governo provisório composto dos generais Lavalleja e Fructuoso Rivera e do coronel Flores.

Giró pretendeu então que o ministro do Brasil interviesse, fazendo desembarcar forças para restabelecer sua autoridade, e que obtivesse para o mesmo fim a intervenção armada dos ministros estrangeiros que tinham navios no porto. A isso respondeu Paranhos que deplorava terem sido contrariados os esforços que empregara, com autorização dele, Giró para obter um desenlace pacífico; que já se havia explicado sobre o auxílio de forças; que lhe faleciam direito e instruções para solicitar dos representantes das nações que tinham estações navais em Montevidéu o desembarque de tropas, e que ia submeter aquela nota ao conhecimento do governo imperial. Quanto ao seu procedimento, declarou que se manteria em absoluta abstenção, competindo ao governo imperial resolver sobre a posição que devia tomar.

Em nota de 30 de outubro, anunciou Paranhos o pensamento do governo imperial, segundo as instruções que recebera. O governo provisório estava reconhecido por todos, Giró havia desembarcado e vivia em Montevideu como simples particular. Algum tempo depois, apareceram desordens em certos departamentos, mas foram prontamente sufocadas. Giró refugiou-se então na casa da legação brasileira, onde se conservou por tempo de um mês e transferiu-se então para a corveta *D. Francisca*.

Como sempre sucedem no rio da Prata, os vencidos lançaram sobre o ministro do Brasil a responsabilidade da queda de Giró. Washburn, na sua *História da Guerra do Paraguai*, guiando-se pelas informações de Carreras, descreve Paranhos como um homem sanguinário, que, por incumbência do governo imperial, foi a Montevideu promover revoluções, “reunindo,” – diz ele – “a habilidade de Talleyrand a perversidade de Machiavel...”

Quem quiser inteirar-se destas ocorrências deve ler o relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1854 e os discursos proferidos por Paranhos em 17 de julho e 6 de agosto de 1855 na Câmara dos Deputados.

Em 6 de setembro de 1853, o marquês de Paraná organizou o seu célebre gabinete, arvorando a bandeira da conciliação dos partidos. Desse ministério fizeram parte conservadores, como Pedreira e Nabuco, e liberais como Limpo de Abreu (Abaeté), Paranhos e o general Bellegarde. A Paranhos foi reservada a pasta da Marinha, de que só tomou conta a 15 de dezembro desse ano.

Todos sabem o que foi o período da *conciliação*, de 6 de setembro de 1853 a 12 de dezembro de 1858, em que governaram o gabinete presidido pelo marquês de Paraná e depois por Caxias, e o de que foi chefe o marquês de Olinda. Nesse período, de transformação dos nossos partidos, liberal, como Sousa Franco e Jerônimo Coelho, foram ministros, e outros, como Furtado e Carrão, aceitaram presidências de província e cargos de confiança política. Quando, em 1858, durante a oposição dos principais conservadores ao gabinete Olinda-Sousa Franco, e, sobretudo, depois da organização do gabinete de 12 de dezembro, os dois partidos se discriminaram de novo, muitos dos nossos homens políticos

havia mudado de alianças. Abaeté, Paranhos, Sales Torres Homem, o jovem José de Alencar e outros se achavam entre os conservadores, ao passo que muitos antigos conservadores tomavam a denominação de *moderados*, combatiam o gabinete de Abaeté, e formavam depois com os liberais, em 1861, a chamada *liga constitucional*, de que nasceram o *progressismo* e o *liberalismo histórico*, fundindo-se mais tarde os progressistas e históricos para formar o atual partido liberal. Entre esses antigos conservadores que passaram para os arraiais contrários, citaremos apenas o marquês de Olinda, Zacarias, Nabuco, Pais Barreto, Rêgo Barros, Ferraz, Saraiva, Paranaguá, Dantas e Tavares Bastos, quase todas as sumidades do partido liberal nestes últimos vinte anos. O visconde de Abaeté, que estivera com os conservadores por algum tempo,<sup>98</sup> ligou-se de novo aos liberais em 1863. Dom Manuel, que antes fôra dos mais violentos conservadores, alistou-se na oposição desde o gabinete Paraná, e tornou-se ativo e fegoso liberal. Silveira da Mota, conservador da velha guarda, tornou-se, desde 1865, oposicionista radical. A história política da Inglaterra nos oferece muitos exemplos semelhantes. Lorde Palmerston militou a princípio nas fileiras do partido conservador e, anos depois, passou a ser um dos chefes e ministros mais famosos do partido liberal inglês. Gladstone, primeiro ministro liberal, estreou na política como conservador, protegido e apresentado pelo duque de Newcastle. Lorde Beaconsfield, o antigo Benjamin Disraeli, foi ultraliberal, protegido por Hume e O'Connell, e, desde 1835, alistou-se no partido *tory*, sendo posteriormente o líder conservador na Câmara dos Comuns, ministro com lorde Derby, primeiro-ministro e, depois, chefe do partido conservador. *Sir* Staford Northcote, líder dos conservadores nos Comuns, começou como liberal e secretário de Gladstone. Lorde Derby rompeu com as tradições da sua família, ligando-se aos liberais.

<sup>98</sup> Alguém contestou isso ultimamente, mas basta atender a que o ilustre estadista foi o chefe do gabinete de 12 de dezembro de 1858, ao lado de Muritiba e Manuel Felizardo. Ainda em 13 de outubro de 1860 escrevia o visconde de Abaeté: "... O partido liberal cerrou suas fileiras. Foi isto uma fortuna. É preciso, porém, que o partido conservador faça o mesmo, se não quiser ser, além de vencido, apupado, o que será pior de que tudo... Acima de todas as afeições colocarei sempre o partido conservador, ao qual entendo que se deve dar, ou antes, restituir a força que uma política mal compreendida e contraditoriamente executada lhe tem arrancado." (Ver *Annaes da Camara dos Deputados*, sessão de 16 de agosto de 1864, discurso de Ferreira da Veiga).

Na Inglaterra, ninguém perde tempo em censurar um homem político porque passa do partido *whig* para o *tory*, ou vice-versa. Todos sabem que isso importa apenas uma mudança de aliados, e não de princípios políticos, pois a linha que separa os dois grandes partidos constitucionais ingleses é quase imperceptível. O mesmo dá-se entre nós, quando ainda nos últimos tempos víamos liberais como o visconde do Rio Branco entre os conservadores, e, no campo liberal, homens como Zacarias, essencialmente autoritários, ultraconservadores e clericais.

Pode-se sem dúvida falar em apostasia política quando há abandono ou repúdio de um sistema de ideias, ou de princípios fundamentais, mas, mesmo nesses casos, há conversões sinceras, que a idade, o estudo, as diferenças de tempo e de situação, justificam ou explicam. Victor Hugo começou monarquista e depois se ligou aos republicanos. Disraeli tornou-se *tory* fogofo depois de ter sido panfletista radical e violento adversário das instituições britânicas. Thiers, que durante toda a sua vida defendeu a monarquia, foi o fundador da República na França, apesar de ter sido elevado ao poder pelos monarquistas da Assembleia Nacional. No Brasil, como na Inglaterra, não há um partido do progresso e outro retrógrado e inimigo das liberdades públicas. Liberais e conservadores aceitam a constituição e o regime livre que nos legaram nossos pais.

José de Alencar, no seguinte trecho do folheto *O marquês de Paraná* dá ideia exata do período de transformação política que atravessava o país, depois que os conservadores conseguiram consolidar a ordem pública:

... A luta que durante tantos anos havia animado com a sua agitação febril as questões de governo e da administração, desaparecia, deixando após si a reação e com ela o letargo de todas as paixões políticas, a descrença nos poucos princípios que haviam servido de norma e de programa às diversas opiniões...

... Os nossos partidos, força é confessá-lo, nunca tiveram princípios bem pronunciados; e naquele tempo, mais do que nunca, certos dogmas de um e outro lado pareciam se não proscritos, ao menos esquecidos ou modificados; os nomes eram os únicos símbolos das duas opiniões que por muito tempo dividiram o país...

Na sessão de 6 de maio de 1871, dizia Paranhos, no Senado:

Os precedentes da minha vida política foram por mais de uma vez invocados



pelo nobre senador por Minas Gerais. Sua excelência não pode perdoar-me que eu desse os primeiros passos na vida política apresentado pelo partido liberal; entretanto o nobre senador não olha para o seu lado (*apoiados*), não vos explica como ali se acham no seu partido como chefes, aliás, muito respeitáveis pelos seus reconhecidos talentos, os senhores Nabuco, Zacarias, Saraiva, Paranaguá e outros. Esses distintos estadistas passaram do partido conservador para o liberal quando já eram notabilidades; entretanto, não se quer levar a bem que eu, estreando a vida política com o partido liberal, hoje não me ache na mesma posição!

É certo que há mais de 18 anos meus adversários políticos, sobretudo, aqueles que me votam uma desafeição arraigada, como a do nobre senador por Minas, me censuram e invectivam, se bem que às vezes me elogie; mas nem os elogios me têm seduzido, nem as invectivas me tem demovido do lugar que a consciência, o dever e a dignidade me assinalaram; e posso dizer com alguma ufania, que, conservando-o, tendo subido na estima e consideração de meus amigos políticos e de meus concidadãos em geral (muitos apoiados)...

Em 20 de junho de 1859, dizia Paranhos, na Câmara dos Deputados (era então membro do primeiro gabinete conservador que se seguiu aos da conciliação, sendo chefe desse gabinete o visconde de Abaeté):

... Senhores, têm-se por vezes aludido de modo desfavorável ao princípio de minha vida política. Devo uma vez por todas responder a essas alusões com que se pretende nodoar o meu caráter e a minha reputação. Não costumo ocupar o precioso tempo da Câmara em defesas que me sejam pessoais, mas quando se trata de reivindicar o meu crédito, creio que a defesa é lícita e necessária.

É certo, senhores, que apareci na cena política nas fileiras do partido denominado liberal, mas nunca fui o homem violento e exaltado de que se vos tem falado. Desde o princípio de minha carreira política mereci a estima e a consideração de alguns dos meus mais respeitáveis adversários. Ocorre-me neste momento que em 1848 um ilustre deputado pela província do Rio Grande do Sul, hoje senador pela mesma província (o senhor barão de Quaraí), me assinalava como exemplo de moderação e de urbanidade, posto estivéssemos em lados opostos.

Quatro anos depois de haver tomado alguma parte em nossos negócios públicos, sobrevieram os tristes acontecimentos da província de Pernambuco. Não

abandonei, senhores, a causa do infortúnio; prestei-lhe os pequenos serviços que estavam ao meu alcance, mas não aceitei a responsabilidade de seus atos.

Em 1850, retirei-me da cena política, a que só voltei em 1853. Desde então minhas relações políticas com as influências do partido liberal ficaram cortadas, posto que conserve relações pessoais com algumas, relações que muito prezo e desejarei sempre conservar. Isto que se deu comigo, e que se me tem lançado em rosto, tem-se dado com a maior parte dos nossos homens políticos; é o que se vê também em outros países, quanto mais entre nós, onde, como bem disse o nobre senador visconde de Albuquerque, nada havia tão parecido com um *saquarema* como um *luzia*, proposição incontestavelmente verdadeira em relação aos homens moderados de um e outro lado.

Senhores, invejo a sorte dos que têm podido aparecer e desaparecer da cena política sempre entre os mesmos aliados; mas também sei que a imutabilidade de alguns é a imutabilidade do faquir indiano; que a coerência não é a paixão ou o emperramento, que a consciência e a dignidade pessoal obrigam os homens a mudar opiniões e alianças.

Essa separação me tem custado muitas invectivas e calúnias, não da parte dos verdadeiros representantes do partido liberal, mas de inimigos gratuitos que não sabem nem podem manejar outra armas (*muitos apoiados*). Não poderão, porém, os meus desafetos provar que eu cheguei à posição em que estou por meios desonestos (*muitos apoiados*), e é por isso, senhores, que os ódios que de certo lado partem contra mim são assaz compensados pela estima e consideração de que gozo entre os homens com quem estou ligado (*Apoiados, muito bem*).

Querem os meus adversários que eu lhes diga quais não hoje os meus princípios? Eu satisfarei a sua pergunta, servindo-me das palavras de uma autoridade insuspeita e muito superior às mediocridades como eu sou. Eis o que disse Canning, *whig* distinto, liberal como devem ser os conservadores do Brasil, respondendo a igual acusação: ‘Respondo a meus adversários que o dever do homem de Estado consiste em manter-se entre os extremos, evitar assim as aberrações do despotismo, como a licença de uma liberdade sem freio, conciliar o poder com a liberdade, não entregar-se a experiências afoitas ou a teorias nebulosas, mas esclarecer-se na direção dos negócios com todas as luzes úteis e salutares, e adotar todo o princípio generoso e liberal com sabedoria e circunspecção.’

Apresentado por seus adversários políticos como um partidário fanático e exaltado que advogou com ardor a causa da revolução de 1848 em Pernambuco, disse Paranhos na sessão de 17 de julho de 1855 da Câmara dos Deputados:

... Senhores, sempre espousei os princípios de paz, de ordem, de uma liberdade bem entendida. Nunca segui o princípio da resistência armada. Entendo que este princípio é desnecessário no sistema representativo (*apoiados*), que é perigoso, quase sempre fatal aos próprios que a ele recorrem (*apoiados*), sempre condenável e punível segundo a nossa constituição e as nossas leis.

Militei, senhores, nas fileiras do partido mais progressista do nosso país; recorde-me desse passado com muita satisfação; mas militei seguindo os princípios de uma liberdade bem entendida; e mesmo nunca vi que os homens mais eminentes e esclarecidos desse partido abraçassem o princípio da resistência armada. Não *há um só ato, não há uma só palavra por mim pronunciada ou escrita em minha curta e obscura vida política que possa desmentir a minha asserção*. Foram sempre esses os meus princípios, e o são ainda hoje; há só uma diferença, é que hoje os compreendo melhor pelas poucas luzes e experiência que o tempo me tem dado.

Alvarenga Peixoto, no seu livro *O visconde do Rio Branco*, transcreve, na página 29, um artigo do *Novo Tempo*, publicado em 26 de fevereiro de 1844, para mostrar a moderação com que aos 25 anos escrevia Paranhos:

Derramai o bálsamo da *conciliação* [dizia ele aos liberais vencedores] por vossos atos inspirai ao país a maior confiança possível no seu futuro; franqueza e justiça para todas as opiniões, a par de fortaleza para com o delírio das facções; alargai a esfera dos cidadãos que podem tomar parte nos negócios do Estado; proscreevi o exclusivismo, que manda dar somente importância a um limitado número de pessoas; usai de clemência para com os vencidos; economizai o suor da nação; estendei afoitamente a espada da justiça até aos lugares onde empregados dilapidadores estragam a riqueza pública; fazei com que as câmaras sejam realmente a expressão do país inteiro, e não comissões de certas potestades. Assim conservareis à coroa todo o seu brilho e majestade, a Constituição deixará de ser uma quimera, a vertigem dos revolucionários desaparecerá, como as névoas da madrugada ao primeiro clarão do oriente...

Por decreto de 15 de dezembro de 1853, foi Paranhos nomeado ministro da Marinha e, no mesmo dia, entrou no exercício desse cargo. Os outros membros do gabinete de 6 de setembro eram: Paraná, Fazenda e presidência do Conselho; Pedreira (visconde de Bom Retiro), Império; Nabuco, Justiça; Limpo de Abreu (Abaeté), Negócios Estrangeiros; Bellegarde, Guerra.

Ministro e secretário dos Negócios da Marinha foi honrado pelos eleitores fluminenses com uma brilhante reeleição, e ele, por sua parte, na Câmara e no gabinete ministerial, confirmou o seu bem estabelecido crédito de homem laborioso, e revelou aptidões próprias do alto posto em que o haviam colocado a confiança da coroa, a justiça e a estima de seu ilustre amigo, o marquês de Paraná.

Como ministro da Marinha, de 15 de dezembro de 1853 até os primeiros dias de junho de 1855, os seus relatórios, que foram louvados até pelos mais extremos adversários do gabinete a que pertencia, atestam os conhecimentos profissionais que adquirira em sua primeira carreira, um profundo estudo das necessidades desse ramo da pública administração, e um tato raro em descobrir-lhes o verdadeiro remédio.

O projeto de promoções que apresentou na Câmara dos Deputados, as medidas que solicitou e obteve do corpo legislativo, os vários regulamentos que promulgou, e não poucos projetos que passou já muito adiantados a seu sucessor comprovam a figura proeminente que representou na direção do Ministério da Marinha.

Entre os regulamentos a que acima aludimos, citaremos os que criaram companhias de aprendizes marinheiros no Pará e na Bahia; os que marcam os prazos de serviço, acessos, soldos e outras vantagens das classes dos imperiais marinheiros e marinheiros avulsos; finalmente, aquele por que eram feitos os alistamentos de voluntários e recrutados as equipagens de guerra. (*Galeria dos Brasileiros ilustres*).

Em 14 de julho de 1855, retiraram-se do gabinete o visconde de Abaeté, para ir ao rio da Prata em Missão Especial, e o general Bellegarde. O visconde do Rio Branco passou da repartição da Marinha para a dos Negócios Estrangeiros, sendo nomeados o duque de Caxias

e o barão de Cotegipe ministros da Guerra e da Marinha.<sup>99</sup>

As circunstâncias em que essa mudança teve lugar [diz a mesma biografia] tornaram a posição do novo ministro dos Negócios Estrangeiros, sumamente difícil. O senhor Paranhos, porém, soube sair triunfante dessa nova experiência e, desde então, dentro e fora do Império, é considerado como um verdadeiro homem de Estado.

Aquele que como ministro da Marinha havia, sem o menor estrépito, e com o maior zelo possível, preparou uma luzida expedição naval para apoiar a missão diplomática enviada em 1854 à República do Paraguai, como ministro dos Negócios Estrangeiros, teve de procurar uma solução pacífica e honrosa das questões pendentes com esse Estado, e logrou seu empenho por modo muito distinto. O Tratado de Amizade, Navegação e Comércio de 6 de abril de 1856 e os protocolos dessa longa e porfiada negociação serão a todo tempo um título de glória para o plenipotenciário brasileiro, que destarte evitou a guerra que se mostrava iminente e que abriu as portas do rio Paraguai à rica e infeliz província do Mato Grosso.

Desde 1852, o governo imperial se esforçava por chegar a um acordo com o Paraguai sobre a questão da navegação fluvial, que tanto interessava a nossa província de Mato Grosso.

O Paraguai, por cuja independência tanto fizera o governo imperial, devendo à aliança e aos esforços do Brasil, sem o menor sacrifício de sua parte, o poder navegar do Paraná até o rio da Prata, julgou-se com direito a negar-nos a navegação até Mato Grosso e obstinava-se em tornar inseparáveis essa questão e a de limites. Como um acordo sobre a última era impossível, atenta as exageradas pretensões que nos últimos tempos manifestava o ditador Carlos Antonio López, continuávamos privados do exercício do direito ao trânsito fluvial, implícita e virtualmente estipulado no artigo 3º do Tratado de 25 de dezembro de 1850. Nenhum dos plenipotenciários que mandamos a Assunção pôde chegar a resultado satisfatório.

Carlos López, depois que o governo imperial deixou de ratificar as convenções celebradas em 27 de abril de 1855 pelo plenipotenciário

---

<sup>99</sup> O autor do folheto *Os nossos homens* diz: “Recomposto o ministério Paraná, o senhor Paranhos fica...” Como se vê, todos os ministros ficaram, menos dois.

brasileiro almirante Pedro Ferreira, enviou ao Rio de Janeiro seu ministro dos Negócios Estrangeiros, José Berges, destinado a ser anos depois, em 1868, uma das vítimas da bárbara tirania que ensanguentou o Paraguai. Em nota de 8 de julho de 1855, o conselheiro Paranhos declarou os motivos que levaram o governo imperial a não aprovar aquelas convenções, mostrando as razões por que exigia desde logo o reconhecimento do direito derivado do artigo 3º do Tratado de 1850.

As conferências com o ministro Berges começaram no dia 9 de março e terminaram em 6 de abril de 1856. A questão fluvial foi separada da de limites, sendo aquela resolvida como o desejava o governo imperial, e esta discutida, mas adiada para ter solução definitiva dentro do prazo fixado no novo tratado.

Os célebres protocolos dessa negociação foram publicados em um volume, que acompanha em avulso o relatório do Ministério de Estrangeiros de 1857. O modo por que Paranhos houve-se nessa laboriosa e enredada discussão mereceu o elogio dos próprios adversários. O senador dom Manoel de Assis Mascarenhas, que fazia oposição desabrida ao gabinete, teve a lealdade de confessar, fazendo justiça ao seu adversário, que o direito do Brasil na questão de limites saíra vencedor, e ficara plenamente provada à luz dos debates havidos nas conferências que precederam a celebração do tratado de navegação. Pedro de Ângelis, cuja autoridade nesses assuntos era das mais competentes, escreveu o seguinte ao ler os protocolos: "... O direito do Brasil ficou plenamente provado, graças à habilidade e ilustração do senhor Paranhos. Todas as citações históricas que fez são rigorosamente exatas, e na discussão mostrou profundo estudo e conhecimento da matéria."

Mais tarde, porém, foi o ilustre estadista censurado por não ter resolvido então a questão dos limites.

Interpelado pelo senador visconde de Jequitinhonha, que parecia não estar lembrado das circunstâncias que se deram na discussão do Tratado de 6 de abril de 1856, disse ele no Senado em sessão de 28 de junho de 1865:

Do que se tratava em 1856 com a República do Paraguai? Tratava-se de resolver a questão de limites? Não. Vossa excelência, senhor presidente (visconde de Abaeté), sabe que não fiz mais do que continuar a política que vossa excelência

tinha seguido. A questão de limites não estava então na ordem do dia: desertos nos separavam e separam do Paraguai. A questão vital era a navegação, e não podíamos pedir o exercício da navegação à República do Paraguai senão nos termos do nosso direito; não podíamos exigir a liberdade de trânsito senão sob condições mais ou menos favoráveis, dependentes do assentimento do Paraguai; porquanto pelo governo imperial tinha sido sempre sustentado o princípio de que o ribeirão inferior pode negar o trânsito ao ribeirão superior, desde que este se não conforme as cláusulas que o primeiro julgue necessárias a sua segurança. O Paraguai possui a soberania da embocadura daquele rio: não podíamos deixar de negociar com ele as condições do livre trânsito, e estas condições dependiam do seu espontâneo assentimento, porque, assim como não queríamos que os Estados Unidos ou qualquer outra nação nos desse a lei no Amazonas, assim também não queríamos dar a lei no rio Paraguai. Eis a explicação do Tratado de 6 de abril...

Uma divisão brasileira de quatro mil homens ocupava Montevideu desde 1854, para apoiar o governo legal da República. Paranhos tratou de apressar a retirada dessa força, sendo este um dos fins da missão confiada ao visconde de Abaeté. No dia 14 de novembro de 1855, a divisão pôs-se em marcha e a 19 de dezembro estava recolhida ao nosso território.

Em 7 de março, o mesmo plenipotenciário celebrou na cidade do Paraná um tratado, que assentou em novas e sólidas bases as relações entre o Brasil e a Confederação Argentina.

Nesse gabinete, teve Paranhos de sustentar uma porfiada discussão com a legação de sua majestade britânica sobre apresamentos feitos pelos cruzadores ingleses nas costas do Império. O seu protesto de 6 de abril de 1856 mereceu louvores na própria imprensa de Londres e no Parlamento Britânico. Entre, outros, lorde Malmesbury referiu-se ao nosso protesto em termos honrosíssimos.

Alvarenga Peixoto resume do seguinte modo o protesto de que se trata:

Depois de manifestar a surpresa com que recebeu a nota do senhor William Jerningham, encarregado de negócios de sua majestade britânica, o conselheiro Paranhos ocupou-se com a tentativa de desembarque de africanos em Serinhaém e passando as ameaças da legação britânica demonstrou que a abolição do tráfico no Brasil não se devia atribuir à vigilância dos cruzadores ingleses, insuficientes

para o extenso perímetro das nossas costas, e muito menos ao ato do parlamento britânico de 1845, que apenas autorizou violências executadas no litoral, nos portos e rios do Império; que a consolidação da paz e ordem constitucional do Império, e a lei de 4 de setembro de 1850, que ampliou e deu nova força a de 7 à de novembro de 1831, imprimiram a repressão do tráfico uma eficácia que dentro e fora do país se julgava impossível.

Hoje, porém [acrescentou Paranhos], que a paz da Europa se figura como possível, o honrado senhor Jerningham julga conveniente contestar os esforços do governo imperial, exprobrar-lhe frouxidão, ameaçá-lo em nome do governo de sua majestade britânica com a execução do *Bill* de 8 de agosto de 1845!

A ameaça que tão injusta e acremente se faz ao governo imperial poderá servir para despertar a lembrança de que a Grã-Bretanha é uma nação mais forte do que o Brasil, e para significar que não duvidará usar ainda sem motivo legítimo, do seu grande poder material, mas não poderá nem encobrir a sem-razão de semelhante procedimento, nem abalar a tranquilidade que ao governo imperial inspira a consciência de sua dignidade e da inteireza de seus atos.

Entre outras questões que tiveram de ocupar nessa época a atenção de Paranhos só mencionaremos a de limites com a Guiana Francesa, questão que não pode ficar resolvida, apesar da habilidade com que se houve o nosso plenipotenciário visconde de Uruguai. A discussão desse assunto, porém, ficou esgotada. Os protocolos da negociação em Paris acompanham o relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1857.

Coube ainda a Paranhos aderir, em nome do governo imperial, aos quatro princípios seguintes de direito marítimo constantes da declaração final do Congresso de Paris, de 16 de abril de 1856:

1. o corso é e fica abolido;
2. o pavilhão neutro cobre a mercadoria inimiga, com exceção do contrabando de guerra;
3. a mercadoria neutra, com exceção do contrabando de guerra, não pode ser apresada sob o pavilhão inimigo;
4. os bloqueios, para serem obrigatórios, devem ser efetivos, isto é, mantidos por força suficiente para proibir realmente o acesso ao litoral inimigo.



Aceitando esses princípios, pela nota de 18 de março de 1857, manifestou o visconde do Rio Branco o desejo de ver proclamada também a abolição do direito de captura da propriedade privada no mar.

Eugène de Cauchy em sua obra *Le Droit Maritime International* (Paris, 1862, 2 v.) transcreve o seguinte trecho da referida nota:

O governo imperial, associando-se por esta forma, na adoção de máximas tão moderadas e justas, aos governos que as iniciaram, espera que a política sábia e generosa que inspirou tão feliz iniciativa regulará também a sua verdadeira prática, evitando-se assim, quanto ser possa, as divergências e conflitos a que tem dado lugar em todas as épocas as restrições do segundo e terceiro princípios, no tocante ao direito de visita, e a qualificação da mercadoria hostil, bem como o quarto princípio, quanto ao reconhecimento da sua condição essencial, e dos casos de violação efetiva por parte dos neutros.

A humanidade e a justiça devem de certo ao Congresso de Paris um grande melhoramento na lei comum das nações; mas, em nome dos mesmos princípios, é lícito ainda pedir às potências signatárias do Tratado de 30 de março de 1856, como complemento da sua obra de paz e civilização, a consequência salutar que se contém nas máximas que elas proclamaram. Esta consequência é que toda propriedade particular inofensiva, sem exceção dos navios mercantes, deve ficar ao abrigo do direito marítimo contra os ataques dos cruzadores de guerra...

No seio do nosso Parlamento e da nossa imprensa, algumas vozes deixaram ouvir censuras contra o ministro que aderira àqueles princípios de direito marítimo. Diziam que o Brasil deveria seguir a opinião dos Estados Unidos, que, segundo o pensar deles, queriam a conservação do direito de corso, porque o julgavam muito lícito e meio de guerra muito conveniente.

Os Estados Unidos, porém, não prestaram sua adesão às novas máximas estipuladas pelo Congresso de Paris, porque queriam que o princípio de inviolabilidade da propriedade particular de um dos beligerantes no alto-mar fosse posto ao abrigo do direito marítimo contra os cruzadores de guerra. Os Estados Unidos não sustentaram que o corso seja um recurso próprio da civilização atual, ou que não tenha o caráter de uma pirataria organizada e legal.

Segundo as estipulações das potências signatárias do Tratado de Paris, os quatro princípios deviam ser considerados inseparáveis; não se

admitia uma adesão parcial, e sim uma adesão integral; a potência que se não prestasse a esse acordo ficaria privada da sua aplicação.

O visconde do Rio Branco disse na Câmara dos Deputados o seguinte (15 de junho de 1857):<sup>100</sup>

Se não aderíssemos aos princípios proclamados pelo Congresso de Paris, dada uma guerra em que fosse parte alguma das potências signatárias do Tratado de 30 de março de 1856, ou alguma das outras que têm aderido aos mesmos princípios, as mercadorias brasileiras seriam boa presa sob o pavilhão inimigo, as mercadorias inimigas não seriam protegidas, não ficariam isentas sob o pavilhão brasileiro. Ora, devíamos nós sacrificar as vantagens da paz a um recurso de guerra? Esta política seria a que convinha ao Império, que em todas as suas relações exteriores tem por base a justiça e moderação? Conviria este procedimento ao Império, que tem uma marinha mercante ainda muito limitada, e cuja exportação se faz quase toda em navios estrangeiros? Creio que não. (*Apoiados.*)

Senhores, os vapores reduziram a mui pouco os serviços que hoje podem prestar os corsários. E a nação que tem uma grande força marítima tem também uma marinha mercante numerosa; se elas quiserem usar desse recurso, levarão de certo vantagem às nações mais fracas sob o ponto de vista da força naval (*apoiados*)...

O grande estadista marquês de Paraná faleceu em 3 de setembro de 1856 e desde então passara o duque de Caxias a dirigir o gabinete, transferindo-se o barão de Cotegipe do Ministério da Marinha para o da Fazenda. Paranhos, que, como vimos, era ministro dos Negócios Estrangeiros, ficou desde 8 de outubro exercendo também, interinamente, as funções de ministro da Marinha.

Nessa curta interinidade, sobrecarregado com os graves assuntos da política externa, teve, entretanto, tempo para levar a efeito o importante projeto da conclusão do dique da ilha das Cobras, formular a reforma do corpo de saúde da armada e dos oficiais da fazenda, e dar organizado às classes dos artistas dos vapores de guerra; trabalhos que foram honrados com a aceitação do seu ilustrado sucessor, e por estes concluídos e promulgados” (*Galeria dos homens ilustres*).

<sup>100</sup> Vejam-se ainda dois pequenos discursos que proferiu na Câmara dos Deputados em 3 de agosto de 1861.

Dissolvido o primeiro ministério da conciliação em 4 de maio de 1857, o visconde do Rio Branco, então deputado pelo segundo círculo do município do Rio de Janeiro, esteve sempre na tribuna para defender os atos da administração de que havia feito parte e o crédito de seus colegas como também o próprio. Recomendamos a leitura do discurso que pronunciou na sessão de 15 de junho de 1857 por ocasião da discussão da fala do trono.

Por esse tempo, haviam surgido novas e sérias dificuldades entre o Império e o Paraguai. O governo de Assunção anulara de fato o Tratado de 6 de abril de 1856, submetendo a navegação comum a regulamentos que eram a negação do que havia sido estipulado. O comércio com a província de Mato Grosso pela via fluvial do Paraguai e do Paraná tornara-se impossível.

O Brasil preparou-se para a guerra.

O gabinete de 4 de maio de 1857, que sucedera ao de 6 de setembro de 1853, tinha por chefe o marquês de Olinda. Era ministro dos Negócios Estrangeiros o visconde de Maranguape.

Paranhos foi então nomeado, por decreto de 12 de agosto de 1857, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Missão Especial na República Oriental do Uruguai, na Confederação Argentina e no Paraguai.<sup>101</sup>

Na cidade do Paraná, assinou Paranhos, com o plenipotenciário argentino, a Convenção Fluvial de 20 de novembro de 1857, completando as estipulações do Tratado de 7 de março de 1856, e regulando a navegação dos rios Uruguai e Paraná dentro dos limites da jurisdição dos dois países, e os Tratados de 14 de dezembro do mesmo ano, de limites e de extradição de criminosos entre o Império e a Confederação Argentina, tratados estes que, ratificados pelo Brasil, e aprovados pelo Congresso do Paraná, não foram ratificados pelo governo argentino.<sup>102</sup>

<sup>101</sup> Seu secretário nessa missão foi o doutor Tomás Fortunato de Brito, barão de Arinos, depois ministro do Brasil na Bélgica, e árbitro desempatador e presidente da Comissão Mista franco-americana.

<sup>102</sup> A respeito da não ratificação desses dois tratados, disse Pereira Pinto nos seus *Apointamentos para o Direito Internacional*:

“Pela organização política daqueles Estados, as convenções acordadas por seus chefes com as potências estrangeiras têm de passar pelo cadinho das câmaras, sendo afinal sancionadas pelos presidentes: largo campo, pois, fica aberto a todas as chicanas para inutilizá-las, quando assim entra nos cálculos das mesmas câmaras ou de seus governantes.

Em Assunção, firmou com o plenipotenciário paraguaio, general Solano López, a Convenção de 12 de fevereiro de 1858, estabelecendo a verdadeira inteligência e prática do Tratado de 1856. Os regulamentos expedidos antes pelo governo paraguaio foram todos revogados, obtendo o plenipotenciário brasileiro não só a fiel observância daquele tratado, mas também novas e importantes concessões. O rio Paraguai ficou desde então aberto a todas as bandeiras, e “esse triunfo inesperado valeu ao nosso diplomata o mais cordial acolhimento na província de Mato Grosso, a qual foi então visitar, e uma recepção brilhante na capital do Império.”

Na excelente obra *Apontamentos para o Direito Internacional* (t. IV, pp. 119 e seguintes), disse o erudito A. Pereira Pinto:

Para plenipotenciário dessa missão foi, com o melhor fundamento, escolhido o conselheiro Paranhos, negociador do tratado de 6 de abril e, portanto, genuíno intérprete do espírito que ditara os preceitos daquela convenção. No meio de nossos infortúnios com o Paraguai, (...) desenha-se com viço e brilhantismo a frase que gerou o ajuste internacional cometido aos talentos do conselheiro Paranhos.

... Aceitando o honroso encargo para que houvesse sido eleito, o conselheiro Paranhos amanhou com suma prudência o terreno, antes de investi-lo temerariamente. Ínvias eram as veredas; vários negociadores tinham errado o trilho; ele mesmo em 1856 palpara o perigo dos atalhos; só se pode, pois, louvar o acerto com que buscou encaminhar a negociação de forma que, quando lançasse âncora em Assunção, as prevenções estivessem se não desvanecidas, ao menos

---

Em 1827 Buenos Aires envia ao Brasil a missão Garcia para fazer a paz: firma-se o tratado de 24 de maio, de acordo com as instruções dadas àquele plenipotenciário, como ele próprio afirmou em sua defesa, mas não foi aprovado.

Em 1843 Rosas excita por meio do seu ministro Guido uma aliança com o Império; conclui-se a convenção de 24 de março de 1843, a qual não é ratificada pelo mesmo ditador.

Em 1857 o Estado Oriental provoca a revisão do tratado de 1851, celebra-se a convenção de 4 de setembro, a que se anexou, na mesma data, o tratado de permuta de territórios na fronteira. Ambos ficaram sem efeito pelos embaraços do governo e das câmaras da República.

“Em 1859 ajusta-se com as ditas Repúblicas o tratado de 2 de janeiro (negociadores os viscondes do Rio Branco e do Uruguai), complementar da convenção de paz de 1828: tem a mesma sorte dos anteriores! Aos de que ora nos ocupamos é igualmente recusada a última sanção. Violando por um modo tão frívolo solenes compromissos, deixando de fazer honra à firma de seus plenipotenciários, não se aventuram aqueles países aos azares de sérios comprometimentos com as potências estrangeiras? ...”

assaz modificadas. Se o conselheiro Paranhos, sem procurar a adesão ou as simpatias dos estados platinos a nossa causa, velejasse direto ao porto da capital do Paraguai, é nosso juízo que a sua missão falharia. Aquele foi o segredo de sua política, e essa política deu sazonados frutos.

Tentou-se fazer acreditar que a atitude bélica tomada então pelo gabinete imperial concorrera principalmente para facilitar o favorável êxito da convenção de 12 de fevereiro de 1858; meses, como bem disse o enviado brasileiro no magistral discurso proferido na sessão de 11 de julho de 1862, na Câmara dos Deputados, ‘quando uma negociação vem acompanhada de força, esta é um meio auxiliar que não dispensa trabalhos e esforços de inteligência para a solução amigável’; e nós acrescentaremos se por esses esforços alcança um desenlace pacífico, grande elogio cabe ao diplomata que por tal forma evita a seu país e a humanidade as calamidades da guerra.<sup>103</sup>

Na época a que nos referimos as relações do gabinete imperial com o governo argentino, ou antes, com o general Urquiza, que tinham esfriado em consequência de nossas desinteligências com o Estado Oriental por causa da aceitação dos tratados, às exigências de cujo Estado o referido general mais se inclinara, e atenta a posição neutral que o Brasil tomara em suas desavenças com a província de Buenos Aires, haviam melhorado, mandando o mesmo general a esta corte um agente confidencial, com o qual se travaram as aberturas para a celebração do tratado de comércio e navegação, que com efeito foi firmado pela missão brasileira, em 7 de março de 1856.

Aproveitando discretamente esse estado de benevolência entre os dois países, o conselheiro Paranhos, como preliminar da negociação com o Paraguai, julgou acertado concertar previamente com a Confederação Argentina algum ajuste sobre a navegação fluvial como complemento dos tratados de 1851 e 1856, e do acordo que sobre idêntico objeto havíamos ajustado com o governo oriental em 15 de setembro de 1857.

<sup>103</sup> O discurso a que aludimos [diz o senhor Pereira Pinto em uma nota à p. 121 do volume citado] foi publicado no *Apêndice dos Anais* da Câmara dos Deputados, p. 66. Nesse eloquente e esclarecido debate, o conselheiro Paranhos resumiu com suma habilidade a história de nossas pendências no rio da Prata, desde a ditadura de Rosas até a convenção de 1858 com o Paraguai. Ao leitor que tiver interesse de estudar nossas questões internacionais, aconselhamos a leitura daquela importante exposição.”

Particularmente sobre a missão de que nos ocupamos recomendamos também o discurso de 4 de agosto de 1858.

Nesse empenho foi o plenipotenciário brasileiro bem-sucedido, conseguindo que em 20 de novembro de 1857 se subscrevesse por ambas as partes uma convenção fluvial, pela qual os trechos dos afluentes do Prata de um e de outro Estado ficavam abertos às bandeiras de todas as nações, sob os princípios dos regulamentos mais liberais.

Esse resultado, isto é, o reconhecimento pelo lado dos ribeirinhos platinos daqueles princípios, desvencilhou o caminho para o Paraguai de muitos obstáculos e fora segura base para tratar com esta República.

Aportando à Assunção, exibiu o conselheiro Paranhos como molde do projetado tratado as mesmas estipulações que acordara com o governo argentino, apresentando essa proposta pela nota de 14 de janeiro. Duraram os debates da negociação desde 10 de janeiro até 13 de fevereiro, e tendo-se deles arredado a questão preliminar dos regulamentos da República, visto ter o governo paraguaio considerado como ponto de partida de um novo acordo a convenção fluvial ajustada com a Confederação Argentina, menos difícil tornou-se a ultimação do tratado.

A convenção de 12 de fevereiro resolveu satisfatoriamente todas as questões controvertidas, decretando as seguintes estipulações – senhor Pereira Pinto transcreve aqui as estipulações desse acordo:

... Increpou-se ao negociador da convenção de 1858 – continua o senhor Pereira Pinto – por não haver deslindado a questão de limites. Tal censura, porém, não resiste a mais ligeira análise: *primo* não era esse o objeto especial de sua missão,<sup>104</sup> *secundo* porque, tendo o tratado de 6 de abril de 1856 adiado essa questão para tempo ainda e então distante, não se podia exhibir razão fundada para semelhante reclamação, e finalmente porque, levantando-se em tal ocasião esse debate incandescente, se prejudicaria o fim primordial daquela missão, que não era outro senão desimpedir-se o caminho fluvial para Mato Grosso.

... Em remate diremos que a convenção de 12 de fevereiro, conseguindo a

---

<sup>104</sup> O visconde de Maranguape, ministro dos Negócios Estrangeiros, em sessão de 3 de agosto de 1857, disse terminantemente: “Eu declaro à câmara que não foi objeto da missão do honrado conselheiro Paranhos a questão de limites. Tudo quanto o nobre deputado disse acerca deste assunto poderá ter lugar quando a questão, que está adiada por tratado, for trazida ao conhecimento do corpo legislativo.”

revogação dos regulamentos paraguaios, a sua substituição por medidas que garantiam nossos direitos, completando e desenvolvendo o tratado de 6 de Abril de 1856 na parte relativa à navegação fluvial, por meio de cláusulas e estipulações permanentes, e *abrindo a mesma navegação ao comércio de todas as nações*, honra as páginas da nossa história diplomática.

Aos que quiserem estudar esses acontecimentos recomendaremos a leitura dos discursos pronunciados por Paranhos em 11 de julho de 1862 (citado pelo doutor Pereira Pinto) e 4 de agosto de 1858.

Referindo-se a este último discurso disse o então ministro dos Negócios Estrangeiros visconde de Maranguape:

Quanto aos negócios do Paraguai, o nobre deputado que ontem encetou o debate sobre o orçamento de estrangeiros deu já as precisas explicações; creio que satisfizeram a câmara. (*Apoiados.*) Se alguma glória tenho é a do acerto com que concorri para que esse digno ministro plenipotenciário fosse escolhido para semelhante missão... O senhor conselheiro Paranhos bem mereceu não só do governo como de todo o Brasil. (*Apoiados, muito bem.*)

Na discussão que então houve, Paranhos recebeu louvores mesmo de adversários. O deputado Brandão elogiou-o e foi vivamente apoiado. “Livrou-nos da necessidade de uma guerra”, disse F. Otaviano. O mesmo disseram, no Senado, dom Manoel (7 de junho) e outros.

Com efeito [disse Alvarenga Peixoto, na biografia citada] o que acabávamos de conseguir, sem o recurso sempre lamentável das armas, tinha alcance imenso. Não era só o livre-trânsito para Mato Grosso o que tínhamos obtido, concessão a que tanto resistira o governo paraguaio, concessão de magna importância para aquela nossa província, cuja vida exterior depende da livre circulação da sua artéria fluvial. O visconde do Rio Branco conseguira mais do que fora recomendado e se esperava: o rio Paraguai ficava aberto à livre-navegação de todas as bandeiras.

De volta à capital do Império, foi Paranhos recebido com vivas demonstrações de regozijo. No dia de sua chegada, tendo ido cumprimentar suas majestades imperiais, encontrou à noite, ao regressar, sua casa cercada de povo que, com bandas de música, o vinha saudar pelo feliz desenlace da questão paraguaia. Na Europa, o nosso

triunfo foi também comentado em palavras lisonjeiras ao negociador brasileiro, pois o acontecimento interessava não só ao Brasil, mas também ao comércio marítimo de todos os povos.<sup>105</sup>

Pelo assinalado serviço que então prestou ao Império, foi remunerado com o grau de dignitário da ordem imperial do Cruzeiro. Seus comprovincianos da Bahia, por meio de uma subscrição popular, ofertaram-lhe as insígnias daquela ordem, tendo no verso a inscrição “A José Maria da Silva Paranhos, a província *da Bahia*, 12 de fevereiro de 1858, *Assunção*.”

A felicitação que acompanhava essas insígnias tinha mais de 700 assinaturas, entre as quais figuravam as dos homens mais distintos da província, conservadores e liberais, como o barão de Cajaíba, Landulfo Medrado, Aragão Bulcão (Baltasar de A.), Araújo Góis, Pedro Moniz, Pinto Lima, Casimiro Madureira, Leão Veloso, barão de Pirajá, Ramiro, barão do Rio Vermelho, M. J. Bahia, Dantas, Ferreira Souto, Pereira Franco, Azevedo Monteiro, barão de São Francisco, Evaristo Ladislau e Silva, barão do Rio de Contas, Ferreira de Moura, Gasparino, Domingos Seixas, Cerqueira Pinto, Gustavo A. de Sá, Jerônimo Sodré Pereira Jr., Virgílio Damásio e outros.

A felicitação e as insígnias foram entregues a Paranhos em uma comissão composta dos deputados Sousa Dantas, Araújo Góis, Pedro Moniz e Pereira Franco, sendo orador o primeiro desses deputados.<sup>106</sup>

<sup>105</sup> Assim, de uma correspondência de Berlim, que encontramos casualmente no *Diário do Rio*, escrita em data de 6 de maio de 1858, transcrevemos o seguinte trecho: “A conduta do governo brasileiro, estabelecendo a liberdade da navegação para todas as bandeiras no Paraguai, tem merecido muitos louvores, e o plenipotenciário brasileiro senhor Paranhos tem sido geralmente elogiado em todos os jornais europeus.”

<sup>106</sup> A felicitação dos baianos começava assim: “Pelo modo brilhante por que se houve vossa excelência na importante missão que lhe foi confiada junto ao governo paraguaio, adquiriu vossa excelência direito à gratidão e ao reconhecimento de todos os brasileiros. Esta questão, que prendeu a atenção pública de todo o Império, que teve eco na Europa e que parecia quase impossível de concluir-se satisfatoriamente para o Brasil sem o apelo às armas, quis a Divina Providência que, mediante o tino, saber e solicitude de vossa excelência fosse decidida no dia 12 de fevereiro último, de modo honroso e digno para a nação, e sem que se derramasse uma só gota de sangue brasileiro...”

Ao discurso da comissão de que foi orador o conselheiro M. P. de Sousa Dantas, respondeu o visconde do Rio Branco nos seguintes termos:

“Senhores, o entusiasmo de um povo por tudo quanto interessa à honra e à glória nacional é a melhor pedra de toque da elevação do seu caráter e da sua energia social. A província da Bahia, de quem sois dignos órgãos e legítimos intérpretes, exhibe neste ato mais uma prova de que



Por decreto de 24 de julho de 1858, referendado pelo conselheiro Saraiva, foi Paranhos nomeado membro efetivo do Conselho Naval, criado por decreto de 22 do dito mês, e exerceu esse cargo, tendo por colegas, Zacarias de Góis e outros homens desse porte, até 17 de setembro de 1860, em que obteve a exoneração que solicitara.<sup>107</sup>

Por decreto de 18 de outubro desse mesmo ano de 1858, foi nomeado, juntamente com o visconde do Uruguai, ministro plenipotenciário para ajustar com os representantes da Confederação Argentina e da República Oriental, Luís José de la Peña e Andrés Lamas, o tratado definitivo de paz que substituisse o acordo preliminar de 27 de agosto de 1828.

Na mesma ocasião era Paranhos nomeado presidente da província do Rio de Janeiro, por carta imperial de 26 de outubro, referendada pelo marquês de Olinda. Esta sua administração no Rio de Janeiro foi de curta duração, pois dois meses depois, a 12 de dezembro, teve de deixá-la para fazer parte do gabinete Abaeté.

As conferências com os plenipotenciários argentino e oriental

---

são imutáveis e de que cada vez mais se acrisolam os sentimentos que os baianos atestaram com o seu precioso sangue nos campos da Independência. Esta demonstração, que recebo traspassado do mais vivo e grato reconhecimento, é infinitamente superior ao mérito daquele a quem é dirigida, e só igual ao pensamento nacional que a inspirou. Mas se a generosidade baiana me confunde ante a consciência do pouco que valho, a significação política do vosso procedimento me reanima e transporta de júbilo, porque fala tanto mais alto em favor da terra em que vi a luz do dia quanto é humilde a pessoa que teve a felicidade de prestar os serviços que assim apreciais e engrandeceis. Os sentimentos generosos e as prudentes considerações políticas que abundam e brilham em vossas expressões, assim como nas que há pouco ouvi de outros compatriotas, dizem eloquentemente que não atravessamos uma época de indiferença e egoísmo, e vão também atestar aos povos vizinhos que o brasileiro, a nenhum cedendo em zelo por sua honra e seus direitos, preza no mais subido grau a paz e amizade com os seus irmãos da América. A vossa demonstração é, pois, duplamente significativa. Recebo-a como um título do vosso ilustrado patriotismo, como um novo testemunho do extremoso amor que vos merece a terra em que nascemos. Guardá-la-ei como um depósito de honra, como um penhor de minha dedicação ao imperador e a nossa bela pátria.”

<sup>107</sup> O ministro da Marinha escreveu-lhe então a seguinte carta: “Rio, 20 de setembro de 1860. Excelentíssimo amigo e senhor conselheiro. Respondo ao prezado favor de vossa excelência, com a data de 14 do corrente, comunicando-lhe que sua majestade o imperador se dignou de conceder a demissão que vossa excelência pediu do lugar de membro efetivo do Conselho Naval. Certo dos motivos que teve vossa excelência para deixar o Conselho Naval, onde servia com zelo notável e superior ilustração, não posso deixar de manifestar-lhe todo o meu reconhecimento pela boa-vontade com que me auxiliou sempre que tive necessidade de recorrer as suas luzes e experiência. Tenho a honra de ser de vossa excelência amigo V.or Obg.do C.do. F. X. Paes Barreto.”

começaram em 6 de novembro e terminaram em 2 de janeiro de 1859, dia em que foi assinado o tratado definitivo de que anteriormente falamos. Esse ajuste, porém, teve a sorte de outros que temos celebrado com os nossos vizinhos. O general Urquiza impediu a ratificação porque o governo imperial, sendo Paranhos já então ministro dos Negócios Estrangeiros, não se prestara a auxiliá-lo na empresa de submeter a província de Buenos Aires, que desde 1852 se achava separada da Confederação. Também no Estado Oriental, apesar das asseverações do ministro Lamas, que declarava ser empenho de honra para o seu presidente a ratificação do tratado, foi este repellido pelo Senado como desvantajoso à República.

O gabinete Olinda-Sousa Franco, apoiado pelos liberais do Senado e da Câmara e por muitos conservadores, principalmente pelos que mais tarde se ligaram aos liberais, fora, entretanto, ardentemente combatido em 1858, na tribuna e na imprensa, pelos mais notáveis representantes do antigo partido conservador, pelos que então a imprensa liberal ironicamente denominava “cardeais, vermelhos ou puritanos”. Dessa oposição faziam parte Eusébio de Queirós, Mont’Alegre, Itaboraí, Muritiba, Cândido Borges (Itatúna), Uruguai, Sousa Ramos (Jaguarí), Silveira da Mota, Abaeté, Miranda, Manuel Felizardo e outros conservadores da Câmara Vitalícia.

Encerrado o Parlamento, o gabinete Olinda dissolveu-se, organizando-se o de 12 de dezembro de 1858, presidido pelo visconde de Abaeté. Deste novo gabinete fez parte Paranhos como ministro dos Negócios Estrangeiros e interino da Guerra, tendo por colegas, na pasta da Marinha, o visconde de Abaeté, presidente do Conselho; na do Império, Sérgio Teixeira de Macedo; na Justiça, Nabuco; na da Fazenda, Sales Torres-Homem. Em 12 de fevereiro de 1859, o general Manuel Felizardo assumiu o cargo de ministro da Guerra, e em 21 de março Nabuco deixou o ministério, sucedendo-lhe na repartição da Justiça o visconde de Muritiba.

Todos os novos ministros saíram das fileiras da oposição parlamentar, exceto o visconde do Rio Branco, que, assistindo apenas ao último mês da sessão de 1858, não se pronunciara sobre a política financeira do gabinete Olinda-Sousa Franco.

Com o ano de 1858, em que surgiu a oposição dos antigos conservadores e a ascensão do ministério Abaeté, ministério francamente conservador, terminou o período da conciliação, que fora de tréguas para os dois grandes partidos constitucionais. Os tão falados 14 anos de domínio conservador decompõem-se, para os que conhecem a nossa história política, em três períodos distintos: primeiro, de 29 de setembro de 1848 a 6 de setembro de 1853, cinco anos, em que governou o partido conservador; segundo, de 6 de setembro de 1853 a 12 de dezembro de 1858, cinco anos e três meses, em que dominou a política de conciliação, sendo ministros conservadores e liberais (gabinetes Paraná e Olinda); terceiro, 12 de dezembro de 1858 a 24 de maio de 1862, três anos e cinco meses, em que governaram os conservadores (gabinetes Abaeté, Ferraz e Caxias).

O gabinete Abaeté foi de curta duração e teve de sustentar no Parlamento uma luta renhida.

As discussões desse tempo [diz Alvarenga Peixoto] ressentiram-se da agitação que reinava nos espíritos. De um lado a questão bancária, do outro a circunstância de se apresentar, depois das tréguas da conciliação, um ministério que se apoiava francamente no partido conservador, irritaram o partido liberal e uma parte do comércio. Contra o visconde do Rio Branco, quer na Câmara dos Deputados, quer no Senado, quando aí foi discutir o orçamento de estrangeiros, dirigiram-se por vezes as setas ervadas de adversários intolerantes, mas ele houve-se sempre com a calma e a dignidade que a sua posição e o seu caráter lhe impunham. O enérgico e brilhante discurso que proferiu no Senado em 23 de Julho desse ano foi um digno protesto contra as injustiças de que se fez eco o senador dom Manoel Mascarenhas.<sup>108</sup>

<sup>108</sup> “Esse discurso” – diz Alvarenga Peixoto – “não se acha nos *Annaes*, mas pode ser lido em extrato do *Jornal do Commercio*, da época. O senador dom Manoel lançava em rosto ao visconde do Rio Branco o ter começado a sua vida política nas fileiras do partido liberal, sem lembrar-se de que ele mesmo começara a sua como conservador apaixonado, e passando-se para o partido liberal, depois que entrou para o Senado, tornara-se liberal tão exaltado quanto fora conservador intolerante. Dele dizia em 1845 na Câmara dos Deputados o distinto liberal Gabriel José Rodrigues dos Santos: ‘Peço que se estudem todos os acontecimentos irregulares, todas as cenas um pouco excessivas, todas as cenas tumultuosas que têm havido nesta casa desde 1845, e vejam-se quem tem sido o autor delas, *quem* tem tomado a si o descomunal encargo de perturbar a tranquilidade dos nossos trabalhos. Acresce ainda, senhor presidente, que eu tenho observado que esse nobre deputado tem feito por diversas vezes agressões tão virulentas, algumas vezes, tão repugnantes, aos seus colegas, que seria imprudência querer

Os desafetos do visconde do Rio Branco não podiam perdoar-lhe o fato de achar-se ele então nas fileiras do partido conservador. Em abono da verdade deve-se dizer que a mudança que se operou no visconde do Rio Branco não foi nas ideias, e sim aquela que a conciliação operou nos partidos. Lentamente achou-se entre os muitos homens políticos que tinham sacrificado os velhos ódios ao espírito de moderação que caracterizava então o estado da sociedade; e não podia ser outro o resultado desde que a política de conciliação, aproximando os partidos, pôs em estreito contato adversários que até 1849 se haviam batido com tamanho ardor.

O visconde do Rio Branco é, e tem sido sempre, o mesmo liberal de outras eras, embora milite nas fileiras do partido que se intitula conservador. É liberal como são liberais todos os verdadeiros conservadores do Brasil, todos os que aceitam a nossa constituição política. Dele pode-se dizer o que um historiador escreveu de Robert Peel: ‘e o mais conservador entre os liberais, o mais liberal *entre os conservadores*, e em um e outro campo o mais *hábil de todos eles*.’

A discussão do projeto bancário (no espírito do ato de *sir* Robert Peel), apresentado pelo ministro da Fazenda, o conselheiro Sales Torres Homem, argumentou as fileiras da oposição e depois de algumas sessões tempestuosas, verificando o ministério que tinha apenas uma fraca maioria de 10 votos, retirou-se em 10 de agosto, sucedendo-lhe o gabinete presidido pelo conselheiro Ferraz, depois barão de Uruguaiana...<sup>109</sup>

Foi no ministério de 12 de dezembro que o visconde do Rio Branco reorganizou a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros. Essa reforma sofreu posteriormente algumas alterações.

O gabinete de 10 de agosto de 1859, presidido por Ferraz (depois, barão de Uruguaiana), permaneceu no poder até 2 de março de 1861.

---

colocar em frente de um deputado que não está acostumado a discutir com a calma e a serenidade que cumpre haver nos nossos debates (*Apoiados*).”

<sup>109</sup> O autor do folheto *Os nossos homens* diz que Rio Branco foi, em 1858, na Câmara, do partido da liberdade do crédito.

Rio Branco chegou do Paraguai nos últimos dias da sessão de 1858 e não teve ocasião de manifestar-se sobre esse assunto. Se o tivesse podido fazer, teria combatido as ideias do ministro da Fazenda Sousa Franco, inteiramente oposta às do gabinete Abaeté-Sales de que fizera parte. Veja-se o que a esse respeito declarou Rio Branco na Câmara dos Deputados, em sessão de 20 de junho de 1859.

Durante a sessão de 1860, Paranhos foi para o ministério, que entre nós se chama um *amigo livre*, isto é, censurou alguns de seus atos, aplaudiu outros, e sobre todos os assuntos regulou-se pelas suas próprias inspirações, sem embaraçar-se com o modo de ver dos ministros. Dos discursos que então proferiu, os mais notáveis foram os de 1º de junho, sobre a nossa política exterior; de 9 do mesmo mês, na discussão da fixação de forças de terra; de 11, em resposta ao ministro da Guerra; de 27, na discussão da força naval; de 3 e de 25 de julho (reforma eleitoral e orçamento de Estrangeiros); e de 23, de 29 e de 30 de agosto.

Em janeiro de 1861, procedeu-se à eleição em todo o Império, e a oposição liberal conseguiu a vitória em muitos distritos. No do município neutro, por onde era candidato Paranhos, foram eleitos Teófilo Otoni, Saldanha Marinho e F. Otaviano, todos liberais. Várias causas deram em resultado a derrota dos candidatos conservadores. As recentes medidas do governo, entre as quais citaremos apenas o regulamento do selo, as demissões em massa de operários e de empregados subalternos, irritaram o comércio e as classes inferiores. Paranhos era tido por candidato do governo, embora a sua atitude na sessão de 1860 houvesse desgostado o presidente do Conselho, Ferraz, datando daí o estremecimento das relações desses dois homens de Estado. Os liberais aproveitaram habilmente todas as armas que lhe forneceram os erros do gabinete, e o resultado foi serem suplantados os candidatos conservadores.

Meses depois, Paranhos foi enviado à Câmara pela província de Sergipe, onde vagou um lugar de deputado.

Por decreto de 20 de fevereiro de 1861, referendado por Sinimbu, foi Paranhos nomeado consultor do Ministério dos Negócios Estrangeiros, lugar criado pelo decreto de 19 de fevereiro de 1859, e extinto em 1867 ou 1868.

Com algumas interrupções, exerceu esse cargo, até que pediu e obteve demissão em 19 de abril de 1865.

Seus pareceres como consultor do Ministério dos Negócios Estrangeiros, como membro do Conselho Naval e como conselheiro de Estado, pareceres de que guardou minutas que fazem parte do precioso arquivo que deixou, forneceria matéria para muitos e instrutivos volumes.

O ministério Ferraz deixou o poder sem esperar a abertura das Câmaras. O resultado da eleição anunciava-lhe uma maioria fraca e pouco dedicada. As divisões que lavravam no seio do gabinete apressaram a sua retirada.

Sucedeu-lhe o ministério do duque de Caxias, de 2 de março de 1861. Dele fizeram parte, além do presidente do Conselho e ministro da Guerra, os seguintes estadistas: Paranhos, ministro da Fazenda e interino de Estrangeiros; Saião Lobato, ministro da Justiça e interino do Império; almirante J. J. Inácio, da Marinha e interino da Agricultura. Em 21 de abril, completou-se o gabinete, assumindo Saraiva a pasta do Império, Sá de Albuquerque a dos Negócios Estrangeiros, e o general Manuel Felizardo a da Agricultura.

Mais tarde, em julho do mesmo ano, houve recomposição ministerial. Retiraram-se Saraiva e Sá de Albuquerque, sendo substituídos por Sousa Ramos (barão das Três Barras, visconde de Jaguarí) e Taques, nas pastas do Império e Estrangeiros.

O autor do folheto *Os nossos homens* (Quintino Bocaiúva), referindo-se à primeira nomeação do visconde do Rio Branco para ministro da Fazenda, disse o seguinte:

O senhor Paranhos nunca havia ocupado essa pasta, nem mesmo tinha no Parlamento interessado o seu talento nas renhidas discussões sobre a especialidade financeira.<sup>110</sup>

Pouco importava isso. O talento do senhor Paranhos é um talento real. Seu amor ao estudo, sua rara aplicação ao trabalho triunfam das maiores dificuldades. A sua vontade enérgica, desenvolvida ou instigada pela sua grande ambição, conseguido de há muito tramitar brilhantemente as suas faculdades, e com algumas horas de estudo o senhor Paranhos habilita-se para tratar de qualquer questão...

De feito, era no Parlamento o líder do ministério de 2 de março.

Fácil em improvisar [diz o mesmo folheto], hábil no manejo dos recursos

<sup>110</sup> Entretanto, já em 12 de novembro de 1852, o marquês de Paraná, que conhecia de perto o visconde do Rio Branco, escrevia o seguinte: "... Sendo de ordinário em pequeno número os deputados que se acham habilitados com os conhecimentos da administração da Marinha, Guerra e Finanças, o doutor Paranhos distingue-se em todos esses ramos..."

parlamentares, imperturbável em meio dos conflitos e traquejado em todos os assuntos de administração, sua resposta é sempre pronta e bem-dirigida. Ao espectador que chegava a galeria da câmara, a primeira figura que naturalmente atraía a sua atenção era a do senhor Paranhos. Seu porte é notável; sua fisionomia, simpática; sua presença, distinta; seus modos, corteses e moderados. Sua fronte larga e expressiva, calva e bem contornada derrama sobre sua fisionomia uma irradiação serena. Seus olhos gázeos e pequenos despedem raios frouxos, mas frequentes. Seu sorriso estudadamente jovial tem uma expressão constante de ironia que chega às vezes a tornar-se impertinente. Cuidadoso em harmonizar seus gestos com a índole de excessiva e calculada moderação que afeta, guarda sempre as aparências da dignidade. E nem lhe falta certo ar de nobreza que bem condiz com o todo de sua figura... Tenaz no estudo e infatigável no trabalho, quando é ministro é só ministro. Não se distrai um momento das suas funções, e daí vem que nenhum dos chefes o dispensa, porque lhes alivia o peso dos cuidados. Pensa e pratica por todos eles; é na câmara o intérprete e o sustentador acérrimo das medidas dos seus colegas. Habitua ao papel de mentor, assumiu finalmente certa superioridade sobre eles e conseguiu fazer-se estimado pelo seu préstimo. Tem o talento de afagar a vaidade de todos eles, tornando-se duplamente estimável pela modéstia com que simula acreditar-se o último entre os seus.<sup>111</sup>

Em pouco mais de um ano, que tão curta foi a duração do gabinete Caxias, Paranhos deixou como ministro da Fazenda irrecusáveis

<sup>111</sup> No livro de Alvarenga Peixoto *O visconde do Rio Branco* está reproduzido pouco fielmente, à p. 17, um trecho de José Feliciano de Castilho. Não conhecendo o trabalho original do eminente literato e publicista, guiou-se Alvarenga Peixoto por uma versão francesa, e como sempre sucedem nas retraduições, as palavras do original não puderam ser reproduzidas com inteira exatidão.

Eis o trecho primitivo e autêntico:

“Paranhos é um dos homens de cabeça e coração, de ação e de palavra, que mais honram a sua pátria. Sempre que esta o chamou a servi-la, esse homem se distinguiu nas vanguardas dos mais ilustres.

Aplica-se ao ensino da mocidade, no alto magistério? Torna-se modelo de professores.

Toma a pena da imprensa periódica? Seus escritos agradam, convencem e vencem.

Sobe à tribuna parlamentar? Aí se lhe admiram a urbanidade, a elegância, o vigor, a cerrada lógica, o aticismo, a ciência, a facilidade, os grandes dotes do extremado orador.

Entrega-lhe a direção da fazenda pública? Aparece inopinadamente consumado financeiro quem até aí não havia ainda revelado essa face do seu talento e dos seus variadíssimos estudos.

Confiam-lhe as relações internacionais, seja na direção suprema, seja em missões especiais?

Não conhece este Império quem mais felizmente conclua as negociações com um tato, um tino diplomático, inveja dos excepcionalmente encanecidos nesse serviço.”

testemunhos de estudo, zelo e atividade. Pela inteligência razoável que deu à lei de 22 de agosto de 1860, conseguiu acalmar a exacerbação do comércio, que começara com a publicação das medidas e dos regulamentos fiscais do ministro Ferraz, seu antecessor. Na Câmara dos Deputados, foi o líder do governo e, no Senado, teve de empenhar-se também em discussões, principalmente com o visconde de Itaboraí e com Ferraz, que combatiam o modo como ele interpretava a referida lei.

No ano de 1862, ficou definitivamente constituída a *Liga Constitucional*, pela união dos liberais com os conservadores dissidentes. O chefe dos primeiros, na Câmara temporária, era Teófilo Otoni, e dos segundos Zacarias de Góis.

Em 21 de maio de 1862, ausentes vários deputados da maioria, a oposição provocou uma votação de confiança, e o gabinete Caxias achou-se em minoria. O imperador recusou a dissolução que lhe foi pedida, e o ministério retirou-se, organizando-se o de 24 de maio, presidido por Zacarias de Góis. Apresentou-se este à Câmara, e, como era de esperar, foi derrotado no dia 28 de maio. O imperador ainda desta vez negou a dissolução requerida e encarregou o marquês de Olinda de formar novo gabinete.

Do ministério de 30 de maio fizeram parte, primitivamente, os marqueses de Olinda e de Abrantes, os viscondes de Albuquerque e de Maranguape, chefe-de-esquadra De Lamare e o general Polidoro Jordão.

Era um ministério que parecia incolor e por isso teve o apoio da maioria conservadora e da minoria liberal-progressista durante a sessão de 1862.

No intervalo da sessão, porém, o marquês de Olinda, pelas nomeações de presidentes de províncias e outros atos, mostrou que a sua missão era preparar o terreno para a vitória definitiva da antiga oposição. Em 3 de maio, o imperador abriu as Câmaras, e, sem que a dos Deputados se pronunciasse, foi nove dias depois dissolvida.

A partir dessa data, o gabinete manifestou-se francamente progressista, como então se chamava a liga dos liberais e conservadores dissidentes. Olinda, Zacarias, Nabuco Saraiva, Pais Barreto, todos de origem conservadora, passaram a serem os principais diretores da nova situação política.



Os principais discursos de Paranhos em 1862, na Câmara dos Deputados (sem falar nos do mês de maio, quando ministro, e depois em oposição ao Ministério de quatro dias), foram proferidos em sessões de 28 de junho, 5, 11 e 30 de julho. O de 11 de julho, sobretudo, deve ser lido por quantos quizerem estudar a política exterior do Império. É uma exposição completa e clara da nossa história diplomática em relação às Repúblicas do Prata e do Paraguai desde 1850 até aquela data.

O ministro dos Negócios Estrangeiros, marquês de Abrantes, fez publicar em folheto o notável discurso e, em uma circular dirigida aos agentes diplomáticos e consulares do Império, recomendou-lhes a sua atenta leitura.

No dia 1º de novembro de 1861,<sup>112</sup> falecera o senador Miranda, deixando vago na câmara vitalícia o lugar de representante pela província de Mato Grosso.

Paranhos, que então era ministro da Fazenda, apresentou-se candidato, depois de obter para isso a necessária autorização do imperador.

Eis a sua circular:

Sou candidato a um lugar na lista tríplice que a província de Mato Grosso tem de apresentar ao imperador para preenchimento da vaga que a morte prematura do desembargador João Antonio Miranda deixou no Senado.

Os títulos que me animam a solicitar tão honrosa eleição são os poucos serviços que tenho tido a fortuna de prestar ao nosso país e em particular à província de Mato Grosso, por cuja prosperidade não é de hoje que me interesso.

Não preciso enumerar esses serviços a quem os conhece e já os terá atentamente apreciado, mas permita vossa senhoria que eu invoque, como justificação do passo que dou, eu que creio não ser dos homens mais imodestos, a missão diplomática de que fui encarregado em 1858.

O governo imperial estava preparado para defender pelas armas os nossos

---

<sup>112</sup> Dezenove anos depois, no mesmo dia 1º de novembro, faleceu o seu sucessor, visconde do Rio Branco.

direitos e a nossa dignidade, mas preferia e desejava ardentemente que, sem a menor quebra desses sagrados objetos, se evitassem o recurso extremo nas graves questões então pendentes com os nossos vizinhos da República do Paraguai. Deus e a honrosa confiança do governo imperial deram-me forças para alcançar aquele duplo fim, conseguindo não só o reconhecimento do direito do Brasil à navegação do Paraguai, porém ainda mais, novas e importantes concessões.

A navegação do Paraguai ficou aberta para todas as bandeiras pelo tratado de 12 de fevereiro de 1858, com as franquezas admitidas no mundo civilizado. A navegação do rio Paraguai e, a meu ver, a fonte perene do bem-estar e engrandecimento da província de Mato Grosso.

*Dizer a vossa senhoria que não procuro a honra de um assento no senado como termo de minhas fadigas na vida pública, e sim como um dever e um grande meio de bem servir ao país, e talvez disser o que todos os candidatos têm prometido. Espero, porém, que não desmentirei esta promessa que contraio face de toda a província de Mato Grosso, com o sincero desejo de ser-lhe útil.*

Minha posição atual de ministro da coroa não é de certa circunstância que deva alienar-me as simpatias que como simples cidadão eu pudesse encontrar entre o corpo eleitoral dessa província; mas também, releva declará-lo, de modo mais positivo, não é razão para que alguém sinta o menor constrangimento no consciencioso e pleno exercício de um dos mais altos direitos do cidadão brasileiro. Apreciarei devidamente os sufrágios que me forem dados com inteira espontaneidade, assim como saberei respeitar as recusas, quaisquer que sejam, e de onde quer que partam. É do programa do gabinete a que tenho a honra de pertencer o mais sincero escrúpulo na observância desses princípios constitucionais, dos quais absolutamente depende a virtude e beleza da nossa forma de governo.

Queira, portanto, vossa senhoria acolher com benignidade a apresentação da minha candidatura, e confio em que a julgará conforme os ditames de sua justiça e patriotismo.

Protesto a vossa senhoria meu constante reconhecimento, e desde já me assino. De vossa senhoria. Atento venerador e servo, obrigado, J. M. da Silva Paranhos. Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1861.

Ao efetuar-se a eleição, Paranhos já não era ministro. Do novo gabinete Olinda fazia parte o chefe-de-esquadra De Lamare, deputado por Mato Grosso e candidato também à senatoria.<sup>113</sup>

O resultado da eleição foi este, votando 112 eleitores:

1º - <i>Paranhos</i> (visconde do Rio Branco)...	111	votos.
2º - <i>Pedreira</i> (visconde de Bom Retiro)...	97	“
3º - <i>Teófilo Otoni</i> .....	87	“
<i>Bispo de Cuiabá</i> .....	21	“
<i>Outros candidatos</i> .....	20	“

Por Carta Imperial de 26 de novembro de 1862, o imperador escolheu para senador o mais votado da lista tríplice.

Em 5 de maio de 1863, Paranhos prestou juramento e tomou assento no Senado. Contava então 44 anos de idade.

Em 12 de maio de 1863, interrompeu-se a sessão legislativa pela dissolução da Câmara dos Deputados.

A primeira sessão da nova legislatura começou no dia 1º de janeiro de 1864, sucedendo em 15 do mesmo mês ao gabinete Olinda, o presidido por Zacarias de Góis, e a este o de 31 de agosto, dirigido por Furtado.

Membro da oposição conservadora no Senado, Paranhos foi o mais assíduo orador na tribuna dessa Câmara.<sup>114</sup> “A paixão partidária” – diz

<sup>113</sup> O autor do folheto *Os nossos homens* diz que o gabinete Caxias nomeou para Mato Grosso um presidente novo incumbido de trabalhar pela candidatura do ministro da Fazenda. É uma das muitas inexactidões do folheto. O senador Herculano Ferreira Pena estava nomeado desde o mês de outubro, isto é, muitos dias antes do falecimento inesperado e repentino do senador Miranda. Era, além disso, amigo particular e muito íntimo de um dos candidatos o conselheiro Pedreira.

Também é inexato que a interpretação dada por Paranhos à lei de 22 de agosto tivesse por fim agradar ao comércio para obter que casas importantes desta praça o recomendassem às influências eleitorais de Mato Grosso. A discussão relativa a essa interpretação deu-se na sessão de 1862, e o desembargador Miranda, que gozava de perfeita saúde e era um dos senadores mais moços, só faleceu dois meses depois de encerrado o Parlamento.

<sup>114</sup> Os principais discursos que proferiu no ano de 1864 foram em número de 42. Os outros oradores da oposição conservadora foram: Ferreira Pena, 26 discursos; Muritiba, 21; Pimenta

Alvarenga Peixoto – “é como o ar dos *esteros* paraguaios, envenena as mais robustas organizações, cresta a mais viçosa vegetação. Paranhos nunca se deixou dominar dessa paixão e nunca foi desses oposicionistas que, incapazes de discutir com calma as grandes questões, recorrem aos ataques pessoais e às invectivas. Sempre cortês na tribuna, seus discursos e conselhos eram ouvidos com atenção pelo próprio governo.”

Na oposição, como no governo, mostrou-se sempre um estadista da melhor escola inglesa, cumprindo com zelo e inteligência os seus deveres de representante da nação ou de ministro. Não imitou nunca a generalidade dos nossos homens, políticos, que têm uma linguagem na oposição e outra no poder, ou que, para suscitar embaraços aos seus adversários no governo, censuram com aquilo que praticaram antes e que praticarão no dia seguinte, trocadas as posições. Acima dos interesses do seu partido, colocou sempre Paranhos o interesse público e a causa da pátria.

No ano de 1863, surgiram graves complicações no rio da Prata.

Em 19 de abril desse ano, o general Venâncio Flores, que desde 1856 vivia na república Argentina, onde obtivera uma comissão militar, desembarcou na Banda Oriental, à frente de alguns emigrados do partido *colorado*, e, em poucos dias, tinha levantado um exército. Começou então a guerra civil, e o presidente Berro, cujos poderes deviam expirar no dia 1º de março do ano seguinte, reuniu os elementos de que podia dispor para sufocar a revolução. A esse presidente sucedeu Aguirre, também um dos chefes mais exaltados do partido *blanco*, e a guerra civil continuou, com vária fortuna para os dois partidos em campo.

Em Buenos Aires, as simpatias do governo e do povo eram pelos *colorados*. Flores recebia dessa cidade auxílios de armas, dinheiro e voluntários. A linguagem da imprensa era hostil ao governo *blanco* e ao novo ditador do Paraguai, Solano López. Este – que em segredo se aparelhava para uma guerra contra a República Argentina, guerra em que pretendia alargar os limites do Paraguai –, conquistando as províncias de Corrientes e Entre Rios, ligara-se estreitamente *com os blancos* na

---

Bueno (São Vicente), 16; Itaborai, 15; São Lourenço, 12; Manoel Felizardo, 7; Sousa Ramos (Jaguari), 7; Cândido Borges (Itaúna), 7; Jobim, 5; Uruguai, 1; Pirapama, 1; Caxias, 1; Fonseca, 1; Mendes dos Santos, 1. Não incluímos nesta relação um dos oradores mais ativos, o senador Silveira da Mota, porque no ano seguinte começou a separar-se do partido conservador, tendo desde então até hoje feito oposição a todos os governos liberais e conservadores.

Banda Oriental, e celebrara com o governo de Montevideu um convênio secreto para a tomada da ilha de Martín García, chave da navegação do Uruguai e do Paraná, e, portanto, da do Paraguai. O grande plano de Solano López não era, como alguns pensam, fazer a guerra ao Brasil, mas, tanto quanto fosse possível, caminhar de acordo conosco e fundar um novo Império, estendendo o seu domínio despótico até a bacia do Prata. Instado pelo presidente Berro para tomar parte mais ativa em seu favor, pouco depois da invasão de Flores respondia Solano López: “Já tenho feito muito, e o Brasil, que é mais interessado, guarda silêncio”.<sup>115</sup>

As reclamações da legação imperial em Montevideu contra os atentados de que eram vítimas súditos brasileiros no Estado Oriental não obtinham resultado algum satisfatório. Os assassinatos, os roubos e as tropelias de todo gênero tomaram maior vulto desde que muitos desses brasileiros, cansados de esperar a repressão e o castigo de tantos crimes, se alistaram nas fileiras do general Flores. As queixas dos nossos compatriotas estabelecidos na Banda Oriental encontram eco simpático na província fronteira do Rio Grande do Sul.

Em sessão de 5 de abril de 1864, foi o gabinete de 15 de janeiro, presidido por Zacarias de Góis, interpelado pelos deputados Evaristo da Veiga e F. Néri – o primeiro conservador, e o segundo liberal – sobre os lamentáveis acontecimentos da vizinha República. Vários oradores e muitos jornais da capital e das províncias pediram que se pusesse cobro a tais excessos. Entre as acusações que então era moda fazer às administrações conservadoras, figurava a de fraqueza e de pusilanimidade em relação aos nossos vizinhos. Era necessário (dizia-se) que a nossa política exterior fosse mais enérgica e digna; precisávamos ser respeitados e temidos.

Em meio da excitação produzida pelas notícias desagradáveis do Estado Oriental, chegou ao Rio de Janeiro o general Neto, reclamando do governo, em nome dos nossos compatriotas residentes naquela República, providências prontas e enérgicas. Exagerou-se a influência e a importância do antigo general da rebelião rio-grandense. Os elogios que Garibaldi lhe fizera nas *Memórias* publicadas por Alexandre Dumas eram reproduzidos na imprensa fluminense. Neto assegurava que, se o governo não intervisse por si só, levantaria 40 mil rio-grandenses

<sup>115</sup> Veja-se discurso de Paranhos no Senado, 6 de setembro de 1870.

para invadir a Banda Oriental.<sup>116</sup> Recebeu da população fluminense demonstrações de simpatia, banquetes e ovações. Chamavam-no então certos jornais o “Garibaldi brasileiro”.

A opinião pública, ao menos no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, pedia a intervenção, e o governo oriental, por seu lado, cada vez agravava mais a situação.

O gabinete Zacarias resolveu então dirigir um último apelo amigável ao governo oriental, confiando essa missão ao conselheiro Saraiva, que partiu em 27 de abril, levando como secretário o deputado Tavares Bastos. Ao mesmo tempo, aumentou-se a nossa força naval no rio da Prata, sendo nomeado para comandá-la o vice-almirante Tamandaré, e ordenou-se que um exército de observação se reunisse na fronteira, às ordens do general J. Propício Mena Barreto, depois barão de São Gabriel.

O ministro Saraiva, segundo as instruções que levava, deveria, se as nossas justas reclamações fossem desatendidas, apresentar o seu *ultimato*, e mandar proceder as represálias.

Recebido em 12 de maio pelo presidente Aguirre, iniciou as negociações. A nota de 18 desse mês, da missão especial do Brasil, o governo oriental, em termos desabridos, respondeu, no dia 26, que estava disposto a atender às solicitações do nosso enviado. Este replicou em nota de 4 de junho.

Era chegado o caso da apresentação do *ultimato*, mas o enviado brasileiro julgou preferível aguardar novas instruções do governo imperial, ao qual expôs todo o ocorrido, compreendendo ao mesmo tempo que, para o bom êxito da sua missão e para satisfazer as vistas pacíficas e imparciais do seu governo, convinha promover a pacificação interna da República. Com esse mesmo pensamento, chegaram a Montevideu, no dia 6 de junho, Elizalde e Thornton; o primeiro, ministro das Relações Exteriores da República Argentina; e o segundo, ministro da Grã-Bretanha em Buenos Aires. Conferenciaram logo com Saraiva, que não hesitou em aceitar os bons ofícios oferecidos, declarando-se também disposto a auxiliar essa tentativa de paz.

Os esforços dos três ministros não foram bem-sucedidos. Em notas de 17 de junho de 1864, o governo paraguaio ofereceu ao Brasil

---

<sup>116</sup> Quando romperam as hostilidades, apenas pôde reunir 500 homens. Para aumentar a sua divisão, foram-lhe fornecidos soldados de linha e guardas nacionais destacados.

sua mediação. O governo imperial, agradecendo esse oferecimento, declarou que esperava obter solução amigável das questões pendentes, não tendo por isso objeto, naquele momento, a intervenção do governo paraguaio, sempre apreciada pelo governo de sua majestade (Notas de Saraiva, 24 de junho, e do ministro dos Negócios Estrangeiros Dias Vieira, 7 de julho).

Em despacho de 21 de julho, o governo imperial ordenou ao ministro Saraiva que apresentasse o seu *ultimato*, intimando um prazo dentro do qual desse o governo oriental as satisfações exigidas, sob pena de passarmos a fazer por nossas próprias mãos a justiça que nos era negada. Essa ordem foi cumprida em 4 de agosto, marcando-se o prazo de seis dias.

A 9, o governo oriental devolvia o nosso *ultimato*, declarando que semelhante documento não podia permanecer nos arquivos da República.

No dia seguinte, o ministro Saraiva respondia à nota a que nos referimos, expedia uma circular ao corpo diplomático e declarava ao almirante Tamandaré que podia começar as represálias, enviando igual comunicação ao general Propício Mena Barreto.

Só no dia 1º de dezembro pôde o pequeno exército deste general invadir a Banda Oriental.<sup>117</sup>

O célebre doutor Carreras havia sido enviado a Assunção pelo governo de Montevideu e explorou habilmente a vaidade do ditador Solano López, convencendo-o de que a recusa da sua mediação era uma ofensa e que o Paraguai dispunha de elementos militares suficientes para reagir contra o desdenhoso proceder do Império. Carreras não duvidava até inventar que os governos do Brasil e da República Argentina estavam secretamente aliados para a conquista e a partilha da Banda Oriental e do Paraguai. A imprensa de Buenos Aires nessa época não

---

<sup>117</sup> Em 1851, as coisas passaram de outro modo. Em 28 de abril desse ano, foram expedidas ordens ao presidente do Rio Grande do Sul para a concentração de tropas na fronteira, e, em 4 de setembro, Caxias invadia a Banda Oriental à frente de um magnífico exército de 16 mil homens. Em abril de 1864, foram expedidas ordens idênticas, e quando, em agosto, o enviado brasileiro Saraiva supunha que tivéssemos um exército pronto para a invasão, quase nada se havia feito. Só no dia 1º de dezembro invadimos a Banda Oriental, e não com 16 mil homens, como em 1851, mas com 5.711, dos quais apenas 1.695 de infantaria e 195 de artilharia.

poupava injúrias e remoques a Solano López, a par de animações ao Brasil. Essa linguagem mais persuadiu ao mal-avisado ditador de que as declarações de Carreras tinham fundamento. Enganado e excitado por esse energúmeno, Solano López ordenou ao seu ministro dos Negócios Estrangeiros que protestasse contra as represálias anunciadas pelo Brasil e que declarasse que o governo paraguaio considerava qualquer ocupação do território oriental por forças imperiais como atentatória do equilíbrio dos estados do Prata, equilíbrio que era do interesse do Paraguai defender.

Essa nota-protesto tem a data de 30 de agosto. O ministro do Brasil em Assunção, Viana de Lima (barão de Jauru) respondeu dignamente à ameaça paraguaia, e Berges reiterou o seu protesto em notas de 3 e 14 de setembro.

Apenas obtido esse resultado, tornou Carreras para Montevidéu, e aí foi, como ministro, a alma da resistência e o principal inspirador do governo de Aguirre. Mais tarde, refugiou-se no Paraguai.

Seu fim trágico é conhecido. O sombrio ditador tirou dele tremenda vingança, fazendo-o fuzilar em 1868, depois de martirizá-lo por muitos meses.

Entretanto, as represálias começaram. Em fins de agosto, a esquadra brasileira impediu que saísse do porto de Montevidéu o vapor de guerra *general Artigas*. O governo oriental enviou então passaportes à legação brasileira (30 de agosto), intimando-a para que se retirasse dentro de 24 horas, e cassou o *exequatur* aos cônsules brasileiros. Em 7 de setembro, a esquadra perseguiu outro vapor oriental de guerra, o *Villa del Salto*, e este, para escapar, foi encalhar perto de Paissandu, sendo incendiado pela sua guarnição.

A 12 de outubro, uma brigada brasileira penetrou no Estado Oriental, pôs em fuga a guarnição de Vila de Melo (Cerro Largo) e regressou ao acampamento de Piraí Grande, onde se reunia e se organizava o nosso exército. A 20 de outubro, o almirante Tamandaré celebrou com o general Flores o acordo secreto de Santa Lúcia, comprometendo-se a entregar-lhe as praças de Paissandu e Salto e a auxiliar suas operações de guerra, em troca da segurança oferecida por aquele general de que a revolução, quando fosse governo, atenderia as reclamações formuladas



no *ultimato* Saraiva. Em 25 de outubro, o mesmo almirante declarou bloqueados os pontos de Salto e Paissandu, e Flores, de inteligência com o chefe brasileiro, foi sitiar o primeiro desses pontos.

Nestas circunstâncias, foi Paranhos, em novembro, convidado pelos conselheiros Furtado e Dias Vieira, presidente do Conselho e ministro dos Negócios Estrangeiros, para ir em Missão Especial ao rio da Prata.

Depois de ouvir a exposição do governo e de examinar a correspondência reservada, Paranhos redigiu dois memorandos, um para o ministro dos Negócios Estrangeiros, outro para o da Guerra (16 de novembro). No primeiro desses documentos, ficou traçado o plano das negociações e o governo o aceitou sem modificação. As instruções dadas a Paranhos (23 de novembro) foram o transunto do plano por ele apresentado. Sua nomeação foi lavrada em 18 de novembro. Partindo para Buenos Aires, onde chegou a 2 de dezembro, Paranhos podia, como ele mesmo disse depois no Senado, repetir ao imperador as célebres palavras de Villars a Luis XIV: “Senhor, vou combater os inimigos de vossa majestade, e deixo-vos cercado dos meus.”

Mas, depois de ouvir alguns dos seus amigos políticos e de aceitar a difícil missão, partiu. O seu patriotismo, invocado pelo governo, não lhe permitia outra resolução.

Ao chegar a Buenos Aires era esta a situação: o Paraguai acabava de romper conosco e preparava-se para invadir Mato Grosso; em Paissandu, trocávamos com as tropas do governo de Montevidéu, unidas ao chefe da revolução, general Flores, os primeiros tiros; o corpo diplomático em Montevidéu mostrava-se prevenido contra nós, porque o nosso procedimento, aparentemente ao menos, estava em contradição com as nossas declarações oficiais; em Buenos Aires, o governo argentino mantinha-se neutral, tanto no que dizia respeito à luta no Estado Oriental quanto em relação ao nosso rompimento com o Paraguai.

Paranhos procurou desde logo obter a aliança da República Argentina contra o Paraguai, mas o presidente Mitre declarou terminantemente que só consideraria *casus belli* a violação do território da República pelas tropas do ditador.

Os argentinos, ou melhor, o governo do general Mitre, a imprensa,

os homens políticos e o povo de Buenos Aires viam com imenso prazer a perspectiva de uma luta prolongada e destruidora entre o Império e o Paraguai, mas desejavam que, sem sacrifício algum para a República Argentina, pudesse esta, conservando-se neutra, recolher todos os proveitos da nossa vitória. A guerra esgotaria os recursos militares e o erário do Brasil e traria o aniquilamento do Paraguai, levando ao mesmo tempo vida, riqueza e prosperidade às margens do Prata e do Paraná. O poder militar de Solano López, que era uma ameaça e um perigo para os argentinos, ia ser destruído pelo Brasil, sem que os nossos vizinhos tivessem de despende um real ou sacrificar um soldado. Tais eram os desejos do governo de Buenos Aires, e essa política egoística, mas hábil<sup>118</sup> só foi abandonada quando, em 14 de abril do ano seguinte, Solano López a tornou impossível, ocupando militarmente a província de Corrientes e apoderando-se de dois vapores de guerra argentinos.

No Estado Oriental, as nossas represálias haviam tomado o caráter de verdadeira guerra. A cidade do Salto, bloqueada por dois navios brasileiros, às ordens do comandante J. J. Pinto e sitiada pelo exército de Flores, teve de capitular a 28 de novembro. No dia 3 de dezembro, o almirante Tamandaré, de combinação com o mesmo Flores, abriu as operações contra Paissandu, a segunda cidade da República. Sem esperar o exército imperial, o almirante deu começo ao bombardeamento e ao ataque de Paissandu, desembarcando para esse fim alguns canhões da esquadra e pouco mais de 400 homens, que se uniram ao exército do chefe da revolução oriental (4 de dezembro). As forças sitiadas eram insuficientes para o assalto e forçoso foi aguardar a incorporação do general Propício Mena Barreto. Nesse ínterim, anunciou-se a aproximação de uma coluna de 3 mil homens ao mundo de Juan Saa, e o sítio teve de ser levantado por alguns dias. Finalmente chegou o pequeno exército brasileiro, e Mena Barreto, unido a Flores e apoiado pelos fogos da esquadra, iniciou o ataque no dia 31 de dezembro. A 2

---

<sup>118</sup> Sobre os planos de incorporação do Paraguai, planos que Mitre e Elizalde alimentavam, veja-se o que dissemos anteriormente, em nota, tratando da intervenção brasileira em 1851. Nessa nota, reproduzimos um despacho de Thornton, publicado no *Livro azul*. Nos *Apontamentos Diários* do visconde do Rio Branco, encontramos o seguinte: “1856. 1º de janeiro. O senhor Marmol almoçou comigo. Dele soube, em conversação, que a incorporação do Paraguai à República Argentina e pensamento do general Mitre, e determinaria a aliança... Marmol manifestou-me o mesmo desejo...”

de janeiro, os aliados apoderavam-se de Paissandu.<sup>119</sup>

Estavam assim as nossas forças de terra e mar combatendo ao lado das tropas do general Flores, que aos olhos de todo o mundo não passava de um chefe de rebeldes. O acordo de Santa Lúcia, de que falamos celebrado entre Tamandaré e Flores, ficara até então secreto.

Era preciso legitimar, perante o direito das gentes, tão anômala situação. Foi o que fez Paranhos com a célebre nota de 19 de janeiro de 1865, dirigida ao governo argentino, e com a circular da mesma data, ao corpo diplomático estrangeiro, documento este que ficou sendo o manifesto e a declaração de guerra do Brasil contra o governo de Montevidéu. O general Flores foi reconhecido como beligerante, sendo recapituladas as nossas queixas contra aquele governo e solenemente anunciada a intervenção armada do Brasil, de combinação com o mesmo general, para o fim de pacificar a República Oriental.<sup>120</sup> Com estas declarações, cessaram os fundados escrúpulos do corpo diplomático e dos almirantes estrangeiros.

Em notas reversais de 28 e 31 de janeiro, trocadas entre Paranhos e Flores, comprometeu-se este a reconhecer, quando no poder, não só a justiça das reclamações constantes do ultimato Saraiva, mas também a das anteriores, por prejuízos da antiga guerra civil. Assegurou mais que a República Oriental seria nossa aliada na guerra contra o ditador Solano López.

O manifesto de 19 de janeiro foi publicado depois das conferências

<sup>119</sup> Veja-se sobre estes acontecimentos a obra de Schneider, anotada por Paranhos (filho), *A Guerra da Tríplice Aliança*, vol. 1.

<sup>120</sup> Zacarias de Góis, referindo-se a esse documento, disse no Senado: “O nobre ex-plenipotenciário fez muito: a circular manifesto, por exemplo, honra a sua inteligência: foi a exposição mais clara e bem-deduzida que fez da questão brasileira com a Banda Oriental, colocando-a sob o seu verdadeiro ponto de vista. O nobre ex-enviado, em minha opinião, prestou importantes serviços.

Não obstante haver Paranhos procedido de acordo com as instruções do governo, os escritores anônimos que defendiam na imprensa o gabinete Furtado, acusaram o nosso diplomata de haver rebaixado a dignidade do Império, procurando a aliança de Flores, quando não precisávamos de semelhante aliado!” Já vimos que essa aliança existia de fato desde o acordo de Santa Lucia, celebrado em 20 de outubro, entre Tamandaré e Flores, e que as nossas forças de mar e terra desde então combatiam ao lado do chefe da revolução. Paranhos não fez senão aceitar os fatos consumados, legitimando à face do mundo a nossa posição. O próprio governo que aqueles escritores anônimos incensavam e defendiam, responderam a Paranhos: “... Foi muito bem aceito o compromisso por vossa excelência celebrado com o general Flores.”

de Fray Bentos, entre Paranhos e Flores. As reversais ficaram secretas até a celebração da paz de 20 de fevereiro.

O governo argentino fez por esse tempo uma tentativa de mediação, que Paranhos felizmente desviou, ponderando ao general Mitre que não havia transação possível com o governo de Aguirre; que qualquer solução que deixasse subsistir semelhante governo não podia ser aceita pelo Brasil. O general Mitre reconheceu assim que o caso não era de transação. Apesar disso e apesar da recusa formal de Aguirre, que declarou positivamente não aceitar a mediação argentina, o general não perdeu as esperanças e esteve sempre pronto a acudir com a sua mediação.

A 26 de janeiro, o nosso ministro recebeu de Corrientes a notícia de haverem passado de Itapuã para Candelária seis mil paraguaios, e que a metade dessa força achava-se, no dia 16, em São Carlos.

Em relação ao Paraguai, expediu Paranhos a circular manifesto de 26 de janeiro, expondo o procedimento que tivera para conosco o governo daquela intitulada República, e anunciando que o Império não tinha outra alternativa senão repelir a insólita agressão que sofrera.

À vista de tantos e tais atos de provocação [dizia ele] a responsabilidade da guerra sobrevinda entre o Brasil e a República do Paraguai pesará exclusivamente sobre o governo de Assunção. O governo de sua majestade repelirá pela força o seu agressor, mas, ressaltando com a dignidade do Império os seus legítimos direitos, não confundirá a nação paraguaia com o governo que assim a expõe aos azares de uma guerra injusta, e saberia manter-se como beligerante dentro dos limites que lhe marcam a sua própria civilização e os seus compromissos internacionais...

Em nota de 14 de janeiro, o governo de Assunção pediu ao de Buenos Aires consentimento para que o exército paraguaio pudesse transitar livremente pelo território da província argentina de Corrientes e abrir por aí as operações militares contra o Rio Grande do Sul. O governo argentino, como era natural, desde que se mantinha neutro, não acedeu ao pedido.<sup>121</sup>

<sup>121</sup> A resposta do governo argentino tem a data de 9 de fevereiro. Veja nota de Paranhos de 4 de março sobre este assunto. (*A Guerra da Tríplice Aliança*, v. 1, Apêndice, p. 100).

Após a tomada de Paissandu, o exército brasileiro e o de Flores seguiram para os arredores de Montevidéu. Em 27 de janeiro, o general Muñoz e o coronel Aparício, que obedeciam ao governo de Aguirre, atacaram a cidade brasileira do Jaguarão, sendo repelidos pelo coronel Vargas.

O furor dos *blancos* em Montevidéu chegara ao seu auge. Animados com a notícia das fáceis vantagens alcançadas em Mato Grosso por Solano López e com a esperança de prontos socorros, praticaram os maiores desatinos.<sup>122</sup> Por decreto de 13 e 14 de dezembro, havia Aguirre declarado nulos os tratados de 12 de outubro de 1851 e de 15 de maio de 1852, entre o Império e a República Oriental, determinando que esses tratados fossem “extintos pelo fogo”. A cerimônia efetuou-se no dia 18, na praça da Independencia, em Montevidéu, com ridículo aparato, estando formadas as tropas da guarnição e presentes Aguirre, que proferiu um discurso, seus ministros e as principais autoridades civis e militares. Em 9 de fevereiro o ministro da Guerra, Susviela Palomeque, e o general Diego Lamas e outros, precedidos de uma banda de música, arrastaram pelas ruas da cidade uma bandeira brasileira, sendo esta a cada passo pisada por esses energúmenos.<sup>123</sup>

A 29 de janeiro, o ministro italiano Barbolani, em nome do corpo diplomático residente em Montevidéu, pediu ao enviado brasileiro Paranhos e ao almirante Tamandaré que suspendessem as hostilidades contra Montevidéu até ao dia 15 de fevereiro, porque nesse dia expirava o prazo da presidência de Aguirre, e com o sucessor deste, que devia ser eleito pelo Senado, poderiam talvez o Brasil e seu aliado chegar a um acordo satisfatório. Paranhos respondeu que semelhante prazo não podia ser concedido, porque os nossos inimigos sem dúvida se

<sup>122</sup> Em despacho de 26 de dezembro de 1864, publicado no *Livro azul*, dizia a lorde John Russell, o ministro britânico em Montevidéu, Lettson: ‘Sei por pessoa de cuja informação dificilmente posso duvidar, que o governo paraguaio intenta expedir um exército de 15 mil homens, pouco mais ou menos, à província brasileira do Rio Grande, para compelir as forças brasileiras a saírem da República Oriental...’

Em despacho de 26 de janeiro, dizia o mesmo ministro: “Sábado, 22 do corrente, o presidente Aguirre mandou chamar o senhor Barbolani e comunicou-lhe que resolvera definitivamente não aceitar a mediação do general Mitre, que julgava dispor de meios suficientes para sustentar com bom êxito a defesa da cidade, e que, demais, *contava com a ativa cooperação do Paraguai em frente de Montevidéu.*”

<sup>123</sup> A descrição destas cenas encontra-se na citada *A Guerra da Triplice Aliança*, v. 1, pp. 60 e 72 (Notas).

aproveitariam dele para aumentar as obras de defesa; que, além disso, o governo que sucedesse ao de Aguirre não podia ser considerado legal, porque o mandato dos senadores havia expirado já, e, atenta à guerra civil, era impossível proceder-se a eleição de novo congresso.<sup>124</sup>

Em consequência dessa decisão do representante diplomático do Brasil e dos generais aliados, o almirante Tamandaré notificou, a 2 de fevereiro, o bloqueio de Montevideú, marcando o prazo de sete dias para que os navios que se achavam no porto saíssem ou se pusessem em franquia. No dia 9, o almirante, de *motu proprio*, ampliou até 15 o prazo para a saída dos navios e das famílias que quisessem deixar a cidade.<sup>125</sup> Nesse mesmo dia, houve, nas ruas de Montevideú, a manifestação popular, de que fizemos menção, dirigida pelo ministro da Guerra Susviela.

Chamado a toda a pressa, de Buenos Aires, pelo almirante, em carta de 8 de fevereiro, para ouvir as proposições de paz que se anunciavam como muito próximas, Paranhos partiu no dia 10, e, desembarcando no Buceo, depois de conferenciar com Tamandaré, foi estabelecer-se na vila da União, onde tinha o seu quartel-general o comandante em chefe do Exército brasileiro, João Propício Mena Barreto, barão de São Gabriel.

As forças que dispúnhamos diante de Montevideú eram insuficientes para o ataque da praça, como então declararam a Paranhos o general em chefe brasileiro e o brigadeiro Osório. Em Montevideú, havia 4.800 homens em armas,<sup>126</sup> grande abundância de munições e 40 peças de

<sup>124</sup> Nota de 31 de janeiro.

<sup>125</sup> Em seu discurso de 5 de junho de 1865, disse Paranhos no Senado: “O bloqueio e sítio de Montevideú não se tinham estreitado. Daqui tiraram um artigo de acusação contra mim, dizendo-se: ‘Respondestes à nota do ministro italiano recusando a suspensão das hostilidades até 15 de fevereiro, mas o fato coincidiu com os desejos do ministro italiano! E esse fato me era atribuído! Os nobres ex-ministros...’” Aqui o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Dias Vieira, interrompeu o orador, exclamando: “Fomos nós que o acusamos disto?” Paranhos prosseguiu nestes termos: ‘Perdoe-me, os nobres ex-ministros liam todas essas produções de seus escritores anônimos e deixavam correr a minha causa à revelia, deixavam que pesassem sobre mim tão infundadas imputações; não acudiam ao menos para declarar: não, o ministro do Brasil nunca teve ingerência nas ordens do bloqueio; quem marcou o prazo, quem o prorrogou uma e duas vezes, foi o almirante, sem que fosse ouvido o ministro do Brasil que estava em Buenos Aires ou na Vila da União.’”

<sup>126</sup> Na *Reforma Pacífica*, de 15 de março, órgão do partido decaído, lê-se o seguinte: “A guarnição, em número de 4.800 homens, estava animada pelo mais vivo entusiasmo...” O ministro inglês em despacho ao seu governo disse que a guarnição compunha-se de cinco a seis mil homens, entre os quais muitos estrangeiros.

artilharia de calibre 4 a 46. Além das obras de defesa que construíram, consistindo em trincheiras, fossos, abatiseis e minas, tinham os *blancos* estabelecido em vários pontos do interior da cidade depósitos de pólvora, para produzirem explosões à medida que fossem recuando das posições mais avançadas.

Quando atacamos Paissandu, o nosso exército (sem falar na força irregular ao mando do general Neto) constava de 5.711 homens, dos quais 1.695 de infantaria, 198 de artilharia, e os restantes de cavalaria, pela maior parte da Guarda Nacional.

Não tínhamos artilharia de bater praças; os nossos canhões Lahitte eram de calibre 4, e os Paikhans de calibre 6. No dia 1º de fevereiro, era esta a força do exército imperial:

Corpos especiais		28	homens
Artilharia		823	“
Cavalaria de linha	998	homens	
da Guarda Nacional	2.160	“	
		3.158	“
Infantaria		2.838	“
Companhia de transportes		21	“
		<hr/> 6.868	“

Em 13 de fevereiro, escrevia Paranhos ao ministro dos Negócios Estrangeiros: “O general Mena Barreto ainda me fala em falta de munições! Não compreendo como isso possa ser depois de tudo quanto tenho escrito sobre o nosso exército.”

Em 20 de fevereiro, tínhamos 8.116 homens, sendo 4.498 de infantaria e artilharia.

No dia 1º de março:

Corpos especiais		32	homens
Artilharia		970	“
Cavalaria de linha	1.035	homens	
da Guarda Nacional	2.128	“	
		3.163	“
Infantaria		5.245	“
Companhia de transportes		55	“
		<hr/> 9.465	“

Nesses algarismos, fornecidos a Paranhos pelo general Osório,

compreendem-se também os doentes.

Com menos de 8 a 10 mil homens de infantaria, seria imprudente atacar 4.800 com 40 canhões, protegidos por trincheiras e extensa linha de minas. Acresce que vários dos nossos batalhões careciam de instrução. Um havia cujos soldados, segundo declarou Mena Barreto, não sabiam ainda servir-se das espingardas à *Minié* com que estavam armados.

O governo imperial, que, pelos despachos de Paranhos, estava perfeitamente inteirado das últimas ocorrências da Banda Oriental, não enviou ao nosso diplomata instruções suplementares.

O fato é importante e deve ser notado porque houve então quem acreditasse que o governo fizera recomendações especiais, que foram esquecidas ou desprezadas, sobre a queima dos tratados, o procedimento que devíamos ter com os prisioneiros de Paissandu, libertados por Tamandaré, e sobre os supostos crimes de Muñoz e Aparício no Jaguarão.

Em data de 22 de dezembro, dizia a Paranhos o ministro dos Negócios Estrangeiros:

“Urge desembaraçarmo-nos das operações militares do Uruguai, a fim de empregarmos a nossa ação contra o Paraguai.”

Em 7 de janeiro:

Quanto à República Oriental do Uruguai, refiro-me às instruções que levou vossa excelência desta corte e às minhas últimas comunicações depois que chegou vossa excelência ao teatro dos acontecimentos; não podendo nem devendo o governo imperial dar-se por satisfeito *enquanto não forem atendidos todos os interesses do Império* (evidentemente isto se refere às reclamações que motivaram a guerra), desprezados e vilipendiados pelo atual governo de Montevidéu e anteriores administrações. *Não devem ser esquecidos os últimos sucessos naquela praça*, rompendo tão descomunalmente por todos os compromissos solenes da República para com o Império.

Relativamente à queima dos tratados, respondeu o governo, em 10 de janeiro, que *ficava inteirado do ocorrido*. Quanto aos prisioneiros de Paissandu, que Tamandaré pusera em liberdade quando soube do fuzilamento de Leandro Gómez por Goyo Suárez, disse o seguinte o mesmo ministro, em despacho de 22 de janeiro:



O governo imperial não pode deixar também de censurar que se houvesse dado plena liberdade a tão avultado número de oficiais prisioneiros, e que iriam naturalmente aumentar o número dos nossos inimigos em Montevidéu. Cumpria que fossem tratados com a benevolência que nos caracteriza, mas como prisioneiros, enquanto durasse a luta. Nada mais.

Em 7 de janeiro, dizia ainda o ministro dos Negócios Estrangeiros a Paranhos:

*No meu conceito é fora de dúvida que o interesse do Império no desenlace da questão oriental é que fosse triunfante a causa do general Flores, nosso aliado... Se pudermos dispensar o bombardeamento de Montevidéu, ainda com algum sacrifício, melhor será para evitarmos dúvidas com os almirantes estrangeiros.*

Sobre os atentados de Muñoz e Aparício, de que tanto falaram os escritores do governo, sem, aliás, precisarem um sófato criminoso, o governo não disse palavra ao nosso plenipotenciário. O presidente do Rio Grande do Sul apenas deu a seguinte informação:

... No trajeto saquearam as casas, arrebataram a cavallhada que encontraram e levaram cerca de 30 escravos, dos quais alguns têm fugido para as casas dos seus senhores...” Compare-se isto com as façanhas praticadas por Estigarribia meses depois em São Borja, Itaquí e Uruguaiana!

Em 16 de fevereiro, estando Paranhos na Vila da União com o almirante Tamandaré e com os generais Mena Barreto e Flores, recebeu uma carta em que o ministro italiano, Barbolani, lhe falava em proposições de paz, e pedia uma conferência a bordo de um navio neutro.

De acordo com os nossos chefes militares e o general Flores, respondeu imediatamente Paranhos nos seguintes termos:

Sinto não poder prestar-me aos desejos de vossa excelência nos termos precisos que me prescreve.

Vossa excelência não me diz por quem se acha encarregado das comunicações a

que alude; e eu ignoro também as mudanças que se operaram em Montevidéu, e o caráter que elas podem ter com relação ao estado de guerra em que se acha o Brasil com o governo de Montevidéu.

As declarações oficiais do meu governo não podiam ser mais francas, nem os motivos mais graves, nem os seus legítimos propósitos mais explícitos.

O Brasil faz hoje a guerra a seu inimigo, em aliança com o ilustre general Flores, que representa grande maioria da nação oriental. Vossa excelência, não atendendo a esta importante consideração, parece prescindir do concurso daquele general, no momento em que nos solicita uma suspensão de todo o ato de hostilidade.

Vossa excelência, representante de uma nação amiga do Brasil, exclui para nossa entrevista, assim, o território brasileiro, representado por qualquer de nossos navios de guerra, como aquele em que se acha esta legação.

Espero que vossa excelência há de reconhecer que eu não posso, em tais circunstâncias, prometer-lhe uma suspensão de hostilidades, conquanto saiba que os generais das forças aliadas não projetam usar das suas armas de hoje para amanhã.

A entrevista com que vossa excelência me quer honrar pode, entretanto, verificar-se; mas eu devo rogar a vossa excelência que se digne vir à minha residência na Villa da Union, para onde vossa excelência poderia dirigir-se, acompanhado por um piquete do exército imperial, que eu poria a sua disposição...

O ministro italiano replicou no dia 17:

Sinto extremamente que, por causa da precipitação com que escrevi a carta que tive a honra de dirigir a vossa excelência em data de ontem e de que nem mesmo guardei cópia não tivesse explicado bem as minhas intenções.

Acreditava que vossa excelência sabia da cessação do governo do senhor Aguirre e da nomeação do senhor Villalba, o que tem uma significação muito importante nas atuais circunstâncias.

As comunicações que terei a honra de fazer a vossa excelência são por parte do senhor Villalba e dos meus colegas do corpo diplomático.

Não podia estar nas minhas intenções fazer abstrato do senhor general Flores, pois que me deve ser parte essencial nas negociações, e meu primeiro cuidado teria sido pedir a sua intervenção desde a nossa primeira entrevista.

Representante de uma potência amiga do Brasil, e guardando as melhores recordações da minha residência no Rio de Janeiro, não era por mim que eu teria desejado encontrar-me com vossa excelência em um terreno neutro. Era somente por consideração por este governo junto do qual estou acreditado, e que está infelizmente em estado de guerra com o governo de sua majestade o imperador.

Todavia aceito com prazer o amável convite de vossa excelência, e à uma hora por-me-ei a caminho para a Vila da Union.

Na conferência que tiveram, Barbolani manifestou que o novo presidente eleito pelo Senado, Villalba, estimaria poder evitar maior efusão de sangue e as calamidades de que a capital da República se achava ameaçada; que desejava abrir as portas da cidade aos sitiadores, uma vez que estes honrassem o seu procedimento, e acrescentou que Villalba esperava ser reconhecido como governo legal da República pelo Brasil e pelo general Flores, sendo este o primeiro passo para a solução pacífica.

Paranhos declarou terminantemente que sobre esta base não havia acordo possível.

No dia seguinte, chegaram à Vila da União dois comissários incumbidos de manifestar as disposições do governo de Montevidéu e de sondar as dos aliados. O diplomata brasileiro repetiu que estes não podiam ver em Villalba o presidente legal da República, pois sua eleição tinha uma origem viciosa; ele era governo de fato, nos estávamos na posição de vencedores, e para nós o representante da nacionalidade oriental era o nosso aliado, general Flores.

Depois dessas aberturas confidenciais, Villalba despachou no mesmo dia 18 outro comissário, o senador Manuel Herrera y Obes, munido de poderes e instruções para chegar a um acordo com o representante do Brasil e do general Flores.

Das conferências então celebradas resultou a Convenção de Paz de 20 de fevereiro.

Paranhos convidara os comandantes em chefe do exército e da esquadra imperiais a assistirem as conferências. O almirante Tamandaré, logo no dia 18, levantou, na presença de Flores, um conflito de jurisdição, declarando que o competente para negociar era ele e não o diplomata.

Teve Paranhos de referir-se às instruções que recebera em 7 de janeiro, segundo as quais a direção política da guerra lhe fora confiada, declarando o governo que havia cessado a missão diplomática que até a chegada do novo plenipotenciário tivera o almirante. Este não se deu por convencido, e foi necessário que o diplomata lhe declarasse que tinha plenos poderes para celebrar os ajustes concernentes ao estado de guerra em que nos achávamos com o governo de Montevidéu.

Tamandaré cedeu, então, declaração que “já não se queixava de Paranhos, mas do governo imperial, que assim rebaixava um almirante do Brasil”.

“Se vossa excelência” – declarou o diplomata – “declara não estar pelo que eu fizer, entrego-lhe a negociação, porque neste caso minha responsabilidade ficará salva.”

Tamandaré não anuiu à proposta.<sup>127</sup>

<sup>127</sup> Os plenos poderes tinham a data de 7 de janeiro e diziam assim: “...Hei por bem nomeá-lo meu plenipotenciário para negociar e celebrar quaisquer ajustes concernentes ao estado de guerra em que o Brasil se ache com o governo de Montevidéu...”

Remetendo esses plenos poderes disse a Paranhos o ministro dos Negócios Estrangeiros em despacho reservado da mesma data: “De conformidade com o pensamento de vossa excelência desenvolvido em sua carta de 28 do mês passado, e desejando habilitá-lo com as instruções e autorizações precisas para bem desempenhar a sua missão nas difíceis e complicadas circunstâncias *da luta em que estamos empenhados com o governo de Montevidéu* e com a República do Paraguai, apresso-me a remeter-lhe os plenos poderes de que deseja achar-se munido, para *quaisquer emergências que sobrevenham, com o fim de que tenham um desfecho satisfatório as questões que deram causas àquela luta. Os plenos poderes são redigidos como sugere vossa excelência, para que não seja tolhido nos seus meios de ação pelo que respeita a República Oriental...*”

Em confidencial da mesma data, dizia ainda a Paranhos: “No meu despacho reservado desta data já emiti o juízo sobre o desacordo a que vossa excelência alude, e agora apenas acrescentarei que pelo pacote anterior, em carta particular, expressando-me nos termos mais convenientes, fiz sentir ao barão de Tamandaré *que a direção política da guerra competia exclusivamente* a vossa excelência, que não deixaria por isso de ouvir tanto a ele barão, como ao chefe das nossas forças de terra, sobre os meios e o melhor modo de levar a efeito as nossas operações militares. Como vossa excelência sabe, *enviei ao vice-almirante cópia das instruções dadas a vossa excelência, o que era bastante para que ficasse ele na inteligência de que havia cessado a missão diplomática de que fora encarregado na ausência do conselheiro Saraiva*, tanto mais quanto estava já prevenido de que não devia tomar deliberação alguma sobre o ataque de Montevidéu, sem nova e expressa ordem do governo imperial. Entretanto, convencido

Não se tratava, diante de Montevidéu, de uma convenção militar, mas de uma negociação essencialmente política. Tínhamos ao nosso lado o general Flores, que era para o Brasil, desde que solenemente nos aliamos a sua causa, o chefe supremo da República e primeiro representante da nação oriental. Na cidade de Montevidéu, havia um governo local, governo de fato, escolhido por eleitores, cujo mandato expirara. Não podíamos prescindir do concurso do nosso aliado, nem deixar de fazer distinção entre a questão interna e a externa. A primeira, a questão doméstica e de família, devia ser ajustada entre Flores e Villalba, com assistência do ministro do Brasil. A base principal do acordo e o grande empenho do governo imperial era que Flores fosse reconhecido como presidente da República. Ora, segundo o direito público dos três Estados, Brasil, República Oriental e República Argentina, a imposição de pessoa que deva governar a República Oriental é caso de ofensa à independência desta República. Quanto à questão externa, não podíamos sujeitar à aprovação de Villalba, que para nós não era governo legítimo, os compromissos que contraíra conosco o general Flores: fora isso desconhecer o alto caráter de que se achava revestido o nosso aliado.

Estas considerações explicam a forma que Paranhos acertadamente deu à Convenção de Paz de 20 de fevereiro.

Herrera y Obes, comissário do governo de Montevidéu, apresentou as bases da negociação. A primeira, concernente à organização de um triunvirato que assumiria o poder e do qual faria parte o general Flores, foi rejeitada; a anistia solicitada foi restringida; a retirada do Exército brasileiro não foi concedida; a proibição de se fazerem quaisquer mudanças que não fossem conformes às leis vigentes, nos tribunais e repartições públicas, também não foi aceita, e isso em vista da necessidade, por algum tempo, de um poder ditatorial capaz de satisfazer às exigências supremas da ordem pública, nas circunstâncias excepcionais em que se achava a República, e às reclamações brasileiras, que entendiam com militares e com membros do Supremo Tribunal de Justiça.

---

da lealdade e de outras qualidades eminentes que distinguem o barão de Tamandaré, para não desgostá-lo, preferi, mal soube dos primeiros sintomas de antagonismo, dirigir-me a ele particularmente. Conto que a esta hora terão completamente desaparecido *os justos motivos da parte de vossa excelência de receios de desacordo com o vice-almirante*, não obstante o que, ainda por este paquete me dirigirei a ele sobre o assunto...”

No dia 19, à noite, a negociação estava concluída, e redigido por Paranhos respectivo protocolo. Neste documento, depois de transcrito o convênio de reconciliação e de paz entre os orientais, ajustado por Flores e Herrera y Obes, na presença do ministro do Brasil, declarava-se que este o aceitava e que, quanto às reclamações que deram lugar à guerra, o governo imperial confiava plenamente no acordo constante das notas de 28 e 31 de janeiro, celebrado com o seu aliado general Flores, cuja autoridade como chefe supremo da República ia ser reconhecida por todos os orientais.

Por lembrança do almirante Tamandaré e do general Mena Barreto, adiou-se para o dia seguinte, aniversário da batalha de Ituzaingo, a assinatura da paz.

A Convenção de 20 de fevereiro ficou consistindo: primeiro, no protocolo da negociação relativa à questão interna e externa, assinado por Paranhos, Flores e Herrera y Obes, protocolo a que se anexaram as notas reversais de 28 e 31 de janeiro, de Flores e Paranhos; segundo, em um protocolo reservado e adicional.

Por esses ajustes, alcançamos tudo quanto se podia razoavelmente desejar. Estávamos desembaraçados da questão oriental e de outras dificuldades que poderiam surgir se a resistência de Montevideu se prolongasse: podíamos, desde então, cuidar séria e exclusivamente da Guerra do Paraguai, o que era urgente e de suma importância. O governo que nos insultara desaparecia, e o general Flores, nosso aliado, era reconhecido em toda a extensão da República e pelas potências neutras como o chefe supremo e legítimo do Estado Oriental. O governo do Paraguai que tinha no de Montevideu um aliado contra o Brasil, via trocarem-se inesperadamente as posições: o Império e a República Oriental uniam-se em aliança contra o ditador Solano López. Os inimigos do Brasil e os membros mais exaltados do partido *blanco* fugiam espavoridos diante do nosso triunfo e procuravam asilo a bordo dos navios neutros, que os conduziam para Buenos Aires. As tropas da guarnição, é certo, não desfilaram humilhadas, como alguns guerreiros da nossa imprensa queriam, pela frente dos vencedores; mas não houve, nem podia dar-se semelhante espetáculo, porque elas eram orientais, e o nosso aliado também o era, cumprindo que este subisse ao poder com a força e com o prestígio que só a generosidade podia dar-lhe entre os seus compatriotas. No dia seguinte, essas tropas obedeciam ao

general Flores, e, exceto alguns chefes e oficiais mais comprometidos, marchavam conosco contra o Paraguai. Tínhamos na cidade de Montevideu um porto militar de que carecíamos para base de operações, depósito, quartel e hospital do exército e esquadra. A justiça de todas as reclamações constantes do *ultimato* Saraiva, e até das anteriores, por prejuízo que súditos brasileiros sofreram durante a antiga guerra civil, era reconhecida pelo governo provisório da República Oriental.<sup>128</sup> Da anistia concedida ficavam excetuados (artigo 2º do convênio), assim, os crimes e os delitos comuns, como os políticos que pudessem estar sujeitos à jurisdição dos tribunais de justiça, por seu caráter especial: nesse artigo, ficavam compreendidos os atentados atribuídos a Muñoz e a Aparício. O decreto de 13 de dezembro que declarava nulos os tratados com o Brasil ficava sem efeito e era mandado eliminar da coleção de leis da República (*decreto de 28 de fevereiro*). Os indivíduos que na bacanal de 9 de fevereiro arrastaram pelas ruas de Montevideu uma bandeira com as cores do Brasil eram expatriados, e no mesmo lugar em que esses insensatos haviam pretendido insultá-la, recebia a bandeira do Império uma salva de 21 tiros mandada dar pelo governo legal da República (*Protocolo reservado e adicional ao de 20 de fevereiro*).

Houve quem pretendesse, depois, que a resistência de Montevideu era impossível e que a guarnição estava pronta para render-se à discricção. O conselheiro Paranhos tirou a limpo este ponto no precioso livro que publicou, *A Convenção de 20 de fevereiro demonstrada à luz*

<sup>128</sup> Constava isso do acordo celebrado em notas reversais de 28 e 31 de janeiro, acordo ratificado em 20 de fevereiro. Ficara aí estabelecido:

- que as reclamações que motivaram o ultimato de 4 de agosto de 1864 seriam atendidas com rigorosa justiça e inteira lealdade;
- que os autores e os cúmplices notórios dos delitos cometidos contra as pessoas dos residentes brasileiros seriam punidos com toda a severidade das leis, sendo destituídos imediatamente e sem prejuízo dos respectivos processos criminais os que exercessem cargos públicos;
- que seriam suspensos dos seus empregos civis e militares e submetidos ao julgamento ordinário todos os indiciados de delitos contra os mesmos residentes;
- que os brasileiros forçados ao serviço militar seriam postos em liberdade e indenizados dos prejuízos imediatamente;
- que se consideraria com força de lei e teria plena execução desde logo o acordo de 8 de maio de 1858, pelo qual o governo da República garantira as reclamações brasileiras provenientes de prejuízos da antiga guerra civil o mesmo processo e a mesma equidade que concedem às reclamações francesas e inglesas da mesma origem.

*dos debates do Senado e dos sucessos da Uruguaiana*,<sup>129</sup> sem dúvida um dos mais primorosos escritos saídos da pena do eminente brasileiro.

Quando mesmo os defensores da praça estivessem ansiosos por capitular, não teríamos podido alcançar mais do que foi ajustado na honrosa Convenção de 20 de fevereiro. Mas não é certo que o partido entrincheirado em Montevidéu estivesse desejoso de depor as armas. O presidente Villalba, que sucedera no dia 15 a Aguirre, e os homens moderados que o cercavam viam-se ameaçados pela facção exaltada dirigida por Carreras<sup>130</sup> e por vários chefes militares, que não queriam ouvir falar em transação, contando com os auxílios que Solano López prometera em carta de 1º de fevereiro. Villalba houve-se com a maior firmeza e coragem. No dia 18, receando que parte da guarnição se sublevasse para suplantar o partido da paz e estabelecer uma ditadura militar, pediu a proteção das forças navais estrangeiras. Desembarcaram, por isso, na tarde desse dia, depois de obtida a permissão do almirante Tamandaré, os contingentes dos navios de guerra franceses, ingleses, italianos e espanhóis. No dia 22, escrevia o almirante Elliot aos lordes do almirantado:

Montevidéu tem motivos para agradecer ao senhor Villalba a coragem e a firmeza que ele desenvolveu durante as negociações, que trouxeram a capitulação de Montevidéu e restauraram a paz neste país, sem as lamentáveis consequências que se seguiriam a um ataque da cidade... Esta medida (o desembarque das tropas neutrais) inspirou confiança e deu força ao governo e aos defensores da ordem. No dia 20, assinaram-se, enfim, as condições da paz, mas não eram estas geralmente conhecidas, e o governo ainda se achava em condições de extremo perigo e dificuldade, porque se sabia que o senhor Carreras, chefe do último gabinete, o ex-presidente Aguirre, chefes militares e outras pessoas procuravam sublevar os ânimos, e eram de recear movimentos sediciosos entre a tropa. Em consequência disso, marcharam 226 homens das forças neutrais aliadas a ocupar, na madrugada de 21, o forte ou a casa do governo. Na manhã desse dia, começou a retirada dos *blancos* exaltados que se achavam ainda em Montevidéu.

Foi com a proteção do corpo diplomático e das forças neutrais que

<sup>129</sup> V. 1, Rio, 1865, B. L. Garnier, livreiro-editor.

<sup>130</sup> Carreras, segundo declarou ao ministro inglês, entendia que a resistência, devia ser levada à última extremidade e que, como recurso final, se devia lançar fogo à cidade.



cercavam a casa do governo e que ocupavam outras posições que Villalba pôde abrir as portas da cidade aos aliados. Quando se soube da assinatura da paz, muitos oficiais rasgavam suas insígnias, e os soldados de alguns corpos quebravam as armas. Sem o apoio das tropas estrangeiras, Villalba não poderia ter resistido ao partido exaltado.

Na tarde de 21, a vanguarda do exército de Flores, ao mando do general Caraballo, entrou em Montevideu e, no dia seguinte, a brigada brasileira do general Sampaio, composta dos 4º, 6º e 12º batalhões de infantaria de linha. De Montevideu saíram ondas de povo em direção à Vila da União, com músicas e bandeiras, para saudar os aliados e festejar o restabelecimento da paz. Ao lado do ministro brasileiro, achavam-se os generais Flores e Mena Barreto e também o almirante Tamandaré tomando parte na alegria geral.

De feito, o almirante achara excelente o ajuste celebrado: sua questão única era, como vimos, a da competência para tratar. Entendera que ele, e não o representante diplomático do Brasil, deveria ser o negociador.

Quais eram as suas ideias sobre as condições de paz? Seriam, como se propalou, diferentes das do diplomata?

De modo algum. Elas estão consignadas na carta que dirigiu a Paranhos em data de 8 de fevereiro e no ofício de 16 do mesmo mês ao ministro dos Negócios Estrangeiros. Naquela carta, anunciou Tamandaré que as aberturas que lhe foram feitas pelo almirante francês respondera o seguinte:

Que estando nós aliados a Flores e senhores de todo o país, menos Montevideu, não podíamos admitir a organização de um governo que não fosse do partido colorado e com Flores a sua frente.

Que permitiríamos aos membros do governo, chefes influentes políticos, civis e militares, que tem sido reconhecidamente hostil a Flores e a nós, saírem livremente do país, bem como aos libertados em Paissandu, que estavam em armas na praça.<sup>131</sup>

<sup>131</sup> Preferimos dar este resumo a reproduzir textualmente a carta do bravo almirante, que é extensa. O resumo que damos contém todas as condições por ele apresentadas.

E nada mais.

Isto mesmo consta do ofício de 16 de fevereiro, dirigido por Tamandaré ao ministro dos Negócios Estrangeiros.

... Minha opinião – diz então ele – é que não há conclusão nenhuma digna para nós, sem que saiam daquela praça todas as pessoas que formavam o governo de Aguirre, os chefes influentes e os prisioneiros de Paissandu, que retomaram o serviço. Foram estas as condições que estabeleci nas proposições de arranjo que me fizeram os comandantes das estações francesa e italiana, e hoje não podemos exigir menos, depois dos graves e horrorosos atentados praticados pelas forças que foram ao Jaguarão, e dos insultos feitos a nossa bandeira no dia 9 do corrente...<sup>132</sup>

Tudo isso foi conseguido pela Convenção de 20 de fevereiro. O almirante estava, pois, satisfeito com o resultado; assistiu ao ato da assinatura da negociação e a manifestações de regozijo que se deram na Vila da União, associando-se, muito comovido, a estas. Sua questão, dizia ele, era com o governo, que o rebaixara, e não com o plenipotenciário brasileiro.

Em data de 21, comunicando ao contra-almirante Elliot o levantamento do bloqueio de Montevidéu, disse Tamandaré que essa medida de guerra cessava pelo “feliz motivo de estar assinada a convenção da paz”.

O comandante em chefe do exército, general J. Propício Mena Barreto, barão de São Gabriel, disse o seguinte na ordem do dia que publicou:

---

<sup>132</sup> Até mesmo sobre a forma da convenção, no tocante à questão interna, estava Tamandaré de acordo com o nosso plenipotenciário. Em carta de 17 de dezembro dizia ele a Paranhos: “... Montevidéu sem o auxílio desse exército ficará desanimado pela falta de defensores e se submeterá à intimação que lhe faça qualquer força militar que se lhe aproxime. Digo qualquer força por não termos ainda assentado, por extemporâneo, se esta deve ser brasileira e oriental, ou simplesmente oriental. *Quanto a mim seria para desejar que o desfecho se obtivesse por transação simples e direta entre o general Flores e Aguirre*, pois o primeiro trataria de anular totalmente a influência do partido blanco, o que é de vital interesse para o país e para nós; e se nós tivéssemos de intervir na organização do governo, pela pacificação do país, não poderíamos prescindir de apoiar o sistema de conciliação e tolerância de influências diversas na administração...”

A Aguirre sucedera, como vimos, Villalba.

... As nossas reclamações serão satisfeitas; *a anistia concedida pelo ilustre general Flores não compreende os roubos, assassinatos e outros crimes comuns pelos quais, antes e durante a guerra, se assinalaram alguns dos ferozes sequazes do partido vencido. Tais crimes serão punidos*, porque a moral, a civilização e a justiça assim reclamam. *As armas e a diplomacia brasileiras não podiam ser mais felizes nem mais generosas em seu triunfo.* O Brasil inteiro o há de reconhecer e aplaudir.

Em Montevidéu, a entrada das tropas aliadas produziu o mais vivo entusiasmo entre nacionais e estrangeiros. Estávamos no rio da Prata, cheios de prestígio e de força moral, tanto pelo brilhante resultado obtido quanto pela nossa moderação e generosidade na vitória.

Ao voltar para sua capitânia, os sentimentos do almirante modificaram-se. As observações de algumas pessoas que o cercavam turvaram-lhe o espírito e, desde então, sem que houvesse ocorrido circunstância nova, suas relações particulares com o plenipotenciário brasileiro ficaram rotas.

Tanto ele quanto o plenipotenciário levaram ao conhecimento do governo o conflito. Tamandaré pediu a sua demissão. Paranhos, que em 21 de fevereiro pedira licença para vir à corte, em carta de 3 de março, dirigida ao ministro Dias Vieira, acrescentou o seguinte:

Vossa excelência há de estar aborrecido de ouvir a história destas brigas de família; eu também já não posso prosseguir nelas. Consta-me que o senhor visconde de Tamandaré deu a sua demissão, e eu apenas pedi que o governo resolvesse o conflito, deixando subentendido que receberei de bom grado a minha exoneração. Devo agora, ao encerrar esta carta, declarar francamente a vossa excelência que... receberei até como uma remuneração o ato do governo imperial de me permitir regressar ao seio da minha família, a que faço falta.

No dia 3 de março, o vapor de guerra *Recife*, comandado pelo intrépido Mariz e Barros, e trazendo a seu bordo o chefe do Estado-Maior da Esquadra em operações, entrava embandeirado no porto da capital do Império. Em poucos momentos, espalhava-se a nova da capitulação de Montevidéu, e começava a vender pelas ruas boletins do *Jornal do Commercio*, contendo os pormenores dos últimos acontecimentos e a íntegra da Convenção de Paz.

Foi um dia de inefável júbilo.<sup>133</sup> Todos os cidadãos se abraçavam; a cidade se vazara nas ruas e praças públicas; contínuas girândolas atrovavam os ares; cruzavam-se em todas as direções as bandas de música; ecoavam por toda a parte os vivas e os brados de alegria; adornavam-se as principais ruas; fechavam-se as repartições; embandeiravam-se muitos edifícios; manifestavam-se todos os sinais de entusiasmo de um povo ébrio da sua nobre e incruenta vitória...

Apenas algumas vozes, mui raras, começaram pouco depois a erguer-se para dizer que “fora sacrificada a dignidade nacional”. Partiram do *Diário do Rio* e de uma pequena roda que se reunia no *Correio Mercantil*,<sup>134</sup> desde que por cartas da esquadra e por alguns oficiais do Recife (não pelo bravo Mariz e Barros, que sempre aplaudiu o desenlace de 20 de fevereiro) veio, a saber-se, ignorando, aliás, os verdadeiros motivos, que o almirante e o diplomata estavam de relações rotas, e que aquele dera a sua demissão.

O *Diário do Rio* estava em franca oposição ao gabinete Furtado e suscitava-lhe os embaraços que podia. A glória do triunfo que alcançáramos refletia sobre o ministério: convinha apagá-la e impedir que daí resultasse ao governo prestígio e força na opinião. Em um violento artigo aquela folha atacou a convenção e o diplomata:

... Estava reservada [disse o *Diário*] estava reservada ao senhor Paranhos a honra de sepultar, nas margens do Prata, a dignidade de seu país, duas vezes ultrajada! (...)

... Honra ao bravo almirante visconde de Tamandaré! Honra ao valente e bravo

<sup>133</sup> Palavras de Epaminondas (conselheiro José Feliciano de Castilho) nos magníficos artigos que publicou com o título “A grande questão do dia” e “O conselheiro Paranhos e o acordo de 20 de fevereiro”. Esses artigos começaram a ser publicados no *Jornal do Commercio* de 9 de março e foram reunidos em folheto, merecendo a honra de edições especiais nas províncias: só no Maranhão foram tiradas três edições.

<sup>134</sup> Referimo-nos a algumas pessoas que iam habitualmente conversar na tipografia do *Correio Mercantil*, e não aos redatores. O *Correio Mercantil* era folha ministerial, redigida por F. Otaviano e Sousa Ferreira. Já estava composto um artigo editorial aplaudindo a solução de 20 de fevereiro quando, à noite, foi retirado e substituído, a pedido do governo. Por lembrança e a convite do venerando doutor Barreto, proprietário do *Correio Mercantil* e antigo amigo de Paranhos, o ilustre jornalista Sousa Ferreira escreveu, em defesa do diplomata demitido, um opúsculo com o título “A missão Paranhos ou paz no Uruguai” (1865, Tip. do *Correio Mercantil*).

soldado que sente pulsar em seu peito um coração verdadeiramente brasileiro, e que, protestando contra essas nódoas lançadas ao pavilhão, que soube conservar ileso à custa de seu sangue<sup>135</sup> e do de seus bravos camaradas, para não subscrever a tais misérias pede nobremente sua separação de um posto que soubesse manter, embora com alguns erros, na altura de sua honra e da do Império!”<sup>136</sup>

Naqueles dias agitados do começo da guerra, muita gente não via na nossa contenda do Estado Oriental e do Paraguai senão uma rápida e fácil demonstração de força militar. O sentimento do amor próprio nacional estava fortemente excitado desde os desagradáveis incidentes da questão inglesa.

A queda de Paissandu mais elevava o espírito guerreiro de alguns jornalistas e diretores da opinião nos círculos e nos cafês da Rua do Ouvidor. Essa vitória, alcançada principalmente pelo modesto general em chefe do Exército em operações, João Propício Mena Barreto, que levou ao ataque nossos intrépidos batalhões de infantaria, passava

<sup>135</sup> “À custa de seu sangue...” Pode parecer que o almirante foi ferido, mas todos sabem que tal não se deu, apesar de se haver ele exposto às balas várias vezes.

<sup>136</sup> Não obstante o que dissemos antes, é bom repetir que a questão do almirante com o diplomata era apenas de atribuições. O almirante entendia que o governo o rebaixara dando poderes ao diplomata para a direção política da guerra. E nada mais... Não podia levar a mal que a *questão interna e da família fosse ajustada entre Flores e Villalba, porque ele mesmo, em carta de 17 de dezembro, que transcrevemos em outro lugar, falando nisso, declarou que tal questão devia ser ajustada entre Flores e Aguirre. Ora, Villalba era o sucessor de Aguirre. Quanto às más condições para o acordo diante de Montevideu, elas estão manifestadas na carta e no despacho também anteriormente citados, de 8 e 16 de fevereiro. Nenhuma dessas condições deixou de figurar na Convenção de 20 de fevereiro.*

Tamandaré, se fosse – como entendia dever ser – o negociador na Vila da União, não se mostraria menos generoso que Paranhos. Em Paissandu, ao apresentar-se uma comissão particular em nome de Urquiza, procurando ver se evitava o ataque, os nossos generais (um deles era Tamandaré) “não duvidaram aceder a que Leandro Gómez e seu Estado-Maior saíssem da praça com as honras da guerra, o que teria produzido imenso efeito em Montevideu, exaltando os ânimos da sua guarnição. Entretanto, em Paissandu, correria o nosso sangue; aí fora açoitado um brasileiro; e aí a bandeira brasileira servira de tapete a Leandro Gómez; sobre as trincheiras da praça se viram as cabeças dos soldados brasileiros, que imolara aquele inimigo feroz”. Quando tomamos a praça, levamos a generosidade a ponto de pôr em liberdade todos os prisioneiros. Mais tarde, diante de Uruguiana violada, os generais aliados (um deles era o almirante Tamandaré) não duvidaram propor a Estigarribia, em 2 de setembro, um convênio, que esse bandido felizmente repeliu, e cujas generosíssimas condições podem ser lidas à p. 240 da obra *A Convenção de 20 de fevereiro*, publicada em 1865 pelo visconde do Rio Branco.

como um estrondoso resultado da perícia militar do vice-almirante Tamandaré. Pelas vitrinas das lojas da cidade, via-se um péssimo e absurdo quadro, saído da litografia da *Semana Ilustrada*, representação dos nossos infantes do exército amontoados em coluna cerrada na praça da matriz de Paissandu, caminhando ao assalto da igreja, e, em meio deles, e dessa confusão, o vice-almirante, a cavalo, comandando as tropas de terra.

A popularidade do visconde de Tamandaré era então incontestável: passava por homem necessário, e dele se esperavam grandes coisas.

A notícia do desenlace pacífico da questão oriental desagradou, como vimos, a alguns dos ardentes patriotas de então. Perdêramos, pela intervenção da diplomacia, uma vitória brilhante que Tamandaré queria dar-nos, segundo se propalou sem fundamento algum.<sup>137</sup> Que importava que Montevideú fosse uma grande capital, onde havia e há tantas propriedades de brasileiros e súditos de outras nações? Os nossos guerreiros das palestras literárias e políticas entendiam que era preciso o bombardeamento e o assalto, senão indispensável que colhêssemos aí glórias iguais às do Paissandu. A Guerra do Paraguai era, na opinião deles, simples passeio militar, e López um desprezível *cacique*, cujos soldados nem sabiam fazer fogo, como ficara demonstrado em Nova Coimbra.

Não previam então que os nossos valentes do exército e da armada iam ter inúmeras ocasiões de derramar o seu sangue e enriquecer os fastos militares do Império, em mais de cinco anos de duras privações e ásperos combates!

<sup>137</sup> Já o leitor sabe que, na opinião dos nossos generais, não tínhamos forças suficientes para o assalto, sendo necessário esperar reforços, que tardariam, como tardaram. Se a resistência se prolongasse, não resta dúvida que López apressaria a invasão do Rio Grande do Sul e da Banda Oriental, colocando entre dois fogos o nosso pequeno exército. A nossa rápida e incruenta vitória de Montevideú foi o primeiro golpe que recebeu o ditador, vendo cair e desaparecer o seu aliado. Ainda em data de 1º de fevereiro escrevia ele a Aguirre, dizendo que prolongasse a resistência, porque ia mandar-lhe auxílio. A notícia de nosso triunfo fez com que o ditador, surpreendido e desanimado nos primeiros momentos, recolhesse imediatamente à margem esquerda do Paraná as tropas que se achavam na Candelária e em São Carlos. Pelo que sucedeu depois, de junho a setembro, ao invadirem os paraguaios o Rio Grande do Sul, quando já tínhamos um numeroso exército na Concórdia e maiores forças em Missões, conjecture-se que rumo levariam as coisas em março, se López lançasse naquela ocasião 15 mil ou 20 mil homens sobre o nosso território, estando ainda em pé Montevideú, armados, e em campo os *blancos* de Muñoz e Aparício, e o partido federal argentino inclinado para os nossos inimigos!

Alguns dos ministros foram procurados pelos poucos descontentes e tiveram notícia da irritação do grupo do *Diário do Rio*. O desgosto do visconde de Tamandaré e seu pedido de demissão era caso sério; seus serviços pareciam indispensáveis; precisava-se dele para subir o Paraná, destruir a esquadra paraguaia, bloquear as Três Bocas, tomar Curupaiti, forçar o famoso passo de Humaitá e vencer Solano López .

Reuniram-se os ministros no Rio Comprido, onde residiam o presidente do Conselho e o ministro dos Negócios Estrangeiros, e examinaram a correspondência chegada do sul. Estiveram presentes os conselheiros íntimos do gabinete, alguns, amigos do almirante, todos adversários do diplomata. Ficou resolvido que era preciso propor a demissão deste ao imperador, e assim se fez, indo os ministros a São Cristóvão nessa mesma noite, e declarando a sua majestade que a medida era reclamada pela opinião pública.

Sem que houvesse tempo suficiente para a meditação e o exame do acordo celebrado, dos termos e consequências destes, algumas horas apenas depois da chegada do *Recife*, era lavrada a demissão do ilustre servidor do Estado.

Na mesma ocasião em que os ministros asseguravam ao imperador que o descontentamento era geral, nadava a cidade em júbilo, e em frente à casa de Paranhos o povo apresentava-se para saudar sua família e aclamar o negociador excomungado. Quase todas as casas estavam iluminadas. Até alta noite músicas e grupos compactos de cidadãos percorreram as ruas, não obstante os protestos do limitado número de descontentes, cujas vozes perdiam-se no concerto geral de alegria e entusiasmo.

Na manhã do dia seguinte, lia-se no *Diário Oficial*:

O governo imperial resolveu dispensar da missão diplomática, que lhe estava confiada, o conselheiro Paranhos.

O acordo celebrado não atendeu tanto quanto devia as considerações que fizemos anteriormente. Contudo, o governo imperial reputa de sua lealdade manter o que foi ajustado.

A estupefação foi geral. A todos surpreendia a rudeza da demissão

fulminada assim contra um cidadão dos mais eminentes e considerados, quando se achava longe da pátria, no meio de estranhos, e podia, mui cortesmente, ser chamado para explicar-se, senão aqui dispensado por outro modo, como, nesse caso, tinha ele o direito de esperar, pela posição social que ocupava, unicamente por seus méritos e pelos serviços à pátria, e pelo acaso ou pelo favoritismo.

Os governos fracos têm quase sempre o vizo de aparentar decisão e força, rompendo com as boas normas e as tradições de prudência, reflexo e sabedoria. Esse ministério, que nem sequer pôde viver nove meses e apenas conseguiu arrastar-se pelas regiões do poder durante o intervalo legislativo, quis praticar também o seu ato de energia; mas, aos olhos dos homens sensatos e imparciais, não fez senão dar triste cópia de leviandade e exaltar, no conceito de nacionais e estrangeiros, e no juízo da posteridade, o homem que pretendia ferir e rebaixar.

Com o artigo do *Diário do Rio* e a demissão do diplomata, começaram a circular os mais absurdos boatos, as mais ignóbeis acusações contra a vítima do governo. Dizia-se que suas instruções haviam sido violadas; falava-se até em traição. Os noveleiros e curiosos, os políticos de esquina, precisavam a todo custo descobrir fundamentos para ato de tão descomunal precipitação e severidade. À noite, a polícia julgou conveniente cercar a casa do diplomata demitido, sob o pretexto de protegê-la contra o furor popular, e um destacamento de infantaria e cavalaria ocupou os arredores e o interior da chácara, levando o susto e a consternação ao seio da família do ilustre brasileiro. Espalhou-se no dia seguinte a inexata notícia de que a casa fora apedrejada.

Houve reuniões populares e discursos de alguns patriotas fogosos. Na imprensa, começaram a aparecer os escritores anônimos do governo, procurando por todos os modos tornar odioso aos olhos da nação o homem que tão grande serviço acabava de prestar.

Mas o governo, que esperava desarmar as iras do *Diário do Rio*, cortejando ao mesmo tempo os ímpetos belicosos de meia dúzia de descontentes e satisfazendo as veleidades diplomáticas do almirante, enganou-se quanto ao *Diário*. Esta folha não se satisfaz com a demissão do diplomata e reclamou logicamente a retirada do gabinete que mantinha o acordo condenado.

O ministério, atacado pelo *Diário* e pelos amigos e correligionários políticos de Paranhos, apareceu, então, na folha oficial de 10 de março,



para explicar as *deficiências* da Convenção da Paz e para dizer ao *Diário*: “Não, a falta de homogeneidade de pensamento entre o governo imperial e o seu representante no rio da Prata *não autoriza o juízo de que esse convênio se torne pouco honroso para o Império.*”

O povo fluminense [disse o conselheiro Paranhos no livro que pouco depois publicou] exultou, e por todos os modos possíveis manifestou o seu contentamento, ao receber a notícia da rendição de Montevidéu; ao ver tão depressa flutuar o pavilhão auriverde, ao som de vivas e de salvas, sobre a cidadela de nossos inimigos do Uruguai, sem que este assinalado triunfo custasse a perda de um só de nossos bravos, dos quais todos carecíamos para a segunda e mais gloriosa campanha. O ministério, porém – frágil humanidade! –, assustou-se com esses estrepitosos aplausos à vitória incruenta do Brasil em Montevidéu. Os diretores da guerra recearam que se fechasse rapidamente todo o estádio aberto ao seu heroísmo; e daí a reação que procuraram produzir, tomando por verdadeiro alvo o negociador brasileiro, que não era da mesma seita política, e por pretexto aparente supostas queixas do vice-almirante Tamandaré,<sup>138</sup> a quem, em ódio a terceiro, se queimaram, então e depois, incensos impróprios da dignidade de um governo sério, e que tem consciência de seus mais sagrados deveres.

A guerra, que hoje conta tantos panegiristas não só no rio da Prata, mas também entre nós, como todas as grandes crises sociais, oferece larga margem a essas mistificações em que, segundo a frase de um distinto escritor, a incapacidade altea-se para escurecer, a ignorância doutora-se para criticar, a malevolência veste toga para julgar, e o ódio assenta tribunal para punir. É também em meio dessas desgraçadas conjunturas que se verifica o que já Cícero dizia há muitos séculos, que muitas vezes o valor guerreiro é anteposto à coragem civil, e os pareceres perigosos e violentos passam como mais nobres e dignos do que os calmos e moderados. E ainda se fosse só isso! Mas é que até a negligência culposa inculca-se como sabedoria e providência, e o interesse particular, ávido e infrene, corrompe a sociedade, e malbarata sem compaixão a fortuna pública.

Muito fraca devia ser a causa que apelidou em seu auxílio a cegueira das paixões populares, e que ainda assim não encontrou, na maioria do povo, senão espanto e reprovação!

<sup>138</sup> Já vimos, antes de tudo, o quanto o almirante queria fazer como negociador. Estava na Convenção de 20 de fevereiro. Mostramos isso com as suas *declarações escritas*.

A notícia da exoneração do diplomata brasileiro foi recebida por este, em Montevideu, a 14 de março.

Nesse dia, Paranhos celebrava o aniversário natalício da virtuosa imperatriz do Brasil com um banquete em que reunira os primeiros funcionários da República, o corpo diplomático e almirantes estrangeiros, alguns compatriotas nossos e pessoas notáveis da sociedade oriental.

Durante essa festa, os convivas puderam admirar a serenidade e a grandeza de ânimo do ministro decaído.

Foi muito aplaudido o brinde do general Osório: “O Brasil inteiro” – disse ele – “há de aplaudir o honroso ato de 20 de fevereiro e a sabedoria e o patriotismo de vossa excelência. Tenho muita fé no bom-senso dos nossos compatriotas.”

À noite, houve calorosas manifestações do povo de Montevideu em favor do ex-representante do Brasil. Grandes grupos de orientais e estrangeiros foram por diferentes vezes, com músicas, archotes e bandeiras, saudar o ilustre Diplomata.<sup>139</sup> O mesmo fizeram muitos chefes e oficiais do nosso brioso exército, entre os quais contava Paranhos com não poucos discípulos.<sup>140</sup>

Dias depois, o ministro de Relações Exteriores Carlos Castro ofereceu-lhe um banquete, a que assistiram o governador provisório da República, os membros do ministério e as principais autoridades, o corpo diplomático, os almirantes francês e inglês, o general Andréa, representando Osório, que não pôde comparecer, e o cônsul-geral do Brasil.

O brinde de honra, a Paranhos, foi feito pelo general Flores, o qual em breves palavras recordou o papel importante que coube ao diplomata brasileiro no restabelecimento da paz.

<sup>139</sup> Na mesma noite de 14 escreveu Paranhos a sua carta “Aos meus concidadãos”, publicada no *Jornal do Commercio* de 21 de março, e também à p. 260 do seu livro citado *A Convenção de 20 de fevereiro*.

Nessa carta, dizia ele: “... O raio com que resolveu fulminar-me o governo do meu país... feriu o cargo, mas, mercê de Deus, não alcançou a pessoa que o exercia. A tranquilidade de minha consciência assim me diz: as simpatias e considerações de que fui hoje rodeado por todos os membros do governo oriental e do corpo diplomático, pelos almirantes francês e inglês, por muitas outras pessoas de distinção, entre as quais conto muitos brasileiros, me dão certeza de que o patriotismo de meus concidadãos foi ilaqueado em sua boa-fé, ou não pôde apreciar em sua brilhante luz o triunfo do Brasil...”

<sup>140</sup> O governo mandou repreender os militares que tomaram parte nessa manifestação, considerando-a contrária à disciplina.

O ministro do governo, Vidal, em um belo discurso, fez o seguinte voto, que o futuro se encarregou de confirmar:

“... Espero, senhores, que esteja ainda reservada ao conselheiro Paranhos a glória de ser um dia quem tenha de apresentar à sua majestade o imperador do Brasil os louros que o Exército brasileiro vai conquistar no Paraguai.”

O almirante Chaigneau e o jovem Eduardo Flores dirigiram também entusiásticas saudações ao ministro demitido.

No rio da Prata, o inconsiderado decreto de 3 de março produziu verdadeiro assombro.

Nesta situação [dizia o distinto diplomata Andrés Lamas] quando o Brasil abria sua grande campanha do Paraguai rodeado das simpatias destes governos, a exoneração de vossa excelência veio perturbar e comover tudo. O Brasil condena na pessoa de vossa excelência os ajustes de 20 de fevereiro! Que mais queria o Brasil? Que, senão possível uma solução incruenta, os canhões brasileiros fizessem ruínas da cidade de Montevideu e dos interesses nacionais e estrangeiros que ela encerra? Que não houvesse ajuste entre os orientais, nem mesmo para que o partido vencido se entregasse à discrição do partido aliado do Brasil? Que o general Flores, que levava a bandeira oriental aliada à do Brasil, houvesse tido uma posição secundária (que não teve nem no Salto, nem em Paissandu, os dois fatos militares da campanha), e que tivesse recebido o governo do seu país diretamente das mãos dos soldados brasileiros, *embora esse fato importasse uma violação, impossível de dissimular-se, da independência oriental e das obrigações sobre esse ponto contraídas com a República Argentina* (...) Não basta ao Brasil o desagravo de sua bandeira no mesmo lugar onde foi ultrajada? Não lhe basta ver fugir ante suas armas os inimigos do Brasil, e fugir passando por humilhações inauditas (e que lastimam deveras todos os corações orientais), tão inauditas como a de terem os orientais de depor suas armas, em sua própria terra, nas mãos de estrangeiros, que nem os haviam vencido, nem os haviam combatido?

O Brasil, descendo da altura de seu próprio triunfo, exigiu o castigo de alguns febricitantes políticos, que, esquecidos de si mesmo, e do que deviam à civilização do seu próprio país, ultrajaram grosseiramente a bandeira imperial. Não quis imitar a França, que, ao solver suas questões com a Confederação Argentina, nem sequer se lembrou de que o rei dos franceses havia sido queimado em

efígie, e oprobriosamente, nas ruas de Buenos Aires, e não se lembrou porque uma grande nação olha sempre para cima e para diante, e não tem olhos para investigar o abismo das aberrações e das torpezas pessoais, que desaparecem sob o pó de seus pés. Para satisfazer ao Brasil em ponto tão pequeno, chegou-se até a fazer exceções na anistia dos atos políticos, que outra coisa não são os ultrajes feitos à bandeira inimiga em meio da guerra e da irritação produzida pelo bombardeamento da infeliz Paissandu.

Que mais se queria? Não posso definir: ninguém por cá o define! Somente sabemos que se queria mais. E este mais é uma ameaça e uma humilhação, tanto mais assustadora, quanto menos compreensível. Isto, que todos sentem, tem produzido já suas inevitáveis consequências. A confiança na recente pacificação está destruída...

... Não estranhe vossa excelência minhas inquietações. Vejo quebradas as tradições da boa política fundada em 1851; e não encontro, nem no fundo, nem na forma da exoneração de vossa excelência, aquele cunho de moderação e de sabedoria que em tantas ocasiões tenho podido apreciar e respeitar em seu governo. Conheço o extremado patriotismo de vossa excelência e estou certo de que deplora amargamente o motivo que acaba de conquistar-lhe a maior simpatia e confiança, como nenhum estadista brasileiro ainda alcançou nestes países. Vossa excelência, porém, permitirá que o seu antigo amigo que com pesar o acusara por haver vossa excelência exagerado o triunfo do Brasil, hoje, por meio desta carta, na qual toma a liberdade de deixar consignadas suas opiniões, se associe às homenagens e aos votos que nestes momentos rodeiam no rio da Prata a mui distinta pessoa de vossa excelência...”<sup>141</sup>

<sup>141</sup> O governador Flores disse: “... Creio... que não tardará o dia da reparação devida a vossa excelência; mas não sei se o governo imperial poderá tão facilmente desvanecer entre nós o efeito que devia produzir uma demonstração de desgosto pelo acontecimento que todos esperavam enchesse de júbilo aos nossos amigos do Brasil...”

O presidente Mitre: “... Não necessito dizer a vossa excelência quanto sinto sua separação de Buenos Aires e a maneira como tem ela lugar...” O ministro Elizalde: “... Permita vossa excelência que lhe expresse o pesar que me tem causado o que praticou com vossa excelência o governo imperial. É uma injustiça, para mim inexplicável, que não duvido ser amplamente reparada pela opinião pública do seu país...” O almirante Chaigneau: “Compartindo com todos os homens de coração, dedicados à ordem, ao desenvolvimento da prosperidade e à legítima preponderância que assegurastes ao vosso país, a estupefação, os pesares e as inquietações que despertou a deplorável notícia vinda pelo paquete *Mersey*...” “Vossos adversários assustados com vossa glória”, disse o mesmo almirante. O ministro inglês Lettson disse a lord J. Russel:

Paranhos foi despedir-se do governo de Buenos Aires e nessa cidade recebeu as mesmas demonstrações de simpatia que em Montevideu.

Quando chegou ao Rio de Janeiro, encontrou já a opinião pública suficientemente esclarecida sobre o ato de 20 de fevereiro, graças à valente defesa que seus amigos haviam feito na imprensa. Entre eles, assinalaram-se o conselheiro José Feliciano de Castilho, o senador Firmino Rodrigues Silva, o conselheiro Saião Lobato, Lopes Gama e muitos outros, nas páginas do *Jornal do Commercio*, e Sousa Ferreira, um dos redatores do *Correio Mercantil*.<sup>142</sup>

O que se passou na capital e nas províncias foi fielmente desenhado por Epaminondas nas seguintes linhas:

... Seja dito em honra do nobre sentimento de gratidão nacional, só meia dúzia de vozes nesta cidade se lembraram de condenar o senhor Paranhos pelo formoso serviço prestado ao país. A notícia de toda a parte onde chegou a do acordo do dia 20 de fevereiro é unânime em relatar o intenso júbilo com que a nação recebeu semelhante desenlace, e a convicção dela de que os interesses materiais e morais do país ficaram triunfantes. É que o instinto do povo, quando não desviado pelas paixões, ou por ódios partidários, é sempre reto e justo. O povo por si só não é ingrato: só figura como tal quando o pervertem ...

Em nenhuma província do Império a notícia da convenção celebrada por Paranhos foi mais festejada que na do Rio Grande do Sul.

Os conservadores de Pernambuco ofertaram ao diplomata demitido uma pena de ouro, cravejada de brilhantes, tendo em um brasão a data de 20 de fevereiro de 1865. Várias câmaras municipais e comissões populares enviaram congratulações ao ilustre brasileiro. Alguns desses

---

“O senhor Paranhos foi exonerado... Tanto quanto posso julgar da matéria até este momento, parece-me que o governo imperial cometeu com aquele ato grande injustiça para com um talentoso e fiel servidor da coroa...” O almirante Elliot disse aos lordes do almirantado: “... Isto deve naturalmente aumentar o sentimento da desconfiança que existe aqui para com o Brasil... A desgraça, porém, do senhor Paranhos deve ser considerada, em grande parte, como uma questão de partido. Sua influência devia naturalmente crescer com esta feliz negociação, e ele é dos principais membros do partido oposto ao atual governo do Rio de Janeiro, o qual por isso se temeu desse aumento de popularidade...”

Poderíamos fazer muitas outras transcrições para manifestar a opinião dos que se achavam no teatro dos acontecimentos.

<sup>142</sup> Castilho, com o pseudônimo de Epaminondas, escreveu os artigos de que já fizemos menção, logo depois reunidos em folheto.

documentos figuram no livro que o conselheiro Paranhos posteriormente publicou.

Entendeu acertadamente o ilustre estadista que não devia discutir pela imprensa com a turba dos escritores anônimos a soldo do governo. Reservou sua justificação para o Senado. Era aí, na presença dos seus pares e perante os senadores, Furtado, chefe do gabinete de 31 de agosto, e Dias Vieira, ministro dos Negócios Estrangeiros, que ele devia mostrar a sem-razão dos seus acusadores.

Não devemos omitir que muitos dos homens mais eminentes da situação liberal reprovaram o ato do governo e reconheceram desde logo o grande serviço que Paranhos prestara à nação. Entre os que o visitaram nos primeiros dias da sua chegada, testemunhando-lhe esses sentimentos, citaremos o marquês de Olinda, Nabuco, Abrantes e Tavares Bastos, todos seus adversários políticos. Dom Manuele Silveira Lobo, que não mantinha relações pessoais com Paranhos desde que a demissão fora publicada, pronunciaram-se publicamente contra o ato, declarando que aprovavam inteiramente o procedimento do nosso diplomata. Da mesma opinião foram Saraiva e outros liberais.

Aberto o Parlamento, e logo na primeira reunião da Câmara dos Deputados, ficou o gabinete derrotado, em escrutínio secreto, na eleição de presidente.

Subiu ao poder o ministério de 12 de maio de 1865, presidido pelo marquês de Olinda.

Foi na memorável sessão de 5 de junho e na discussão do voto de graças que Paranhos apresentou ao Senado e ao país a sua defesa, prendendo por espaço de oito horas a atenção do numeroso e escolhido auditório. A maioria do Senado e os espectadores aplaudiram entusiasticamente o ilustre orador, e ao sair este, depois das 20h30, foi surpreendido por uma verdadeira ovação do povo que o esperava na rua.

Não podemos furtar-nos ao prazer de transcrever aqui alguns trechos do final do seu discurso:

... E depois de tudo isto se pretendeu fazer crer que a minha demissão fora devida, não à iniciativa ministerial, mas ao poder irresponsável! A notícia foi tão de

adrede espalhada que circulou em Montevideu e Buenos Aires. Os nobres ex-ministros hão de seguramente desmentir comigo...

O senhor Furtado: ‘Se não quer dar corpo a semelhante boato, para que o trouxe? O gabinete de 31 de agosto não precisa desculpar-se com a vontade irresponsável.’

O senhor Candido Borges: ‘Para que vossas excelências protestem contra isso.’

O senhor Paranhos: ‘Trouxe-o para protestar contra semelhante insinuação.’

... É possível, senhores, que as vozes dessa indignação popular, que artificialmente se levantou contra a nossa vitória incruenta em Montevideu, chegassem até os ouvidos do monarca, que este ouvisse os seus ministros sobre as acusações que se fazem ao ato de 20 de fevereiro, e que os sete anfitriões que compunham o gabinete de 31 de agosto pedissem tempo para refletir; e que, depois, ouvindo o seu conselho privado no Rio Comprido, voltassem muito pesarosos para declarar ao monarca que as acusações eram procedentes, mas que tinham um meio fácil e pronto de aplacar a indignação pública, e era aprovar-se o ato e demitir o negociador. Assim se fez, e desde então ficou tudo salvo, e cessou a indignação popular. (Muito bem.)

Senhores, não há exemplo, que eu conheça, de uma demissão como a que me foi atirada pelo ministério de 31 de agosto. Só vejo um fato análogo, a demissão de Chateaubriand em 1824...

Olhando para esse documento do seu governo, o ilustre ex-ministro disse que a forma nem ao menos dissimulava a brutalidade do ato. Destituí-lo assim, acrescentou ele, era o mesmo que enxotá-lo como a um laçao que houvesse furtado o relógio do rei sobre a mesa de sua chaminé.

Sou um pigmeu em presença daquele gigante, do ilustre autor do Gênio do Cristianismo, mas, assim como ele, quando acusado nas câmaras francesas de ter sacrificado a dignidade da França no Congresso de Verona, posso dizer aos nobres ex-ministros e a todos aqueles que como eles pensam: Concedo-vos toda superioridade, mas não que qualquer de vós seja melhor brasileiro do que eu. (Apoiados.) Não tenho a importância de Chateaubriand, mas posso também dizer, como ele, que nunca dei nem darei a alguém o direito de tratar-me como a um laçao.

Os nobres ex-ministros do gabinete de 31 de agosto julgaram talvez que me deprimiam e para sempre no conceito dos meus compatriotas, mas o resultado foi justamente o contrário: o seu ato elevou-me, como eu não merecia na estima de nacionais e estrangeiros; de sorte que posso hoje dizer, com desvanecimento, que a demissão que recebi dos senhores ex-ministros foi para mim muito mais honrosa do que a sua nomeação. (Apoiados.)

Digam os nobres ex-ministros o que quiserem a respeito do ato diplomático de 20 de fevereiro, não poderão arrancar-me esta grata convicção: que por aquela solução salvei a vida de dois mil de meus compatriotas, evitei as ruínas de uma capital importante, e atraí as simpatias gerais do rio da Prata para o meu país.

O senhor Pimenta Bueno: ‘E os louvores da Europa.’

O senhor Paranhos: ‘Este resultado compensa-me sobejamente do desar que me lançou o gabinete passado. Hoje, ainda mesmo que a câmara dos senhores deputados não tivesse aplicado aos nobres ex-ministros a pena de Talião (eu não desejava tanta severidade), não me resta senão pedir a Deus que não volva algum dia contra os autores do decreto de 3 de março as armas da cólera popular que eles procuraram manejar contra mim.’ (*Bravos; aplausos; o orador é cumprimentado por muitos dos seus colegas e dos espectadores.*)

Dois outros discursos proferiu ainda Paranhos, no Senado, em 26 e 28 de junho, defendendo a Convenção de Paz e o seu procedimento no rio da Prata. Os senadores, Furtado e Dias Vieira, membros do gabinete que demitira o negociador, e Silveira da Mota, Teófilo Otoni e Zacarias de Góis empenharam-se na discussão, combatendo o acordo de 20 de fevereiro. O visconde de Jequitinhonha e Sousa Franco também se manifestaram contra esse acordo. Zacarias apenas o combateu em parte, tecendo elogios ao negociador e respondendo a certas censuras dos ex-ministros. O modo por que foi demitido o nosso diplomata não mereceu a aprovação desse orador e de Silveira da Mota.

Não era digno [disse Zacarias] nem do governo, nem do seu enviado, o modo descomunal por que foi demitido, podendo qualquer homem de brio avaliar devidamente a surpresa dolorosa que ele experimentara, recebendo a notícia de sua demissão no momento em que estava de copo em punho saudando o



aniversário da nossa prezada imperatriz. Isso foi desairoso, antidiplomático; porque, se a diplomacia calça luva de pelica, não é para descarregar mão de ferro em um cidadão ilustrado, cheio de serviços, e que se achava em país estrangeiro desempenhando missão tão importante...

... É verdade que o nobre ex-presidente de conselho, esquecido de que o relatório da repartição dos Negócios Estrangeiros, a fala do Trono e o *Diário Oficial* haviam reduzido o senão do convênio à deficiência, reconhecendo assim algum serviço prestado pelo ex-plenipotenciário, veio a esta tribuna dizer: ‘O que fez o ex-plenipotenciário? Nada! Não obtive nem aquilo que obteria a capacidade mais mediana!’

Há nesse dizer, senhor presidente, manifesta ingratidão (*apoiados*). O nobre ex-plenipotenciário fez muito: a circular manifesto, por exemplo, honra a sua inteligência, foi a exposição mais clara e bem deduzida que se fez da questão brasileira com a Banda Oriental, colocando-a sob o seu verdadeiro ponto de vista.

O nobre ex-enviado, em minha opinião, prestou importantes serviços...

Silveira da Mota disse: ... A demissão como foi dada tornou-se um ato desusado, extraordinário, rude (*apoiados*), e, direi mais, desnecessário (o senador Paranaguá apoiou o orador) porque um diplomata de elevada ordem, como o nobre senador pela província de Mato Grosso, incumbido de negociação importantíssima como essa que tinha a seu cargo, devia ser chamado pelo seu governo de uma maneira que nem parecesse desairosa a sua excelência, nem precipitação do governo...

Além de Paranhos, pronunciaram vários discursos em defesa da Convenção de 20 de fevereiro os senadores Pimenta Bueno (marquês de São Vicente), barão de São Lourenço, Ferreira Pena, Cândido Borges (barão de Itaúna) e Jobim.<sup>143</sup>

<sup>143</sup> Das tendências guerreiras que manifestavam alguns dos censores da solução pacífica de 20 de fevereiro, podem dar-nos ideia os seguintes trechos:

“O Brasil precisa de força moral no rio da Prata” – disse no Senado Teófilo Otoni – “precisa que a continuação de triunfos como o de Paissandu nos garanta tranquilidade e segurança para o futuro.”

O senador Silveira da Mota disse: “... Não era esse o desenlace brilhante que o Império tinha o direito de esperar, em vista de seus sacrifícios, depois de tantos esforços, e da dedicação e capacidade do nobre senador (Paranhos); o desenlace brilhante seria se, começando o ataque da praça, uma bandeira branca fosse arvorada nas suas muralhas, seguindo-se uma capitulação

Terminada a discussão do voto de graças no Senado, recebeu-se a notícia da invasão da província do Rio Grande do Sul pelos paraguaios. O Parlamento foi adiado para 1º de março de 1866 em consequência da patriótica resolução que tomou sua majestade o imperador de ir com a sua augusta presença ativar a defesa da província invadida, reunindo-se ao Exército em operações.

Em fins desse ano, Paranhos publicou o livro de que já fizemos menção, *A Convenção de 20 de fevereiro demonstrada à luz dos debates do Senado e dos sucessos da Uruguaiana*.<sup>144</sup> O paralelo que aí faz dos acontecimentos de Montevideu com os de Uruguaiana é magistral e um dos mais primorosos trabalhos do exímio escritor.

É tempo de verificar quais os defeitos que o governo descobriu na Convenção de 20 de fevereiro de 1865 e que motivaram o decreto de 3 de março, lavrado, como vimos, algumas horas depois do recebimento daquele acordo e dos despachos e das cartas que a ele se referiam.

O pensamento do governo foi manifestado no *Diário Oficial* de 10 de março e no relatório da repartição dos Negócios Estrangeiros.

Eis o que disse a folha oficial e o que foi posteriormente repetido no Senado pelos ex-ministros:

O governo imperial, resolvendo dispensar o senhor conselheiro Paranhos da missão diplomática de que o havia encarregado junto às Repúblicas do Prata, *foi a isso levado unicamente pela circunstância de não haverem sido atendidas, tanto quanto cumpria, no Convênio de 20 de fevereiro, algumas considerações a que o governo imperial devia necessariamente ligar muita importância*, tratando de não deixar sem completa satisfação todas as graves ofensas contra a dignidade do Império praticadas pelo governo de Montevideu no último período da administração Aguirre.

Essas dolorosas ofensas já as exemplificamos neste jornal: consistiram no *vilipêndio ao símbolo da soberania nacional, nas atrocidades de Jaguarão, e na traição dos prisioneiros de guerra em Paissandu*, depois de livres, por um dos

---

com os generais brasileiros; nunca podia ser esse conchavo todo de família feito na Villa da União.”

<sup>144</sup> Rio de Janeiro, 1865, v. 1, B. L. Garnier, livreiro-editor.

atos da mais rara magnanimidade, sob palavra de honra de não tomarem armas contra o Império.

... As últimas e graves ofensas contra a dignidade do Império, praticadas no derradeiro período da administração Aguirre, *reclamavam do governo do senhor Villalba a mais completa satisfação.*

Contudo, o governo imperial não deixa de reconhecer o benéfico influxo de um acordo que pôs fim à guerra, tanto civil quanto estrangeira, abrindo-nos as portas de Montevidéu sem derramamento de sangue, e entregou o governo provisório da República ao nosso aliado e amigo o senhor general Flores, ao qual acha-se o Brasil ligado por solenes compromissos de recíproca utilidade e conveniência.

Assim, o governo imperial, apesar *da deficiência notada, bastante para indicar que todo o seu pensamento não fora compreendido pelo plenipotenciário brasileiro*<sup>145</sup> e para aconselhar a sua dispensa da missão de que estava encarregado, manterá lealmente o acordo ajustado.

A exoneração, portanto, do senhor conselheiro Paranhos em nada pode influir sobre a fiel execução do referido convênio, nem sobre a política seguida pelo governo imperial nos negócios do rio da Prata, que continuará, como anteriormente, sempre desinteressada e amigável; muito menos pode autorizar o juízo de que a falta de homogeneidade de pensamento entre o governo imperial e o seu representante no rio da Prata torne esse convênio pouco honroso para o Império.

Em resumo, o pensamento do gabinete Furtado era este:

O convênio foi honroso para o Império, mesmo deficiente; o benéfico influxo desse acordo, pondo termo à guerra, abrindo-nos as portas de Montevidéu sem derramamento de sangue, e entregando o governo da República ao nosso aliado, era reconhecido pelo governo. As deficiências estão apontadas no artigo que acabamos de transcrever, e à p. 27 do relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1865.

Vamos reproduzi-las, respondendo rapidamente a cada uma das censuras:

---

<sup>145</sup> Muita gente acreditou então que o plenipotenciário recebera instruções sobre os pontos anteriormente indicados. Tal não se deu: o governo, como mostramos antes, não lhe manifestara pensamento algum.

1. *Ficar impune a ofensa à bandeira nacional em Montevideu.*

Paranhos demonstrou no Senado que, no fato ocorrido em 9 de fevereiro e de que fizemos menção, não houve insulto à nossa bandeira: foram os últimos arrancos de uma cólera impotente, uma bacanal que alguns energúmenos do partido vencido representaram nas ruas de Montevideu no intuito de excitar o fanatismo de seus sequazes. Haveria insulto ao Brasil se fosse feito a uma bandeira arvorada por autoridade competente, ao pavilhão de um personagem revestido de caráter oficial. Tal foi a doutrina sustentada em 1861, pelo Conselho Federal Suíço, doutrina que é hoje geralmente aceita. A bandeira arrastada pelas ruas de Montevideu fora comprada em uma loja dessa cidade. Sem embargo de tão ponderosas razões, o plenipotenciário brasileiro, em homenagem aos legítimos ressentimentos nacionais, e prevendo o que a ignorância ou a malevolência poderiam dizer, não deixou impunes os autores da aludida bacanal. Em protocolo reservado e adicional ao de 20 de fevereiro<sup>146</sup> ficou ajustado com o comissário de Villalba e com Flores, que este, apenas entrasse na cidade, daria, como chefe supremo da República, uma salva de 21 tiros à bandeira do Brasil, e que os principais autores das cenas de 9 de fevereiro seriam, como foram, compelidos a sair do país, não podendo regressar ao solo natal sem acordo entre o governo imperial e o da República. Que mais poderíamos desejar? Que esses loucos fossem enforcados, esquartejados ou queimados vivos? Que a salva fosse dada por Villalba? (...) Mas este, como vimos, estava em coação na praça, e tratava conosco, protegido pelas tropas neutras. Além disso, não era governo legal, e não o quisemos reconhecer como tal. A reparação em nome da nação oriental só podia ser dada pelo nosso aliado, reconhecido como chefes supremo e legítimo da República.

Lembraremos ainda que sobre este assunto o nosso diplomata não recebeu instruções do governo imperial.

2. *As atrocidades praticadas em Jaguarão foram esquecidas*

<sup>146</sup> Está publicada à p. 96, Parte II do livro *A Convenção de 20 de fevereiro*. Os ministros guardaram sobre este protocolo silêncio, provavelmente porque formularam a censura antes de o haverem lido.

*na negociação.* Ficou também demonstrado, na imprensa e no Senado, que os atentados atribuídos às forças do general Muñoz e do coronel Aparício, estavam compreendidos no artigo 2º do Convênio: “São excetuados das declarações do artigo precedente assim os crimes e delitos comuns, como os políticos que possam estar sujeitos à jurisdição dos tribunais de justiça por seu caráter especial.” Os ministros, resolvendo exonerar o diplomata no mesmo dia em que receberam a Convenção de Paz, não puderam ter tempo para compreender o alcance do ajuste celebrado.

Os atentados atribuídos a Muñoz e Aparício não estavam especificados na letra do convênio: daí concluíram os membros do gabinete que ficariam impunes. O senador Paranhos mostrou que a especificação desejada fora uma leviandade e um desar irrogado à República.

Não se podia registrar em documento destinado a figurar nas coleções diplomáticas de todos os povos cultos uma acusação tão dolorosa para os orientais; não há exemplo de procedimento igual. Muñoz estava ainda em armas nas vizinhanças da nossa fronteira. A especificação de que se trata seria, pois, um aviso que lhe enviávamos para que escapasse à punição.

Não havia prova alguma dos supostos atentados contra famílias brasileiras, além de uma carta de Blaz Colonel, que a isso se referia vagamente. O presidente do Rio Grande do Sul apenas dera a seguinte informação: “... *No trajeto saquearam as casas, arrebataram a cavalhada que encontraram, e levaram cerca de 30 escravos, dos quais alguns têm fugido para as casas de seus senhores...*” No mesmo sentido informou o general Botelho.

O saque de propriedades particulares, a tomada de cavalos, a captura e a subsequente libertação de escravos são represálias de guerra, e não delitos comuns; dão lugar a que o vencedor reclame todas as indenizações que quiser, mas não a que castigue os seus inimigos vencidos. Entretanto, podendo ser exato que as tropas de Muñoz e Aparício houvessem praticado assassinatos e atentados contra a honra das famílias nas vizinhanças do Jaguarão (nunca o governo obteve disso a mais ligeira prova), o conselheiro Paranhos, apesar de não ter instruções para isso, fez redigir nos termos convenientes o artigo 2º

do Convênio, tendo em vista as alegações vagas que apareciam na imprensa. Nas conferências da Vila da União declarou a Flores e Herrera y Obes que os crimes atribuídos a Muñoz, Aparício e outros ficariam compreendidos na exceção desse artigo, e antes de suspeitar que fosse ser demitido, estava promovendo a captura e a punição daqueles chefes e, nesse sentido, escrevera ao governo imperial em data de 7 e 13 de março.

No primeiro desses despachos, expedido de Montevidéu sete dias antes de ter notícia da sua exoneração, dizia Paranhos:

*... O submetimento de Muñoz e Aparício completa a pacificação deste Estado. Os fatos que essa gente praticou em nossa fronteira vão ser averiguados por parte deste governo, para serem punidos judicial e administrativamente. Convém que a autoridade brasileira por sua parte levante um sumário ou inquérito,<sup>147</sup> para auxiliar o descobrimento da verdade e apoiar a intervenção do representante do Brasil em Montevidéu... O fato da bandeira, obra de Susviela, Palomeque etc. também vai ser averiguado, para saber-se ao certo quais são os seus autores...*

Em despacho de 13 de março, dizia ainda Paranhos ao ministro dos Negócios Estrangeiros:

*... O artigo 2º da capitulação de 20 de fevereiro lhes será aplicado (a Muñoz e Aparício) mediante as formalidades legais. Sinto que até este momento a presidência do Rio Grande do Sul não tenha ministrado a esta Missão Especial nenhum documento nem informação a respeito dos excessos praticados pelas forças de Muñoz no território do Jaguarão. A experiência nos deve prevenir contra as notícias da imprensa, mas creio que neste caso alguma coisa houve de indesculpável atrocidade...*

As diligências feitas por Paranhos constam ainda da seguinte nota que lhe dirigiu o ministro dos Negócios Estrangeiros da República Oriental:

Ministério das Relações Exteriores, Montevidéu, 12 de março de 1865. Senhor ministro. Submetidas à consideração do governo provisório as manifestações que

<sup>147</sup> O governo nem dera instruções ao nosso diplomata, nem fez proceder a averiguações em Jaguarão, nem promoveu depois a punição dos supostos criminosos.

vossa excelência serviu-se fazer-me, relativas ao procedimento de dom Basilio Muñoz, sua excelência o senhor governador, apesar de ter já dado suas ordens a fim de que aquele indivíduo fosse trazido a esta cidade, para responder sobre os fatos que se lhe imputam, atendendo aos novos desejos manifestados por vossa excelência, renova nesta data as ditas ordens, mostrando assim a sinceridade com que quer satisfazer as justas reclamações de vossa excelência, sem embargo de que os fatos que parecem condenar o dito Muñoz tiveram lugar em território brasileiro, e, por conseguinte, fora da jurisdição da República etc. etc. Saúdo a vossa excelência etc. Excelentíssimo senhor conselheiro J. M. da Silva Paranhos, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de sua majestade o imperador do Brasil. (assinado) Carlos de Castro.

Quando, em Montevidéu, se soube, no dia 14 de março, da demissão do plenipotenciário brasileiro e das razões que para esse ato alegava o governo imperial em um despacho de que o cônsul-geral do Brasil foi incumbido de dar cópia ao governo oriental, o ministro das Relações Exteriores da República dirigiu ao nosso governo uma nota de que extraímos os seguintes períodos, chamando para eles a atenção do leitor:

... O governo da República lamenta esse fato (a demissão de Paranhos), que lhe causou sincero pesar, mas o respeita, sem permitir-se formar o mais insignificante juízo, porque talvez informações, até certo ponto equivocadas, lhe tenham podido dar origem. De certo o senhor conselheiro Paranhos, a quem por seu leal e acertado procedimento estão gratos o governo e todo o país, não fez outra coisa mais do que cumprir fielmente a missão de que estava encarregado, tendo sempre por norte os interesses, o decoro e a dignidade da nação brasileira. Verificado o rendimento da praça de Montevidéu, os termos da capitulação talvez não tenham sido suficientemente apreciados. *No seu artigo 2º deve o governo imperial ver a mais plena garantia de que os seus direitos e os deveres do governo oriental estão perfeitamente ressaltados, pois que se deixa à ação da justiça o conhecimento dos crimes civis ou políticos em que tenham podido incorrer os indivíduos a que ele se refere. O governo provisório, de acordo com as manifestações e desejos do senhor conselheiro Paranhos, e além disso com o estipulado nas cláusulas secretas da capitulação a respeito dos insultos irrogados ao Império pelo desacato à bandeira brasileira e a respeito dos tratados existentes entre ambos os países, já havia expedido ordens para que dom Basílio Muñoz fosse*

*conduzido a esta cidade, debaixo de guarda, a fim de ser submetido a julgamento pelo procedimento que teve em suas correrias; procedimento que, embora se verificasse em território brasileiro, fora, portanto, da jurisdição da República, deseja o governo provisório ver esclarecido, a fim de tornar efetivo o castigo que possa merecer, justificados os atos vandálicos que lhe sendo imputados* ,e, com data de 12 do corrente, renovou aquelas ordens, atendendo às justas reclamações do senhor conselheiro Paranhos... No propósito, pois, de que o governo imperial possa ter conhecimento exato de todos os fatos, e uma explicação conveniente da atualidade em suas relações e compromissos para com o Império, que lhe faça apreciar em toda a sua justiça o procedimento do senhor conselheiro Paranhos, e os propósitos do governo provisório de tornar efetivos os seus espontâneos e devidos compromissos, resolveu o governo provisório enviar proximamente uma Missão Especial junto ao governo de sua magestade imperial , a fim de que, com o exato e cabal conhecimento da política e tendências do governo provisório, explique e desvaneça qualquer interpretação equivocada, que tenha podido dar-se aos sucessos e ao estado atual dos negócios da República em relação ao Império...

Assim, pois, na opinião e na intenção dos negociadores do acordo de 20 de fevereiro, os crimes imputados a Muñoz e Aparício ficavam compreendidos no artigo 2º do Convênio, e nesse sentido estavam o plenipotenciário do Brasil e governo oriental promovendo a captura desses oficiais e o seu julgamento, quando estrondou em Montevidéu a notícia do decreto de 3 de março... Esclarecido o governo imperial sobre este ponto, não tratou de coligir provas sobre os tão falados crimes, e preferiu deixá-los impunes...

Meses depois, as hordas paraguaias invadiram o Rio Grande do Sul, saquearam não duas ou três casas, mas muitas estâncias e as vilas de São Borja, Itaqui e Uruguaiana; apoderou-se também, o que é recurso de guerra, das cavalhadas do inimigo. Fizeram mais, o que Muñoz e Aparício não praticaram: açoitaram e assassinaram velhos e mulheres, violaram a honra de muitas famílias. O chefe da expedição, Estigarribia, fez assassinar barbaramente um velho português residente em Itaqui e desonrou brutalmente uma das filhas daquele infeliz. Em Uruguaiana, o padre Duarte violentou uma senhora respeitável, das primeiras famílias do lugar. De tudo isso havia provas e testemunhas antes da capitulação: as declarações das vítimas, o testemunho das famílias que o inimigo expelira de Uruguaiana e o dos habitantes de São Borja e Itaqui que



puderam escapar. E tudo isso ficou impune!

3. *A traição dos prisioneiros de guerra de Paissandu, os quais foram postos em liberdade sob palavra de honra de não tomarem armas contra o Império, e uniram-se aos defensores de Montevideu.* Também sobre este ponto o governo não deu instruções ao conselheiro Paranhos.

É certo que alguns desses oficiais, libertados em Paissandu, foram incorporar-se à guarnição de Montevideu, mas por que razão o almirante, que tinha navios, permitiu que eles pudessem seguir esse destino?

Em Montevideu, eles não tiveram ocasião de disparar um tiro contra as nossas tropas, e, de mais, e inteiramente inexato que tais prisioneiros houvessem sido postos em liberdade mediante palavra de não tomarem armas contra o Império. O general Flores autorizou o conselheiro Paranhos a fazer essa declaração. Houve, a princípio, em Paissandu, a intenção de exigir dos oficiais esse compromisso, mas, em consequência do fuzilamento de Leandro Gómez, por Goyo Suárez, os generais aliados soltaram os prisioneiros sem condição, excetuados as praças de pré, que foram incorporadas ao exército de Flores.

Admitindo-se, porém, mesmo que eles houvessem dado palavra, poderíamos, no momento de paz, punir a traição? De forma alguma. Eles deveriam ser fuzilados se fossem de novo aprisionados na constância da guerra, nunca no momento da paz. A última guerra franco-alemão forneceu-nos muitos desses exemplos: até mesmo oficiais superiores, como o general Ducrot, depois de terem dado palavra, foram de novo pelejar contra os invasores e inimigos de sua pátria. A Alemanha não se lembrou disso no dia da vitória final.

Cumpre ainda notar que alguns dos prisioneiros libertados em Paissandu, que se acharam também no sítio de Montevideu (entre eles os irmãos Salvañac e Zipitria), foram posteriormente aprisionados em Uruguaiana, e tratados por nós com a maior distinção.

Eis aí resumidas e explicadas as deficiências que o governo imperial, ou antes, que o ministério Furtado, encontrou na Convenção de Paz de 20 de fevereiro de 1865.

Estendemos talvez muito sobre os acontecimentos da Missão Especial que desempenhou então no rio da Prata o ilustre cidadão que a pátria acaba de perder, mas pareceu-nos conveniente dar nesta parte mais desenvolvimento ao presente trabalho.

As sessões do Parlamento, interrompidas em 8 de julho de 1865, recomeçaram em 4 de março de 1866.

Paranhos continuou sempre em oposição aos gabinetes liberais, proferindo no Senado muitos e notáveis discursos nos anos de 1866, 1867 e 1868, até a ascensão do seu partido ao poder.

Em 3 de agosto de 1866, retirou-se o gabinete do marquês de Olinda, sucedendo-lhe o do conselheiro Zacarias de Góis, último da situação liberal.

Em 18 de agosto desse ano, foi Paranhos nomeado membro extraordinário do Conselho de Estado e no dia 21 prestou juramento em São Cristóvão.

Por esse tempo sofreram os aliados um duro revés no ataque de Curupaiti, e o ministério, satisfazendo aos votos da nação, investiu do comando supremo das nossas forças terrestres e navais em operações o marechal Caxias. O almirante Tamandaré foi substituído pelo vice-almirante J. T. Inácio, depois visconde de Inhaúma.

As duas nomeações que Paranhos lembrara [diz Alvarenga Peixoto] foram levadas a efeito: o duque de Caxias e o visconde de Inhaúma, apesar de membros da oposição, partiram para o teatro da guerra, porque o partido dominante acabou por convencer-se de que o pleito de honra em que estávamos empenhados era uma questão nacional, e não uma questão de partidos.

Em 1867, a questão da emancipação gradual dos escravos foi discutida no Conselho de Estado, graças à iniciativa de Pimenta Bueno, depois marquês de São Vicente, que em 23 de janeiro do ano anterior apresentara a sua majestade o imperador sobre esse importante assunto cinco projetos, pedindo a sua majestade que os submetesse ao exame e estudo daquela corporação.

As ideias capitais dos projetos São Vicente eram: decretação da liberdade dos filhos de mulher escrava desde logo; decretação de que ficaria completamente abolida a escravidão no dia 31 de dezembro de 1899; os filhos livres de mulher escrava seriam alimentados pelos senhores de suas mães; sendo homens seriam aqueles obrigados a servir a estes até a idade de 20 anos, sendo mulheres até a de 16; organização de juntas protetoras da emancipação; criação de um fundo de redenção

de escravos; permissão ao escravo de formar pecúlio; providências para facilitar as manumissões; matrícula especial dos escravos; libertação dos escravos da nação cinco anos depois de promulgada a lei e dos escravos das ordens religiosas sete anos depois.

O imperador, a quem era extremamente simpática a causa da abolição, entregou logo os projetos São Vicente ao marquês de Olinda, presidente do Conselho de Ministros, e desde então não cessou de empregar a sua grande influência a fim de que a questão fosse estudada para ter a solução mais conveniente.

Por aviso reservadíssimo de 17 de fevereiro do mesmo ano de 1866, o marquês de Olinda declarou à seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado que o imperador mandava consultar: primeiro, se convinha tomar qualquer medida que adiantasse a época da extinção da escravatura, independentemente dos resultados das mortes e alforrias; segundo, quais eram essas medidas.

A seção compunha-se de Sapucaí e Sousa Franco. O primeiro respondeu assim:

Quando por um lado a inexorável mão da morte e as alforrias tiverem notavelmente diminuído o número dos escravos, e por outro lado a imigração tiver aumentado o dos homens brancos, e quando cessar a guerra, virá a oportunidade de se tomarem as medidas que as circunstâncias aconselharem. Sousa Franco concordou com o relator, acrescentando que, findada a guerra, se poderia começar a tomar medidas indiretas preparatórias. É questão muito grave esta [dizia] e para cuja solução será indispensável o acordo e união de todos os brasileiros.

Esta consulta foi assinada em 27 de março de 1866.

Em 24 de abril, o marquês de Olinda ordenou que a consulta fosse transmitida aos outros conselheiros de Estado, a fim de que estes, em reunião plena, no dia que fosse designado, apresentassem os seus pareceres.

Assim se fez, mas a reunião ficou para ser convocada depois do encerramento das Câmaras.

Ao gabinete Olinda sucedeu, como já dissemos, o de 3 de agosto, presidido por Zacarias de Góis.

Pouco depois de organizado este gabinete, recebeu o imperador a conhecida carta da Junta Francesa de Emancipação, datada de 1º

de junho de 1866, e subscrita por Guizot, Broglie, Montalembert, Laboulaye, Cochin e outros filantropos europeus, carta a que o ministro interino dos Negócios Estrangeiros, Martim Francisco, respondeu em nome do governo imperial.

Com o aviso confidencial de 1º de fevereiro de 1867, assinado por Zacarias, foram, por ordem do imperador, remetidos aos membros do Conselho de Estado, cópias dos projetos São Vicente, a fim de serem examinados no dia de março ou abril que fosse designado.

A discussão desses projetos efetuou-se nas sessões do Conselho de Estado pleno de 2 a 9 de abril.

Os conselheiros de Estado falaram na seguinte ordem, na sessão de 2 de abril:

1. Abaeté (pela liberdade dos nascituros, mas contra a fixação de prazo para a abolição total); 2. Itaboraí (idem); 3. Jequitinhonha (idem); 4. Eusébio de Queirós (idem); 5. Olinda (contra a liberdade dos nascituros, e pela abolição total quando fosse possível decretá-la sem inconvenientes e perigos graves, isto é, quando o número de escravos estivesse muito reduzido pelo curso natural das alforrias e das mortes); 6. Paranhos (Rio Branco) (pela liberdade dos nascituros; contra a fixação do prazo para a emancipação total); 7. São Vicente (explicou certos pontos dos seus projetos, e defendeu o artigo que marcava o dia 31 de dezembro de 1899 para a abolição total); 8. Sousa Franco (pela liberdade dos nascituros; contra o prazo para a abolição total); 9. Nabuco (idem); 10. Sales Torres Homem (Inhomirim) (idem); 11. Muritiba (contra a liberdade dos nascituros, e contra o prazo para a abolição total; apresentou um projeto, facilitando as alforrias, estabelecendo que depois de promulgada a lei que propunha, fossem sendo declarados livres os escravos maiores de 55 anos; que do ano 1910 em diante fossem senão declarados livres todos os escravos que completassem 35 anos, e que em 1930 fossem declarados livres todos os escravos, menos os que houvessem abandonado seus senhores).

Apresentadas pelos conselheiros anteriormente indicados suas ideias sobre a questão, pronunciaram-se do seguinte modo sobre a oportunidade: para que se tratasse de realizar a reforma depois da Guerra do Paraguai, votaram os conselheiros Abaeté, Itaboraí, Eusébio de Queirós, São Vicente, Paranhos (Rio Branco), Sousa Franco, Nabuco e Sales Tôrres Homem (Inhomirim); para que se tratasse imediatamente

Jequitinhonha. Olinda e Muritiba foram contrários ao projeto da reforma.

Na reunião de 2 de abril de 1867, Paranhos leu o seu extenso e luminoso parecer, que corre impresso.<sup>148</sup>

As perguntas feitas pelo governo foram três: 1. Convém abolir diretamente a escravidão? No caso afirmativo: 2. Quando deve ter lugar a abolição? 3. Como, com que cautelas e providências cumpre realizar essa medida?

À primeira pergunta respondeu assim: “... Respondo pela afirmativa ao primeiro quesito do governo: convém abolir diretamente a escravidão.”

À segunda respondeu que “o governo imperial devia preparar o seu projetor para levá-lo a efeito depois de concluída a guerra, logo que a situação moral e financeira do país não apresentasse tão desfavorável aspecto.”

À terceira:

Entendo que se deve declarar a liberdade do ventre, ficando os filhos dos escravos obrigados a servir aos senhores das mães até certa idade, se os mesmos senhores tiverem de educá-los e sustentá-los durante esse tempo. A par desta medida capital, providências que mitiguem o cativo, como todo o favor aos processos de liberdade, a não separação dos cônjuges e das mães e filhos menores, restrições na transmissão dos escravos por herança, legado ou doação e garantias a bem da formação de seus pecúlios.

A matrícula de todos os escravos e o registro dos respectivos nascimentos e óbitos são medidas necessárias e essenciais ao fim da lei...

Não julgo já necessário criar um imposto para manumissões parciais e sucessivas. Se o estado do tesouro fosse próspero, eu admitiria a medida como auxiliar da ação natural do tempo; mas hoje, nas circunstâncias difíceis em que se acha o Estado, quando os novos impostos não serão bastante para satisfazer os encargos da guerra atual e prestar algum auxílio, ainda que fraco, ao progresso geral do país, não me parece que esse meio seja bem aconselhado.

<sup>148</sup> No folheto *Trabalho sobre a extinção da escravatura no Brasil*, Rio, 1868, Tipografia Nacional, e também na *Discussão da reforma do estado servil na Câmara e no Senado*. Rio, 1871, Tipografia Nacional (v. 2, Apêndice, pp. 102-106)

Creio também desnecessário, e até muito inconveniente, que a lei marque o prazo da extinção total da escravidão. O prazo proposto (31 de dezembro de 1899) é tão longo, que sua fixação não serviria senão de matar desde logo toda esperança à população escrava. É escusado, porque, ainda supondo que a mortalidade dos escravos entre nós não exceda de 3%, como acontecia em algumas das colônias inglesas e francesas, no fim aos 32 anos de que fala o projeto, essa população estará quase toda extinta, desde que se não renova, nem pelo tráfico, nem pelo nascimento. Para que, pois, prefixar um prazo que entristece, e que, aliás, as circunstâncias futuras do país poderão encurtar, então sem grande ônus para o tesouro?

Concordo com as ideias capitais dos projetos do senhor São Vicente quanto aos escravos da nação e os das ordens religiosas.

Creio que, com as medidas concernentes à emancipação dos escravos, se deve cuidar de meios mais eficazes para atrair população livre ao Império...

Na conferência de 9 de abril, Paranhos desenvolveu as suas ideias, proferindo dois discursos.<sup>149</sup>

Pelos extratos que acabamos de fazer terá visto o leitor que não tem fundamento algum a asserção de alguns adversários de Paranhos de haver ele combatido no Conselho de Estado o projeto de reforma que seis anos depois converteu em lei.

Em 11 de abril do mesmo ano, foram designados os conselheiros Nabuco, com o relator, Sales Tôrres Homem e Sousa Franco (logo substituído por Sapucaí) para organizar um projeto “de acordo com as ideias que obtiveram maioria nas sessões de 2 e 9”, devendo São Vicente assistir às reuniões da mesma comissão a fim de “auxiliá-la (diz o aviso) com suas luzes, como autor dos projetos que serviram de base às discussões já havidas sobre o assunto”.

O projeto dessa comissão continha todas as ideias capitais aos projetos São Vicente, menos o artigo seguinte: “A escravidão ficará inteiramente abolida para sempre em todo o Império do Brasil no dia 31 de dezembro de 1899.”

Foi discutido esse projeto nas sessões do Conselho de Estado pleno

---

<sup>149</sup> Publicados nos mesmos livros citados em nota anterior.

de 16, 23 e 30 de abril e de 7 de maio de 1868,<sup>150</sup> tomando parte na discussão o conselheiro Paranhos<sup>151</sup>.

Na sessão de 7 de maio, o imperador ordenou ao relator que redigisse de novo o projeto com as alterações que sofrera para ser ainda sujeito à discussão quando o mesmo augusto senhor determinasse.

Subindo ao poder em 16 de julho, o visconde de Itaboraí não se tornou a tratar desse assunto no Conselho de Estado.

Em 24 de maio de 1870, por iniciativa do deputado Teixeira Junior, a Câmara dos Deputados elegeu uma comissão especial, que em 16 de agosto apresentou o seu parecer e um projeto. Este projeto era, com pequenas diferenças, o do Conselho de Estado.

No mesmo ano, em 6 e 20 de setembro, ao regressar do Paraguai, o conselheiro Paranhos, então ministro dos Negócios Estrangeiros, declarou no Senado que o gabinete, no intervalo da sessão, examinaria a matéria para apresentar uma solução no ano seguinte.<sup>152</sup>

O gabinete de 3 de agosto de 1866, presidido por Zacarias de Góis, foi, como dissemos, o último da situação inaugurada em 1862, e teve de medir-se com uma numerosa oposição pelo fracionamento do partido liberal.

As dificuldades eram grandes. O nosso estado financeiro não podia ser pior, e o país, a braços com a Guerra do Paraguai, ia desesperando de vê-la concluída com a queda do ditador Solano López.

A opinião voltava-se ansiosa para os estadistas conservadores. Em seis anos de domínio, o partido liberal não havia realizado e nem mesmo procurado realizar uma só das reformas por que tinha combatido na oposição, e oferecera apenas o espetáculo das discórdias intestinas.

Foi nessas circunstâncias que o gabinete Zacarias, achando-se em desacordo com a coroa sobre a prerrogativa constitucional da escolha dos senadores, resignou o poder, sendo por sua majestade incumbido de

<sup>150</sup> A discussão está publicada no volume que tem por título *Pareceres do Conselho de Estado*, no ano de 1868, relativos ao *Elemento servil*, Rio, 1871, Tipografia Nacional.

<sup>151</sup> Os votos que deu nessas sessões estão publicados na *Discussão do elemento servil* etc., v. 2, Apêndice, pp. 123 e seguintes.

<sup>152</sup> Veja-se *Discussão da reforma do estado servil na Câmara dos Deputados e do Senado*, Rio, 1871, 2 v., Tip. Nacional. No v. 2, notas, p. 94, a nota que tem por título “Compromissos do gabinete de 16 de julho”.

formar novo gabinete o visconde de Itaboraí, que, ao chegar da Europa, incorporara-se de novo no Senado à valente oposição conservadora de que faziam parte Paranhos, Cotegipe, São Lourenço, Muritiba e outros oradores.

A primeira pessoa a quem se dirigiu Itaboraí foi Paranhos, declarando a este que não se encarregaria da organização do novo ministério se ele recusasse a cooperação que lhe pedia.

O gabinete ficou assim constituído: visconde de Itaboraí, presidente do Conselho e ministro da Fazenda; Paulino de Sousa, ministro do Império; José de Alencar, da Justiça; Paranhos, dos Negócios Estrangeiros; barão de Muritiba, da Guerra; barão de Cotegipe, da Marinha; J. Antão, da Agricultura.<sup>153</sup>

A ascensão do partido conservador foi saudada com entusiasmo em todo o Império. É na oposição que os partidos se recompõem e que retemperam as forças. O partido conservador levantou-se com um vigor e com uma unidade de ação de que a nossa história política oferece poucos exemplos.

A Câmara dos Deputados recusou ao novo gabinete todos os meios de governo, apesar dos esforços que fizeram Itaboraí e Paranhos para chamá-la à razão, lembrando as boas práticas da Inglaterra e a gravidade das circunstâncias em que se achava o país.

A Câmara foi dissolvida, apelando o imperador para a nação, que sancionou a mudança política que se operara. Os liberais, reconhecendo-se então fracos, não disputaram a eleição, e abstiveram-se em todos os distritos.

O gabinete de 16 de julho de 1868 conservou-se no poder até 29 de setembro de 1870. O conselheiro Paranhos esteve durante quase todo esse período ausente do Império, em Missão Especial no rio da Prata e Paraguai.<sup>154</sup>

Nos primeiros meses desse ministério, teve de ocupar-se, entre outros assuntos, das reclamações do tristemente célebre general Webb.

<sup>153</sup> Houve posteriormente recomposição. Retiraram-se José de Alencar e J. Antão, sendo substituídos por Nêbias e Diogo Velho.

<sup>154</sup> O gabinete Itaboraí permaneceu no poder 26 meses e meio, e Paranhos só esteve em exercício do cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros durante pouco mais de sete meses.



Pelo decreto de 30 de setembro de 1868, determinaram-se que as informações que pudessem interessar ao Império, prestadas pelos agentes diplomáticos e consulares, depois de publicadas no *Diário Oficial*, fossem reunidas, formando coleções anuais. Em 10 de dezembro, expediu Paranhos a esses agentes as instruções necessárias para que o decreto produzisse os resultados desejáveis.

A Guerra do Paraguai entrava então em nova fase. Humaitá caíra e o nosso exército, dirigido pelo duque de Caxias, marchara de vitória em vitória até Assunção. As nossas comunicações com Mato Grosso pela via fluvial estavam de novo abertas. Os aliados dominavam todo o litoral inimigo, e o ditador, depois das batalhas de Itororó, Avaí e Lomas Valentinas, e da capitulação de Angostura, refugiara-se no interior do país.

A nova fase [diz o relatório da repartição dos Negócios Estrangeiros, de 1869], a nova fase em que entrou a Guerra do Paraguai, depois que chegamos à cidade de Assunção, e o inimigo fugiu para as cordilheiras, exigiu ser estudada não só no ponto de vista militar, mas também em relação à política até então seguida pelos aliados. Em tais circunstâncias o governo entendeu conveniente que um dos ministros de Estado fosse ao teatro dos acontecimentos para observá-los em sua verdadeira luz, auxiliar o nosso general no empenho de acelerar as novas operações militares, e combinar com os governos aliados a ação política mais conveniente na presente conjuntura. Essa escolha, como era natural, recaiu no ministro dos Negócios Estrangeiros, que ao conhecimento de todos os negócios da aliança, que tem corrido por aquela repartição, reunia a experiência de outras missões diplomáticas naqueles Estados.

No dia 1º de fevereiro de 1869, partiu Paranhos para o rio da Prata,<sup>155</sup> ficando o ministro da Marinha, barão de Cotegipe, encarregado interinamente da pasta dos Negócios Estrangeiros.

Chegando a Assunção pouco depois da retirada de Caxias, Inhaúma e Itaparica, da morte de Gurjão e de Andrade Neves, animou com a sua presença a reorganização do Exército e os preparativos para a campanha que tinha de abrir-se, e obteve do engenheiro Wisner um excelente mapa das Cordilheiras e a descrição minuciosa dos lugares que teria de percorrer o exército e dos recursos dessa região desconhecida.

<sup>155</sup> Seus secretários nessa missão foram Adolfo Paulo de Oliveira Lisboa, oficial da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, e Luís de Alvarenga Peixoto, adido de primeira classe.

Regressou depois, nos primeiros dias de abril, a Buenos Aires, começando então as conferências com Mariano Varela, ministro das Relações Exteriores da República Argentina, e Adolfo Rodríguez, plenipotenciário oriental. São dignos de ler-se os dois memorandos de 30 de abril e 17 de maio, do nosso plenipotenciário, sobre a organização de um governo provisório em Assunção, composto de paraguaios.

Em 2 de junho concluiu em Buenos Aires o acordo das três potências aliadas para a formação do governo provisório, e pouco depois voltou para Assunção em companhia dos plenipotenciários argentino e oriental, Roque Pérez e Rodríguez. Eleito em 5 de agosto o triunvirato paraguaio, foi o novo governo instalado solenemente no dia 15 do mesmo mês, sendo-lhe devolvida a jurisdição civil na imensa zona já dominada pelas armas da aliança.

Difícil, mui difícil [disse Paranhos no discurso que então proferiu dirigindo-se ao triunvirato<sup>156</sup>] é a missão do atual governo paraguaio, quando vê em torno de si tantas lágrimas e desgraças, e encontram quase de todo aniquilados os poucos elementos de riqueza e organização social que três ditaduras concederam a este povo no longo período de mais de meio século. As necessidades são muitas e imperiosas, os recursos escassíssimos, mas essa mesma situação impõe a todos vós bons paraguaios o maior sacrifício, e a fé na salvação de vossa pátria vos dará forças para superar todas as dificuldades do presente e lançar os fundamentos do vosso futuro.

Senhores do governo provisório, encetai com fé a vossa empresa patriótica, e contaí para ela com as simpatias e o concurso da amizade dos aliados, cujos direitos estou certo sabereis respeitar. O acordo de 2 de junho deste ano, cujas condições aceitasteis plenamente, e a cordialidade dos sentimentos que o governo imperial tem sempre professado à República do Paraguai, serão, por parte do Brasil, a norma e os móveis das novas relações oficiais que desde hoje se estabelecem entre autoridades brasileiras e paraguaias. Poderia assegurar o mesmo da parte dos aliados, mas estes tem órgãos mais autorizados e competentes.

O Todo-Poderoso vos ilumine e aproxime o dia da paz honrosa e estável que a todos interessa, e com a paz conceda-vos todos os bens de que é digno este povo laborioso e valente, à sombra de sua independência e soberania nacional.

---

<sup>156</sup> Publicado à p. 76 dos anexos ao *Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros* de 1870.

Tais são, senhores, os votos que todo o Brasil vos dirige pelo meu órgão, nestes momentos solenes em que os aliados estão talvez ferindo os últimos combates contra o seu e vosso obstinado inimigo.

Com os restos esparsos desse povo infeliz, Paranhos reorganizou o Paraguai, salvando essa nacionalidade, e mostrando ao mundo que o Brasil não queria, como era crença geral, a conquista ou a partilha daquele país. Foi como alguém disse “o vice-rei do Paraguai e o conselheiro do novo governo, ditando vários decretos e regulamentos, que lhe fazem honra e cujas minutas, se encontram no precioso arquivo que deixou; coadjuvou eficazmente a S. A. R. o senhor conde d’Eu, a quem coube a glória de pôr termo à longa guerra que sustentávamos; por enérgicas e rápidas providências, salvou o Exército das crises em que se achou, pela falta de víveres e cavalos, nos desertos do interior; auxiliou poderosamente a expedição do general Câmara no norte da República, enviando-lhe recursos, informações e mapas, entre os quais um do Aquidabã, pelo que, em 13 de março de 1870, foi brindado por aquele general, em seu e em nome dos oficiais e soldados das forças expedicionárias, com uma insígnia que pertencera ao ditador Solano López.

A nossa vitória final em Cêrro Corá, no memorável dia 1º de março de 1870, produziu em Assunção verdadeiro delírio. O conde d’Eu, Câmara e Paranhos eram vitoriados pelo povo, e alvo de inúmeras demonstrações de gratidão. A Paranhos foi oferecida no dia 16, seu aniversário natalício, um baile pelo comércio e principais habitantes de Assunção.

É uma demonstração muito significativa e honrosa [disse um correspondente do *Jornal do Commercio*.<sup>157</sup>] A chegada do ministro brasileiro em fevereiro do ano passado, os esforços feitos então por ele para arrancar o exército do torpor e apatia em que se achava, são conhecidos de todos. A campanha das Cordilheiras foi iniciada, para assim dizer, pela palavra eloquente e entusiástica do provector orador, e o feliz resultado que hoje aplaudimos é devido em grande parte a fê que nutria o conselheiro Paranhos pela conclusão da guerra, fê que ele soube transmitir a todos os nossos bravos.

<sup>157</sup> Correspondência de 14 de março de 1870, publicada no *Jornal do Commercio*, escrita pelo doutor Lucio Álvares dos Santos.

Esses fatos estão hoje na consciência e no domínio de todos, quer militares, quer paisanos. Avalia todos no devido grau a importância que teve o voto e a palavra do estadista no conselho dos generais, onde uma vez, respondendo o conselheiro Paranhos a certas objeções, disse estas memorandas palavras: ‘A lógica também é general.’ Elogiam todos a robusta convicção com que o profundo pensador aconselhava a constância nas operações, a persistência nelas, destruindo todos os obstáculos. A voz do povo, que se não é a voz de Deus, é o bom-senso universal, aclama ao conde d’Eu, o general da espada, e ao conselheiro Paranhos, o general da pena. Honra aos dois ilustres patriotas!

Em 16 de abril de 1870, S. A. R. o conde d’Eu deixou o comando-em-chefe das forças brasileiras em operações e no dia seguinte partiu para o Rio de Janeiro, onde teve esplêndida recepção. O ilustre vencedor de Peribebuí e Campo Grande, que à glória de haver posto termo à Guerra do Paraguai reuniu a de haver promovido a promulgação do decreto de 2 de outubro de 1869, abolindo de todo a escravidão naquele país, dirigiu, ao partir, as seguintes linhas ao ministro do Brasil:

Humaitá, 16 de Abril de 1870, 21h. Excelentíssimo senhor conselheiro Paranhos. Hoje assinei minhas últimas comunicações oficiais, e amanhã de madrugada embarco no *Galgo*. Ao deixar esta terra, teatro de nossas dores e de nossos trabalhos comuns, peço-lhe que aceite aqui o meu abraço de despedida. Desejo que se recolha à corte feliz e satisfeito. Sou sempre de vossa excelência amigo. (assinado) Gaston d’Orleans.

Paranhos seguiu para Buenos Aires a fim de ativar a celebração do tratado preliminar de paz. As bases da negociação ficaram ajustadas e constam do protocolo de 9 de maio, assinado pelo nosso plenipotenciário e pelos ministros das Relações Exteriores das duas Repúblicas nossas aliadas, Mariano Varela e Adolfo Rodríguez.

Logo depois voltou a Assunção, onde recebeu ao desembarcar a notícia do falecimento de seu irmão, o general Antonio da Silva Paranhos, veterano que desembainhara sua espada aos primeiros tiros dessa guerra, em Paissandu, para embainhá-la nas margens do Aquidabã, quando se feriu em Cêrro Corá, o último combate.

Em 20 de junho, Paranhos e o enviado argentino general Vedia assinaram em Assunção o tratado preliminar de paz. O plenipotenciário

oriental não pôde achar-se presente, mas o seu governo aderiu ao pactuado.

Voltando ao Rio de Janeiro, depois de tão prolongada ausência, reassumiu nos últimos dias de agosto o exercício do cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros, e empenhou-se logo, durante o mês de setembro, nas discussões do Senado, proferindo vários discursos, em que explicou o seu procedimento nas negociações de Buenos Aires e Assunção.

O gabinete Itaboraí deixou poucos dias depois o poder, organizando-se o de 29 de setembro de 1870, presidido pelo marquês de São Vicente (Pimenta Bueno).

Paranhos foi então nomeado, por decreto de 20 de outubro, membro ordinário do Conselho de Estado, e por Carta Imperial de 3 de novembro foi-lhe conferido o título de visconde do Rio Branco com as honras de Grande do Império.

A maioria das duas Câmaras, e muitos cidadãos distintos, admiradores do seu mérito, ofertaram-lhe as insígnias de dignitário da ordem imperial do Cruzeiro, ricamente cravejadas de brilhantes, “em reconhecimento aos relevantes serviços prestados no Paraguai” pelo ilustre estadista.<sup>158</sup>

<sup>158</sup> O visconde do Rio Branco fora condecorado com o grau de dignitário do Cruzeiro em 1858. As insígnias a que nos referimos foram entregues ao visconde do Rio Branco em 23 de fevereiro de 1871, por uma comissão composta do senador Saião Lobato (visconde de Niterói), deputado Lima e Silva, conselheiro Tolentino e comendador João Carneiro do Amaral. Os subscritores foram em número de 300 e tantos, figurando entre eles Caxias, Itaboraí, Cotegipe, Abaeté, Muritiba, São Vicente, Bom Retiro, Sales Torres Homem, Camaragibe, Três Barras (Jaguarí), Saião Lobato, Antônio, Jaguaribe, Figueira de Melo, Fernandes Braga, Rio Grande, José Bento, Maranguape, Jobim, Almeida e Albuquerque, Joaquim Delfino, Ferreira Viana, Andrade Figueira, duque Estrada Teixeira, Paulino de Sousa, Melo Matos, Silva Nunes, Diogo Velho Rodrigo Silva, Antonio Prado, Candido Mendes, Pinto de Campos, Vieira da Silva, João Alfredo, Araújo Lima, Pereira Franco, Teodoro da Silva, João Mendes, conde de Baependi, Lima e Silva, Augusto de Oliveira, Isidro, Pinto Lima, Costa Pinto, Pais de Mendonça, Pereira da Silva, Lamego, José Calmon, Gama Cerqueira, Meneses Prado, Bonifácio de Abreu, Araçagi, Jansen do Paço, Afonso de Carvalho, Paula Toledo, Fausto de Aguiar, Simões Lopes, L. de Alencar, Gomes da Silva, F. Belisário, Dias da Rocha, Gomes de Castro, C. Fontes, Portela, Cardoso de Meneses, general Polidoro, Joaquim T. do Amaral (barão do Cabo Frio), Villeneuve, Carvalho Borges. Itajubá, J. C. Amaral, Keating, Bonfim, Ipanema, Nova Friburgo, Mesquita, Maw, Figueiredo Júnior, Itamarati, Militão de Sousa, J. M. Coelho de Castro, Estrela, Condeixa, Tolentino, André Rebouças, Mendes Salgado, Cunha Leitão, Eusébio Antunes, Manuel de Queirós, Macedo Soares, Severiano da Rocha e muitos outros.

Em 13 de outubro de 1870, partiu de novo para o rio da Prata, em Missão Especial, o visconde do Rio Branco.<sup>159</sup> Depois de longas conferências com o ministro das Relações Exteriores da República Argentina, Carlos Tejedor, e o plenipotenciário oriental, Adolfo Rodriguez, foi concluído, em 25 de janeiro de 1871, o acordo prévio entre os aliados e assentado o projeto de tratado definitivo de paz que estes deviam oferecer ao Paraguai.

Disponha-se Rio Branco a partir para Assunção, a fim de ultimar a sua missão, quando foi, de ordem do imperador, chamado pelo presidente do Conselho de Ministros, marquês de São Vicente, a fim de encarregar-se da organização de um novo gabinete.

No dia 20 de fevereiro de 1871, chegou ao Rio de Janeiro o ilustre estadista, obedecendo à ordem que recebera.

Honrado com a confiança da coroa e animado pelos seus mais notáveis amigos políticos, aceitou a missão de formar um novo governo.

No dia 7 de março, ficou organizado o seu gabinete do seguinte modo: presidente do Conselho, ministro da Guerra e interino da Fazenda, o senador visconde do Rio Branco; ministro do Império, o deputado Correia de Oliveira (João Alfredo); ministro da Justiça, o senador Saião Lobato (visconde de Niterói); dos Negócios Estrangeiros, o deputado M. F. Correia; Marinha, o deputado Duarte de Azevedo; Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o deputado Teodoro da Silva.

A pasta da Fazenda foi destinada ao barão de Cotegipe, mas este ilustre estadista não a pôde aceitar pelos motivos que alegou em duas cartas que foram posteriormente publicadas, motivos que se prendiam ao seu modo de encarar a questão eleitoral.

Completo-se então o gabinete, ficando o visconde do Rio Branco com a pasta da Fazenda e sendo nomeado ministro da Guerra o senador Jaguaribe.

O gabinete Rio Branco foi o que mais larga duração tem tido entre nós, pois se conservou no poder desde 7 de março de 1871 até 25 de junho de 1875. Durante esse período, passou por algumas modificações.

---

<sup>159</sup> Nesta missão, acompanharam-no, como secretário, o doutor Paranhos, deputado da Assembleia Geral, e como adido de primeira classe, o comendador Keating, primeiro oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Em 1872, retiraram-se do gabinete os ministros da Justiça, da Agricultura e da Guerra. O conselheiro Duarte de Azevedo passou da pasta da Marinha para a da Justiça, sendo nomeados o visconde de Itaúna ministro da Agricultura, e os conselheiros Junqueira ministro da Guerra, e Ribeiro de Sousa da Marinha.

Nesse mesmo ano, pelo falecimento de Itaúna, foi o senador Barros Barreto nomeado ministro da Agricultura. Em 1873, retirando-se este, sucedeu-lhe o conselheiro Costa Pereira. O ministro dos Negócios Estrangeiros, M. F. Correia, deixou também o gabinete em 1873, sendo em seu lugar nomeado o senador visconde de Caravelas.

Em maio de 1871 suas majestades o imperador e a imperatriz partiram para a Europa, ficando na regência do Império a sereníssima princesa imperial.

Abertas as Câmaras, o gabinete Rio Branco conseguiu, no curto espaço de cinco meses, a passagem de duas importantes reformas.

A lei de 20 de setembro de 1871, da reforma judiciária, melhorou a organização da magistratura e deu-lhe caráter mais permanente, separou as atribuições judiciais das de polícia, diminuiu os casos de prisão preventiva e, sem fórmulas, marcou os casos especiais em que essas prisões podem ser efetuadas; instituiu a fiança provisória e ampliou a esfera do *habeas corpus*, medidas altamente liberais; simplificou os processos criminais e alargou os meios de defesa; aumentou as alçadas dos juízes do cível, melhorou consideravelmente a forma do processo e estabeleceu recursos mais prontos e garantidores; diminuiu o número de juízes julgadores das causas cíveis; marcou-lhe prazos para os julgamentos; enfim, abriu como os melhoramentos em quase todos os ramos da administração da justiça.

A lei de 28 de setembro de 1871 veio estancar a última fonte que alimentava a escravidão entre nós, depois da abolição do tráfico.

É este [dizia em fins de 1871 um biógrafo do visconde do Rio Branco<sup>160</sup>] o período mais importante da sua vida política. No curto espaço de cinco meses

---

<sup>160</sup> Alvarenga Peixoto, *O visconde do Rio Branco*.

o gabinete Rio Branco fez passar pelos cadinhos do parlamento duas reformas importantíssimas, a reforma judiciária, reclamada por ambos os partidos havia tantos anos, e a reforma do estado servil, solicitada pelos interesses gerais da humanidade.

A lei da reforma do elemento servil, promulgada então a 28 de setembro de 1871, foi obtida depois de uma luta sem igual nos nossos anais parlamentares. Nessa luta, para sempre memorável, os grandes dotes de orador e de estadista que o visconde do Rio Branco então pôs em relevo, a energia, o calor, o tino e a prudência com que defendeu o projeto do governo aumentaram a justa nomeada de que gozava e tornaram-no o mais prestigioso e popular dos nossos estadistas.

Nenhum ministro [disse com razão Alvarenga Peixoto] teve entre nós ocasião de desenvolver tanta atividade e de revelar tanta energia, de provar tanta constância e tão imprevistos recursos como o visconde do Rio Branco nos cinco longos meses da sessão legislativa que acaba de findar. Era raro o dia que não tinha de subir à tribuna em alguma das duas Casas do parlamento. Se estava no Senado, forçavam-no a falar duas e três vezes; depois tinha de correr à Câmara dos Deputados, onde o chamava a discussão da reforma, ou alguma interpelação dos deputados dissidentes.

Sem os esforços e a habilidade de Rio Branco, a oposição teria conseguido embaraçar a passagem do projeto, pois os deputados da maioria eram 64, e bastava que faltassem três para que a Câmara não pudesse funcionar. Os oposicionistas não concorriam para a abertura das sessões, retiravam-se sempre que havia votação, e não raro recorriam ao tumulto, para interromper os trabalhos da Câmara, e às agressões violentas, na esperança de intimidar o governo e a maioria, lançando mão, e abusando, de todos os expedientes protelatórios autorizados pelos nossos péssimos hábitos parlamentares.

Durante a sessão legislativa de 1871, teve o visconde do Rio Branco necessidade de pronunciar no Senado e na Câmara dos Deputados 41 discursos. Nesta última Câmara, a oposição à reforma compunha-se de 45 deputados, dirigidos pelo ilustre conselheiro Paulino de Sousa. Entre eles figuravam José de Alencar, duque Estrada Teixeira, Andrade Figueira, Perdigão Malheiro, Pinto Moreira, Pereira da Silva, Ferreira



Viana, Belisário e Almeida Pereira. No Senado, os oradores contrários à reforma eram Zacarias de Góis, Itaboraí, Três Barras (depois visconde de Jaguarí), Muritiba, Carneiro de Campos (visconde de Caravelas) e Antão. O senador Silveira da Mota combateu também todos os artigos do projeto, menos o primeiro.<sup>161</sup>

No dia 28 de setembro, o Senado aprovou em última discussão o projeto do governo. Os espectadores prorromperam em estrondosas aclamações, e uma chuva de flores caiu das galerias no recinto da Câmara, onde o visconde do Rio Branco era abraçado por muitos senadores e deputados, pelos espectadores e por vários membros do corpo diplomático. O presidente não pôde conter os entusiásticos vivas ao chefe do gabinete e à maioria do Senado. O ministro dos Estados Unidos mandou apanhar algumas flores, e, recebendo-as, o visconde exclamou: “Quero que em meu país se saiba que o que lá custou tanto sangue, no Brasil apenas custou flores.”

As manifestações de regozijo continuaram. Muitas corporações foram saudar o visconde do Rio Branco. Por espaço de alguns dias, verdadeiras procissões, precidadas por bandas de música, se dirigiram a sua residência. Para comemorar tão grande acontecimento, a maçonaria mandou cunhar uma medalha, tendo, de um lado, a efigie de Rio Branco e, do outro, uma alegoria.

Numerosas felicitações de câmaras municipais e assembleias

<sup>161</sup> A seguinte estatística dos discursos proferidos nas duas Câmaras pró e contra a reforma mostra que o esforço principal coube ao visconde do Rio Branco.

A favor da reforma: presidente do Conselho (Rio Branco), 21 discursos; ministro da Agricultura (Teodoro), 12; da Justiça (Saião Lobato), 3; da Marinha (Duarte de Azevedo), 1; da Guerra (Jaguaribe), 1. Deputados: Junqueira, 7; Alencar Araripe, Teixeira Júnior e Araújo Lima, 3 cada um; Pinto de Campos, Benjamim Pereira, Luís Carlos e Meneses Prado, 1 cada um. Senadores: Marquês de São Vicente, 3; Sousa Franco, Sales Tôrres Homem, Nabuco, São Lourenço, Fernandes da Cunha, Figueira de Melo, Otaviano, C. Mendes e Vieira da Silva, 1 cada um. Total de 71 discursos.

Contra a reforma:

deputados: duque Estrada Teixeira, 6 discursos; José de Alencar, 4; Andrade Figueira, 4; Perdigão Malheiro, 4; Paulino de Sousa, 3; Pinto Moreira, 3; Pereira da Silva, 2; Ferreira Viana, 2; barão da Vila da Barra, 2; Belisário, 2; Almeida Pereira, 2; Capanema, 2; Nêbias, Cobra, Lama Cerqueira, Melo Matos, Monteiro de Castro, J. Calmon e Sousa Reis, 1 cada um. Senadores: Zacarias de Góis, 15; barão das Três Barras (visconde de Jaguarí), 12; Silveira da Mota, 7; visconde de Muritiba, 5; Antão, 4; visconde de Itaboraí, 3; Carneiro de Campos (visconde de Caravelas), 1. Total de 90 discursos. Cumpre notar que o senador Silveira da Mota aceitou o artigo 1º do projeto, falando e votando contra todos os outros.

provinciais chegaram às mãos do presidente do Conselho.

O senador Francisco Otaviano proferiu na discussão as seguintes palavras (12 de setembro):

É justiça confessar-se que cabe ao atual presidente do conselho uma boa parte de glória por ter ouvido a vontade da nação e procurado satisfazê-la expondo-se à má-vontade de seus próprios correligionários.

Um escritor contemporâneo, examinando com imparcialidade a história da reforma das leis dos cereais na Inglaterra, depois de confessar que ao ilustre Cobden e seus amigos se devia o progresso da razão pública em semelhante assunto, acrescenta: ‘Mas nem por isso é menor o serviço prestado por *sir* Robert Peel, tomando a si a difícil e espinhosa tarefa de lutar com seus amigos para aceitarem a reforma liberal.’

Se não fora o seu concurso, a reforma se faria, é verdade; porém, mais tarde, com maior azedume, talvez com maiores exigências, e seguramente com o vexame e aniquilamento do partido conservador, partido essencial no mecanismo das instituições democráticas.

O senador Nabuco de Araújo, outro adversário de Rio Branco, disse o seguinte (26 de setembro):

... Vou concluir, e, concluindo, aproveito a ocasião para felicitar o nobre presidente do Conselho. Qualquer que seja a responsabilidade do nobre ministro para com o seu partido, quaisquer que sejam os inconvenientes da divisão e transformação dele, é inegável que sua excelência cobriu-se de glória, servindo de instrumento desta grande obra da civilização e do cristianismo. O projeto tem imperfeições, eu as notei; mas tem uma inscrição magnífica que me obriga a votar por ele. Eis aqui a inscrição: ‘Na terra de Santa Cruz ninguém mais nasce escravo.’

O doutor Teófilo Otoni, filho do ilustre tribuno liberal, disse o seguinte, no seu artigo: “*Alea jacta est*”, publicado na *Reforma*:

... Todavia, no momento de sua sanção legal, manda a justiça esquecer as odiosidades partidárias, e dirigir duas palavras ao digno estadista, que levou nosso batel até o porto desejado.

Na véspera de Trafalgar, Nelson dizia aos seus lugares-tenentes: ‘Amanhã conquistarei uma cadeira na Câmara dos Lordes ou um túmulo em Westminster!’

Golpeando de morte o estado servil, tornando-se apóstolo da emancipação, o senhor visconde do Rio Branco, de há muito chegado ao apogeu de sua gloriosa carreira política, adquiriu um lugar no Panteão da imortalidade.

Ligando seu nome à história desta grande transformação social, o ilustre estadista filiou-se a essa plêiade de homens, que, na expressão de madame de Stael, pelo porte do seu merecimento, pelos rasgos da audácia pessoal, são os contemporâneos das gerações futuras.

Como Robert Peel, o nobre presidente do conselho não teve a prioridade da ideia, viu-a nascer e acompanhou-a em seu curso; quando ela, amadurecida, tinha calado na opinião, o homem de Estado apareceu, dominou os obstáculos do próprio partido e inscreveu-a no livro da lei.

Durante a luta muitos dos seus paladinos tiveram ocasião de desânimo, outros fraquearam receosos de conflagração; o chefe supremo da situação foi o único, que, à força de perseverança e tenacidade, não esmoreceu, preparou o resultado, que hoje todos aplaudimos.

Os erros políticos de José Maria da Silva Paranhos não chegarão à posteridade, ele está sagrado; o levita da emancipação há de repetir-lhe o nome entre os de Buxton e Wilberforce.

O conselheiro Saraiva disse ainda ultimamente (30 de outubro de 1880) no Senado:

... O Brasil deve muito ao nobre visconde do Rio Branco, e recordar-se-á sempre com profunda saudade do ministério de então e da habilidade que sua excelência desenvolveu no parlamento, defendendo contra uma parte de seu partido uma ideia generosa que teve a solução que convinha tivesse nessa época.

A Lei Rio Branco foi recebida com aplauso por todo o mundo civilizado, pois com a liberdade dos nascituros, o fundo da emancipação, e a abolição do tráfico, a escravidão estava condenada a desaparecer.

Dia virá [disse Michaux Bellaire<sup>162</sup>] dia virá, e sem dúvida está próximo, em que a escravidão será completamente abolida no Império. Mas isso será feito sem perigo, sem comoção, porque a lei que examinamos preparou sabiamente a transição.

Quem quer que esteja ao corrente dos assuntos brasileiros [disse Julien Penel] reconhecerá que, formulando essa lei, o senhor Rio Branco foi até o limite extremo do possível.

O economista A. de Mallarce ainda ultimamente escrevia no *Journal des Débats*:

... Rio Branco lançou as bases para a libertação dos negros no Brasil, e fez essa grande obra da maneira mais engenhosa e mais sábia, e no país do mundo, onde a produção nacional, quase que totalmente agrícola, exigindo mais que em outros lugares o trabalho braçal, tornava ainda mais difícil a emancipação dos escravos.

Hoje, passados 10 anos, pode-se e deve-se pretender ir além do que, com tanto custo, foi obtido em 1871, pois a evolução abolicionista provocada pela lei de 28 de setembro tem feito verdadeiros prodígios nesse período. Pode-se tratar desde já de modificar e desenvolver as disposições dessa lei, suprimindo, por exemplo, a indenização aos senhores pela desistência dos serviços dos menores filhos de escravos; aumentando o fundo de emancipação; executando com todo o rigor a lei na parte relativa à matrícula, e restringindo ou suprimindo, como propôs no Conselho de Estado o visconde do Rio Branco, o direito de transmissão dos escravos por herança, legado ou doação. Pode-se também, com o fim de preparar os atuais escravos para o regime da liberdade, estabelecer que eles devam ser remunerados pelos seus senhores, concedendo-lhes estes dois ou três dias de trabalho remunerado durante a semana, e exigir que em todos os estabelecimentos rurais de certa importância haja uma escola de primeiras letras. É injustiça, porém, é injustiça e ingratidão pretender amesquinhar a grande obra do visconde do Rio Branco. A esses que supõem aumentar a própria glória, diminuindo a daquele ilustre brasileiro, lembraremos que em 1871 não havia neste país quem julgasse possível ir

---

<sup>162</sup> *Considérations sur l'abolition de l'esclavage et sur la colonisation au Brésil*, por Michaux Bellaire, advogado no Conselho de Estado e no Tribunal de Recursos de Paris.

além da lei de 28 de setembro. A posteridade, como os contemporâneos, há de fazer justiça a Eusébio de Queirós, que aboliu o tráfico de africanos, e a Rio Branco, que libertou as novas gerações. A missão dos atuais abolicionistas ficou, graças àqueles dois estadistas, muito simplificada porque apenas tem por fim apressar o momento da completa extinção da escravidão. Aos injustos censores da lei de 28 de setembro (felizmente mui poucos) lembraremos as seguintes palavras proferidas na Câmara dos Deputados, no dia seguinte ao funeral do visconde do Rio Branco, por um juiz insuspeito, o brilhante orador Joaquim Nabuco, presidente da Sociedade Brasileira contra a escravidão:

*... O homem que nós lamentamos não fez uma obra incompleta. Há uma parte definitiva nesta grande obra: há 10 anos ninguém nasce escravo; e quando mesmo não fôssemos além da lei de 28 de setembro de 1871, se esquecêssemos o dever da nossa geração e do nosso tempo, ainda assim ela bastaria para deixar desassombrado o futuro, para assegurar que um dia a escravidão não existiria mais no nosso país. (...)*

*Foi esta a sua glória, e eu venho afirmá-lo do alto da tribuna, porque esta glória é patrimônio da nossa ideia, e a riqueza da nossa causa, é a grande herança que ele aponta à ambição dos nossos homens de estado, mas que, como Alexandre, ele só deixou ao mais digno.*

Não deixaremos de mencionar aqui a *Festa da Emancipação* celebrada na noite de 2 de março de 1872 pela maçonaria brasileira em honra do seu grão-mestre, visconde do Rio Branco. Nessa solenidade, inaugurou-se o retrato do benemérito emancipador, e foi-lhe entregue uma medalha de ouro, de 22 quilates, pesando 73 oitavas e tendo 70 milímetros de módulo. Essa medalha e a cadeia, que a prende, também de ouro foram ultimamente oferecidas ao Museu Nacional pelos herdeiros do visconde do Rio Branco. Tem no verso um grupo alegórico e a seguinte inscrição: “Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871. Presidente do Conselho de Ministros, o visconde do Rio Branco.” No anverso, retrato do visconde e esta inscrição: “O Gr. Or. do Brasil ao Lavradio ao seu Gr. M. visconde do Rio Branco”.

Transcreveremos os seguintes trechos do discurso então proferido

pelo visconde do Rio Branco, a fim de que o leitor possa ter um exemplo da modéstia com que esse ilustre cidadão sabia sempre exprimir-se:

... As distinções que me conferistes, muito superiores ao merecimento de quem as recebe, são outros tantos fatos e símbolos comemorativos do vosso civismo e dos vossos sentimentos filantrópicos, expostos às vistas das gerações presentes e vindouras. O mérito real é vosso; a honra desta solenidade vos cabe principalmente. Eu sou apenas a expressão personificada do vosso generoso pensamento, pela dupla e transitória qualidade que recebi de vossa confiança e do certame da vida política.

Vosso entusiasmo tem os mais nobres incentivos. A reforma social, que o poder legislativo do Brasil acaba de decretar, é de certo um triunfo assinalado da nossa civilização; é a remissão de uma grande dívida para com Deus e os homens (*apoiados*); é o marco de uma nova era, era de regeneração mural e material, preparada pela razão, reclamada pela justiça e favorecida pelo tempo; bela e salutar, como todas as obras que a moral universal inspira; obtida a custo, como tudo o que é verdadeiramente grande, mas incruenta, como padrão eterno do caráter elevado e raro bom senso do povo brasileiro (*muito bem*).

O feito social que hoje celebrais com tanta efusão do vosso patriotismo ilustrado pela mais sã filosofia parecia o esforço mais arriscado da sociedade brasileira. Não encontrava contra si as diferenças de castas, os preconceitos aristocráticos das Repúblicas gregas e romana, as ideias falsas e egoístas dos tempos de Platão e Aristóteles; mas opunham-se-lhes hábitos seculares, a organização de todo o trabalho industrial, as apreensões naturais de interesses legítimos, e tão valiosos, que neles se cifra toda a nossa riqueza pública e particular. A resistência era inevitável; em todo caso seria enérgica, mas causas artificiais ou as paixões dos homens lhe aumentaram as proporções, lhe desfiguraram o caráter e ameaçaram torná-la tempestuosa.

Triunfou, porém, e sem prolongada luta a ideia do progresso; triunfou porque era a verdade e a justiça (*apoiados*), e este duplo sol das consciências bem formadas ilumina e atrai a si os próprios que se desviam da estrada real da felicidade pública, para correrem desviados pelos atalhos dos erros e das ilusões momentâneas. Os fados encontrarão seu caminho. (*Muito bem.*)

Quem venceu nessa luta pacífica (seja-me permitida a expressão) foi a sociedade brasileira. É uma vitória que agrada a Deus e a Catão, que honra a todos, que confunde vencedores e vencidos, luz refulgente da imagem da pátria, aos olhos da história e sob as inspirações do Onipotente ( *muito bem*).

Ninguém tem direito à glória exclusiva desse feito, como ninguém deve deixar de aderir à lei ditada pela vontade da maioria nacional e aplaudida pela voz unânime do mundo civilizado.

(...)

A pedra de toque de uma ação grande e benéfica está no sentimento geral que provoca. A reforma de que tratamos foi acolhida com entusiasmo pelos habitantes deste solo, e mereceu os louvores desinteressados dos outros povos. Não se lhe pode recusar o caráter de um verdadeiro melhoramento social.

(...)

A memorável lei de 28 de setembro livrou o futuro dos males do presente, e proveu a extinção gradual do quando podia ser cortado pela raiz sem abalar desde os alicerces o edifício social desta grande nação (*apoiados*). É um progresso refletido, progresso racional, que melhora conservando, e cuja divisa deve ser essa: *O movimento mantém mas não muda o mundo*.

Prudente e inspirada pelos mais santos princípios, a reforma de 28 de setembro há de ser fecunda em benefícios para a comunhão brasileira. Associo-me cordialmente a expansão dos maçons aqui reunidos.

E bem que não deva considerar, nem considere como mero apreço pessoal as honrosas demonstrações de que me fizestes alvo, acreditai que elas penhoram minha gratidão, sentimento para mim indelével e sempre dos mais caros.

Eu as recebo, por mim, por meus colegas de gabinete, por todos os cooperadores desse grandioso ato legislativo, como um exemplo que animará aos que podem prestar mais relevantes serviços ao Brasil, que eu amo estremecidamente como uma das mais belas províncias da humanidade (*aplausos*).

Em abril de 1872, sua majestade o imperador voltou da Europa e no mês seguinte estava reunido o Parlamento.

A reforma do estado servil e as discussões tempestuosas a que

dera lugar produziram uma cisão no seio do partido conservador. A principal resistência à passagem da reforma dera-se nas províncias do Rio de Janeiro, Minas e São Paulo. Na província do Rio de Janeiro, em princípio de 1872, o governo sofrera um revés na eleição senatorial, com a derrota do conselheiro Teixeira Junior. Esse fato encheu de coragem os conservadores dissidentes. Aberto o Parlamento, e aproveitando a demora de alguns amigos do governo, a dissidência conservadora levantou na Câmara dos Deputados uma questão de confiança, e reuniu 51 votos contra 50 que teve o gabinete. O visconde do Rio Branco pediu e obteve do imperador dissolução da Câmara. A execução da reforma não podia ser entregue aos seus implacáveis e apaixonados adversários.

Na eleição a que se procedeu em agosto, triunfou o governo, sendo, entretanto, eleitos quarenta e tantos oposicionistas, entre conservadores dissidentes e liberais.

A nova legislatura começou a funcionar em dezembro de 1872, e, graças à hábil direção do gabinete de 7 de março, foi das mais fecundas que temos tido.

A história do ministério Rio Branco só mais espaçadamente poderia ser feita. Não há um só ramo da administração em que ele não tenha deixado claros vestígios do seu veementíssimo desejo de promover o bem da pátria. Nenhum outro fez mais nem tanto pelo progresso nacional. Proclamou a liberdade dos filhos de mulher escrava, emancipando as novas gerações, e tornando a extinção total da escravidão simples questão de tempo; instituiu um fundo especial para a emancipação gradual e fez a primeira distribuição desse fundo; organizou e regulou sem vexame nem constrangimento dos proprietários o importante serviço da matrícula especial dos escravos.

Ampliou o *habeas corpus*, instituiu a fiança provisória, regulou sobre bases equitativas a prisão preventiva; aumentou os tribunais de segunda instância, criando relações no Pará, Ceará, Minas, São Paulo, Goiás, Mato Grosso e Rio Grande do Sul; deu novo regulamento a esses tribunais, e melhorou a sorte da magistratura.

Deu grande impulso à instrução pública na capital e nas províncias; reorganizou a antiga Escola Central em Escola Politécnica; criou a Escola de Minas, de Ouro Preto; reformou as Escolas Militares e restabeleceu os cursos de infantaria e cavalaria no Rio Grande do Sul; criou o Asilo dos Meninos Desvalidos; organizou e apresentou às



Câmaras um projeto notável em que consagrou os mais generosos e fecundos princípios para o aperfeiçoamento e disseminado do ensino.

Reorganizou o Arquivo Público; quase restaurou a Biblioteca Nacional; dotou o ensino com vários edifícios; multiplicou as escolas; deu regulamento ao registro civil; organizou e fez executar o primeiro e único recenseamento geral do Império; fundou a Diretoria-Geral de Estatística, cujos trabalhos vieram a merecer distinta menção entre estranhos; reformou várias Secretarias de Estado, a Casa da Moeda e outras repartições.

Substituiu o velho sistema de recrutamento, que granjeara a justa denominação de caçada de homens; desobrigou o cidadão dos incômodos e rigores da antiga Guarda Nacional; reorganizou os arsenais; melhorou e desenvolveu com sagacíssimo empenho o material do Exército e da Armada; deu novas regras à promoção nesta última classe; e melhorou, como de muito era reclamado, os vencimentos de ambas.

Diminuiu os impostos, iniciando a sábia política da redução dos direitos de exportação; deu regulamento às Caixas Econômicas e aos Montes de Socorro, criando estabelecimentos dessas nas capitais de províncias, podendo ter caixas filiais nas cidades e vilas do interior cujas necessidades o exigissem; melhorou o regime do crédito territorial numa produtora e extensa zona agrícola, e deixou pendente um projeto que deu origem à lei de 6 de novembro de 1875; mandou proceder aos estudos necessários e organizou o projeto para as obras do abastecimento de água e capital do Império; ativou a construção da estrada de Ferro de Pedro II e decretou a de São Pedro do Sul, fez proceder aos estudos preliminares dessas linhas e das vias férreas do Paraná a Mato Grosso, de Cuiabá a Lagoinha e do prolongamento das de Pernambuco e Bahia; iniciou o levantamento da carta itinerária e da carta geológica do Império, trabalhos suspensos pelo ministério seguinte; promulgou a importante lei de 24 de setembro de 1873, concedendo garantia de juros às estradas de ferro provinciais; fez estudar melhoramentos em vários portos do Império; fomentou a navegação, concedendo-lhe favores e expedindo o regulamento concernente à marinha mercante nacional; desenvolveu a rede telegráfica terrestre e fez as concessões para os cabos transatlântico e costeiro, pondo a capital do Império em comunicação com os principais portos desde o Pará até a fronteira do Rio Grande, com a Europa e o rio da Prata e Pacífico e Estados Unidos;

promoveu ativamente a colonização, conseguindo estabelecer o que até então debalde se havia tentado, a corrente imigratória que ainda hoje perdura apesar dos muitos erros cometidos pelo governo nestes últimos três anos; auxiliou a criação do Asilo Agrícola, da Fazenda Normal e do Museu Industrial; fez construir vários edifícios públicos, como o da Tipografia Nacional, da Secretaria da Agricultura, da Caixa de Amortização e do Correio, de escolas e de alfândegas; restaurou alguns, como o do Tesouro Nacional e o edifício em que funciona hoje o Liceu de Artes e Ofícios; compraram outros, como os em que hoje se acham a Secretaria do Império, e o quartel de artilharia em São Cristóvão; fez ajardinar o antigo Campo da Aclamação, convertendo-o em um parque digno da capital do Império.

Deixou a ponto de converter-se em lei, já aprovado pela Câmara Temporária, um projeto de reforma eleitoral, consagrando, além de outros, estes grandes princípios: qualificação permanente; representação das minorias pelo voto incompleto; incompatibilidades parlamentares e desenvolvimento das incompatibilidades eleitorais.

O gabinete Rio Branco atravessou mais de quatro anos de uma vida laboriosa e agitada, sempre a braços com oposição numerosa e ativa ao Parlamento. Em 1871, venceu duas campanhas pelas reformas do elemento servil e judiciário. Em 1872, o nosso plenipotenciário no rio da Prata e Paraguai, barão de Cotegipe, foi autorizado, à vista dos embaraços e das sistemáticas delongas do governo argentino, a celebrar em separado, com o governo de Assunção, os tratados definitivos de paz, de limites, de comércio, de navegação e de extradição. Isso provocou as iras e o despeito do governo argentino, obrigando-nos a linguagem desse governo e da sua imprensa, bem como os seus preparativos militares, a colocar as nossas forças de terra e mar em pé respeitável. A situação melhorou um tanto com as negociações celebradas no Rio de Janeiro entre o plenipotenciário brasileiro marquês de São Vicente, e o argentino, general Mitre. Em 1875, foram reatadas as negociações com os enviados argentinos e paraguaios, doutor Tejedor e Jaime Sosa, sendo plenipotenciários brasileiros o presidente do Conselho, visconde do Rio Branco, e o ministro dos Negócios Estrangeiros, visconde de Caravelas.

O ministro argentino Tejedor, abusando da ingenuidade e da ignorância do seu colega paraguaio, obteve deste um tratado, que o governo de Assunção repeliu. A questão ficou no mesmo pé em que se

achava antes, e só foi resolvida algum tempo depois, estando já então no poder o gabinete Caxias-Cotegipe. O governo argentino aceitou afinal o arbitramento que Rio Branco e Caravelas haviam proposto para a fixação de limites no Chaco, desde a Vila Ocidental até a Baía Negra, e, nomeado árbitro o presidente dos Estados Unidos, decidiu a pendência, como era de justiça, a favor do Paraguai.

No mesmo ano de 1872 começou a luta entre alguns bispos e o governo. Os bispos de Olinda e do Pará foram processados e condenados pelo Supremo Tribunal de Justiça. Comutada a pena de prisão com trabalhos em prisão simples nas fortalezas de São João e da ilha das Cobras, foram esses bispos anistiados em 1875, quando o visconde do Rio Branco deixou o poder.

O fanatismo religioso deu lugar a distúrbios no interior de algumas províncias do Norte, mas a força pública restabeleceu prontamente a ordem depois de alguns conflitos com os sediciosos. Também nas vizinhanças de São Leopoldo (Rio Grande do Sul) foi preciso o emprego da força e o sacrifício de não poucas vidas, para destruir um bando de fanáticos não católicos, que se fortificaram em posição favorável à defesa. O bravo coronel Genuino de Sampaio, um dos veteranos da Guerra do Paraguai, foi morto nessa luta inglória.

Para dar ideia de alguns progressos realizados sob a administração Rio Branco, apresentaremos aqui algarismos que são eloquentes.

*Imigração*: eis o número de imigrantes que entraram no Império nos cinco anos que precederam a organização do gabinete de 7 de março:

1866 – 5.962

1867 – 7.281

1868 – 10.032

1869 – 9.527

1870 – 9.642

Graças aos auxílios que a imigração prestou o gabinete Rio Branco, graças aos contratos que celebrou para a introdução de colonos e à propaganda que seus agentes fizeram na Europa, em pouco tempo elevou-se consideravelmente o algarismo das entradas. Em 1876, o número de imigrantes era de 30.567. As despesas não podiam deixar de ser proporcionais ao grande cometimento, mas ficou estabelecida desde

então e, em consequência desses sacrifícios de dinheiro, a poderosa corrente de imigração espontânea, que, como dissemos, tem resistido aos erros cometidos desde a ascensão do partido liberal em 1878, às mal entendidas economias e aos anúncios que o governo fez correr na imprensa europeia de que não auxiliava mais os imigrantes.

*Estradas de ferro:* o gabinete Rio Branco encontrou 731 quilômetros em tráfego (1871) e, ao retirar-se do poder (1875), deixou 1.500 quilômetros em tráfego, 1.649 quilômetros em construção, e concedidos 1.700 quilômetros, gozando da fiança de garantia de juros, na forma da Lei nº 2.450 de 24 de setembro de 1873. Deixou ultimados os estudos para a construção das estradas de ferro do Rio Grande do Sul, para a de Curitiba a Miranda, para o prolongamento da de Rio Claro a Santa Ana do Parnaíba, para a de Cuiabá a Lagoinha, e para o prolongamento das estradas de ferro da Bahia e Pernambuco. Os estudos feitos compreendiam 6.531 quilômetros.

*Telégrafos:* encontraram o gabinete Rio Branco 2.080 quilômetros de linhas terrestres. Deixou 5.151 quilômetros com 8.523 quilômetros de fio telegráfico, sem falar das linhas telegráficas pertencentes às empresas de estrada de ferro. Além dessas linhas terrestres, mais 753 quilômetros de cabo submarino na linha do sul. Deixou mais estabelecidos os cabos submarinos transatlânticos da *Brazilian Submarine Telegraph Company* (contrato de 16 de agosto de 1872) e costeiro da *Western and Brazilian Telegraph Company*, e o da Companhia Platino-Brasileira. Foram assim inauguradas nesse tempo as comunicações telegráficas entre o Império e a Europa (Pernambuco a Lisboa), os Estados Unidos (Para a São Tomás), as Repúblicas Oriental e Argentina e a do Chile. O cabo submarino foi estendido ao longo das nossas costas desde o Pará até Rio Grande, e as linhas terrestres levadas com atividade, em direção ao norte, até Pernambuco, e em direção ao sul até as fronteiras do Jaguarão e do Uruguai.

*Melhoramentos dos portos:* foram expedidas as instruções de 31 de agosto de 1874, e uma comissão de engenheiros ingleses, dirigidos pelo célebre *sir* John Hawkshaw, procedeu aos estudos necessários nos principais portos do Império.

O gabinete Rio Branco tem sido arguido de haver dado causa ao aumento das despesas públicas. Este capítulo levar-nos-ia longe, mas

basta aqui notar que no período da sua administração a renda cresceu de par com a despesa, ao ponto de poder estimar-se em quatro mil contos o aumento anual da receita; que em função de grande parte das despesas então criadas houve produtivo emprego, e trouxeram, portanto, aumento de renda; que pela elevação dos vencimentos da magistratura, do soldo do Exército e da Armada, e do ordenado dos empregados de fazenda, votou a oposição, assim reconhecendo a justiça e oportunidade de tais medidas; que, enfim, se muito foi necessário despendar com o material do Exército e da Armada, e em parte, sem prévio voto do corpo legislativo, não há quem ignore como nesse período momento houve em que os mais acreditados órgãos da oposição conjuravam o governo, com o exemplo de 1864, a que se não deixasse surpreender despercebido na eventualidade, então possível de uma guerra externa, à vista da atitude provocadora da República Argentina. A atividade com que nos aparelhamos tornou mais cortês e moderado em suas pretensões o governo de Buenos Aires. Pode-se condenar essa despesa, que nos evitou humilhações, desastres, e muito maiores gastos, como seriam os de uma guerra?

Já hoje é possível comparar os quatro exercícios financeiros, cuja responsabilidade cabe ao ministério Rio Branco, com os quatro exercícios que se lhe seguiram.

Vejamos qual a receita e a despesa durante os oito últimos anos, de 1871 a 1879, segundo as tabelas nº 1 e 2 que acompanham o relatório de 1880 do atual ministro da Fazenda, conselheiro Saraiva:<sup>163</sup>

Tabela nº 1

Gabinete Rio Branco

Receita	Despesa
1871-72 – 107.656 contos	105.033 contos
1872-73 – 116.045 “	127.119 “
1873-74 – 110.384 “	128.048 “
1874-75 – 112.790 “	133.395 “
446.875 “	493.595 “

<sup>163</sup> Os dois últimos exercícios não estão ainda inteiramente liquidados, de sorte que a despesa será provavelmente maior do que a indicada.

Tabela nº 2

Período seguinte

Receita	Despesa
1875-76 – 108.781 contos	133.441 contos
1876-77 – 107.720 “	143.691 “
1877-78 – 118.700 “	158.938 “
1878-79 – 123.388 “	180.609 “
458.589 “	616.679 “

Estes algarismos mostram que o gabinete Rio Branco, apesar do grande impulso que deu à toda a sorte de melhoramentos, despendeu sempre muito menos que os seus sucessores. No período de 1871 a 1875 (anos financeiros), despenderam-se 493.595 contos de réis; em igual período de quatro anos, de 1875 a 1879 foram despendidos 616.679. Diferença para mais, neste último período, de 123.084 contos.

É certo que no último período tivemos despesas extraordinárias com a seca nas províncias do norte, mas também durante a administração Rio Branco foram liquidadas e pagas despesas provenientes dos encargos da Guerra do Paraguai na importância de 107.983 contos de réis.<sup>164</sup>

Examinemos agora qual era a dívida pública quando subiu ao poder o gabinete Rio Branco, em 1871, quando deixou o poder, em 1875, e qual o estado da mesma dívida em 1879 e 1880.

	Contos de réis	Contos de réis	Contos de réis	Contos de réis
<b>Dívida externa fundada</b>	143.824	177.166	158.283	151.077

<sup>164</sup> Vide relatório do ministro da Fazenda, barão de Cotegipe, ano de 1877, p. 30, e tabela nº 14 anexa ao mesmo relatório. As despesas de guerra pagas de 1864 a 1871 elevaram-se a 505.200:186\$379. De 1864 a 1874 elevaram-se a 613.183:262\$695. A diferença entre os dois algarismos é de 107.983:076\$316.

Falando no Senado, em 5 de março de 1879, disse o conselheiro Junqueira o seguinte: “Darei ao Senado um exemplo. O Ministério da Guerra, então a meu cargo, figura gastar no exercício de 1872-1873 a soma de 23.618:000\$000. É isto o que consta do relatório. Entretanto a quantia de 5.271:000\$000 não foi gasta nesse exercício: foi despesa realizada em tempo anterior, durante a Guerra do Paraguai, mas que só se pôde liquidar anos depois. Não existindo outra classificação desse exercício, e estando o anterior liquidado e fechado, não houve remédio senão introduzir essa despesa no exercício que então corria.”

	<b>Contos de réis</b>	<b>Contos de réis</b>	<b>Contos de réis</b>	<b>Contos de réis</b>
<b>Dívida interna fundada</b>	280.457	285.392	363.569	361.389
<b>Empréstimo nacional de 1879</b>	-	-	-	51.885
<b>Dívida anterior de 1827</b>	357	338	336	320
<b>Fundo de emancipação</b>	-	-	5.136	5.846
<b>Empréstimo do Cofre de Órfãos</b>	10.969	13.533	16.478	16.133
<b>Empréstimo a particulares</b>	700	880	700	700
<b>Bens de defuntos e ausentes</b>	2.332	2.398	2.632	3.626
<b>Depósitos da Caixa Econômica</b>	4.636	7.676	12.924	14.519
<b>Depósitos públicos</b>	1.219	1.181	-	1.187
<b>Depósitos de diversas origens</b>	5.126	6.681	8.799	8.815
<b>Depósito do Monte de Socorro da Corte</b>	-	545	740	765
<b>Bilhetes do tesouro</b>	38.326	19.243	27.256	11.632
<b>Papel-moeda</b>	151.078	149.501	189.258	189.199
<b>Totais</b>	639.024	664.534	786.111	817.093

Assim, pois, a dívida pública, quando o visconde do Rio Branco subiu ao poder, em março de 1871, era de 639.024 contos. Quando deixou o poder, em 1875, era de 664.734 contos. Durante os quatros anos houve apenas um aumento de 25.710 contos.

Depois que ele deixou o poder, deu-se o seguinte aumento na dívida:

Em 1880 (abril) era de.....	817.093	contos
Rio Branco deixara em 1875 ..	<u>664.534</u>	“
Aumento da dívida .....	152.559	“

Rio Branco, em quatro anos aumentou apenas a dívida pública em 25 mil contos, e ao gabinete que lhe sucedeu passou parte do empréstimo de £ 5.000.000, contraído em Londres, a 18 de janeiro de 1875, empréstimo que foi o mais vantajoso levantado até hoje pelo Brasil. Seus sucessores em cinco anos aumentaram a dívida em 152.000 contos de réis.

Não queremos com isto dizer que nos últimos anos se tenha gasto mal. Pôde-se gastar muito, e gastar bem.

O que queremos apenas é mostrar que o gabinete Rio Branco não merece as censuras que a paixão partidária, a má-fé ou a ignorância inspiraram a alguns dos seus adversários.

Tem sido moda nestes últimos anos declamar contra a nossa administração financeira. Não se atende as enormes despesas que ocasionaram a campanha da Banda Oriental e a Guerra do Paraguai, de 1864 a 1870. Essas despesas elevaram-se a 613.183 contos. Suprimam-se esses gastos de guerra e ver-se-á que sem a luta a que fomos provocados, e que (é bom recordar) foi iniciada quando não se achavam no poder os estadistas conservadores, a nossa dívida pública seria, em 1875, de 51 mil contos apenas.

Em janeiro de 1875, como dissemos, o visconde do Rio Branco, autorizado pelo Poder Legislativo, levantou em Londres um empréstimo de £ 5.000.000, sendo o preço da emissão 96 ½, e o juro a 5%. A única nação que naquela praça pôde conseguir empréstimo tão vantajoso foi a Alemanha vitoriosa, em 1871.

Por esse tempo, manifestou-se na praça do Rio de Janeiro uma crise, em consequência da qual suspenderam pagamentos o Banco Nacional, e, dias depois, em 17 de maio, os Bancos Mauá e Alemão. Graças às providências que adotou o governo, auxiliando eficazmente os outros estabelecimentos ameaçados, a confiança restabeleceu-se. Nos relatórios desses bancos, deparam-se palavras de gratidão e de louvor ao visconde do Rio Branco pelo modo por que se houve, então,



senão que esses relatórios foram escritos depois da retirada do gabinete de 7 de março.

O desastre da casa Mauá foi devido principalmente à guerra que sofreu em Montevideu, guerra fomentada por alguns homens influentes, entre os quais o ministro da Fazenda da República. O banco não teve ouro suficiente para o troco do seu papel e, depois de resistir durante dias à corrida, prolongando as horas do expediente para acudir às exigências do troco, viu-se forçado a fechar as portas em 23 de fevereiro de 1875. Os resultados foram embaraços e sérios para a casa matriz no Rio de Janeiro e para a sucursal de Londres, embaraços que a crise que afligia então as nossas principais praças veio agravar. Não encontrando apoio no Banco do Brasil, a casa Mauá requereu moratória no dia 17 de maio. Por infelicidade, as últimas cambiais compradas pelo Tesouro para o suprimento de fundos em Londres eram todas da casa Mauá, que merecera igual confiança ao governo argentino, e outros ministros da Fazenda do Brasil, liberais, como Sousa Franco, e conservadores, como o marquês de Paraná. Deixaram assim de ser pagar essas letras, na importância de £ 756.000 ou 6.849:282\$823, segundo o câmbio por que foram negociadas.

Foi um desastre lamentável, que mortificou imensamente o ilustre estadista, mas que lhe não era dado prever.

Em 1864, dera-se fato igual, ainda que em muito menor escala, com o recâmbio de uma letra de £ 50.000 negociada com a casa Souto & Cia.

Resumindo a discussão a que o assunto deu lugar e respondendo as principais censuras, disse à *Nação* de 29 de maio de 1875:

... É-nos grato, entretanto, registrar que em um país como o nosso, onde, segundo o declarou há anos no parlamento inglês lorde Palmierston, tão facilmente se desrespeitam uns aos outros os homens políticos, barateando a reputação de seus adversários, desta vez todos os oradores oposicionistas que intervieram no debate, os senhores Silveira Martins, Zacarias, Saraiva, F. Octaviano e Figueira de Mello, fizeram justiça em um ponto ao digno ministro da Fazenda, reconhecendo a sua imaculada probidade. O mesmo procedimento tem tido a imprensa política. Sobre os discursos dos senhores Candido Mendes e Silveira Lobo nada podemos dizer, porque os não ouvimos nem foram ainda publicados.

É que o honrado senhor visconde do Rio Branco, para confundir os caluniadores

– se caluniadores aparecem tentando ferir uma reputação como a sua, conquistada em longos anos de sacrifícios a causa pública – poderia apresentar agora a sua vida sempre modesta, quer na sociedade, quer no lar doméstico, e poderia apelar ainda para o futuro, para o único legado que deixará um dia a seus filhos, e que não será outro senão a pobreza honrada, e um nome que à custa de perseverantes esforços soube tornar dos mais ilustres e gloriosos de sua pátria.

Os fatos vieram confirmar estas palavras. A única riqueza que Rio Branco acaba de legar a seus filhos foi o seu nome.

Aprovado em última discussão na Câmara dos Deputados o projeto de reforma eleitoral, resolveu o visconde do Rio Branco deixar o poder. Sua majestade o imperador, depois de instar muito com o benemérito estadista para que continuasse à frente do governo, dignou-se de autorizá-lo a chamar o duque de Caxias para organizar novo gabinete.

As nomeações dos novos ministros foram assinadas no dia 25 de junho de 1875.

Eis como o visconde do Rio Branco deu conta da sua resolução ao Senado e ao país na sessão de 28 de junho:

Senhor presidente, como é de estilo, referirei ao Senado a demissão do gabinete a que tive a honra de pertencer desde 7 de março de 1871, dando ao mesmo tempo os motivos que determinaram o nosso procedimento. Depois de tão largo período de contínuos e árduos trabalhos, havia muito que desejávamos a oportunidade de resignar o pesado encargo da alta administração do país; e compreende o Senado que esse desejo devia ser mais forte em mim depois dos últimos e inesperados sucessos, que não podiam deixar de magoar-me. Detiveram-nos, porém, a consideração de que não fora prudente retirarmo-nos em momentos que exigiam prontas providências do governo, e quando tínhamos a peito a reforma eleitoral por nós iniciada. O malogro deste importante projeto afigurava-nos como um grave inconveniente, porque a próxima eleição geral se faria por um sistema altamente censurado por todos, e que na verdade tem dado lugar, na prática, a abusos graves, contra os quais a lei vigente não oferece corretivos eficazes. Atentas às dificuldades da situação política e à oposição com que lutávamos nas duas câmaras, ultimamente nos convencemos de que nossa continuação no poder não asseguraria o resultado que esperávamos; que seria sacrifício inútil,

ficando sobre nós a responsabilidade do fato que receávamos. Consequentemente, resolvemos pedir, e de feito pedimos, nossa demissão, no dia 22 do corrente, à tarde. Sua majestade o imperador, a quem somos profundamente reconhecidos pelas mostras de confiança com que sempre nos honrou, anuiu às instâncias que lhe fiz, por mim, e em nome dos meus ilustres colegas. Em seguida recebi ordem de sua majestade para convidar o senhor duque de Caxias a ir falar-lhe no dia seguinte pela manhã. O nobre duque correspondeu ao apelo feito ao seu patriotismo pelo chefe do Estado, e desde o dia 25 ficamos exonerados dos deveres que se tornaram superiores às nossas débeis forças. Deixando a posição que ocupamos por tanto tempo, sem que, todavia nos fosse dado realizar plenamente o nosso programa, esperamos que os juízes imparciais nos levarão em conta os nossos incessantes esforços pelo bem público e a boa-vontade que sempre nos guiou. Ao concluir devo manifestar ao novo gabinete os votos cordiais e ardentes que os ministros demissionários fazem por que ele seja muito feliz em sua honrosa e difícil missão. Ao Senado, à Câmara dos Deputados, ao governo e à imprensa, eu me atrevo neste momento a dirigir um pedido, pedido ditado pelo amor sagrado de nossa pátria, com plena isenção de espírito partidário, ou interesse político. A vós que, como principais conselheiros da opinião pública de nosso país, exerceis ativa e legítima influência em nossa vida política, eu peço que concorrais para que as sessões legislativas não sejam estéreis quando tantos interesses nacionais requerem providências; que seja para todos um empenho de honra dar ao país eleições perfeitamente livres, e que governe a opinião que sair vitoriosa das urnas, e governe enquanto tiver por si este principal elemento de forças dos governos verdadeiramente livres.

Deixando o governo, o visconde do Rio Branco reassumiu o exercício do cargo de conselheiro de Estado e pronunciou na Câmara de que era membro vários discursos notáveis nos últimos meses da sessão legislativa de 1875, e nas duas sessões do ano de 1877, sobre a reforma eleitoral, os ajustes de paz com o Paraguai, as sociedades de crédito real, a administração financeira e outros assuntos. Todos se lembram dos aplausos que recebeu no Parlamento e na imprensa o magistral parecer que ele redigiu em 1877, como membro relator da comissão de Fazenda do Senado.

Em julho de 1875, escreveu a refutação, assinada por ele e pelo visconde de Caravelas, do manifesto do plenipotenciário argentino Tejedor. Esse documento foi publicado entre os anexos ao relatório do

Ministério dos Negócios Estrangeiros, e completado com o discurso de 21 de julho do mesmo ano.

Entre as demonstrações de apreço que recebeu ao deixar o poder, mencionaremos as dos empregados de diferentes repartições de Fazenda, e a da classe militar. Em 28 de setembro de 1875, foi-lhe entregue o seu busto em mármore de Carrara, devido ao cinzel de Odoardo Tabacchi, catedrático de escultura na Régia Academia de Belas-Artes de Turim, autor do magnífico monumento de Cavour, que se ostenta em frente aos “Jardins Públicos” de Milão, da célebre estátua da Mártir Cristã, e de muitas outras obras não menos admiráveis. Este belo mármore foi oferecido ao ilustre estadista em nome dos habitantes de Turim, tendo para esse fim promovido uma subscrição popular, vários cavalheiros distintos, entre os quais o senador G. Sioto Pintor, presidente do Tribunal de Cassação daquela cidade, os deputados doutor Tomasso Villa (hoje ministro de Estado) e doutor Ernesto Pasquali, Lente de direito na universidade, o advogado doutor Magliotti, que foi secretário de Rattazzi, o doutor G. Boniva, reitor da universidade e muitos outros.

A família do visconde do Rio Branco acaba de fazer colocar esse busto em uma das salas do Grande Oriente do Brasil (Lavradio).

Não omitiremos as seguintes palavras que proferiu na Câmara dos Deputados o ilustre tribuno Silveira Martins em sessão de 28 de junho de 1875, quando Rio Branco descia do poder:

O nobre presidente do ministério de 7 de março era (não há que o negar, mais de uma vez o tenho dito) era um colosso (*apoiados*), pela flexibilidade do talento, que se adaptava a todas as questões, pela infatigável atividade que parecia multiplicá-lo e dava a todos os seus amigos uma confiança ilimitada, que só podem conquistar os homens verdadeiramente superiores (*apoiados*) ...

Anos depois, em 1879, em plena Câmara liberal, declarava Silveira Martins lembrar-se com saudades daquele ilustre estadista quando via o desrespeito com que os ministros liberais tratavam o Parlamento.

Por decreto de 13 de setembro de 1875, foi o visconde do Rio Branco nomeado diretor da Escola Politécnica e, dois anos depois (decreto de 13 de março de 1877), jubilou-se no lugar de lente catedrático de Economia Política, Estatístico e Direito Administrativo.

Em 1878, o visconde do Rio Branco foi pela primeira vez visitar

a Europa. Partiu a 23 de julho e, um ano depois, a 30 de julho, desembarcava na capital do Império. Por toda a parte foi cercado de honradíssimas manifestações, já da imprensa, já de notabilidades e corporações políticas, literárias e científicas.

Foi quando se achava ausente na Europa que se deu o conflito entre o governo e o diretor interino da Escola Politécnica. Nomeado um novo diretor interino, a congregação dos professores e os alunos não o quiseram reconhecer. Então, o governo, que dias antes declarara no Parlamento, pelo órgão do presidente do Conselho, Sinimbu, que a exoneração do visconde do Rio Branco, aconselhada por alguns como a única solução da crise, fora um ato injusto e inconveniente, viu-se obrigado a praticar esse ato...

São dignas de lerem-se as belas palavras que então proferiram vários oradores da oposição, entre os quais Martinho Campos, Silveira Martins e Joaquim Nabuco.

No seu regresso à pátria, recebeu Rio Branco “em Pernambuco, na Bahia, e no Rio de Janeiro as demonstrações mais significativas do alto apreço, admiração e simpatia, que inspirava ao Brasil”. Na cidade do Rio de Janeiro, sobretudo, o regozijo popular e os festejos por ocasião da sua chegada foram verdadeiramente imponentes. Uma flotilha de 14 vapores e inúmeros escaleres e lanchas carregados de povo foram ao encontro do *Elbe*, que conduzia o ilustre viajante. Entre aclamações entusiásticas, foi conduzido pela multidão desde o cais até sua residência, em São Cristovão. À noite, as principais ruas iluminaram-se, e bandas de música e comissões populares dirigiram-se a cumprimentá-lo. Os festejos duraram dias. Foi-lhe oferecido pelo comércio um esplêndido baile e pelos conservadores, um banquete. Vários espetáculos foram celebrados em sua honra, sendo concedidas muitas cartas de liberdade a escravos.<sup>165</sup>

Estando em meio à sessão parlamentar, o visconde do Rio Branco

<sup>165</sup> Nunca um homem político conquistou entre nós mais prestígio e popularidade que o visconde do Rio Branco, e disso temos provas eloquentíssimas por ocasião da sua chegada da Europa e por ocasião do seu prematuro passamento. No seu regresso à pátria, as expansões do afeto popular foram tão entusiásticas, que, na frase de um escritor, relembavam as magníficas aclamações dos antigos triunfadores romanos. Na Europa mesmo, onde raras vezes aparecem notícias do Brasil, esses festejos foram descritos pela imprensa. Assim, na *Gazeta da Itália*, de 6 de setembro de 1879, encontramos uma extensa correspondência do Rio de Janeiro, começando assim : “Não me recordo, na minha vida, de haver assistido a uma festa tão

tomou parte ativa nas discussões, dirigindo vigorosos golpes ao governo e redigindo o notabilíssimo parecer sobre o projeto de reforma eleitoral, parecer tão habilmente organizado que harmonizou, salvas as exceções governamentais, todas as opiniões em que se dividia a Câmara Vitalícia sobre o magno assunto.

Infelizmente, o terrível mal que o devia levar ao túmulo, um epiteloma na boca, manifestara-se desde a sua chegada à Europa, e resistira a todos os esforços da medicina. A 20 de janeiro de 1880 sujeitou-se à extirpação dos tecidos atacados.

Após três meses, durante os quais parecia de todo restabelecido, apareceu-lhe o ingurgitamento de uma glândula submaxilar esquerda, o que, de par com outros fenômenos locais, começou a inspirar sérios receios aos professores ouvidos. De então em diante todos os cuidados médicos foram-lhe prestados, mas a opinião unânime nas amiudadas conferências de distintos profissionais foram a incurabilidade do mal, logo classificado como afecção cancerosa difusa.

Já a enfermidade estava bem caracterizada e o ilustre enfermo, apesar de achar-se entregue a aplicações incômodas, comparecia no Senado, proferindo aí alguns discursos notáveis. Este sacrifício foi continuado até que, em fins de julho, as proporções do mal lhe subjugarão completamente a vontade. Desde então, o visconde do Rio Branco não pode mais sair; nunca deixou, porém, de dar pronto expediente aos papéis do Conselho de Estado e de acompanhar de perto e com vivo interesse as discussões das duas casas do Parlamento. Até a manhã de 30 de outubro, dois dias antes de sua morte, assinou consultas que pôde ditar com firmeza.

Todos quantos se aproximaram do visconde do Rio Branco nessa dolorosa fase [escreveu Gusmão Lobo] tiveram ocasião de admirar-lhe o espírito verdadeiramente superior, nunca traído por uma fraqueza. O seu grande coração mostrava alegrias que espantavam. Os seus momentos de melancólico recolhimento eram na aparência suaves. A dor não teve poder sobre a sua forte organização para perturbar-lhe a limpidez da alma nem para quebrantar-lhe o valor moral. Ainda no dia 28 de setembro último, nono aniversário do grande

---

expansiva e comovente como a que assisti no dia 30 do mês passado..." O *Times* e outros jornais deram notícia da recepção que teve Rio Branco nas três primeiras cidades do Império. O visconde do Rio Branco estava, então, fora do governo, e era um dos chefes da oposição.

ato legislativo que estancou a fonte da escravidão no Brasil, e ao qual seu nome ficará imorredouramente ligado como a um monumento de sabedoria política, deu o visconde do Rio Branco as mais vivas mostras do inefável contentamento de que a gloriosa data lhe inundava o coração. Tem sido aqui um dia de festa, disse ele a várias pessoas que então recebeu profundamente sensibilizado pelas demonstrações que de toda a parte lhe chegaram. No entanto o seu estado já era irremediável. Os progressos da enfermidade não enganavam já ninguém. Ele sofria muito, mas fazia sofrer o menos possível aqueles que o rodeavam.

Tinha ele consciência, mais ou menos nítida, desse estado? É impossível determinar o grau de sua introspecção, mas ele havia lido muito sobre a natureza da enfermidade, e os sintomas desta eram muito aterradores para que tão elevado espírito se iludisse completamente por muito tempo. Ao abraçar, há dias, o seu digno filho, doutor Silva Paranhos, chegado da Europa, o visconde do Rio Branco anunciou-lhe com firmeza que a questão estava por dias, interceptando logo a conversação sobre o doloroso assunto.

Não cabem aqui muitas outras particularidades que, aliás, realçam a fortaleza de ânimo com que o grande cidadão se resignou aos seus sofrimentos. A perda de uma filha e de um genro, e a prolongada enfermidade de outra,<sup>166</sup> agravaram-lhe a penosíssima situação a que o arrastou a rebelde enfermidade. É extremamente raro que tantos desgostos tenham posto a prova o espírito de um homem superior...

### 1880 - Últimos momentos do visconde do Rio Branco.

*O fim de sua vida foi lamentável para nós, triste para os amigos e não sem receio e angústia para os estranhos e não cohecidos. A plebe também, e o povo, que entende e se ocupa além de outras coisas, veio muitas vezes à casa e, nas praças e ajuntamentos falaram disso. (Tácito, Vida de Agrícola, §9.)*

Na noite de 30 de outubro foi o ilustre enfermo atacado de meningite, e entrou em delírio, mostrando intermitentemente certa lucidez e consciência.

No delírio acudiam-lhe a mente as lembranças do passado. Ora,

<sup>166</sup> Durante a sua enfermidade, perdeu o visconde do Rio Branco sua filha Augusta, casada com o doutor Luís de Almeida Araújo Cavalcânti (19 de junho de 1880), e meses depois este genro (13 de setembro) e um neto. Sua filha solteira, Luísa faleceu a 5 de abril último (1881).

ouviam-se trechos de uma preleção de Economia Política: supunha-se perante os seus antigos discípulos da Escola Politécnica. Ora acreditava estar falando no Conselho de Estado ou no recinto do Senado. A Guerra do Paraguai, as nossas questões do rio da Prata, a reforma eleitoral, a do estado servil, vinham-lhe a cada passo à memória. A causa pública era a sua única preocupação como nos dias agitados da sua vida política. Os nomes que pronunciava eram os das nossas notabilidades políticas dos últimos 30 anos. Sua tranquila agonia foi a de um homem verdadeiramente superior; nem uma de suas frases, nem uma de suas palavras traiu fraqueza ou vulgaridade.

Apenas se espalhou que o visconde do Rio Branco estava expirando, a dor pública manifestou-se por todos os modos. Nas ruas e praças viam-se grupos que esperavam notícias do estado do ilustre enfermo. A tristeza estava desenhada em todos os semblantes. À casa de sua residência, em Andaraí, acudiu grande número de amigos e admiradores.

Às 20h30 de 1º de novembro, o reverendo frei Fidélis d'Ávola, um dos visitantes deste dia, pediu licença para ver o visconde. Introduzido até o aposento do enfermo, dirigiu a este, três perguntas, inquirindo dele se estava arrependido dos seus pecados, se acreditava em tudo quanto manda acreditar a Igreja Católica, e se condenava tudo quanto a mesma Igreja condena. O visconde não tinha sido prevenido da visita, e desde que se manifestara a meningite, não podia compreender e dar resposta conveniente a tais perguntas. Entretanto, à primeira, respondeu: "Sim, senhor"; à segunda pareceu a alguma das pessoas presentes que também respondera afirmativamente. A resposta à terceira pergunta foi ininteligível.

Frei Fidélis d'Ávola recitou então uma oração, fez o sinal da absolvição e, depois de beijar a testa do enfermo, retirou-se.

Esta circunstância foi depois explorada pela imprensa clerical para o fim de dizer que o visconde do Rio Branco abjurara a maçonaria, de que era grão-mestre. O vigário-geral, na ausência do bispo, declarou isso ao *Jornal do Commercio* de 7 de novembro, mas contra semelhante inexatidão reclamou no dia seguinte o senhor doutor Paranhos, restabelecendo a verdade dos fatos, e mencionando os nomes das pessoas que assistiram àquela cena, as quais todas confirmam que o visconde nenhuma resposta deu à terceira pergunta do religioso. As duas primeiras respostas também nenhum valor tinham, atento o estado



do ilustre enfermo desde a noite de 30 de outubro. Acresce que antes de aparecer a meningite e apesar das insinuações que lhe foram feitas pelo mesmo sacerdote e pelo conselheiro Inácio da Cunha Galvão, o visconde não manifestara desejo de ser ouvido em confissão. Ele era profundamente cristão, mas por muitos atos de sua vida demonstrara claramente não aceitar todo o ensinamento da Igreja Católica Apostólica Romana, e não mostrou em seus últimos momentos arrepender-se do que praticara quando no pleno uso de suas faculdades intelectuais.

... Era natural e profunda [disse Escragnolle Taunay] a concentração íntima dos amigos e admiradores do visconde do Rio Branco, que, no meio da desolação da ilustre família, lhe rodeavam o leito de morte, e, acabrunhados e respeitosos, recolhiam cada palavra que lhe saía dos lábios. O nobre agonizante, depois de esgotados todos os martírios da horrorosa enfermidade que o atacara com implacável fereza, na manhã de 1º de novembro, já pouco conhecimento das coisas presentes podia ter. Minado pela meningite que costuma sobrevir às afecções cancerosas da face, perdera quase de todo a inteligência do que se passava em torno de si, sem que por isso se enfraquecesse a pujança do poder pensante. Supunha-se ainda uma vez – a última! – em pleno Senado brasileiro, no meio das lutas parlamentares, como o imortal lorde Chatham, queria morrer de pé na tribuna que sempre abrilhantara, e a servir a pátria que tanto estremecia.

Se houve sessão solene, foi essa ideada pelo estadista moribundo. Com os olhos cerrados, pálido como cera, a calva ainda iluminada pelas cintilações do gênio, e tentando de quando em quando erguer o braço no gesto que lhe era familiar, murmurava num subdelírio constantes frases seguidas...

Entre outras, foram distintamente ouvidas estas frases:

Senhor presidente, peço licença para interromper aqui o meu discurso, atento o melindroso estado de minha saúde. Depois de algum descanso continuarei as observações que ia fazendo...

É chegado o tempo de combaterem todos pela defesa dos seus direitos. É preciso que a Constituição seja uma verdade...

Este país é tão rico, tem tantos recursos, tantos elementos de prosperidade! Temos

tanta coisa a fazer... Alguns me cobriram de injúrias, mas pela maioria dos meus compatriotas eu fui considerado um cidadão benemérito. Trabalhei muito, e amei a minha terra...

Às 15h30, o capuchinho frei Luís Piazza, que se achava com outras visitas no salão, avistou a viscondessa do Rio Branco e dirigiu-lhe palavras de consolação. A viscondessa, fora de si, encaminhou-se para o aposento do enfermo e, caindo de joelhos, beijou-lhe as mãos, debulhando-se em lágrimas. Foi então que o visconde proferiu solenemente estas palavras:

“Estejam certos de que hei de confirmar perante Deus o que hei afirmado perante os homens.”

Foram as últimas.

Às 19h05, cercado de sua família e de vários amigos, exalou tranquilamente o derradeiro alento aquele grande cidadão.

Desde as 21h, a chácara foi invadida por imensa multidão. Todos queriam ver pela última vez aquele corpo que fora animado pelo grande espírito de Rio Branco.

Muitos amigos velaram ao lado do cadáver, e grupos de pessoas do povo permaneceram na chácara durante toda a noite.

Na tarde de 2 de novembro, efetuou-se o funeral do visconde do Rio Branco. Suas majestades o imperador e a imperatriz dignaram-se de apresentar pêsames à família do benemérito servidor do Estado, e fizeram-se representar no enterro e nas exéquias celebradas no sétimo dia pelos seus camaristas da semana.

A imprensa de todos os matizes traduziu em sentidos artigos de dor pública pela grande perda que acabava de sofrer a pátria.

Grandes como os seus méritos [disse o *Jornal do Commercio*] foram as honras fúnebres tributadas ontem ao visconde do Rio Branco, maiores ainda do que pela pompa e número e qualidade dos assistentes, pela dor sincera que em todos os semblantes se divisava...

Nunca vimos manifestação igual feita à beira de um túmulo [disse o *Cruzeiro*] nunca vimos despedida tão sincera, tão pungente, como este cortejo fúnebre,

que veio provar eloquentemente a espontaneidade daquela outra com a qual se saudou o ilustre varão quando voltou da Europa...

Acompanharam o féretro, além dos representantes de suas majestades, os ministros de Estado, as comissões do Senado e da Câmara dos Deputados, da maçonaria, inúmeras corporações políticas, literárias, científicas e beneficentes, representantes da imprensa e pessoas de todas as classes sociais. Sobre o túmulo do pranteado estadista foram colocadas 72 coroas, quase todas riquíssimas.

O caixão, coberto com a bandeira dos estudantes da Escola Politécnica, foi conduzido no coche que tem servido para o saimento dos príncipes, do duque de Caxias e do marquês de Herval.

Os arredores da casa e a chácara estavam apinhados de povo. O trânsito dos carros do bonde da Tijuca esteve interrompido por algumas horas.

À porta da capela onde estava colocado o cadáver [disse a *Gazeta da Tarde*] viam-se ontem muitos escravos das casas vizinhas. Entre eles alguns choravam. Junto da porta estava uma pobre escrava com um filhinho ao colo. Parecia dominada por impressão fortíssima. O olhar curioso da criança fixava-se constantemente no corpo inanimado do visconde. A escrava, notando isso, disse ao pequenino: ‘Olha, meu filho, quem te livrou do cativeiro.’

Pouco antes das 17h saiu o préstito na seguinte ordem: batedores (moços da estribeira); o coche da Casa Imperial conduzindo o féretro, tirado por oito cavalos e seguido de 16 moços de estribeira; o primeiro Regimento de Cavalaria; o carro da mordomia da Casa Imperial, conduzindo o cura da capela imperial; um coche da Casa Imperial tirado por seis cavalos, conduzindo a coroa de conde (por ser o falecido grande do Império) (nesse coche ia o barão do Rio Bonito, guardando a coroa); moços da estribeira; o coche da empresa funerária, tirado por quatro cavalos, e seguido de seis criados a cavalo; um *coupé* da empresa funerária, conduzindo o vigário da freguesia do Engenho Velho; um *coupé* conduzindo os filhos do finado, doutor Paranhos e Alfredo da Silva Paranhos. Seguiam-se os carros dos camaristas de suas majestades; dos ministros, das deputações das duas Câmaras, e indistintamente os que formavam o préstito, em número superior a 500.

Mais de 20 mil pessoas estendiam-se ao longo da praia do Caju e ocupavam as alamedas do Cemitério de São Francisco Xavier. Os estudantes da Escola Politécnica incorporados e a mocidade das outras escolas da capital aí se achavam entre o povo.

Era o dia de finados. O céu conservava-se sempre encoberto, e pela manhã haviam caído alguns aguaceiros. Ao aproximar-se o féretro do cemitério seriam 19h, e começava a escurecer. Os sinos da capela do cemitério dobravam, quando uma Brigada de Infantaria e uma Bateria do segundo Regimento de Artilharia, postados na ponta do Caju, deram as descargas e a salva de estilo, prestando as últimas honras ao ilustre servidor do Estado.

Ao passar pelo portão do cemitério, muitas senhoras atiraram flores sobre o coche fúnebre. O povo precipitou-se em confusão, declarando em altos brados que queria carregar o caixão. A muito custo amigos do finado conseguiram cercar o carro, prometendo que essa reclamação seria atendida, mas que em primeiro lugar cabia às pessoas designadas pela família segurarem nas alças do caixão. Foi preciso esperar muito tempo para que essas pessoas, rompendo a multidão, pudessem reunir-se.

A escuridão era completa quando o cadáver foi depositado à borda da sepultura. A luz de alguns archotes e tochas iluminava tristemente aquela cena.

Pronunciaram discursos os senhores conselheiro Alencar Araripe, por parte do Grande Oriente do Brasil, Rosendo Muniz Barreto, pelo Instituto Histórico, Pereira Rego, pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, duque Estrada Teixeira, José do Patrocínio, A. Feliciano de Castilho, Francisco Cabral, Lima Barreto, Lourenço Isidro de Siqueira e Silva e A. de Medeiros Gomes. O doutor Joaquim José Teixeira recitou uma poesia, e outra, do senhor Hudson, foi então distribuída. O conselheiro Costa Pereira, o deputado Joaquim Nabuco e o antigo deputado Deiró não puderam ler os discursos que levavam, por ter-lhes sido impossível romper a multidão.

Poucas vezes [disse Carlos de Laet] poucas vezes tão geral e espontâneo tem sido o sentimento público. Não havia nele lisonja às opulências da família, porque, sabiam-no todos, Rio Branco finara-se na pobreza... Não era unicamente a expressão da condolência originada em relações pessoais, porque muitos daqueles que mais vivamente deploravam o infausto trânsito, jamais haviam

privado com o ilustre morto... Nem falara apenas o espírito de partido, porque unânime era a dor, e dela igualmente participavam tanto os correligionários como os antagonistas políticos do emérito chefe conservador...

Os despojos mortais do visconde do Rio Branco descansam provisoriamente na carneira nº 2.133, quadro primeiro, do Cemitério de São Francisco Xavier. Sobre a sua sepultura, vê-se um mármore simples e severo, com esta única inscrição:

J. M. da Silva Paranhos,  
Visconde  
do  
Rio Branco  
1819-1880

A sessão de 3 de novembro no Senado e na Câmara dos Deputados foi consagrada ao ilustre morto. No Senado, falaram os conselheiros Dias de Carvalho (liberal), Correia (conservador), e Cristiano Ottoni (republicano); na Câmara Temporária, os deputados Martinho Campos, Joaquim Nabuco, Malheiros (liberais) e Saldanha Marinho (republicano).

No dia 8 de novembro, foram celebradas solenes exéquias na Igreja de São Francisco de Paula. A concorrência foi enorme. O templo conservou-se sempre cheio, apesar de renovar-se continuamente o público que nele se achava. O largo de São Francisco de Paula e as ruas adjacentes conservaram-se sempre apinhados de povo. Pode dizer-se que ali estava o Rio de Janeiro em peso para pagar o último tributo de respeito e de saudade ao grande cidadão.

As mesmas manifestações de pesar deram-se em todos os pontos do Império. Durante quatro meses, o *Jornal do Commercio* registrou dia por dia as notícias que chegavam das províncias, as mensagens de pêsames recebidas pela família do finado, as exéquias e as sessões fúnebres celebradas.

Nenhum brasileiro foi alvo ainda de maiores manifestações de afeto dos seus concidadãos, nenhuma morte foi mais sentida entre nós,

nenhum homem político tão amado pelo povo como o visconde do Rio Branco.

E ele era digno dessas manifestações, porque ninguém amou mais esta terra, ninguém serviu à pátria com mais dedicação e desinteresse do que esse grande brasileiro.

## Índice onomástico e toponímico

### A

- ABAETÉ (visconde), vide ABREU, Antônio Paulino Limpo de  
ABRANTES (marquês), vide ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin e  
ABREU, Antônio Paulino Limpo de (visconde de Abaeté) 153 (nota 93), 160, 166, 167 e nota 98, 169, 172, 174, 175, 186, 244, 253 (nota 158)  
ABREU, Bonifácio de, 253 (nota 158)  
ABREU, Capistrano de, 13, 14, 15  
ABREU E LIMA (general) 95 (nota 59)  
ABREU, João de, 57 (nota 9)  
ABREU, José de, (barão do Cerro Largo) 7, 9, 15, 20, 53, 57 (nota 9), 58, 96, 97, 99 100 e nota 62, 101 (nota 66), 102, 103, 107, 108, 111, 112, 113, 114, 115 e nota 85, 116, 117 e nota 88  
ABREU, Luís de Figueiredo 154  
ACADEMIA DA MARINHA DO RIO DE JANEIRO 23  
ACORDO de 22 de ABRIL de 1853 164  
ACORDO DE MONTEVIDÉU 26  
AFONSO HENRIQUES 43  
AGUIAR, Fausto de, 253 (nota 158)

AGUILA (arroio) 92 e nota 53  
 AGUIRRE 104 (nota 70), 196, 198, 200, 204, 205 e nota 122, 206, 210, 216, 218 e nota 132, 221 (nota 136), 222 (nota 137), 234, 235  
 AGUIRRE, Félix 104 (nota 70)  
 ALBUQUERQUE (visconde) 170, 190, 192, 253 (nota 158)  
 ALEGRETE (marquês) 61, 62, 70, 72, 75 e nota 31  
 ALEMANHA 241, 272  
 ALENCAR, José de, 167, 168, 248 e nota 153, 256, 257 (nota 161)  
 ALENCAR, L. de, 253 (nota 158)  
 ALENCASTRO 96  
 ALEXANDRE 261  
 ALEXANDRE DE GUSMÃO 15, 17, 18, 29  
 ALGARVES 81  
 ALMEIDA, Basílio Martins Ferreira de, 134  
 ALMEIDA, Bernardo J. de, 131, 143  
 ALMEIDA E ALBUQUERQUE 253 (nota 158)  
 ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin e (marquês de Abrantes) 163 (nota 97), 193  
 ALMEIDA PEREIRA 257 e nota 161  
 ALVARENGA PEIXOTO, Luís de, 152 (nota 90), 161 (nota 96), 171, 175, 183, 187 e nota 108, 191 (nota 111), 196, 242, 249 (nota 155), 255 (nota 160), 256  
 ÁLVARES, Joaquim de Oliveira (general) 69  
 ALVEAR 60, 107, 109 e nota 72, 110 e notas 75 e 76, 111 e nota 80, 112 e nota 82, 113 e nota 83, 114 (nota 83), 115 (nota 87), 116  
 ALVES, Manoel 153 (nota 91)  
 AMADO, Gilberto 15  
 AMARAL, João Carneiro do, 253 (nota 158)  
 AMARAL, Joaquim T. do (barão do Cabo Frio) 253 (nota 158)  
 AMAZONAS 18, 49, 175  
 AMÉLIA (dona) 136  
 AMÉRICA DO SUL 158 (nota 94)  
 AMÉRICA ESPANHOLA 18  
 ANDARAÍ 280  
 ANDRADE FIGUEIRA 253 (nota 158)  
 ANDRADE NEVES 249



- ANDRÉA (marechal) 117 (nota 88), 163, 226  
 ANDROMÉDE (fragata) 165  
 ÂNGELIS, Pedro de , 174  
 ANGOSTURA 249  
 ANGRA (barão) 134  
 ANTÃO, J. 248 e nota 153, 253 (nota 158), 257 e nota 161  
 ANTÔNIO FRANCISCO 113  
 ANTUNES, Eusébio 253 (nota 158)  
 APARÍCIO (coronel) 205, 208, 209, 215, 222 (nota 137), 237, 238, 240  
 APPLEGATE 124  
 AQUIDABÃ 251, 252  
 ARAÇAGI 253 (nota 158)  
 ARANHA, Germano 141  
 ARAPEÍ 69, 70, 72 e nota 30, 97  
 ARAPEÍ-CHICO 57 (nota 8), 97  
 ARARIPE, Alencar 17, 257, (nota 161), 284  
 ARAÚJO GÓIS 184  
 ARAÚJO LIMA, Pedro de (marquês de Olinda) 253 (nota 158), 257  
 (nota 161)  
 ARAÚJO, Nabuco de, 26, 258  
 ARBOLITO 91, 92, 93  
 ARCOS (conde) 83 (nota 40), 151,  
 ARENAL GRANDE 87  
 ARGENTINA 17, 19, 126, 135, 137, 140, 158 (nota 94), 196, 198, 199,  
 201, 202 e nota 118, 213, 227, 250, 254, 268, 269  
 ARINOS, Afonso 21  
 ARINOS (barão), vide BRITO, Tomás Fortunato  
 ARISTÓTELES 262  
 ARMITAGE 95 (nota 59), 104 (nota 70)  
 ARROIO GRANDE 109 (nota 72)  
 ARTIGAS (general) 19, 48, 57 e nota 8, 59, 60 e nota 12, 61, 62, 63,  
 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 78 e nota 36, 79, 80, 86,  
 87, 200  
 ARTIGAS, Andrés (coronel)  
 ASSUNÇÃO ou ASSUMPÇÃO 27, 173, 179, 180, 182, 184, 199, 200,  
 204, 250, 251, 252, 253, 254, 266

ATTWELL, William 145  
AUGUSTA 279 (nota 166)  
AVAÍ 249  
ÁVOLA, Fidélis de (frei) 280  
AZAMBUJA, Antonio de 57 (nota 9)  
AZCUENAGA, Miguel 135  
AZEVEDO MONTEIRO 184  
AZUNTA (brigue) 131

## B

BAEPENDI, vide NOGUEIRA DA GAMA, Manuel Jacinto  
BAGÉ 110, 112 (nota 82)  
BAHIA 23, 24, 25, 49, 131, 152 (nota 91), 153 (nota 91), 172, 184 e  
nota 106, 265, 268, 277  
BAHIA, M. J., 184  
BAÍÁ NEGRA 267  
BALCARCE (brigue) 131, 142  
BANDA ORIENTAL 47, 48, 59, 61, 81, 86 e nota 41 e 42, 87, 97 e nota  
61, 135, 140, 157, 196, 197, 198, 199 e nota 17, 203 (nota 120),  
208, 222 (nota 137), 233, 272  
BARBACENA (marquês), vide CALDEIRA BRANT PONTES, Felis-  
berto  
BARBOLANI 205 e nota 122, 209, 211  
BARBOSA, Rui 28  
BARCA (conde) 68  
BARRA GRANDE 50, 155  
BARREIROS, Eusébio Gomes (coronel), 151, 152, 153 (nota 91)  
BARREIROS, Manuel Gomes (major) 151  
BARRETO (doutor) 220 (nota 134)  
BARRETO, Francisco Muniz 134  
BARRETO, Rosendo Muniz 289  
BARRETO, Sebastião (general) 82, 85, 88, 110, 114, 116, 117  
BARROS BARRETO 255  
BARROSO 14, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 121

BARROSO (capitão-de-fragata), 136  
 BARROSO PEREIRA, Luís, 9, 15, 18, 20, 43, 45, 47, 50, 51, 52, 136  
 BATTERSEA 129  
 BATHURST 142  
 BEACONSFIELD (lorde) 167  
 BEAUREPAIRE, Teodoro de (conde) 137  
 BEDFORD PLACE 124  
 BELÉM 62, 91, 97, 137  
 BELÉM, Tomás 134  
 BÉLGICA 179 (nota 101)  
 BELISÁRIO, F. , 253 (nota 158), 257 e nota 161  
 BELLAIRE, Michaux 260 e nota 162  
 BELA MARIA (escuna) 135, 136, 146  
 BELLEGARDE (general) 166, 172  
 BELL, Frederic Thomas 136  
 BENTO (capitão) 57 (nota 8)  
 BERNARDO DE FARIA 7, 14  
 BERDÚN, Cláudio (coronel) 62, 69, 104 (nota 70)  
 BERESFORD, Daniel 77  
 BERGES, José 174, 200  
 BERLIM 184 (nota 105)  
 BERRO, Bernardo (doutor) 164, 196, 197  
 BITTENCOURT, Pétra de 141, 144, 145  
 BLAZ COLONEL 237  
 BOCAIÚVA, Quintino 190  
 BOLÍVIA 158 (nota 94)  
 BOMFIM 153 (nota 91)  
 BOM RETIRO (visconde), vide PEDREIRA  
 BONIVA, G. (doutor) 276  
 BORGES, Cândido (barão de Itaúna) 186, 196 (nota 114), 231, 233,  
 253 (nota 158)  
 BOTELHO (general) 237  
 BOTUÍ 66  
 BOULOGNE 127, 140  
 BRANDÃO 183  
 BRANDÃO, J. da Silva (major) 82

BRASIL OU BRAZIL 7, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 31, 46, 49, 57 (nota 9), 61, 81, 82, 86 e nota 42, 87 e nota 43, 96, 108, 121, 125, 126, 128, 133, 135, 136, 137, 138, 155, 157, 158 e nota 94, 159 e nota 95, 160, 164, 165, 166, 168, 170, 173, 174, 175, 176, 177, 179 e nota 101, 180 (nota 102), 181, 183, 184 e nota 106, 188, 194, 197, 198, 199, 200, 202, 203, 204, 205, 206 e nota 125, 210, 22, 212 e nota 127, 213, 214, 215, 217, 219, 225, 226 e nota 139, 227, 228 e nota 141, 229 (nota 141), 233, (nota 143), 235, 236, 238, 239, 240, 245 (nota 148), 246, 250, 251, 252, 257, 259, 260, 261, 262, 263, 272, 273, 276, 277 e nota 165, 279, 281, 284

BREWSTER, Hugh (*sir*) 122, 124

BRITO, Tomás Fortunato de (barão de Arinos) 179 (nota 101)

BROGLIE 244

BROOM, Jorge 137

BROWN 52, 104 (nota 70), 107, 110, 126, 127, 129, 132, 134, 135, 137, 139, 140, 141, 143, 144, 146

BROWN, Guilherme 126

BROWN, Gustavo Henrique (almirante e marechal de campo) 109

BROWN, Luís 133

BROWN, William (almirante) 51, 104 (nota 70)

BROWNING, Cecil 133, 137, 146

BRUCKHARDT 28

BRUN (forte) 125

BUENOS AIRES 17, 18, 47, 48, 49, 50, 58, 60, 61, 86 (nota 42), 87 e nota 42 e 44, 89, 96, 101 (nota 66), 111 (nota 80), 112 (nota 82), 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 136, 139, 140, 141, 144, 145, 156, 157, 158 e nota 94, 159, 160, 161, 180 (nota 102), 181, 196, 198, 199, 201, 202, 206 e nota 125, 214, 228 e 141, 229, 231, 250, 252, 253, 269

BULCÃO, Baltazar de A. Aragão 184

BURACO (forte) 125

BUXTON (forte) 159

## C

- CABALLERO, Felipe 92  
 CABOCLO (brigue) 128, 131, 135, 141, 142, 143, 145  
 CABO FRIO (barão), vide AMARAL, Joaquim T. do  
 CABRAL, Francisco 284  
 CAÇAPAVA (barão), vide ANDRÉA (marechal)  
 CACEQUI 113 (nota 83), 114 (nota 83)  
 CACHEMIRA 19  
 CACIQUE (brigue) 83 (nota 40), 222  
 CAJAÍBA (barão) 184  
 CAJU 284  
 CALDEIRA BRANT PONTES, Felisberto (marquês de Barbacena)  
     107, 108, 109 (nota 71), 110, 112, (nota 82), 125, 136  
 CALADO (general) 116, 117  
 CALMON, José 253 (nota 158), 257 (nota 161)  
 CAMACAM, Guilherme Balduino Embirissu 153 (nota 90)  
 CAMACUÃ ou CAMACUAN 112 (nota 83)  
 CAMACUÃ-GRANDE 111  
 CAMARA, Bento Correia da (general) 75, 78, 79, 80, 93 102 e nota 67, 251  
 CAMARAGIBE 253 (nota 158)  
 CAMARONES 143  
 CAMPO DA ACLAMAÇÃO 266  
 CAMPO GRANDE 252  
 CAMPOS 152 (nota 91), 153 (nota 91)  
 CAMPOS, João Félix de (almirante) 49  
 CAMPOS, Martinho de 277, 285  
 CANDELÁRIA 204, 222 (nota 137)  
 CANNING 86 (nota 42), 170  
 CAPANEMA 257 (nota 161)  
 CAPANEMA, Gustavo 26  
 CAPILLA DEL ROSARIO 104 (nota 70)  
 CARABALLO (general) 217  
 CARAGUATÁ 104 (nota 70)  
 CARAVELAS (visconde), vide CARNEIRO DE CAMPOS, José Joaquim

CÁRCANO, Ramón 17  
CARDOSO DE MENESES 253 (nota 158)  
CARIOCA (corveta) 131, 136  
CARNEIRO DE CAMPOS, José Joaquim de (visconde de Caravelas),  
255, 257 e nota 161, 266, 267, 275  
CARNEIRO LEÃO, Honório Hermeto (marquês de Paraná), 157  
CARNEIRO, Manuel Pinto (tenente-coronel) 57 (nota 8)  
CARRÃO 166  
CARRARA 276  
CARRERAS 116, 199, 200, 216 e nota 130  
CARTER, David 141  
CARUMBÉ 69 e nota 27  
CARVALHO, Afonso de, 253 (nota 158)  
CARVALHO, A. P. de, 141  
CARVALHO BORGES 253 (nota 158)  
CARVALHO E MELO, L. J. de, 86  
CARVALHO, Rafael de 128, 130, 141, 143, 144, 145  
CASTELLANOS, Florentino 164  
CASTELLI 131  
CASTILHO, A. Feliciano de, 284  
CASTILHO, José Feliciano de (conselheiro) 191 (nota 111), 220 (nota  
133), 229 e nota 142  
CASTRO, 153 (nota 91)  
CASTRO (arroio) 95  
CASTRO, Carlos 226, 239  
CASTRO, Francisco Bibiano de, 83 (nota 40)  
CASTRO, J. M. Coelho de, 253 (nota 158)  
CASTRO, M. de (comendador) 163 (nota 97)  
CATALÁN 69, 70, 72 (nota 30), 75, 99, 103  
CAVALCANTI, Luís de Almeida Araujo (doutor) 279 (nota 166)  
CAVOUR 87 (nota 43)  
CAXIAS (duque) 14, 121, 125, 159, 161, 166, 172, 178, 187, 190, 191,  
192, 195 (nota 113), 196 (nota 114), 199 (nota 117), 242, 249, 253  
(nota 158), 274, 275, 283  
CEARÁ 264  
CERQUEIRA PINTO 184

CERRO CORÁ 251, 252  
 CERRO LARGO (barão), vide ABREU, José de  
 CHACO 267  
 CHAGAS SANTOS (general) 62, 64, 65, 67 (nota 25)  
 CHAIGNEAU (almirante) 227, 228 (nota 141)  
 CHATEAUBRIAND 231  
 CHATHAM (lorde) 281  
 CHILE 137, 159, 268  
 CHINA 24  
 CHISWICK 124  
 CHUÍ 62, 103, 163, 164  
 CICERO 225  
 CISNEROS Y LA TORRE, Baltasar Hidalgo de, 48  
 CISPLATINA 13, 17, 18, 19, 20, 28, 83, 85, 86, 87, 88, 93, 100 e nota 135  
 CIUDAD 127, 128, 143  
 CLAPTEN, Félix 134  
 CLARE 144  
 CLARK 142  
 COBDEN 258  
 COBRA 13, 257 (nota 161)  
 COBRAS (ilha) 178, 267  
 COCHIN 244  
 COCHRANE (lorde) 49 130, 131, 137  
 COELHO, Jerônimo 166  
 COLÔNIA DO SACRAMENTO 18, 91  
 COMISSÃO MISTA FRANCO-ARGENTINA 179 (nota 101)  
 COMPANHIA DAS ÍNDIAS ORIENTAIS 122, 124  
 CONCEIÇÃO (escuna) 127, 141, 142, 144, 145  
 CONCÓRDIA 222 (nota 137)  
 CONDEIXA 253 (nota 158)  
 CONDE DOS ARCOS (corveta) 83 (nota 40), 151  
 CONGRESO (barca) 129, 130, 131, 133, 135, 142, 144, 145  
 CONGRESSO DE PARIS (1856) 176, 177, 178  
 CONGRESSO DE VIENA 19  
 CONGRESSO DO PARANÁ 179  
 CONSTANÇA (brigade) 131, 135

CONVENÇÃO de 12 de fevereiro de 1858 180, 181  
 CONVENÇÃO de 20 de fevereiro de 1865 234, 241  
 CONVENÇÃO de 24 de março de 1843 180 (nota 102)  
 CONVENÇÃO de 4 de setembro 180 (nota 102)  
 CONVENÇÃO de 20 de novembro de 1857 179, 182  
 CONVENÇÃO de 1828 180 (nota 102)  
 CONVENÇÃO de 1856 182, 183  
 CONVENTOS 102  
 COPENHAGUE 129  
 COQUIMBO 92 e nota 52  
 CORALES 104 (nota 70)  
 CORDILHEIRAS 249, 251  
 CÓRDOVA 60  
 CORREIA 285  
 CORREIA, M. F., 254, 255  
 CORREIO MERCANTIL 155, 156, 220 e nota 134, 229  
 CORRIENTES 60, 104 (nota 70), 159 e nota 95, 160, 196, 202, 204  
 CORTESÃO, Jaime 18  
 CORUJA 57  
 COSTA, A. de Medeiros 104 (nota 70)  
 COSTA, Álvaro da (dom) 82  
 COSTA PEREIRA 144, 145, 255  
 COSTA Pinto (bardeira) 253 (nota 158), 284  
 CAUCHY, Eugène de, 177  
 COUTO, Antônio Joaquim do (capitão-tenente) 83 (nota 40)  
 COUTO, Antônio Leocádio do, 131  
 COWEN 145  
 CRAIG, Thomas 133, 137, 146, 147  
 CRUZEIRO 83, 122, 129, 133, 138, 147, 184, 253 e nota 158, 282  
 CUIABÁ 265, 268  
 CUIABÁ (bispo) 195  
 CUNHA LEITÃO 253 (nota 158)  
 CUNHA MATOS (general) 96 e nota 60, 97 110 (nota 77)  
 CUNHA-PERU 58, 110  
 CURADO, Joaquim Xavier (general) 59, 92 e nota 17, 63, 67 e nota 25,  
 68, 69, 70, 72, 75, 76 (nota 32)



CURITIBA 268  
 CURUPAITI 223, 242  
 CYONE (fragata) 52

## D

DAMÁSIO, Virgílio 184  
 DANDREYS 142  
 DARIO, Ruben 17  
 DAUTANT, P. 142  
 DEBRET 19, 33, 35  
 DE KAY 135, 146  
 DEIRÓ 284  
 DE LAMARE 192, 195  
 DELFINO, Joaquim 253 (nota 158)  
 DERBY (lorde) 167  
 DESBOROUGH (lorde) 137  
 DESBUZA, Cristino Lourenço 146  
 D'EU (conde) 251, 252  
 DEZENOVE DE NOVENBRO (bombardeira) 132, 135  
 DEZENOVE de OUTUBRO (bombardeira), 123, 132, 133, 134, 146  
 DEZENOVE DE DEZEMBRO (bombardeira) 132, 135  
 D. FRANCISCA (corveta) 166  
 DANTAS, San Tiago 28  
 DIAMANTINA 45  
 DIÁRIO DO RIO 184 (nota 105), 220, 223, 224  
 DIARIO POPULAR 152 (nota 91), 153 (nota 91)  
 DIAS DA ROCHA 253 (nota 158)  
 DIAS DE CARVALHO 285  
 DIAS VIEIRA 199, 201, 206 (nota 125), 219, 230, 232  
 DÍAZ (capitão) 132  
 DIEZ Y OCHO de ENERO (escuna) 131  
 DINAMARCA 137  
 DISRAELI, Benjamin 167, 168  
 DOIS DE JULHO, (brigue-escuna) 132, 133, 134, 135, 146

DONA PAULA 141  
DONERAILE (lorde) 137  
DORIS (fragata) 51, 52  
D'ORLEANS, Gaston 252  
DORREGO (corveta) 123  
DOZE DE DEZEMBRO (iate) 127  
DRUMMOND (capitão) 130  
DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos 22  
DRURY, Patricio 145  
D. SEBASTIÃO (canhoneira) 90  
DUARTE (padre) 240  
DUARTE DE AZEVEDO 254, 255, 257 (nota 161)  
DUCROT (general) 241  
DUMAS, Alexandre 87 (nota 45), 197  
DUQUE ESTRADA TEIXEIRA 253 (nota 158), 256, 257 (nota 161),  
284

## E

ELBE 277  
ELIZALDE 158 (nota 94), 198, 202 (nota 118), 228 (nota 141)  
ELLIOT (almirante) 216, 218, 219 (nota 141)  
ELORDI, José Celidonio 145  
ENFORCADOS (passo) 107, 111, 112  
ENSENADA 104 (nota 70)  
ENTRE RIOS 58 e nota 11, 59, 60, 62 e nota 18, 63 e nota 21, 70, 73,  
100 (nota 62), 159 e nota 95, 160, 196  
EQUADOR 50  
EREZCANO, Augustin 131  
ERSKINE (lorde) 123, 124  
ERSKINE, Elisa Bland 123, 124  
ERSKINE, Harry 125  
ERSKINE, Thomas 125  
ESCÓCIA 137  
ESCRAGNOLLE TAUNAY 281

ESPANHA 17, 18, 19, 29, 61  
 ESPERADA 146  
 ESPORA, Tomás 142  
 ESTADO ORIENTAL 103 (nota 68), 157, 158, 163 (nota 97), 164, 180  
 (nota 102), 181, 186, 197, 200, 201, 202, 214, 221  
 ESTADOS UNIDOS 60 (nota 13), 146, 175, 177, 257, 265, 267, 268  
 ESTIGARRIBIA 209, 221 (nota 136), 240  
 ESTRELA 253 (nota 158)  
 EUROPA 24, 27, 162, 176, 183 (nota 106), 232, 248, 255, 263, 265,  
 268, 277 e nota 165, 278, 279, 283  
 EYRE, Guilherme 141

## F

FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO 20, 55 (nota 2)  
 FARIA, Bernardo Rodrigues de, 154  
 FARIA, Luísa de Figueiredo 154  
 FARIA, Teresa de Figueiredo, (viscondessa do Rio Branco) 154  
 FELIZ (brigue) 135  
 FELIZARDO, Manuel 167 (nota 98), 186, 190, 196 (nota 114)  
 FERNANDES BRAGA 253 (nota 158)  
 FERNANDES DA CUNHA 257 (nota 161)  
 FERNANDO VII 46  
 FERRAZ (conselheiro) 167, 187, 188, 189, 190, 192  
 FERREIRA, Antonio Carlos 141  
 FERREIRA DA VEIGA, Evaristo 167 (nota 68)  
 FERREIRA DE MOURA 184  
 FERREIRA, Pedro (almirante) 174  
 FERREIRA SOUTO 184  
 FERREIRA VIANA 253 (nota 158)  
 FIGUEIRA DE MELO 253 (nota 158), 257 (nota 161)  
 FIGUEIREDO, Jackson 17  
 FIGUEIREDO JUNIOR 253 (nota 158)  
 FISCHER 142  
 FLEUCKEUX, Adolfo Félix 134

FLORES, Eduardo 227  
FLORES, Venâncio (general) 196  
FLORIDA 89 (nota 46), 93, 94 (nota 56)  
FONSECA 196 (nota 114)  
FONTES, C., 253 (nota 158)  
FONTOURA, Antonio Pinto da, 114 (nota 83)  
FORD, Robert H., 145  
FOURNIER, César 145, 146  
FRANÇA 46, 122, 158, 165, 168, 227, 231  
FRANÇA, J. Feliciano 57 (nota 9)  
FRANÇA RIBEIRO 145  
FRANCO, Álvaro da Costa 16  
FRAY BENTOS 204  
FRAYLE-MUERTO 102 (nota 67)  
FREYRE, Gilberto 19, 24  
FURTADO (conselheiro) 166, 195, 201, 203 (nota 120), 220, 230, 231,  
232, 235, 241

## G

GALGO 252  
GALVÃO, Inácio da Cunha 281  
GAMA CERQUEIRA 253 (nota 158)  
GARÇÃO (capitão-tenente) 83 (nota 40)  
GARIBALDI 87 (nota 45), 137, 197, 198  
GARNIER, B. L. 216 (nota 129), 234 (nota 144)  
GARZÓN (general) 159, 160  
GASCÓN, Estevan Augustin (dom) 48  
GASPARINO 184  
GAZETA DA BAHIA 153  
GAZETA DA TARDE 283  
GAZETA DA ITÁLIA 277 (nota 165)  
GENERAL BRANDZEN (brigade) 132, 133, 135, 138, 146  
GENERAL DORREGO (corveta) 123  
GENERAL LECÓR (corveta)

- GIRO, Juan Francisco 160, 161, 163, 164, 166  
 GLADSTONE 167  
 GOIANA (Pernambuco) 24  
 GOIÁS 264  
 GÓIS, Zacarias de 185, 192, 195, 197, 203 (nota 120), 232, 242, 243, 247, 257 e nota 161  
 GOMES, A. de Medeiros 284  
 GOMES DA SILVA 253 (nota 158)  
 GOMES DE CASTRO 253 (nota 158)  
 GOMES ou GÓMEZ, Leandro 208, 221 (nota 136), 241  
 GÓMEZ, Aniceto 77, 78  
 GÓMEZ, Servando 94 (nota 54)  
 GÓMEZ, Valentin (dom) 86  
 GONÇALVES, Bento (coronel) 95 e nota 58 e 59, 96, 102, 103, 114, 116  
 GORDILHO (general) 103  
 GOUPIL 122  
 GRÃ-BRETANHA 61, 86 (nota 42), 87, 176, 198  
 GRENFELL (escuna) 131, 141, 143, 146  
 GRENFELL, John Pascoe 122, 128, 129 136, 137, 141, 143, 159, 161  
 GRENFELL, William Wallace, 137  
 GUANACO (escuna) 131  
 GUARANIS 94 (nota 56)  
 GUARANY (brigue) 83 (nota 40)  
 GUEZZI, Carlos José 18  
 GUIANA FRANCESA 176  
 GUIDO (general) 158  
 GUIMARÃES, José Ferreira 146  
 GUIRAOCAÍ 78 (nota 36), 100 (nota 62)  
 GUIRAPUTÁN-CHICO 78  
 GUIZOT 244  
 GURJÃO 249  
 GUSMÃO LÔBO 278

## H

HALL, William 145  
HARMONIA (brigue) 131  
HARMONIA DOS ANJOS (brigue) 145  
HAWKSHAW, John 268  
HAYDEN, Bartolomeu 137, 141, 145  
HENEHAN, Marie 19  
HERRERA, Nicolás 60, 61 (nota 15)  
HERVAL, (marquês), vide OSÓRIO (general)  
HOLANDA, Sérgio Buarque 24  
HOMEM DE MELO (barão) 13  
HOUDAIN, João Custódio de 137  
HUDSON 284  
HUMAITÁ 223, 249, 252  
HUME 167

## I

IBICUÍ 59, 62, 64, 67, 70, 114 (nota 83)  
IBICUÍ-GUACÚ 75, 79  
IBICUÍ-MIRIM 79  
IBIRAOCAÍ 69 e nota 27  
IBIRAPUITÃ 70  
IBIRAPUITÃ-CHICO 62, 67, 75, 77, 78 e nota 36  
IMPERATRIZ (fragata), 49, 51, 52, 104 (nota 70), 136, 153 (nota 91)  
INDEPENDÊNCIA (brigue) 129, 130, 135, 142, 144, 145  
INDEPENDÊNCIA OU MORTE (brigue) 144  
ÍNDIA 19, 24, 123  
INDIA-MUERTA 47  
INGENIEROS, José 17  
INGLATERRA 86 (nota 42), 124, 137, 158, 167, 168, 248, 258  
INGLIS, James 122, 131, 137, 145  
INHATUM 113  
INHAÚMA (visconde) 14, 121, 122, 242, 249

IPANEMA 253 (nota 158)  
 IPIRANGA 81  
 IRIARTE (coronel) 109 (nota 73)  
 IRIGOYEN, Matias (dom) 48  
 ISIDRO 253 (nota 158)  
 ITABAYANA (barão) 86 (nota 42)  
 ITABORAÍ (visconde), vide TÔRRES, Joaquim José Rodrigues  
 ITAJUBÁ 253 (nota 158)  
 ITÁLIA 60 (nota 14), 277 (nota 165)  
 ITAMARATI 253 (nota 158)  
 ITAPAGIPE 153 (nota 91)  
 ITAPARICA 50, 127, 135, 141, 144, 145, 249  
 ITAPARICA (corveta) 127, 142, 143  
 ITAPUA 204  
 ITAQUATIÁ 79  
 ITAQUI 209, 240  
 ITATÚNA (barão), vide BORGES, Cândido  
 ITORORÓ 249  
 ITUPARAÍ 64  
 ITUZAINGO 88, 107, 115 e nota 87, 214  
 IZABEL (fragata) 136

## J

JAGUARÃO 62, 96, 103, 109 e nota 74, 205, 208, 218, 234, 236, 237, 238 e nota 147, 268  
 JAGUARI (visconde), vide SOUSA RAMOS,  
 JAGUARIBE 253 (nota 158), 254, 257 (nota 161)  
 JANUÁRIA (brigadeiro) 135, 141  
 JAPEJU (passo) 59, 63  
 JARAU (serra) 57 (nota 8)  
 JARDIM, Jerônimo Gomes (coronel) 85, 89, 91, 94 e nota 56, 96  
 JAURU (barão), vide VIANA de LIMA  
 JEQUITINHONHA (visconde) 174, 232, 244, 245  
 JERNINGHAM, William 175, 176

JEWETT, David 125  
JOÃO VI (dom) 46, 59, 60, 61  
JOAQUIM GUILHERME (tenente) 83 (nota 40)  
JOBIM 196 (nota 114), 233, 253 (nota 158)  
JORDÃO, Polidoro (general) 192  
JORNAL DO BRASIL 22  
JORNAL DO COMMERCIO 7, 138, 153 (nota 91), 156  
JOSÉ BENTO 253 (nota 158)  
JUNQUEIRA 255, 257, 270  
JUNQUEIRA Manuel Joaquim de Sousa 132

## K

KAY, George C. de, 146  
KEATING, Vallandro 18, 253 (nota 158), 254 (nota 159)

## L

LA AURORA 82  
LA BOCA 131  
LABOULAYE 244  
LADEIRA DA PRAIA 151 (nota 89)  
LAET, Carlos de, 22, 284  
LAGOINHA 265, 268  
LAGUNA, Julián (coronel) 85, 87, 91, 109 (nota 73)  
LAGUNA (visconde), vide LECÓR, Carlos Frederico  
LAHITTE, (canhões) 207  
LAMAS, Andrés 160, 185, 186, 227  
LAMAS, Diego 205  
LAMEGO 253 (nota 158)  
LAMEGO, José 132, 145  
LA NACIÓN 141, 156  
LA PLATA (porto) 129  
LAPRIDA, Narciso (dom) 49



- LARA, Diogo Arouche de Morais 62, 63 (nota 21), 654 (nota 22), 67 e nota 25, 71 (notas 28 e 29)
- LARA-QUILMES, 128
- LA ROSA, Manoel 131
- LAS PALMAS 127, 140
- LA TORRE 48, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 79
- LAVALLEJA, Juan Antonio 87, 88, 89 e notas 46 e 48, 91, 92 93, 94 (nota 56), 95, 104 (notas 70 e 73), 112 (nota 82), 116, 117, 165
- LAVRADIO 261, 276
- LEAL PAULISTANA (escuna) 127, 128, 141, 142, 143
- LECÓR, Carlos Frederico (visconde da Laguna) 19, 46, 47, 48, 61, 62, 76 e nota 32, 82, 83 (nota 40), 85, 88, 93, 94 (nota 56), 97, 100 e nota 65, 116
- LEOPOLDINA (escuna) 83 (nota 40)
- LEOPOLDINO 57
- LETTSON 205 (nota 122), 228 (nota 141)
- LEUCHTEMBERG, Amélia de, 136
- LEVERGER, Augusto (barão de Melgaço) 14, 121, 122, 123, 132, 133, 137, 146, 147
- LIBERAL (corveta) 83 (nota 40), 127, 130, 141, 142, 143, 144, 145
- LIGURI (brigue) 83 (nota 40)
- LIMA BARRETO, 17
- LIMA E SILVA, Francisco de, 125, 253 (nota 158)
- LIMA E SILVA, Luis Manuel (marechal de campo), 14, 114 (nota 83), 121, 253 (nota 158)
- LINHARES (conde de) 18
- LISBOA 46, 61, 82, 156, 268
- LISBOA, Adolfo Paulo de Oliveira 249 (nota 155)
- LISBOA, Gabriel Gomes (capitão) 104 (nota 70)
- LISBOA, Wenceslau 141
- LIVERPOOL 14, 123
- LOBO, Rodrigo José Ferreira 47, 50, 51, 93, 104 (nota 70), 139
- LOCKETT, Diogo (tenente) 134
- LOMAS VALENTINAS 249
- LONDRES 76, 122, 123, 124, 125, 129, 158 (nota 94), 175, 272, 273
- LOPES GAMA (visconde de Maranguape) 179, 182 (nota 104), 183, 192, 229, 253 (nota 158)

LOPES DE MENDONÇA 156  
LÓPEZ, Carlos Antonio 173  
LÓPEZ, Chico 104 (nota 70)  
LÓPEZ, Solano (general) 180, 196, 199, 200, 202, 203, 205, 214, 216,  
222 e nota 137, 223, 247, 251  
LUÍS XIV 201  
LUIS CARLOS 257 (nota 161)  
LUNAREJO 62, 100 (nota 62)

## M

MACEDO, Sérgio Teixeira de, 186  
MACEDO SOARES 253 (nota 158)  
MACEIÓ (corveta) 127, 141, 142, 143, 144, 145  
MAC ERWING, William 133, 146  
MACHADO DE ASSIS 26  
MACHIAVEL 166  
MACIEL, Salvador José (brigadeiro) 108  
MADEIRA (general) 49, 151  
MADEIRA (ilha) 49  
MADRI 61 e nota 16  
MADUREIRA, Casimiro 184  
MADUREIRA, João Marcos de, 57 (nota 9)  
MAGGESSI (barão de Vila Bela) 95 (nota 58), 100  
MAGLIOTTI (doutor) 276  
MAIA, Jose Inácio (capitão-de-fragata) 129  
MALDONADO 47  
MALDONADO (escuna) 132, 135  
MALLARCE, A. de, 260  
MALLET, Emilio 14, 121  
MALMESBURY (lorde) 175  
MALVINAS 19  
MANCILLA (major) 92 (nota 51), 128  
MANOEL JOAQUIM (professor) 153 (nota 91)  
MARANGUAPE (visconde), vide Lopes Gama

- MARANHÃO 49, 220 (nota 133)  
 MARANHÃO (brigue) 135  
 MARANHÃO, Ricardo 18  
 MARIA DA GLORIA (corveta) 127, 128, 141, 142, 143  
 MARIA IZABEL (corveta) 136  
 MARIA II (dona) 136  
 MARIA TERESA (escuna) 145  
 MARIATH, Frederico 137  
 MARIZ E BARROS 219, 220  
 MARMOL 202 (nota 118)  
 MARQUES (general) 82  
 MARQUES DE SOUSA 78  
 MARTIM FRANCISCO 244  
 MARTÍN GARCÍA 197, 197  
 MARTINS, J. A. (tenente-coronel) 104 (nota 70)  
 MASCARENHAS, Francisco de Assis (marquês de São João da Palma), 136  
 MASCARENHAS, Manoel de Assis (dom) 167, 174 183, 187 e nota 108  
 MASSENA (general) 46  
 MASSENA ROSADO, Francisco de Paula, 100 e nota 64, 101 (nota 66)  
 MATO GROSSO 27, 137, 173, 179, 180, 182, 183, 193, 194, 195 e nota 113, 201, 205, 233, 249, 264, 265  
 MATTOSO, Kátia M. de Queiróz 25  
 MAUÁ 273, 273  
 MAXIMIN 131  
 MEDRADO, Landulfo 184  
 MELO MATOS 253 (nota 158), 257 (nota 161)  
 MENA BARRETO, João de Deus (visconde de São Gabriel) 57 e nota 5, 69, 72, 85, 91, 94 (nota 57)  
 MENA BARRETO, José Luís (coronel) 94 e nota 56, 96, 97, 121  
 MENA BARRETO, José Propício (barão de São Gabriel) 94 (nota 57), 198, 199, 202, 206, 207, 208, 209, 214, 217, 218, 221  
 MENDES, Cândido 253 (nota 158), 257 (nota 161)  
 MENDES DOS SANTOS 196 (nota 114)  
 MENDES, João 253 (nota 158)  
 MENDES SALGADO 253 (nota 158)

MENEZES PRADO 253 (nota 158), 257 (nota 161)  
 MÉNDEZ, William 131, 132  
 MERCEDES 81, 82, 85, 88, 89, 91, 91, 93, 94 (nota 56), 97  
 MERINAY 104 (nota 70)  
 MERSEY 228 (nota 141)  
 MESQUITA 253 (nota 158)  
 MILÃO 276  
 MINAS GERAIS 25 ,136, 169  
 MINIE 208  
 MIRANDA, João Antônio (desembargador) 186, 193, 195 (nota 113), 268  
 MIRIM (lagoa) 132, 163, 164  
 MISSÃO ESPECIAL DO BRASIL 198  
 MISSÃO GARCIA 180 (nota) 102  
 MISSÕES 57, 58 (nota 11), 62 ,63, 67, 68 69, 100 (nota 62), 104 (nota 70), 158, 222  
 MISSÕES ORIENTAIS 59, 62  
 MITRE, Bartolomeu 128, 156, 158 (nota 94), 201, 202 (nota 118), 204, 205 (nota 122), 228 (nota 141), 266  
 MONIZ, Pedro 184  
 MONT’ALEGRE 186  
 MONTALEMBERT 244  
 MONTE CASEROS 157, 160  
 MONTEIRO DE CASTRO 257 (nota 266)  
 MONTEVIDÉU 17, 19, 26, 33, 35, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 60, 81, 82, 83, 86 (nota 42), 88, 91, 92, 93 e nota 55, 94 (nota 56), 95, 96, 97 (nota 61), 100, 104 (nota 70), 126, 128, 130 ,131, 134, 135, 136, 139, 157, 158, 159 e nota 95, 160, 161, 163, 165, 166, 175, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 205 e nota 122, 206 e nota 125, 208, 209, 210, 211, 212 e nota 127, 213, 214, 215, 216, 217, 218 e nota 132, 219, 221 (nota 136), 222 e nota 137, 225, 226, 227, 229, 231, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 241, 273  
 MONTE SANTIAGO 129, 130, 144  
 MOORE, Bramley 123  
 MORGUIONDO, Prudêncio 145  
 MORRO GRANDE 110  
 MUMBAI 124

MUÑOZ (general) 208, 209, 215, 222 (nota 137), 237, 238, 239, 240  
 MURILLO (general) 46  
 MURITIBA (visconde) 167 (nota 98), 186, 195 (nota 114), 244, 245,  
 248, 253 (nota 158), 257 e nota 161

## N

NABUCO, Joaquim 16, 17, 23, 25, 26, 166, 167, 169, 172, 186, 192,  
 230, 244, 246, 257 (nota 161), 258, 261, 277, 284, 285  
 NAÇÃO 273  
 NAVARRO 90  
 NÉBIAS 248 (nota 153)  
 NEGRO (rio) 76, 82, 88, 89, 93  
 NELSON 127, 140, 259  
 NÉRI, F., 197  
 NERY, Isidoro 131, 146  
 NETO (general) 197, 207, 279 (nota 166)  
 NEWCASTLE (duque) 167  
 NEWHARK 124  
 NIGER (brigade) 133, 135, 146  
 NITERÓI (fragata)  
 NITERÓI (visconde), vide SAIÃO LOBATO  
 NOGUEIRA DA GAMA, Manuel Jacinto (marquês de Baependi) 55  
 (nota 3)  
 NORTHCOTE, Staford (*sir*) 167  
 NORTON, Brinsley (lord Grantley) 124  
 NORTON, Fletcher Carioca 122, 124  
 NORTON, Frederick de la Plata 124  
 NORTON, Indiana Isabel 124  
 NORTON, James 7, 9, 14, 16, 20, 104 (nota 70), 119, 121  
 NORTON, Maria Brasília 122, 124  
 NORTON, Marina 124  
 NORTON, Richard 124  
 NORTON, William Slayter 124  
 NOTTINGHAM 124

NOVA COIMBRA 222  
NOVA FRIBURGO 253 (nota 158)  
NOVA GRANADA 46, 61, (nota 16)  
NOVA ZELÂNDIA 137  
NOVE DE JANEIRO (iate) 127, 132, 147  
NUEVA VEINTE Y CINCO DE MAYO (corveta) 135  
NOVO TEMPO 154, 171  
NUEVE DE FEBRERO (escuna) 132  
NUNES, Pedro Antonio 83  
NUNO ALVARES 46

## O

OBES, Manuel Herrera y, (doutor) 165, 211, 213, 214, 238  
OCHO de FEBRERO (escuna) 132  
O'CONNELL 167  
OLINDA 125  
OLINDA (bispo) 267  
OLINDA (marquês), vide ARAUJO LIMA, Pedro  
OLIVEIRA, Augusto de, 253 (nota 158)  
OLIVEIRA BOTAS (capitão-de-Fragata) 131, 132, 134, 144  
OLIVEIRA, Gonçalves de, 24  
OLIVEIRA, J. J. Machado de, 56 (nota 4)  
OLIVEIRA, João Alfredo Correia de, 253 (nota 158), 254  
OLIVEIRA, Leocádio de, 141  
OLIVEIRA, Leonardo de, (coronel) 102  
OLIVEIRA, S. Machado 103 (nota 69), 111 (nota 81), 113 (nota 83),  
114 (nota 83), 116 (nota 83)  
OLIVENÇA 19  
ONCE DE JUNIO (escuna) 131  
ORIBE 156, 157, 158, 159, 160, 164  
ORIBE, Ignácio (coronel) 102 e nota 67, 104 (nota 70)  
ORIENTAL ARGENTINO (brigade) 142  
ORTEGA Y GASSET 15  
OSÓRIO (general e marquês do Herval) 14, 121, 206, 207, 226, 283

OSÓRIO, Francisco de Paula (tenente) 83 (nota 40), 141  
 ORTIZ 126, 139  
 OTAVIANO, Francisco 258  
 OTONI, Cristiano 285  
 OTONI, Teófilo 189, 192, 195, 232, 233 (nota 143), 258  
 OTÓRGUEZ 62  
 OURO PRETO 264

## P

PAÇO, Jansen do, 253 (nota 158)  
 PAIKHANS (canhões) 207  
 PAIS DE ANDRADE, Manuel de Carvalho 50  
 PAIS BARRETO, F. S. 167, 192  
 PAIS DE MENDONÇA 253 (nota 158)  
 PAISSANDU ou PAYSANDÚ 57 (nota 8), 91, 95 (nota 57), 200, 201, 202, 203, 205, 207, 208, 217, 218, 221 e nota 136, 222, 227, 228, 233 (nota 143), 234, 241, 252  
 PALMAS (arroio) 107, 110 e nota 78, 111, 113 (nota 83), 127, 140  
 PALMELA (duque) 86 (nota 42), 87 (nota 42)  
 PALMERSTON (lorde) 167  
 PALOMEQUE 205, 238  
 PÃO DE AÇÚCAR 122  
 PAQUISTÃO 19  
 PARÁ 49, 50, 137, 153 (nota 91), 172, 264, 265, 267  
 PARAGUAI ou PARAGUAY 13, 14, 27, 121, 134, 158 e nota 94, 159, 166, 173, 174, 175, 179, 180, 181 e nota 103, 182, 183, 184 (nota 105), 188 (nota 109), 193, 194, 196, 197, 199, 200, 201, 202 e nota 108, 204, 205, (nota 122), 208, 212, (nota 127), 214, 215, 221, 222, 227, 244, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 266, 267, 270 e nota 164, 272, 275, 280  
 PARAGUAI (rio) 173, 175, 180, 183, 194  
 PARANÁ, (marquês), vide CARNEIRO LEÃO, Honório Hermeto  
 PARANAGUÁ 167, 169, 233  
 PARANHOS, Agostinho da Silva 23, 151, 152

- PARANHOS, Alfredo da Silva 283  
 PARANHOS, Antonio da Silva (capitão-mor) 151, 252  
 PARANHOS, João da Silva (coronel) 151  
 PARANHOS, José Maria da Silva (visconde do Rio Branco) 7, 9, 16, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 37, 149, 151, 152 (nota 90 e 91), 153 (nota 91), 155, 156 (nota 92), 157 (nota 93), 161 (nota 96), 163 (nota 97), 168, 171, 172, 177, 178, 179, 180 (nota 102), 183, 184 (nota 106), 186, 187 e nota 108, 188 e nota 109, 190 e nota 110, 191 (nota 111), 193 (nota 112), 195, 202 (nota 118), 221 (nota 135), 244, 253 e nota 158, 254, 255 e nota 160, 256, 257 e nota 161, 258, 259, 260, 261, 262, 264, 266, 267, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277 e nota 165, 278 e nota 165, 279 e nota 166, 280, 281, 282, 284, 286  
 PARANHOS, Josefa Emerenciana Barreiros 23, 151  
 PARDO (rio) 57 (nota 8), 63 (nota 21), 64, 82, 100 (nota 62)  
 PARIS, 60 (nota 14), 126, 128, 129, 176, 177, 178 260 (nota 162)  
 PARKER, Guilherme 137, 141, 146  
 PASCUAL. A. D. 19, 95 (nota 59), 104 (nota 70), 109 (nota 74), 115 (nota 84), 116 (nota 87)  
 PASQUALI, Ernesto (doutor) 276  
 PASSO GERAL 163  
 PASSOS (doutor) 48  
 PATROCÍNIO, José do, 284  
 PAULA SOUSA 155  
 PAULA TOLEDO 253 (nota 158)  
 PEDRAS (passo) 110  
 PEDREIRA (visconde de Bom Retiro) 166, 172, 195 e nota 113, 253 (nota 158)  
 PEDRO I (dom) 20, 81, 87 (nota 43), 99, 105, 133, 136  
 PEDRO II 24, 265  
 PEDROSO, Manuel dos Santos (major) 57 (nota 8)  
 PEEL, Robert 188, 258, 259  
 PEIXOTO, Afrânio 17  
 PELOTAS 56  
 PENA, Herculano Ferreira 195 (nota 113)  
 PEÑA, Luís José de la, 185



PENEDO (barão) 129  
 PENEL, Julien 260  
 PEPA (escuna) 142  
 PEPPER 131  
 PERDIGÃO MALHEIRO 256, 257 (nota 161)  
 PEREIRA, Benjamin 257 (nota 161)  
 PEREIRA DA SILVA, (conselheiro) 60 (nota 15), 61 (nota 16), 66 (nota 24), 77 (nota 34), 83 (nota 40), 253 (nota 158), 256, 257 (nota 161)  
 PEREIRA FRANCO, 184, 253 (nota 158)  
 PEREIRA, Jerônimo Sodré (Jr.) 184  
 PEREIRA PINTO, A. 180  
 PEREIRA REGO 284  
 PÉRE-LACHAISE 129  
 PERIBEBUÍ 252  
 PÉRICLES 17  
 PERNAMBUCO 24, 25, 46, 49, 125, 155, 169, 171, 229, 265, 268, 277  
 PETRÓPOLIS 14, 121  
 PERU 18  
 PHILLIPS (doutor) 145  
 PIAZZA, Luís (frei) 282  
 PIMENTA BUENO (marquês de São Vicente) 159, 232, 233, 242, 253  
 PINEDO, J. M. 142  
 PINHEIRO GUIMARÃES 14, 121  
 PINHEIRO, José Feliciano Fernandes (visconde de São Leopoldo) 15, 95 (nota 59), 96  
 PINTO DE CAMPOS, 253 (nota 158), 257 (nota 161)  
 PINTO GUEDES, Rodrigo (barão do Rio da Prata) 126, 128, 129, 130, 144  
 PINTO, J. J. 202  
 PINTO LIMA 253 (nota 158)  
 PINTO MOREIRA 256, 257  
 PINTÓR, G. Sioto 276  
 PIRAÍ GRANDE 200  
 PIRAJÁ 50  
 PIRAJÁ (barão) 184  
 PIRAJÁ (brigue) 135, 141, 142, 143, 144  
 PIRANGA (fragata) 125, 129, 130

PIRAPAMA 196 (nota 114)  
PIRATINI 157  
PIRES, Cipriano José (tenente) 90 (nota 50)  
PLATÃO 262  
POLIDORO (general) 192, 253 (nota 158)  
PONSOMBY (lorde) 86  
PONTA DE LARA 132, 142, 146  
PONTAL PARAGUAIO 163  
PONTES, Rodrigo 159  
PORTELA 253 (nota 158)  
PORTO ALEGRE 14, 57 (notas 8 e 9), 75 (nota 31), 78, 100 (nota 62),  
107, 112 (nota 82), 121  
PORTO SANTO (conde), 86 (nota 42)  
PORTUGAL 17, 18, 19 20, 46, 81, 86, 136  
PORTSMOUTH 136  
POSADAS 60  
POVO NOVO 56, 57 (nota 9)  
POZOS 127, 140, 141, 142, 144  
PRADO, Antonio 253 (nota 158)  
PRATA 87 e nota 43, 126, 156, 160, 193, 200, 234  
PREGUELO (arroio) 85, 89  
PRESTES (capitão) 66  
PRIMEIRO DE DEZEMBRO (escuna) 131, 146  
PRINCIPE IMPERIAL (brigade) 145  
PROVIDÊNCIA (escuna) 131, 141  
PRYTZ, João Carlos Pedro (capitão de Mar e Guerra) 129, 130, 136, 137  
PURIFICACIÓN 61, 62  
PUEYRREDÓN, Juan Martin (dom) 48, 49, 61

## Q

QUARAÍ 55, 57 e nota 8, 58, 62, 70, 76, 89, 104 (nota 70), 169  
QUEGUAÍ 82  
QUEIRÓS, Eusébio de, 186, 244, 261  
QUEIRÓS, Manuel de, 253 (nota 158)

QUESTÃO CHRISTIE 123  
 QUILMES 127, 128, 131, 140  
 QUINET, Edgard 60 (nota 14)

## R

RABELO E SILVA, Tomás da Costa Correia (general) 57 (nota 7), 63  
 (nota 20)  
 RADMAKER 58  
 RAMÍREZ 77, 78  
 RAMIRO 184  
 RAPOSO 145  
 RAPOSO, José Joaquim (capitão-de-fragata) 153 (nota 91)  
 RASGADO 110 (nota 77)  
 RATTAZZI 276  
 READ, Thomas 131, 146  
 REBELO GAMA (capitão-tenente) 52  
 REBOUÇAS, André 253 (nota 158)  
 RECIFE 50, 125, 219, 220, 223  
 REFOJOS (capitão) 132,  
 RÊGO BARROS 167  
 REINO UNIDO 19, 81  
 REIS, João Gualberto Pereira dos Santos (professor) 153 (nota 91)  
 REPUBLICA (brigue) 126, 129, 130, 135 139, 142, 143, 144, 145  
 REPÚBLICA ORIENTAL 95 (nota 59), 110 (nota 74), 159, 160, 161,  
 162, 179, 185, 203, 205 (nota 122) 208, 212 (nota 127), 213, 214,  
 215, 238  
 REVISTA AMERICANA 7, 16, 21  
 REVISTA MENSAL DO INSTITUTO CIENTÍFICO 20  
 REVISTA POPULAR 7, 15  
 REVISTA TRIMESTRAL DO INSTITUTO HISTÓRICO 7, 15  
 GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO DO BRASIL 7, 16  
 REYES (coronel) 163  
 RIACHUELO 132, 134  
 RIBEIRO, Bento Manuel (coronel) 91, 92 e nota 51, 94 (nota 56), 95 e

- nota 58, 96, 97, 99, 103, 104 (nota 70), 115 (nota 85)
- RIBEIRO DE SOUSA 255
- RINCÓN DAS GALINHAS 96
- RINCÓN DE HAEDO, 76, 92, 94
- RINCÓN DE MATA PERROS 91, 97
- RIO (escuna) 135, 142, 145
- RIO BONITO (barão) 283
- RIO BRANCO (barão) 7, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 121, 122, 123, 124, 127, 135, 138, 141, 152 (nota 91), 153, (nota 91), 156 (nota 92), 163 (nota 97), 188 (nota 109), 244, 254, 257 e nota 161, 258, 260, 261, 267, 270, 272, 274, 276, 277, 278 (nota 165), 282, 284
- RIO CLARO 268
- RIO COMPRIDO 223, 231
- RIO DA PRATA (barão), vide PINTO GUEDES, Rodrigo
- RIO DA PRATA (brigue) 135, 145
- RIO DE CONTAS (barão) 184
- RIO DE JANEIRO 19, 23, 24, 25, 27, 46, 47, 49 52, 55 (nota 3), 58 (nota 10), 60, 61 e nota 16, 73, 86 e nota 42, 94 (nota 56), 101 (nota 66), 122, 123, 125, 130, 136, 137, 138, 152, 153 (nota 91), 154, 155, 156, 160, 161, 162, 174, 179, 185, 194, 197, 198, 211, 229 e nota 141, 234 (nota 144), 252, 253, 254, 264, 266, 272, 273, 277 e nota 165, 285
- RIO GRANDE 56, 57, (nota 9), 59, 61, 62, 67, 70, 75, 76 e nota 32, 81, 82, 83, 85, 93 e nota 55, 96, 97 e nota 61, 99, 100 (notas 62 e 63), 101 (nota 66), 102 e 67, 104 (nota 70), 108, 110 e nota 74, 111, 205 (nota 122), 209, 253 (nota 158), 265, 268
- RIO GRANDE DO SUL 18, 19, 56, 81, 85, 157, 169, 198, 199 (nota 117), 204, 209, 222 (nota 137), 229, 234, 237, 238, 240, 264, 267, 268
- RIO NEGRO 76, 82, 88, 89, 93
- RIO PARDO 57 (nota 8), 63 (nota 21), 64, 82, 100 (nota 62)
- RIO VERMELHO (barão) 184
- RIVAROLA, Milda 27
- RIVERA, Frutuoso 62, 85, 88, 89, 90 e nota 49, 91, 92, 94 e nota 56, 95, 165

ROBERTS 131  
 ROCHA, Justiniano José da (doutor) 55  
 ROCHA, Severino da, 253 (nota 158)  
 RODRIGUES DE CASTRO 153 (nota 91)  
 RODRIGUES, Joaquim 78  
 RODRIGUES, José Honório 13, 14, 15  
 RODRIGUES, Manuel Jorge (barão de Taquari) 87 (nota 44), 91, 104  
 (nota 69)  
 RODRIGUEZ, Adolfo 254  
 RODRIGUEZ, Roque Pérez 250  
 ROSALES, Leonardo 142  
 ROSÁRIO (passo) 75, 76, 77, 78, 79 e nota 39, 107, 112, 114 (nota 83)  
 ROSAS 156, 157, 158, 160, 180 (nota 102), 181 (nota 103)  
 RONDEAU (general) 60 (nota 12)  
 ROULLET, Gaston 122, 135  
 RUSSELL, John (lorde) 205 (nota 122)  
 RÚSSIA 19

## S

SÁA, Juan 202  
 SAAVEDRA, Cornélio (dom) 48  
 SÁ E ALBUQUERQUE 190  
 SÁ, Gustavo A. de, 184  
 SAIÃO LOBATO (visconde de Niterói) 190, 229, 253 (nota 158), 254,  
 257 (nota 161)  
 SALADO 132, 135  
 SALDANHA DA GAMA 14, 121  
 SALDANHA MARINHO 189, 285  
 SALES 167, 186, 188, 244, 246, 253 (nota 158), 257 (nota 158), 257  
 (nota 161)  
 SALSOS 112, 113, 115 (nota 86)  
 SALTO 57 (nota 8), 97, 200, 201, 202, 227  
 SALVAÑAC 241  
 SAMPAIO, G. de, 267

SANTA ANA DO PARNAÍBA 268  
SANTANA 86, 96, 97  
SANTANA DO LIVRAMENTO 58, 79, 103, 108, 109 e nota 71, 110  
e nota 76  
SANTA CATARINA 47, 61, 100  
SANTA CRUZ 118, 258  
SANTA CRUZ (fortaleza) 122  
SANTA FÉ 60  
SANTA LUCIA 200, 203 e nota 120  
SANTA MARIA (passo) 64, 79, 112  
SANTA ROSA 115  
SANTA TERESA (forte) 99, 102  
SANTIAGO 129  
SANTO ANTÔNIO 57, 125  
SANTOS, Elisiário Antônio dos, 134  
SANTOS, Gabriel José Rodrigues dos, 187 (nota 108)  
SANTOS, Lúcio Álvares dos, 251 (nota 157)  
SÃO BORJA 59, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 79, 92, 100 (nota 62), 209, 240  
SÃO CARLOS 204, 222  
SÃO CRISTOVÃO 61, 223, 242, 266, 277  
SÃO FRANCISCO DE PAULA 285  
SAO FRANCISCO XAVIER 284, 285  
SAO GABRIEL 82, 99, 100, 107, 108, 111, 112, e nota 82, 113 (nota  
83), 115 (nota 86), 206  
SÃO JOÃO, (fortaleza) 267  
SÃO LEOPOLDO 267  
SÃO LEOPOLDO (visconde), vide José Feliciano Fernandes Pinheiro  
SÃO LOURENÇO (barão) 161, 196, (nota 114), 233, 248, 257 (nota 161)  
SÃO LUÍS 132  
SÃO MIGUEL (pontal) 163  
SÃO PAULO 20, 25, 55 (nota 2), 63 (nota 21), 66, 70, 118, 264  
SÃO PEDRO 153, (nota 91), 265  
SÃO PEDRO DO RIO GRANDE 56, 101 (nota 66)  
SÃO SALVADOR 92 (nota 52)  
SÃO TOMÁS 268  
SÃO VICENTE (marquês), vide Pimenta Bueno

SAPUCAÍ 234, 246  
 SARAIVA (conselheiro) 167, 169, 185, 190, 198, 199 e nota 117, 212, 230, 259, 269, 273  
 SARANDÍ 91, 94, 95, 96, 97, 100, 129, 129, 130, 135, 136, 142, 144, 145  
 SARANDÍ-PIRES 97  
 SCHNEIDER 13, 203 (nota 119)  
 SÉ (freguesia da) 151 (nota 89)  
 SEIXAS, Domingos 184  
 SENA PEREIRA, E, de, 48 (nota 1), 76 (nota 32), 78, 94 (nota 56), 97, 127, 141  
 SENA PEREIRA, Jacinto Roque de, 60 (nota 15), 89, 126, 141  
 SEPETIBA, (visconde) 155  
 SERGIPE 189  
 SERINHAÉM 175  
 SERRA 111  
 SETE DE MARÇO (escuna) 83 (nota 40), 127, 141  
 SEVIGNÉ (madame) 21, 118  
 SÃO FRANCISCO (barão) 184  
 SICILY (brigade) 131, 132  
 SILVA, Calixto José (capitão) 132  
 SILVA, Evaristo Ladislau e, 184  
 SILVA, Firmino Rodrigues 229  
 SILVA, Francisco Manuel Barroso da, 134  
 SILVA, Lourenço Isidro de Siqueira e, 284  
 SILVA NUNES 253 (nota 158)  
 SILVA, Rodrigo 253 (nota 158)  
 SILVA Teodoro 253 (nota 158), 254  
 SILVEIRA DA MOTA 167, 186, 196 (nota 114), 232, 233 (nota 143), 257 (nota 161)  
 SILVEIRA LÔBO 230, 273  
 SILVEIRA MARTINS 273, 276, 277  
 SIMÕES LOPES 253 (nota 158)  
 SINCLAIR, John Gordon 52  
 SINIMBU (visconde) 189, 277  
 SISSON, S.A. 23, 37  
 SMITH (tenente-coronel), 124

SODRÉ, Nelson Werneck 20  
SOLER, E, (general) 109 (nota 73)  
SOSA, Jaime 266  
SOTEL, Pantaleón 59, 63, 64, 65, 80  
SOUSA DANTAS, M. P. de, 184 e nota 106  
SOUSA FERREIRA 220 (nota 134), 229  
SOUSA FRANCO 166, 188, 232, 243, 244, 246, 257 (nota 161), 273  
SOUSA, José Francisco de, 134  
SOUSA, Militão de, 253 (nota 158)  
SOUSA, Paulino de (conselheiro) 248, 256  
SOUSA, Paulino de (visconde do Uruguai) 157, 253 (nota 158), 257  
(nota 161)  
SOUSA RAMOS (visconde de Jaguari) 186, 190, 196 (nota 114)  
SOUSA REIS 257 (nota 161)  
SOUSEL (conde) 136  
SOUTH PARADE 124  
SOUZA, José Soares de, 18, 19, 40  
STAEL, (madame) 259  
STEEL, Roberto 141  
STEPPLE, Romano 14, 121  
STRAUSS, Lévy 28  
SUÁREZ, Goyo 208, 241  
SUBRÁ 14, 121  
SUBRÁ, Vitor-Santiago 137  
SUPISICH 131  
SUSVIELA 205, 206, 238

## T

TABACCHI, Odoardo 276  
TAGLE, Gregório 48  
TALIÃO 232  
TALLEYRAND 166  
TAMANDARÉ 14, 121, 198, 200, 202, 203 e nota 120, 205, 206, 208,  
209, 212 e nota 127, 213 (nota 127), 214, 216, 217, 218e nota



- 132, 219, 220, 221 (nota 136), 222, 223, 225, 242  
 TAQUAREMBÓ 75, 76, 80, 81  
 TAQUARI (barão), vide RODRIGUES, Manuel Jorge  
 TAQUES 190  
 TAVARES (capitão) 92 (nota 51), 167, 198, 230  
 TAVARES BASTOS 167, 180, 230  
 TAYLOR, James 128, 143  
 TAYLOR, João 49, 125, 137  
 TCHETCHÊNIA 19  
 TEIXEIRA, Joaquim José 284  
 TEIXEIRA JUNIOR 247, 257 (nota 161), 264  
 TEJEDOR, Carlos 254, 266, 275  
 TEJO 49  
 TEODORO 257 (nota 161)  
 THIERS 168  
 THOMPSON, G. 141  
 THORNTON 158 (nota 94), 198, 202 (nota 118)  
 TIJUCA 283  
 TIJUCO 45  
 TIMES 278 (nota 165)  
 TITARA 108 (nota 70)  
 TOLENTINO (conselheiro) 253 (nota 158)  
 TOLOSA 46  
 TONELERO 128, 160  
 TOROPASSO 104 (nota 70)  
 TORRES HOMEM, Francisco de Sales (Inhomirim) 167, 186, 188,  
 244, 246, 253 (nota 158), 257 (nota 161)  
 TORRES, Joaquim José Rodrigues (visconde de Itaboraí) 186, 192,  
 196 (nota 114), 244, 247, 248 e nota 154, 253 e nota 158, 257 e  
 nota 161  
 TORIBIO, Pedro Gómez 104 (nota 70)  
 TOTA (coronel) 57  
 TRAFALGAR 259  
 TRATADO DA TRÍPLICE ALIANÇA 26  
 TRATADO DE MADRI 17, 18, 29  
 TRATADO de PARIS 177

TRATADO DE PAZ 17, 20  
TRATADO SECRETO de ALIANCA DEFENSIVA 159  
TRATADO de 1777 158  
TRATADO de 1827 (24 de maio) 179 (nota 102)  
TRATADO de 1850 (25 de dezembro) 173, 174  
TRATADO de 1851 179 (nota 102)  
TRATADO de 1852 (15 de maio) 161, 162, 163  
TRATADO de 1856 (7 de março) 177, 178  
TRATADO de 1856 (30 de março) 179, 180, 182, 183, 1,  
TRATADO de 1856 (6 de abril) 173, 174, 175, 180, 182, 183  
TRATADO de 1856 (14 de dezembro) 179  
TRATADO de 1857 (15 de setembro) 171  
TRATADO de 1858 (12 de fevereiro) 181  
TRATADO de 1859 (2 de janeiro) 186  
TREINTA de JULIO (escuna) 131  
TRENT 124  
TRÊS BOCAS 223  
TRÊS CRUZES 62  
TUCÍDIDES 17  
TUCUMAN 48  
TURIM 276

## U

UNIÃO ou UNION (escuna) 132, 133, 134, 135, 146, 151  
URQUIZA (general) 159, 160, 181, 186, 221 (nota 136)  
URUGUAI 19, 20, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 72 (nota 30), 75,  
78, 80, 89, 93, 97, 100, 103, 104 e nota 70, 126, 135, 138, e nota  
94, 159, 161, 162, 163 (nota 97), 179, 197, 208, 220 (nota 134),  
225, 228  
URUGUAIANA 188, 209, 216, 221 (nota 134), 225, 268

## V

VACHERON 122  
VARELA, Mariano 250, 252  
VARGAS (coronel) 205  
VARGAS, Getúlio 26  
VARNHAGEN 77 (nota 34)  
VASCONCELLOS, J. J. dos Reis e, 87 (nota 42)  
VASQUES, Santiago (dom) 49  
VASQUEZ, John 19  
VEDIA, Nicolás (coronel) 48, 60 (nota 12), 252  
VEINTE Y CINCO DE MAYO 51, 126, 127, 128, 133, 139, 142, 143, 144  
VEINTE Y NUEVE DE DICIEMBRE (escuna) 131  
VELHO, Diogo 248 (nota 153), 253 (nota 158)  
VELOSO, Leão 184  
VERONA 231  
VIANA DE LIMA (barão de Jauru) 200  
VICTOR HUGO 168  
VIDAL 227  
VIEGAS 57 (nota 9)  
VIEIRA DA SILVA 253 (nota 158), 257 (nota 161)  
VILA DA BARRA (barão) 257 (nota 161)  
VILA DE MELO 200  
VILLA DEL SALTO 200  
VILLALBA 210  
VILLARS 201  
VILLA, Tomasso 276  
VILLENEUVE 253 (nota 158)  
VILLENEUVE, Junius 138  
VINTE E NOVE DE AGOSTO (brigue) 128, 130, 132, 141, 142, 143, 144  
VIRIATOS 46  
VISCOCHO 92  
VITAL (dom) 24  
VITORIA DA COLONIA (canhoneira) 146  
VOLUNTÁRIOS REAIS DE ENTRE RIOS 73

**W**

WANDENKOLK, E., 145  
WARRINGTON GARDENS 124  
WASHBURN 166  
WATERLOO 123, 124, 137, 138  
WEBB (general) 248  
WESTMINSTER 259  
WIGHT 146  
WILBERFORCE 259  
WILLIAMS, John 147  
WILSON 144, 145  
WISNER 249

**X**

XAVIER FERREIRA 96 (nota 60)

**Z**

ZIPITRIA 241







<i>Formato</i>	<i>15,5 x 22,5 cm</i>
<i>Mancha gráfica</i>	<i>12 x 18,3cm</i>
<i>Papel</i>	<i>pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)</i>
<i>Fontes</i>	<i>Times New Roman 17/20,4 (títulos), 12/14 (textos)</i>